

Jairo Antônio Bosa

**A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES E MEDIADORES  
SOCIAIS SOBRE A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA  
DO CAFÉ NO LESTE DE MINAS GERAIS**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Agroecossistemas da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
para obtenção do Grau de Mestre em  
Agroecossistemas.

Orientador: Prof. Dr. Oscar José Rover.

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bosa, Jairo Antônio

A percepção dos agricultores e mediadores sociais sobre a transição agroecológica do café no Leste de Minas Gerais / Jairo Antônio Bosa ; orientador, Oscar José Rover, 2017.

258 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

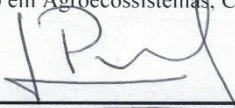
1. Agroecossistemas. 2. Agricultura familiar. 3. Café orgânico. 4. Processo sociotécnico. 5. Metodologia de ATER. I. Rover, Oscar José. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

# **“ A Percepção dos Agricultores e Mediadores Sociais sobre a Transição Agroecológica do Café no Leste de Minas Gerais”**

*Por*

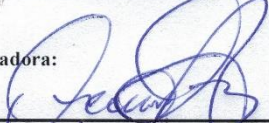
**Jairo Antônio Bosa**

Dissertação julgada adequada, em 29/05/2017, e aprovada em sua forma final, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas. Área de Concentração Desenvolvimento Rural e Desempenho Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias/UFSC.

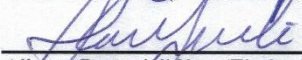


\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho (Coordenador do Programa)

Banca Examinadora:



\_\_\_\_\_  
Oscar José Rover (Presidente /Orientador)



\_\_\_\_\_  
Alberto Bracagioli Neto (Titular Externo/UFRGS)

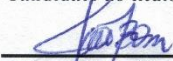


\_\_\_\_\_  
Luiz Carlos Mior (Titular Externo/Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina)



\_\_\_\_\_  
Daniela Aparecida Pacifico (Titular Externo/DZDR/UFSC)

Candidato ao título:



\_\_\_\_\_  
Jairo Antônio Bosa

Florianópolis, 29 de maio 2017



*DEDICATÓRIA*

*Ai miei vecchi Antonio e Paulina,*  
que desde cedo e mesmo que eu não  
entendesse, me envolveram nos  
encantos da agricultura e da produção  
dos alimentos que ajudavam no  
sustento da *grande família*.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas e organizações que, de diversas formas, contribuíram nesta caminhada. À minha *grande família*, pais, irmãos, esposa e filhos, pelo incentivo em todos os momentos. Gratidão especial à minha companheira *Lillian*, que nestes dois anos assumiu quase sozinha o cuidado dos filhos, *Lis* e *João*. E aos filhos crescidos, *Betânia*, *Lucas* e *Artur*, além de tudo, por me apoiarem e ajudarem até mesmo na transcrição de entrevistas.

Ao *CETAP* e à *REDE*, que me proporcionaram 25 anos de experiências e aprendizados com movimentos sociais, agricultura familiar e agroecologia. De modo especial, agradeço à *REDE*, pela qual me aproximei do Leste de Minas, em particular à sua Coordenação pela acolhida e apoio a este trabalho.

Aos amigos *Marcelo*, *Denise*, *Juninho*, *Anadélia*, *Julian* e *Furio*, companheiros de trabalho, lutas e conquistas; de prosas, incentivos e contribuições nas caminhadas da vida, da agroecologia e desta pesquisa.

Ao *PPG em Agroecossistemas* e à *UFSC* pela oportunidade do mestrado e pelo incentivo à pesquisa e produção de conhecimento para um desenvolvimento justo entre as pessoas e cuidadoso com a *Pacha Mama*. Aos professores, coordenação e secretaria do PGA, especialmente à *Fabiana* pela dedicação e zelo com que nos recebe e realiza suas funções.

Ao *CNPq* pelo apoio financeiro durante todo o curso, fundamental para mim e para tantos estudantes, pesquisadores e para a produção científica.

Ao professor *Oscar José Rover*, pela paciência e ponderação na orientação deste trabalho. Estendo este agradecimento aos colegas do *LACAF*, coordenado pelo professor *Oscar*, e também aos colegas do *LEMATE*, com quem compartilhamos espaço e discussões.

Aos professores *Ademir Cazella*, *Valmir Stropasolas*, *Marília Gaia*, *Luiz Carlos Mior*, *Alberto Bracagioli*, *Daniela Pacífico*, *Cláudia Schmitt*, *Julian Perez* e *Elza Falkembach*, pelas inspirações e contribuições em vários momentos, antes e durante a pós-graduação e a pesquisa que gerou a presente dissertação.

Aos queridos colegas da turma 2015 do PGA, povo engajado, solidário, festeiro e *bom de serviço*, como se diz em Minas, pela amizade que construímos e pelas trocas de ideias desde a construção do projeto de pesquisa até a defesa da dissertação. Agradeço também aos colegas das

turmas anterior e posterior com os quais tive oportunidade de conviver e compartilhar prosas, estudos, confraternizações e cantorias. Gratidão especial aos amigos e amigas *Pri, Andrea, Natal, Alana, Hélène, Felipe, Ana, Anderson, Lucho, Marinice, Paula, Olimpio, Aruana, Daisy, Luiz, Vicente, Priscila, André, Gisele, Maurício, Vladimir, Adevan* e tantos outros que desde antes ou durante este percurso estreitamos laços.

Às organizações da agricultura familiar do Leste de Minas Gerais pela abertura e cooperação, de modo especial aos agricultores e mediadores sociais entrevistados, que dispuseram seu tempo, experiências, conhecimentos e ‘percepções’ ao participarem desta pesquisa.



*A terra abraça o suor  
Da frente do lavrador  
Como se fosse uma gota  
De orvalho na face da flor*

*A recompensa é farta  
E a roça por fim floresceu  
Quem tem lavouras e sonhos  
Semente jamais se perdeu*

Trecho de *Lavouras e Sonhos*  
Joel Marques

*Digo: o real não está na saída nem na  
chegada: ele se dispõe para a gente é no  
meio da travessia.*

Guimarães Rosa (1994)

*A ação supõe a complexidade [...]. A  
complexidade não é uma receita para  
conhecer o inesperado. Mas torna-nos  
prudentes, atentos, não nos deixa  
adormecer na mecânica aparente e na  
aparente trivialidade dos determinismos.*

Edgar Morin (2001)



## RESUMO

Com o reconhecimento e a ampliação da agroecologia em espaços institucionais e nas práticas sociais, ganham relevância os estudos sobre processos e ações em torno da transição agroecológica. A presente pesquisa buscou identificar características e analisar o processo de transição agroecológica a partir do café junto aos agricultores familiares do Leste de Minas Gerais. O estudo baseou-se na perspectiva do ator, analisando sua capacidade de agência e de inovação social na organização socioeconômica e nos sistemas produtivos. Foi dada ênfase à observação do *processo sociotécnico* e das *dinâmicas organizativas* presentes ou constituídas no decorrer da experiência de transição. A partir de estudo documental e entrevistas com agricultores e mediadores sociais, foi possível compreender as expectativas criadas, estratégias e ações implementadas, e como se desenrolou o processo, suas dificuldades e avanços. A experiência se deparou com uma série de limitações técnicas, metodológicas e socioeconômicas que reduziram o alcance das expectativas. Percebeu-se não ter sido satisfatoriamente observado um processo gradual de mudanças tecnológicas (da substituição dos insumos ao redesenho dos sistemas produtivos), e que o foco na cafeicultura restringiu as estratégias da transição. Em relação ao trabalho da assistência técnica, o processo de transição valorizou metodologias participativas, mas se mostraram insuficientes o acompanhamento às unidades produtivas e a assessoria para a certificação e a comercialização. As limitações técnicas e metodológicas, assim como os gargalos na comercialização, constituem desafios às organizações da agricultura familiar e entidades de assessoria para alcançar resultados satisfatórios nos projetos produtivos em bases agroecológicas. Por outro lado, foram identificadas melhorias ambientais e aprendizados na organização socioeconômica. Percebeu-se oportuna a discussão desta realidade a partir dos referenciais da transição agroecológica e das dinâmicas e inovações organizativas e socioeconômicas. Tal análise demonstrou a importância da organização social para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de produção e mercado na agricultura familiar e, em contrapartida, como as iniciativas agroecológicas favorecem à organização social. A perspectiva orientada ao ator permitiu buscar e interpretar os limites e avanços da experiência pela ótica dos atores envolvidos; em particular, destacou a capacidade e exercício de *agência* dos agricultores em sua organicidade a grupos produtivos, expressando

questionamentos, propostas e protagonizando ações sociotécnicas e organizativas.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Café orgânico. Processo sociotécnico. Metodologia de ATER. Minas Gerais.

## ABSTRACT

With the recognition and expansion of agroecology in institutional spaces and in social practices, studies on processes and actions around the agroecological transition gain relevance. This research sought to identify characteristics and analyze the process of the agroecological transition of coffee by family farmers of five municipalities in the East of Minas Gerais. The study was based on the perspective of the actor, analyzing its capacity of *agency* and *social innovation* in the socioeconomic organization and in the productive systems. Emphasis was placed on observing the *organizational dynamics* present or constituted in the course of the experiment and the *sociotechnical process* in which the transition took place. From documentary study and interviews with farmers and social mediators, it was possible to understand the expectations created, strategies and actions implemented, and how the process unfolded, its difficulties and advances. The agroecological transition faced a series of technical, methodological and socioeconomic limitations that reduced the scope of effects compared to the expectations. It was noticed that a gradual process of technological changes (from the inputs' substitution to the productive systems' redesign) has not been satisfactorily observed. The focus on coffee cultivation restricted the strategies of the agroecological transition. Regarding the technical assistance work, the participatory methodologies used were considered valuable, but the monitoring of the production units and the advisory actions towards certification and commercialization were deemed insufficient. The technical and methodological limitations constitute obstacles that organizations, as well as the commercialization bottleneck, must overcome in order to achieve satisfactory results on their agroecological based productive projects. On the other way, environmental improvements and learning in socioeconomic organization were identified. It was perceived as timely this reality's discussion with the theoretical references of the agroecological transition and of the organizational and socioeconomic dynamics and innovations. This analysis demonstrated the importance of social organization for the development of sustainable production and market practices in family agriculture and, on the other hand, how agroecological transition experiences favor social organization. The *actor-oriented perspective* allowed the seeking and understanding of limits and advances of the agroecological transition from the perspective of the involved actors. Particular emphasis is placed on the capacity and exercise of farmers' agency in their organicity to productive groups, expressing questionings,

proposals and carrying out actions, both in sociotechnical and organizational dynamics.

**Keywords:** Family agriculture. Organic coffee. Sociotechnical process. ATER Methodology. Minas Gerais state.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Localização dos municípios da região Leste de Minas Gerais nos quais incide a pesquisa	73
<b>Figura 2</b> – Recorte de reportagem sobre Seminário da Agricultura Familiar	85
<b>Figura 3</b> – Imagens da região Leste de Minas e da produção de café	92
<b>Figura 4</b> – Esquema histórico-processual da experiência do café orgânico no Leste de Minas Gerais	103
<b>Figura 5</b> – Certificados para café orgânico obtidos por produtores do Leste-MG	109
<b>Figura 6</b> – Alguns cafés produzidos e processados por agricultores familiares do Leste de Minas	116
<b>Figura 7</b> – Secagem do café em UPs familiares no Leste de Minas Gerais	140
<b>Figura 8</b> – Algumas marcas de café orgânico produzido e comercializado no Brasil	199





## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Preços mensais deflacionados do café no Brasil (set/1996 a mar/2011) .....	82
<b>Gráfico 2</b> – Preços mensais do café praticados no Brasil, em dólares (2001 a 2003).....	83
<b>Gráfico 3</b> – Tamanhos dos estabelecimentos rurais na região de estudo .....	91



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Área média dos estabelecimentos agropecuários, população total e percentual da população rural em municípios do Leste de Minas Gerais.....	90
--	----



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Representação esquemática de contextos e processos de TA na agricultura familiar.....	52
<b>Quadro 2</b> – Fundamentos básicos da transição agroecológica e da ação social coletiva desde a perspectiva multidimensional.....	64
<b>Quadro 3</b> – Perfil ‘desejável’ de transição agroecológica construído a partir da discussão teórica .....	68
<b>Quadro 4</b> – Esquema analítico da pesquisa.....	71
<b>Quadro 5</b> – Perfil das famílias quanto à organização social e sistemas de produção .....	118
<b>Quadro 6</b> – Metodologias e critérios para determinação da qualidade do café .....	138
<b>Quadro 7</b> – Principais resultados da TA nos sistemas de produção e na organização socioeconômica .....	213
<b>Quadro 8</b> – Perfis de agricultores/sistemas produtivos, resultados da TA e percepção do processo.....	218



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACEAS – Associação Comunitária de Estudos e Ação Social  
AF – Agricultura Familiar  
AG – Agricultor(a)  
Agrifas – Associação dos Agricultores Familiares do Município de Simonésia  
Agrifom – Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos de Manhuaçu e Região  
AMA – Articulação Mineira de Agroecologia  
Amurc – Associação das Mulheres Rurais de Caratinga  
Amurcofe – Associação das Mulheres Rurais do Córrego dos Ferreiras  
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia  
Arefacs – Associação Regional Escola Família Agrícola Carlos Saar  
Arefama – Associação Regional Escola Família Agrícola Margarida Alves  
Ascofer – Associação Comunitária do Córrego dos Ferreiras e Adjacências  
Asproraf – Associação dos Produtores Rurais e dos Agricultores Familiares de São João do Manhuaçu  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
Biodiversitas – Fundação Biodiversitas  
BSCA – Brazil Specialty Coffee Association  
CCA – Construção do conhecimento agroecológico  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
Cepea – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Esaq/USP)  
CMMTRS – Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Simonésia  
CO – Café orgânico  
Coorpol – Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta  
Cresol – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária  
CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata  
DRP – Diagnóstico Rural Participativo  
EFA – Escola Família Agrícola  
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia  
Epamig – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
FASE – Federação para os Órgãos de Assistência Social e Educacional

Fetaemg – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais  
Fetraf – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade  
GF – Grupo focal  
GT – Grupo de trabalho  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements  
IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Inaes – Instituto Antonio Ernesto de Salvo  
IS – Inovação social/ inovações sociais  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MG – Minas Gerais  
MS – Mediador(a) social  
OCS – Organização de Controle Social  
ONG – Organização Não-Governamental  
OPL – Organização do Povo que Luta  
OS – Organização social  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PDA – Programa Demonstrativo tipo A (MMA)  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
POA – Perspectiva Orientada ao Ator  
PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia(MDA)  
PRLC – Plano de Revigoramento da Lavoura Cafeeira  
REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas  
Rede PTA – Rede do Projeto Tecnologias Alternativas  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar (MDA)  
SAFs – Sistemas agroflorestais  
SAT – Sem Agrotóxico  
Sintraf – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
SP – Sistema de produção  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
TA – Transição agroecológica  
UP – Unidade de produção



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>27</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	27
1.2 PROBLEMÁTICA, QUESTÃO NORTEADORA E HIPÓTESES	32
1.3 OBJETIVOS.....	33
1.4 METODOLOGIA.....	34
1.4.1 Referencial teórico-metodológico.....	34
1.4.2 Procedimentos metodológicos.....	37
1.5 PARTICIPANTES E A ÉTICA EM PESQUISA.....	40
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	41
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>43</b>
2.1 SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A <i>PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR</i> .....	43
2.1.1 A Perspectiva Orientada ao Ator e sua contribuição para a análise da experiência.....	44
2.1.2 Intervenção externa e <i>agência</i> humana.....	45
2.2 ABORDAGENS SOBRE A AGROECOLOGIA E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....	46
2.2.1 A transição nos sistemas produtivos característicos de agricultura familiar.....	48
2.2.2 As mudanças vão além do sistema produtivo.....	58
2.3 INOVAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO RURAL: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A TA.....	61
2.3.1 Características de processos socialmente inovadores.....	62
2.4 SÍNTESE DO REFERENCIAL TEÓRICO: PERFIL DESEJÁVEL DE TA E MODELO DE ANÁLISE DA PESQUISA.....	67
<b>3 CONTEXTO E COMPONENTES EMPÍRICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>73</b>
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO E DA AGRICULTURA NA REGIÃO LESTE DE MINAS GERAIS.....	73
3.2 ASPECTOS GERAIS DA PRODUÇÃO E MERCADO DO CAFÉ NO BRASIL E EM MINAS GERAIS.....	79
3.3 ATERRISSANDO NOS MUNICÍPIOS DA PESQUISA.....	85
3.4 A DIFUSÃO DA MONOCULTURA DO CAFÉ, A INTENSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E SEUS EFEITOS NA REGIÃO.....	87

3.5 AGRICULTURA FAMILIAR, DINÂMICA SÓCIO-ORGANIZATIVA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO LESTE DE MINAS GERAIS .....	89
3.5.1 Presença e intervenção de entidades de assessoria e mediadores sociais.....	94
<b>4 A CONSTRUÇÃO DE UMA DINÂMICA REGIONAL VISANDO A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E MELHORIAS SOCIOECONÔMICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO LESTE DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>99</b>
4.1 ANTECEDENTES IMEDIATOS E O DESENVOLVER DA TA DO CAFÉ NO LESTE DE MINAS GERAIS .....	100
4.1.1 Dificuldades, frustrações e desarticulação do processo regional do café orgânico.....	107
4.2 PROCESSOS SOCIOTÉCNICOS E AS MUDANÇAS TÉCNICO-PRODUTIVAS .....	117
4.2.1 Conversão tecnológica, manejos e insumos empregados.....	118
4.2.2 Metodologias para a transição agroecológica e geração de conhecimentos.....	149
4.3 DINÂMICAS ORGANIZATIVAS E A TA NO LESTE DE MINAS GERAIS .....	165
4.3.1 Articulação e organização sociopolítica no Leste de Minas e a TA .....	165
4.3.2 Organização socioeconômica e a comercialização do café orgânico .....	184
4.3.3 O processo e as dificuldades para a certificação orgânica .....	201
4.4 FRUSTRAÇÕES, APRENDIZADOS E DESDOBRAMENTOS: CONSIDERAÇÕES AVALIATIVAS SOBRE OS RESULTADOS E EFEITOS DA EXPERIÊNCIA DE TRANSIÇÃO PARA O CO.....	210
<b>5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>225</b>
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	234
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>239</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>253</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata do tema da transição agroecológica (TA) no contexto da agricultura familiar, através de pesquisa que se debruçou sobre a experiência de transição na produção do café convencional para orgânico, no Leste de Minas Gerais, processo que teve seus principais momentos na primeira década deste século.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A agroecologia tem conquistado espaço e reconhecimento nas duas últimas décadas, seja no sentido do resgate e fortalecimento de formas de produção e reprodução social da agricultura familiar, seja como portadora de novas abordagens aos sistemas produtivos e ao desenvolvimento rural num contexto de crise ambiental e alimentar. Neste contexto, ganham relevância os estudos sobre estratégias, processos e ações visando a mudança de estilos de agricultura convencional para agriculturas de base ecológica (ALTIERI, 1999; GLIESSMAN, 2009, 2010; ALTIERI; NICHOLLS, 2007).

A partir deste parágrafo, tomo a liberdade de usar a primeira pessoa, nesta introdução, para situar a minha relação com a temática e com a experiência estudada. Sexto entre os sete filhos de uma família típica da agricultura familiar do norte do Rio Grande do Sul, recém mudada para uma pequena cidade (com características agrícolas a ponto de nossa chácara situar-se em zona rural, embora a 400 metros da rodoviária e 700 metros da igreja matriz), desde cedo ajudava a mãe nas lidas das pequenas roças e criações destinadas à subsistência familiar, assim como faziam os irmãos mais velhos que não estivessem empregados na “cidade”.

Durante a década de 1980, a região norte do Rio Grande do Sul foi palco de inúmeras iniciativas de mobilização e organização dos trabalhadores rurais em lutas pela terra e políticas agrícolas. Na adolescência acompanhei parte desses conflitos e, na juventude, me aproximei e procurei contribuir com as organizações sociais. Ao final dos anos 1980, retornando à região depois da graduação, fui trabalhar em uma organização de assessoria, o CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares. Criado em 1986 e com sede em uma área de assentamento de reforma agrária, o CETAP trabalhava (e segue, todavia) orientado pela agroecologia junto aos pequenos agricultores e assentados da luta pela terra. Se minha ligação com o campo e a produção de alimentos vinha da família e da influência do contexto regional, em 17

anos no CETAP, essa identidade se aprofundou e tornou-se também opção profissional e de pesquisa.

No ano de 2007 mudei-me para Minas Gerais, para trabalhar em uma ONG parceira do CETAP, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE). Nos anos 1980, CETAP e REDE, entre outras, foram criadas com incentivo do Projeto Tecnologias Alternativas, coordenado pela FASE, formando nacionalmente a Rede PTA.

Durante o período em que trabalhei em Minas Gerais, embora residisse em Belo Horizonte, minhas funções eram divididas entre a sede da entidade, na capital, e o acompanhamento à equipe da REDE alocada no escritório regional instalado em Simonésia, região leste do estado. Nas atividades em que participava junto às organizações sociais da agricultura familiar da região ou diretamente com os grupos e famílias rurais, o café e a cafeicultura pareciam compor um pano de fundo, que está sempre ali, formando o cenário, sendo observado, mas não propriamente tocado. Raramente nossos projetos e atividades abordavam o café. Isso ocorria por uma razão explícita: a concepção e opção por atuar procurando ampliar as potencialidades da agricultura familiar na produção diversificada de alimentos em bases agroecológicas, de modo a compor uma estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar – e o café representava (exagerando, obviamente) a monocultura, o produto de exportação, a produção dependente de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. Mas havia também um motivo secundário (e quase não pronunciado) para não atuar diretamente com a cafeicultura: o processo frustrado de transição agroecológica baseado na conversão orgânica do café ocorrido nos anos anteriores e cujas marcas ainda eram presentes. Em outras palavras, trabalhar com um projeto em torno do café poderia significar e reabertura de uma ferida que ainda estava em cicatrização. Uma situação que passei em minha primeira ida a campo na região, em março de 2007, durante uma atividade do diagnóstico rural participativo (DRP) em Santa Bárbara do Leste, deu uma noção do trauma que o café orgânico havia deixado: ao fazer um comentário em uma reunião na comunidade, uma colega de trabalho que há mais tempo atuava no Leste de Minas me alertou, em voz baixa, para não falar em produção agroecológica ou orgânica, pois isso poderia provocar uma discussão tensa e talvez afugentar as pessoas da atividade e, por consequência, do trabalho que a REDE iniciava ali por meio do diagnóstico participativo.

Permaneci em Minas Gerais por oito anos, até que, em 2015, iniciei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Quando a possibilidade de fazer

o mestrado se apresentou, significou também a oportunidade de pesquisar e procurar compreender o caso do café orgânico do Leste de Minas.

A região onde se situam os municípios e agricultores pesquisados, aqui denominada Região Leste de Minas Gerais, é caracterizada pela predominância de agricultura familiar e o cultivo de café. A grande maioria dos estabelecimentos rurais dispõe de área bastante reduzida e os municípios ainda detêm significativos percentuais da população no meio rural (Tabela 1). Também se destacam a rica biodiversidade e a fartura de águas e nascentes, características do bioma Mata Atlântica. Porém, todo este ambiente natural vem sendo impactado pela agricultura e pecuária intensivas: “Com o avanço dos cafezais e das pastagens na região, enormes vazios verdes vão-se ampliando entre Simonésia e Caratinga, favorecendo a fragmentação dos remanescentes florestais e a diminuição de suas áreas” (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS-a, s/d).

A significativa proporção de população rural, as oscilações de preços do café (e dependência deste produto como renda monetária) e a atuação de entidades, pastorais e movimentos sociais e sindicais, propiciaram, a partir dos anos 1990, o surgimento de iniciativas de busca e promoção de alternativas tanto nos sistemas de produção quanto de organização econômica e comercialização. A agroecologia e produção orgânica passou a compor o rol de alternativas propostas e, em alguns casos, tornou-se prioridade nas ações das organizações sociais e de assessoria.

A experiência de TA envolveu um conjunto de organizações sociais<sup>1</sup> (sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores e organizações não governamentais) e ações relativamente articuladas de mobilização, capacitação e apoio técnico visando a conversão dos cafezais manejados convencionalmente (com uso de agrotóxicos e nutrição à base de adubação química solúvel) em orgânicos (CENTRO DE TECNOLOGIAS..., 2003). O processo incidiu em vários municípios e envolveu em torno de 180 famílias em diferentes graus de adesão. Entre os fatores de convencimento utilizados junto aos agricultores, um dos principais foi a expectativa de vantagens de mercado, que combinaria

---

1 **Organizações sociais (OS)** são consideradas, nesta dissertação, como uma variedade de espaços de participação social, com maior ou menor grau de formalização, como grupos de igreja, associações comunitárias, STRs, associações de produção. As associações de produção ou “grupos produtivos”, como são também conhecidos, são espaços que buscam articular as discussões políticas e organizativas com iniciativas concretas na produção. Há na região famílias que participam de vários espaços, outras de alguns e outras de nenhum tipo. As organizações de assessoria (ONGs ou Emater), conforme o contexto, também são referidas como OS.

associativismo (ação coletiva organizada), certificação, exportação e melhores preços.

O café, sendo uma *commodity*<sup>2</sup>, tem seus preços determinados por condições mundiais de demanda e oferta, assim como pela cotação do dólar. Com isso, os agricultores têm reduzida capacidade de interferir no preço que recebem na venda do produto. Uma relativa margem pode surgir da comercialização através de cooperativas, aumentando a escala, reduzindo intermediários e negociando valores; ou, havendo reserva de capital, aguardar para comercializar nos momentos em que os preços estejam mais elevados. O período compreendido entre 2002 e 2006 foi de preços muito abaixo da média para o café convencional (RUFINO *et al.*, 2011), o que elevou a diferença de preço em favor do café orgânico. Este dado acentuou o entusiasmo dos agricultores em torno da produção orgânica de café e “embaçou a visão” relativa às dificuldades de enfrentar uma primeira experiência de exportação.

As pesquisas e abordagens teóricas da transição agroecológica, em geral, sugerem um processo de mudanças graduais, em etapas, desde a racionalização no uso de insumos industriais até o redesenho dos sistemas produtivos (ALTIERI, 1999; GLIESSMAN, 2009, 2010). Tais etapas possibilitariam uma mudança nos padrões técnicos da produção sem comprometimento (ou alterando o mínimo possível) dos níveis de produtividade, ao mesmo tempo em que possibilitariam aos agricultores irem dominando as novas técnicas de manejo. Este processo de mudanças seria mediado por metodologias participativas de experimentação, capacitação, acompanhamento técnico e trocas de experiências visando compartilhar e construir conhecimentos agroecológicos junto às comunidades rurais e unidades produtivas familiares (SEVILLA-GUZMÁN, 2002; SANTOS, 2007; MUSSOI, 2011).

A revisão e discussão teórica nos permitiu construir um quadro de análise da experiência de transição para o café agroecológico/orgânico<sup>3</sup> no Leste de Minas Gerais em relação ao processo sociotécnico e às dinâmicas organizativas. Assim, buscou-se compreender a relação entre as mudanças na produção agrícola e a capacidade e iniciativas de organização social entre os agricultores, ou seja, em relação às ‘dinâmicas

---

2 *Commodities* são produtos, mercadorias ou matérias-primas, incluídos os de origem agropecuária, cujos preços são regulados pelo mercado internacional, cotados nas bolsas de valores dos países hegemônicos nos mercados globais.

3 A discussão e diferenciação entre orgânico e agroecológico não foi um objetivo explícito da pesquisa, embora esta questão tenha relação teórica com o tema, assim como com a realidade pesquisada. Apesar de não ser objeto de primeira ordem, as discussões abordaram relativamente o tema através de relações e questionamentos.

organizativas' da agricultura familiar presentes ou construídas durante o projeto do café orgânico. Lançar um olhar investigativo sobre as dinâmicas organizativas implica observar e analisar como os grupos sociais (mais ou menos institucionalizados) que compõem o contexto local e regional foram se conformando e como isso interagiu e interage com o processo da transição agroecológica do café. Mudanças produtivas e inovações tecnológicas na agricultura são geralmente associadas às formas e dinâmicas de organização social presentes e que resultam da conjugação de fatores econômicos, ambientais, geográficos e culturais da formação histórica da comunidade ou do território (ALÉSSIO; ROVER, 2014) e também da ação proposta e construída pelos diversos atores sociais durante a experiência.

Por sua vez, as dinâmicas organizativas influenciam as 'trajetórias tecnológicas' e por vezes são influenciadas por estas. Assim, é necessário estudar os modos de produção do território observando a relação entre dinâmicas organizativas e trajetórias tecnológicas, pois o projeto de transição agroecológica do café transcorreu em um dado contexto, no qual estavam presentes determinadas dinâmicas organizativas e 'modelos' técnico-produtivos, frutos de um processo ou de uma trajetória histórica. Anteriormente à introdução da cultura do café, a agricultura dos municípios-alvo da pesquisa tinha como característica a diversificação, voltada para a produção de alimentos de subsistência das famílias e mercados locais e regionais.

Portanto, procurou-se compreender as relações e possíveis influências recíprocas entre dinâmicas organizativas, trajetórias tecnológicas e aspectos inovadores no processo de transição agroecológica do café junto aos agricultores familiares do Leste de Minas Gerais. Considerando o contexto socioambiental e político da região, com destaque para as organizações da agricultura familiar, consideramos ter sido importante a pesquisa a respeito do processo ocorrido na perspectiva dos atores sociais. Do mesmo modo, foi oportuna a discussão desta realidade com referenciais teóricos da TA e das dinâmicas e inovações organizativas e socioeconômicas para que o trabalho possa, em alguma medida, contribuir no debate em torno da construção de estratégias, projetos e ações para novas abordagens ao desenvolvimento rural, a partir da agricultura familiar e da agroecologia.

O processo empreendido no Leste de Minas Gerais visando a produção de café em bases agroecológicas (REDE, 2002; FUNBIO, 2003) reflete situações e questões da realidade de parcela da agricultura familiar brasileira que busca inovações e mudanças para arranjos socioeconômicos e ambientais sustentáveis, mas que muitas vezes

carecem de análises e reflexões. O caso estudado apresentou características e levantou questões e discussões relativas à organização social e econômica, à forma de conduzir as mudanças, ao acesso e geração de conhecimento e inovação, à assistência técnica e extensão rural, à certificação, ao mercado. Para pesquisar e abordar estas questões foi necessário estudar e refletir sobre teorias, técnicas e metodologias que compõem o desafio da transição agroecológica.

O estudo procurou analisar e compreender questões que se colocam frequentemente em processos desta natureza: quais as estratégias adequadas nas ações que visam a TA em contextos de agricultura familiar e como os atores sociais (agricultores e mediadores sociais<sup>4</sup>) interpretam o processo do qual fizeram parte?

A pesquisa buscou fundamentação teórico-metodológica na *perspectiva orientada ao ator* (POA) relacionada à *agroecologia e transição agroecológica*. Assim, as informações e percepções dos atores sociais envolvidos no processo compuseram a base principal de conteúdo buscado e analisado. Com a perspectiva do ator social (LONG, 2007) buscou-se analisar o processo “por dentro”, dando prioridade para a percepção dos atores sobre sua realidade e a *agência* que exerceram no desenvolvimento da experiência. Com as abordagens que orientam a transição agroecológica (ALTIERI, 1999; GLIESSMAN, 2009, 2010; SCHMITT, 2013) foram analisados os processos e metodologias que envolveram as mudanças técnico-produtivas e socioeconômicas. Buscou-se analisar também *se e como* a experiência incorporou características inovadoras (NEUMEIER, 2012) e estratégias de intervenção nos mercados (ROVER, 2011; PEREZ-CASSARINO, 2012; MIOR *et al.*, 2014).

## 1.2 PROBLEMÁTICA, QUESTÃO NORTEADORA E HIPÓTESES

A pesquisa partiu de um problema central: a manifesta frustração de agricultores familiares que, entre os anos 2002 e 2006 aproximadamente, participaram de um processo regionalmente articulado de mudanças tecnológicas em suas propriedades visando, fundamentalmente, a produção orgânica de café para a exportação. Com

---

4 **Mediadores sociais**, neste trabalho, refere-se aos técnicos e técnicas da extensão rural e às lideranças sindicais e comunitárias cuja atuação no processo do café orgânico foi de coordenação ou direção (mais do que a condição de agricultores participantes da transição que eventualmente possam também ter exercido).



referência nesta problemática, formulamos e conduzimos a pesquisa a partir da seguinte **questão orientadora**:

- *Como se desenvolveu o processo de transição agroecológica do café no Leste de Minas Gerais considerando o contexto da agricultura familiar e suas condições produtivas, ambientais e socioeconômicas?*

As **hipóteses** elaboradas para responder tal questão foram as seguintes:

- a) A transição do café na agricultura familiar do Leste de Minas Gerais adotou estratégias focadas numa visão restrita de transição agroecológica, a qual desconsiderou a heterogeneidade da agricultura familiar em relação aos seus contextos socioambientais e econômico-produtivos.
- b) A experiência gerou conflitos que se apresentam sob diferentes perspectivas interpretativas, conforme o papel que desempenhavam os sujeitos sociais (agricultores e mediadores) no processo.

### 1.3 OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo geral ***analisar o processo de transição agroecológica do café no contexto da agricultura familiar do Leste de Minas Gerais a partir da percepção dos atores sociais.***

**Os objetivos específicos** foram:

- a) Descrever e contextualizar o processo de transição agroecológica do café empreendido junto à agricultura familiar da região;
- b) Identificar e analisar as estratégias e ações propostas pelos mediadores sociais e/ou construídas com os agricultores no processo de transição agroecológica;
- c) Identificar e analisar os avanços, limites, conflitos presentes na narrativa de entidades, lideranças e agricultores/as acerca do processo de transição agroecológica do café.

Espera-se que a experiência e discussão aqui trazidas contribuam para a reflexão e qualificação das estratégias e metodologias para a transição agroecológica, principalmente em contextos marcados pela agricultura familiar. E, de forma ampliada, que em alguma medida possam conter elementos e aportes tanto para o ambiente acadêmico quanto para os espaços de discussão e práticas de extensão e desenvolvimento rural sustentável.

## 1.4 METODOLOGIA

O estudo situa-se no âmbito da pesquisa qualitativa, e buscou identificar elementos e analisar o fenômeno da transição do café no Leste de Minas Gerais com aportes do enfoque epistemológico interpretativo (CUPANI, 2009). A pesquisa orientou-se em termos teórico-metodológicos na Perspectiva Orientada ao Ator – POA (LONG, 2007), visando evidenciar e refletir a percepção dos agricultores e dos mediadores sociais acerca do processo vivido, suas interpretações e significados atribuídos.

O conjunto da pesquisa, representado no projeto que a orientou, seguiu aproximadamente a seguinte estrutura: 1) estudo e discussão teórica; 2) elaboração teórico-metodológica e preparação dos instrumentos de coleta de informações; 3) trabalho de campo para a coleta de informações; 4) organização e estudo do material coletado e escrita da dissertação. A fundamentação teórica consta no capítulo 2. Os demais tópicos serão descritos resumidamente a seguir.

As informações e conteúdos da experiência empírica tiveram como fontes principais as famílias e mediadores sociais que participaram da tentativa de transição para a produção do café em bases agroecológicas, além daqueles hoje envolvidos com os agricultores familiares cafeicultores da região. Também foram procurados e analisados documentos e publicações que tenham sido elaborados no decorrer ou sobre a experiência.

### 1.4.1 Referencial teórico-metodológico

Nas ciências sociais, as representações do cotidiano, as práticas e noções “comuns” sobre as relações comunitárias e de produção, os valores e os sistemas de pensamento são “trazidos” para o campo da produção de conhecimento. Estas abordagens constituem possibilidades epistemológicas e metodológicas para evidenciar e refletir sobre o conhecimento socialmente elaborado ou latente e que possa ser elaborado: “o ator constrói espaços de ação e de mudança social, processo este diretamente relacionado com o conhecimento” (BULHÕES; DAL SOGLIO, 2009, p. 615).

Minayo (2012, p.626) diz que uma qualificada análise qualitativa visa “tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em

intersubjetividade”. Nesta pesquisa, fez-se a opção por uma abordagem *a partir do ator*, ou seja, pela percepção de agricultores e agricultoras e mediadores sociais que participaram e/ou participam de projetos de transição para a agroecologia e o café orgânico na região referida. As representações e percepções dos atores sociais envolvidos no processo constituíram, assim, a base principal de informações e conteúdos buscados e analisados. De acordo com Minayo (2014), as representações sociais

são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. As percepções são consideradas consensualmente, por todas as correntes de pensamento, como parte da construção da realidade [grifo do autor]” (MINAYO, 2014, p. 219).

Neste trabalho, nos apoiamos na *percepção social* enquanto um processo através do qual o mundo exterior é apreendido e interpretado pelo sujeito. Long (2007, p. 110) coloca a necessidade de refletir sobre “como os atores buscam dar significado a suas experiências mediante uma série de representações, imagens, compreensões cognitivas e respostas emocionais”. A abordagem e pesquisas *orientadas ao ator* trazem a noção da *percepção* (social e cultural) como recurso e esforço dos atores para compreender, representar e expressar a sua realidade (LONG e PLOEG, 1989; LONG, 2007), processo a partir do qual a pesquisa social pode extrair elementos para análise e teorização.

Morin (2000) diz que “o conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo”, e que

Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. [...] O conhecimento, sob forma de palavra, de ideia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito a interpretações e distinções influenciadas pela subjetividade do conhecedor, de sua visão de mundo e de seus princípios de conhecimento (MORIN, 2000, p.20).

Podemos considerar, assim, que as representações integram a complexidade de interações das pessoas com o outro e com os acontecimentos e experiências do mundo na busca de construir suas leituras, interpretações e compreensões. Este processo permite,

obviamente, um conhecimento parcial e relativo do mundo, mas, ao mesmo tempo, é próprio e inescapável ao ser humano em seu esforço cognitivo. Schutz (1962, *apud* LONG, 2007) refere-se a este conhecimento baseado nas experiências do cotidiano como “mundos de vida”. Minayo (2014) identifica na fenomenologia sociológica de Schutz a noção de *senso comum* ou *representações do senso comum* como um recurso de interpretação da existência cotidiana, que é “dotada de significados e portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto social” (MINAYO, 2014, p. 226).

A experiência da transição para o café orgânico no Leste de Minas Gerais envolveu unidades familiares de produção, organizações e mediadores sociais, relacionou-se com legislação e mercado visando a certificação e a exportação da produção. Ao abranger este conjunto de aspectos e instâncias, articulou dimensões da agroecologia e do desenvolvimento rural e territorial. Mussoi (2011, p. 37) diz que a perspectiva centrada no ator “es una abordaje teórico-metodológica que sirve muy bien para el análisis de acciones sociales y de intervención para el desarrollo. A partir de ella es posible entender los procesos de cambio y sus implicaciones en el surgimiento de nuevas fuerzas sociales y espacios de disputas que se crean”.

O desenvolvimento da agricultura familiar e da agroecologia nos municípios do leste mineiro que vivenciaram a experiência do café orgânico pode ser repensado e qualificado através de pesquisas que aprofundem as análises daquele processo. Visando contribuir neste sentido, nossa pesquisa partiu de estudos sobre a transição agroecológica e sobre estratégias e dinâmicas sociotécnicas e organizativas e, com este referencial, procurou sistematizar e analisar o conteúdo de campo considerando a interpretação e o significado que as pessoas fazem do processo ocorrido. Interessou-nos analisar e compreender especialmente a interpretação de quem esteve envolvido com aquele processo ou quem o presenciou de perto, ou seja, pela perspectiva dos atores envolvidos (agricultores e mediadores sociais), tanto pessoais quanto em termos coletivos. Para isso foram ouvidos relatos de agricultores, técnicos e o posicionamento de lideranças e mediadores sociais que participaram do projeto. Portanto, em termos epistemológicos, a experiência foi analisada com base na teoria do ator social (LONG, 2007; KRUEL, 2010), visando evidenciar e refletir teoricamente o conhecimento objetivo e subjetivo das famílias e dos mediadores sociais acerca do processo vivido, suas interpretações, percepções e significados atribuídos.

As fontes principais de informação foram as famílias e mediadores sociais que participaram do referido projeto, além daqueles hoje envolvidos com os agricultores familiares cafeicultores da região. Também foram procurados e analisados documentos e publicações elaborados no decorrer ou sobre a experiência.

O trabalho de campo foi constituído de três etapas, num sentido progressivo de apreensão dos elementos empíricos: a primeira teve finalidade exploratória, a segunda priorizou as entrevistas individuais e a terceira deu ênfase às reuniões em Grupos Focais. Durante os intervalos entre as incursões a campo, as entrevistas realizadas na etapa anterior eram transcritas e, juntamente com dados de documentos encontrados, foram sendo organizadas segundo as categorias analíticas. Ao mesmo tempo, o estudo desse material foi demandando a procura de novos aportes teóricos para relacionar e discutir com os achados empíricos.

As entrevistas orientaram-se por roteiros semiestruturados, com bem pouca variação entre as questões colocadas para os agricultores e para os mediadores sociais (os Apêndices 1 e 2 contêm os roteiros de entrevistas). Na impossibilidade de deslocamentos para algumas microrregiões para entrevistar alguns mediadores sociais que participaram do processo, foram enviados roteiros de entrevistas, que os mediadores responderam e devolveram por meio eletrônico.

## **1.4.2 Procedimentos metodológicos**

### *1.4.2.1 A preparação dos instrumentos*

A coleta de informações baseou-se na procura por documentos a respeito da história da região Leste de Minas Gerais, da cafeicultura na região, do contexto gerador da experiência do café orgânico e, enfaticamente, de entrevistas sobre como a experiência se desenvolveu.

Para a fase inicial/exploratória, foram feitas conversas e também procurados materiais documentais na região de estudo, que foram juntados ou então registrados em um caderno de campo. Logo na primeira incursão nos deparamos com uma escassez de registros escritos, tanto por parte dos mediadores sociais quanto das instituições locais, a respeito da experiência, o que procuramos compensar com o planejamento duas etapas seguintes de campo. O trabalho de campo também serviu para registros fotográficos, alguns dos quais ilustram aspectos da dissertação. As entrevistas presenciais (individuais e grupos focais) foram gravadas e posteriormente transcritas para permitir sua seleção, organização e análise do conteúdo.

A preparação dos instrumentos para a busca de documentos e informações partiu do “Perfil desejável de transição agroecológica” (Quadro 3) e do Esquema analítico da pesquisa (Quadro 4), os quais geraram o Quadro-base para os instrumentos de campo (Apêndice 1), a partir do qual foram elaborados os roteiros de entrevista (Apêndices 2 e 3) e de discussões nos Grupos Focais (Apêndice 4).

Para descrever e compreender o contexto gerador da pesquisa, foram utilizados, na medida do necessário, dados de Censo Agropecuário (2006) e Censo Demográfico (2010) do IBGE, além de documentos produzidos *na e sobre* a região de estudo em torno do tema de pesquisa. No entanto, não foi realizada análise quantitativa.

#### *1.4.2.2 A busca das informações empíricas*

O meio principal de coleta de informações constituiu-se de entrevistas individuais e reuniões em Grupos Focais. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado e foram realizadas com agricultores que estiveram envolvidos no processo de transição agroecológica do café e com mediadores sociais (técnicos e lideranças sociais) que atuaram no referido processo ou que o acompanharam, mesmo sem envolvimento direto, e detinham informações e críticas relevantes a respeito. A escolha dos entrevistados (tanto individuais quanto dos Grupos Focais) se deu por três critérios básicos: i) a participação ou vivência do entrevistado em relação ao tema/experiência estudada, como agricultor ou como mediador social; ii) a relevância do envolvimento/participação do entrevistado com a experiência em relação às questões centrais da pesquisa (MINAYO, 2014); e iii) a diversificação dos perfis para obter distintas percepções do processo. Para a realização dos debates em Grupos Focais foi priorizada a participação de agricultores, dado que o objetivo principal nesta etapa foi o aprofundamento e confronto de pontos de vista sobre questões suscitadas a partir das entrevistas individuais com agricultores, buscando apreender e aprofundar o processo de construção das percepções, opiniões, atitudes e sentimentos frente à experiência vivida, num ambiente de interação (SCHIO, 2015), e, também, visando identificar tendências e padrões de respostas associadas com o tema de estudo (MORGAN, 1997).

Os Grupos Focais guardam semelhança com uma “entrevista de grupo”, onde a interação/discussão entre os integrantes gira em torno de um assunto apontado pelo pesquisador, que na ocasião se torna o moderador do grupo e facilitador da discussão (MORGAN, 1997). Assim, as atividades dos GF seguiram um formato de debate orientado pelo

pesquisador/moderador a partir de um roteiro compacto em comparação com o das entrevistas individuais, porém flexível para permitir espaço a novas questões e reflexões não previstas que surgissem na discussão, tivessem relação com a experiência e trouxessem enriquecimento à reflexão.

Da mesma forma que as entrevistas individuais, as reuniões dos GF foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas, e seu conteúdo organizado e analisado segundo as categorias analíticas da pesquisa. Os GF compuseram a última etapa de campo, portanto seu conteúdo foi apropriado posteriormente às entrevistas e incorporado às discussões e análises de forma semelhante ao conteúdo das demais entrevistas.

A coleta de informações também buscou documentos (relatórios, atas de reuniões, cartilhas ou folhetos técnicos utilizados na mediação com os agricultores, fotografias e outras registros).

Tanto a preparação quanto a realização do trabalho de campo guiaram-se pelo referencial metodológico e seguiram a orientação de observar “o quê”, “em quem” (os sujeitos ou atores, nesta pesquisa definidos como agricultores/as e mediadores/as sociais) e “como” observar ou levantar as informações e interpretações, de acordo com o Quadro-base para os instrumentos de campo (Apêndice 1).

As três **incursões a campo** foram assim constituídas:

- a) primeira etapa (março de 2016): exploratória, foi destinada a uma maior aproximação aos sujeitos do processo, às informações empíricas (orais e documentais) preliminares, a traçar em linhas gerais o contexto da região, histórico da experiência e dinâmica das organizações sociais. Foi composta por entrevistas com informantes-chave e procura por documentos, e levantou informações para ajustar partes do projeto de pesquisa e aprimorar a metodologia e o roteiro das entrevistas para a fase seguinte.
- b) segunda etapa (agosto/setembro de 2016): já tendo apropriados os elementos da primeira fase e com a teoria e metodologia ‘refinadas’, esta etapa foi dedicada a aprofundar a observação, quando se priorizou a realização das entrevistas semiestruturadas com agricultores e mediadores sociais que participaram da experiência. Também se procurou documentos complementares sobre a região e a experiência em estudo.
- c) terceira etapa (fevereiro de 2017): visando aprofundar questões da análise, foram realizadas três reuniões com Grupos Focais com a participação de agricultores que participaram da experiência e guardavam entre si algum vínculo organizativo ou comunitário que

desse sentido à reunião e facilitasse a discussão coletiva em relação às questões da pesquisa.

Entre entrevistas diretas, reuniões dos Grupos Focais e respostas por correio eletrônico, foram alcançadas informações e opiniões de 36 pessoas, das quais duas foram descartadas, restando **34 entrevistas válidas**. Entre estas 34 entrevistas, 22 foram de agricultores/as e 12 de mediadores sociais (08 agentes de ATER ou da pesquisa e 04 lideranças sindicais/políticas).

#### *1.4.2.3 O processo de análise e a elaboração dos resultados*

O processo de tratamento das informações foi realizado comparando o observado com o teórico (esperado) e interpretando as diferenças, mediante os seguintes passos:

- d) organização, preparação e descrição das informações (transcrição das entrevistas orais, agrupamento das informações coletadas, em matriz construída de acordo com os indicadores, categorias de análise e conceitos-chave);
- e) relação entre variáveis (cruzamento das variáveis/indicadores de campo com base nas categorias de análise e hipóteses);
- f) comparação e discussão com a teoria referente; e elaborações das sínteses e conclusões.

Para a discussão dos resultados e as conclusões, procurou-se aprofundar a confrontação entre as hipóteses (esperado) e o encontrado (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988), dando destaque para aspectos considerados relevantes. Ou seja, fez-se um exercício de interpretação e reflexão relacionando a teoria e a prática estudada, de maneira que a pesquisa trouxesse questões que possam contribuir na condução de processos de transição agroecológica e no debate do desenvolvimento rural participativo. A discussão da experiência nos possibilitou elencar algumas sugestões para processos em curso ou que venham ser experimentados e, principalmente, deixou questões e pistas para novas pesquisas. De modo especial, que tais conclusões resultem da reflexão sobre a perspectiva dos atores sociais e sua participação nos processos de mudança e de produção do conhecimento.

## 1.5 PARTICIPANTES E A ÉTICA EM PESQUISA

A pesquisa social envolve possíveis riscos e constrangimentos aos participantes. Em virtude disso, foram feitos esforços para contornar ou



minimizar tais situações, de acordo com as recomendações da legislação vigente, especialmente a Resolução 466 de 2012. Como sugere a ética em pesquisa, foi assegurado absoluto sigilo à identidade dos entrevistados.

Para preservar a dignidade do/a entrevistado/a e minimizar eventuais constrangimentos durante as entrevistas, o entrevistador tomou o cuidado de não insistir na entrevista caso o informante não manifestasse plena disposição para tal. Com a mesma intenção, a entrevista só foi gravada mediante o consentimento do/a entrevistado/a e sua manifestação de estar se sentindo confortável para tal procedimento. Antes da entrevista, os entrevistados receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para ler, e, nos casos em que optaram pela participação, o assinaram em duas vias, permanecendo com uma delas, onde constam os contatos com os responsáveis pela pesquisa. Ainda assim, foi-lhes assegurada a condição de poder retirar-se da pesquisa a qualquer momento, se assim desejassem, mediante comunicação aos responsáveis pela pesquisa.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aprovado mediante o Parecer número 1.576.688, de 06 de junho de 2016.

## 1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além desta introdução, que também situou as bases e procedimentos metodológicos adotados no processo de pesquisa, assentado no campo da pesquisa social de enfoque qualitativo, esta dissertação é composta por outros 4 capítulos.

No capítulo 2 é realizada uma revisão e discussão teórica com vistas a construir um quadro analítico a ser confrontado com a experiência empírica. O referencial teórico fundamentou-se na perspectiva orientada ao ator e nas abordagens da transição agroecológica e estruturou-se em dois eixos ou categorias de análise, encadeadas entre si: processos sociotécnicos e dinâmicas organizativas estabelecidos nas ações de transição.

O capítulo 3 tratou de contextualizar e descrever a região onde ocorreu a pesquisa, com elementos de sua formação histórica, do avanço da cafeicultura como principal atividade econômica na agricultura e das características socioambientais, produtivas e organizativas que compunham a realidade rural e foram geradoras do processo de transição agroecológica do café.

No capítulo 4 são trazidas e problematizadas as informações de campo, relacionando-as com o referencial teórico. É o momento em que as informações e interpretações dos atores sociais são confrontadas com o acumulado teórico sobre a transição agroecológica, centralmente sobre duas perspectivas: a conversão técnico-produtiva resultante do processo sociotécnico e as dinâmicas organizativas que compuseram o cenário da transição do café. E o principal: se tais dimensões (sociotécnica e organizativa) estiveram mais ou menos integradas e como essa interação (ou a sua não ocorrência) se processou gerando divergências/convergências de papéis, estratégias para a TA e eventuais conflitos de propostas.

O capítulo 5 traz alguns tópicos de conclusão e considerações finais como resultados-síntese da discussão, a partir do olhar do autor em relação ao confronto entre as diferentes dinâmicas organizativas, estratégias escolhidas, os papéis dos atores sociais e conflitos que emergiram no processo. As conclusões são integradas algumas considerações finais com a intenção de compartilhar sugestões críticas ao processo de transição agroecológica na agricultura familiar.

As referências bibliográficas e um conjunto de apêndices finalizam a dissertação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo é realizada uma revisão e discussão teórica visando construir um quadro conceitual-analítico para confrontar e refletir com a experiência empírica pesquisada. A realidade empírica será analisada com base em teorias acerca da transição agroecológica e da sociologia do desenvolvimento rural. Busca-se um processo de mão-dupla: a realidade discutida a partir de um referencial teórico e este questionado ou ampliado por eventuais achados no meio empírico.

### 2.1 SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A *PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR*

As ciências sociais têm um rico acúmulo em estudos sobre o rural e sobre a agricultura. No campo do desenvolvimento sustentável, a sociologia tem produzido importantes estudos com base empírica para subsidiar reflexões, discussões e práticas. Uma abordagem que tem referenciado muitos estudos e análises, fruto do trabalho de uma equipe de pesquisadores liderada por Norman Long, é conhecida no Brasil como “perspectiva orientada ao ator” e “teoria centrada no ator”. A obra que reúne vários trabalhos de Long, *Sociología del Desarrollo: una perspectiva centrada en el actor* (LONG, 2007), traz uma proposta teórica e estudos empíricos que, integrados, sustentam a abordagem a partir do ator social e dão referências metodológicas para trabalhos de pesquisa com esta perspectiva.

Com a *Perspectiva Orientada ao Ator* (POA), Long (2007) argumenta que é necessário superar a visão, nas ciências sociais enquanto área de estudo e no desenvolvimento social como realidade vivida, da passividade das pessoas em relação aos planejamentos e determinações vindas de “fora de seu mundo”, como são as políticas ou normativas de Estado ou as pressões dos mercados. Assinala que as pessoas interagem com tais forças, manejam a situação e empreendem decisões e ações que lhes permitam algum ganho, alguma margem de manobra em relação a tais forças e influências.

Long (2007) justifica sua crítica às abordagens que considera exclusivamente desde um ponto de vista estrutural (teoria da modernização e teoria marxista), às quais nomeia como “deterministas, lineares e externalistas” (p. 38), por considerar que se tratam de macro-perspectivas que minimizam a capacidade dos indivíduos frente a tais modelos. Assim, se coloca em uma perspectiva teórica crítica, tanto à teoria da modernização, quanto à teoria marxista da economia política.

Considera ambas assentadas sobre o paradigma estruturalista, que concebe o desenvolvimento e as mudanças sociais a partir da determinação externa, seja pelo estado, pelo mercado ou por intervenções outras. Long não nega a influência externa, mas argumenta que esta influência é mediada (negociada) pelo ator social, que então se posiciona e toma decisões que lhe sejam adequadas.

### **2.1.1 A Perspectiva Orientada ao Ator e sua contribuição para a análise da experiência**

Em nossa pesquisa sobre a transição agroecológica no Leste de Minas Gerais, tomaremos como referência teórico-metodológica a perspectiva do ator para “seguir os passos do ator social” e para compreender e analisar suas práticas e percepções do processo ocorrido. Com esta abordagem, buscaremos discutir e analisar as questões que nos confrontam com a realidade empírica, como a relação/contradição entre as expectativas criadas em torno de vantagens econômicas na venda do café orgânico e o que se verificou no curso do acontecimentos; como os atores sociais percebem eventuais resultados positivos e negativos do processo; como os agricultores avaliam e o que esperam da atuação dos mediadores sociais; e como os atores relacionam e interpretam as questões da transição agroecológica no interior das propriedades e sua relação com fatores externos, de âmbito socioeconômico e político.

Esta maior ou menor relação/intervenção do “mundo exterior” merece atenção na análise da experiência que estudamos. Mas também será necessário definir o “externo” e o “interno” no caso em questão. O processo teve apenas relações e contribuições esporádicas por parte da ATER pública, não configurando uma intervenção sistemática e decisiva sobre a conversão para o café orgânico. Na fase exploratória, uma entrevista com um líder sindical que à época estava à frente do processo relatou que um motivador inicial para a ‘busca do orgânico’ teria sido para contrapor uma campanha de difusão de agrotóxicos para a cultura do café que era feita utilizando-se a estrutura do escritório local da Emater (Entrevista MS-01). Ainda que a informação não seja muito precisa, mesmo assim revela conflitos entre ao menos parte dos sindicalistas e a instituição pública de extensão rural, o que nos leva a supor que não tenha havido participação e ainda menos ‘determinação’ de parte da instituição pública no processo da produção orgânica, pelo menos no seu ímpeto inicial.

De outra parte, a interferência de agentes econômicos (do mercado) foi e vem sendo de pouca intensidade e ainda assim com

descontinuidades. Como já havia no início dos anos 2000 um acúmulo na produção e mercado de café orgânico no sul do estado de Minas Gerais, veio dali uma parceria com a Certificadora de Produtos Orgânicos Sapucaí, com uma proposta distinta em comparação com as certificadoras convencionais, ao atuar de forma a incentivar e assessorar a transição agroecológica e depois na certificação. Como se lê no capítulo 3, a principal e mais contínua influência, através de processos formativos, assessorias, planejamento e apoio direto em atividades, veio de Organizações Não Governamentais (ONGs), que fundamentam suas estratégias e ações em metodologias participativas. Será oportuno observar-se a campo como ocorreu esta relação e se as estratégias e metodologias favoreceram uma relação dialógica e construtiva entre tais agentes externos e a *agência* dos agricultores.

Então, pretende-se identificar e analisar os projetos e intervenções planejadas no processo do café orgânico e como interagiram com a lógica dos agricultores familiares a partir das percepções dos atores (agricultores e mediadores sociais), considerando principalmente a compreensão e capacidade de *agência* dos agricultores. Em outras palavras, verificar e analisar sua ‘margem de manobra’ durante o processo e as representações que construíram.

### 2.1.2 Intervenção externa e *agência* humana

Na teoria ou perspectiva do ator social (LONG, 2007), um conceito-chave é a *agência*. *Agência* é a capacidade dos atores (individuais ou coletivos) de processar experiências sociais. Capacidade de saber e de decidir/agir, mediando entre condições e opções. Atores coletivos são grupos organizados, com certa unidade e coordenação (família, associação, partido, instituição).

Long (2007) não nega a existência e força dos planejamentos externos (macro), mas questiona a eficácia do que denomina “intervenção planejada”. Na relação entre micro e macro, o ator “negocia” (maneja) o macro na sua vida. A *agência* (agência humana) pressupõe *conhecimento*, (margem de) *decisão* e *ação*.

Para Bulhões e Dal Soglio (2009), a perspectiva do ator traz a possibilidade da compreensão da heterogeneidade das combinações de práticas sociais dos agricultores familiares; e elementos analíticos que contribuem no entendimento da emergência da construção do conhecimento de forma enraizada na sociedade. A partir desta abordagem, pretende-se analisar a experiência em relação às **estratégias, metodologias** e o **papel dos atores sociais**. É necessário registrar que o

“ator social” aqui mencionado se trata tanto dos indivíduos (ou ‘projetos familiares’) quanto dos sujeitos coletivos (grupos comunitários, associações, cooperativas).

## 2.2 ABORDAGENS SOBRE A AGROECOLOGIA E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Refletir sobre transição agroecológica (TA) implica discutir sobre o que se está considerando por agroecologia. A compreensão de transição agroecológica não deve ser restringida à conversão tecnológica, embora esta seja uma parte essencial da transição. No intuito de construir uma definição conceitual, Caporal e Costabeber (2004) questionam o uso do termo agroecologia relacionado a um modo específico de fazer agricultura. Segundo os autores, isso gera uma profunda confusão no uso do termo e em muitos casos, prejudica “o entendimento da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (p. 6-7).

Por esta linha de definição, a agroecologia é colocada enquanto ciência (ou campo de conhecimentos), com dois âmbitos: fornecer bases teóricas para *estilos de agriculturas* e de *estratégias de desenvolvimento sustentáveis*. Assim, os autores não irão apontar caminhos para a transição ou conversão dos sistemas (tecnologias) de produção, mas insistem em referenciais teóricos e metodológicos para (no plural) *agriculturas* e ‘*desenvolvimentos*’ em bases sustentáveis. Para estes autores, poderíamos dizer que a agroecologia é o processo sócio-técnico-metodológico que guia a mudança para uma agricultura não-convencional. Usando uma analogia, seria “o projeto que guia a obra, e não a casa depois de pronta”. Assim sendo, a *transição* de uma determinada realidade agrícola-rural para outra é *parte* do próprio conceito da agroecologia. Porém, ampliam o conceito de modo a não o engessar e nem o colocar a serviço exclusivo da dimensão técnico-produtiva, o que poderia suscitar uma conotação produtivista da agricultura.

Os autores parecem, então, propor ou atribuir à agroecologia uma ‘sociologia do desenvolvimento rural sustentável’. Ambos com formação agrônômica, chama atenção a ênfase mais no viés sociológico e menos na dimensão agrícola. Mas os autores compartilham também a escola espanhola dirigida por Sevilla Guzmán, para quem

A agroecologia se propõe não só a modificar a parcelização disciplinar, senão também a epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a

orquestração de distintas disciplinas e ‘formas de conhecimento’ que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico, onde a perspectiva sociológica tem um papel central (SEVILLA GUZMÁN, 2002, p. 18).

Sevilla Guzmán (2002) sistematiza o que denomina *Sociologia dos métodos e técnicas da Agroecologia*, segundo as perspectivas de pesquisa. Nesse trabalho, ele considera seis diferentes níveis (da propriedade, passando por comunidade, sociedade, etc.), os quais cruza com três distintas perspectivas: a ‘*distributiva*’ (produtiva), que seria a mais usual e convencional, típica das unidades experimentais e baseada em dados quantificáveis, e que prioriza o enfoque na produção; a ‘*estrutural*’ (desenvolvimento), mais relacional e qualitativa, utiliza ferramentas de observação participante e grupos de discussão, “permite preparar o terreno para o desenvolvimento de uma agricultura participativa”; e a ‘*dialética*’ (movimento social), perspectiva em que “a pesquisa-ação participativa rompe a estrutura de poder sujeito-objeto da metodologia científica convencional, gerando a possibilidade de uma mudança nas ações sociais dentro de episódios de atuação como ‘analisadores históricos’” (Idem, p. 21).

Entendemos haver aqui um esforço para uma interpretação e ação com caráter político sobre a produção e o desenvolvimento. Em outras palavras, os três níveis correspondem às perspectivas ecológico-produtiva, socioeconômica e sociopolítica, e não são excludentes – todos são válidos e complementares no processo de pensar e agir na construção da agroecologia, desde que, realmente, sejam assim vistos e utilizados. “Podem constituir níveis acumulativos que permitem uma indagação-ação cada vez mais profunda sobre e na realidade”, explica o autor (Ibidem, p. 21).

Percebemos em Sevilla Guzmán uma opção e contribuição para uma abordagem da agroecologia enquanto aporte metodológico para orientar processos sociais participativos visando mudanças nos modos de fazer a agricultura, o desenvolvimento e a sociedade, com destacado esforço à participação protagonista dos agricultores. Tal contribuição teórico-metodológica permite discutir um aspecto considerado fundamental por algumas abordagens: a participação dos agricultores nos diagnósticos e planejamentos dos projetos em agricultura e desenvolvimento rural, critério que é ainda mais enfatizado nas estratégias agroecológicas. As experiências no Leste de Minas, em princípio, pretendiam esta ênfase na participação. No entanto, é necessária uma atenção a esta questão, pois pode ter havido abertura à

participação sem que as famílias tivessem condições para uma participação qualificada e decisiva dos rumos do projeto. Nas discussões, as informações coletadas a campo serão analisadas também sob esta perspectiva.

### **2.2.1 A transição nos sistemas produtivos característicos de agricultura familiar**

A agricultura familiar é frequentemente percebida como o contexto sócio-produtivo ‘vocacionado’ para a agroecologia. Caporal (2009, p. 26) identifica na agricultura familiar um “modo de produção e de vida mais compatível com os processos ecologicamente responsáveis que deveriam ser implantados, já que transição para estilos de agriculturas sustentáveis exige um manejo ecológico dos agroecossistemas, que só pode ser efetivo se houver uma agricultura com agricultores(as)”. Gliessman (2009, p. 611) diz que “o manejo agroecológico é melhor implementado quando se intensifica o uso de mão-de-obra humana, em vez de maquinaria”. Para Schmitt (2013),

As abordagens agroecológicas sobre a transição para uma agricultura sustentável agregam a essa discussão um conjunto de reflexões acerca da ligação existente entre as formas produtivas e de organização social características da agricultura familiar e camponesa e o manejo ecológico dos agroecossistemas (SCHMITT, 2013, p. 191).

Conforme se descreve no capítulo 3, a realidade empírica de que trata esta pesquisa é caracterizada pela agricultura familiar. Assim, o processo de transição para a agroecologia a que se refere este trabalho está integrado ao debate do desenvolvimento rural em contexto caracterizado pela agricultura familiar e às estratégias e ações que visam alcançá-lo.

A transição agroecológica, especificamente, é abordada na literatura por uma variedade de “entradas”. Em geral, ainda que guardando certas diferenças, os estudos sobre a TA sugerem um processo de mudanças graduais, em etapas, desde a racionalização no uso de insumos industriais até o redesenho dos sistemas produtivos.

Citando Hill e MacRae (1995), Schmitt (2013, p. 186-187) apresenta os três níveis ou estágios descritos como “estratégias desenvolvidas pelos produtores rurais no processo de reestruturação de seus sistemas produtivos”: o ‘estágio da eficiência’, caracterizado pela busca de um melhor desempenho no âmbito do próprio sistema convencional, através de uma redução do consumo ou do desperdício de



recursos escassos, incluindo aí os agrotóxicos, a água e os fertilizantes químicos e o próprio solo; a denominada ‘fase de substituição’ de insumos danosos à saúde do homem ou dos ecossistemas por produtos e/ou métodos com menor potencial de degradação do meio ambiente; e o estágio no qual o sistema produtivo é inteiramente redesenhado e manejado a partir de princípios ecológicos.

O viés da conversão tecnológico-produtiva é bastante trabalhado por autores como Altieri (1999) e Gliessman (2009, 2010). Estes autores sugerem caminhos para a TA a partir de estudos realizados em várias partes do mundo. Seus trabalhos voltam-se, a partir da conceituação e fornecimento de conteúdos da agroecologia, para a sistematização de estratégias para sua implementação. Gliessman (2009, 2010) apresenta material de estudo da transição agroecológica a partir de sistemas em monocultura e altamente dependentes de insumos industriais (sementes, fertilizantes e agrotóxicos). Compartilha e utiliza os três níveis propostos por Hill e MacRae (1995, *apud* SCHMITT, 2013) e propõe um quarto nível ou estágio para a transição agroecológica:

Restabelecer uma conexão mais direta entre aqueles que cultivam os alimentos e aqueles que os consomem, com um objetivo de restabelecer uma cultura de sustentabilidade, que leva em conta as interações entre todos os componentes do sistema alimentar (GLIESSMAN, 2010, p.7).

Este acréscimo confere uma visão e orientação que articula os desafios ‘da porteira para dentro’ (produção) e ‘da porteira para fora’ da unidade produtiva (consumidores, sociedade), pois “a conversão ocorre dentro de um contexto social, cultural e econômico, e esse contexto deve apoiar a conversão para sistemas mais sustentáveis (Idem, p.7).

Estes níveis são como que princípios gerais ou estrutura orientadora para a conversão dos sistemas de produção, enquanto que nas distintas realidades outras demandas aparecem, de acordo com as especificidades dos sistemas em transição. E, enquanto regras gerais, tais passos ou fases são praticamente consensuais entre os pesquisadores no desafio da transição de agriculturas baseadas em altos índices de insumos industriais para outras modalidades, baseadas no manejo ecológico dos recursos naturais. Segundo Gliessman (2010), estes níveis nos ajudam a descrever os passos que são dados na conversão de agroecossistemas modernos convencionais ou industriais; podem servir como um mapa (um passo a passo) que guia o processo de conversão e também como apoio às pesquisas em agricultura relacionadas à conversão.

No entanto, parece haver certa margem para discutir estes ‘procedimentos-padrão’. Enquanto a agroecologia é definida a partir de princípios que se inspiram no funcionamento da natureza – aspectos biofísicos – e nos conhecimentos e práticas indígenas e camponesas de manejo dos agroecossistemas – aspectos do *saber fazer* e da cultura camponesa – (ALTIERI; TOLEDO, 2010), boa parte dos estudos da TA parece supor uma realidade ‘homogênea’, na qual a agricultura seja baseada na monocultura e na utilização intensiva de insumos industriais. O que queremos ressaltar, aqui, é a heterogeneidade, a diversidade de modalidades de agricultura presentes no mundo, ou seja, as ‘agriculturas’; e que tal realidade diversa pode implicar estratégias também diversas para a transição agroecológica. Por exemplo, nos casos em que a “revolução verde” se fez de forma incompleta, ou seja, o modelo produtivo é semiespecializado, com uma ou duas culturas ou produtos principais para comercialização, onde as tecnologias e insumos industriais prevalecem, e um conjunto de cultivos e criações em paralelo, destinados ao consumo familiar, às trocas e venda dos excedentes.

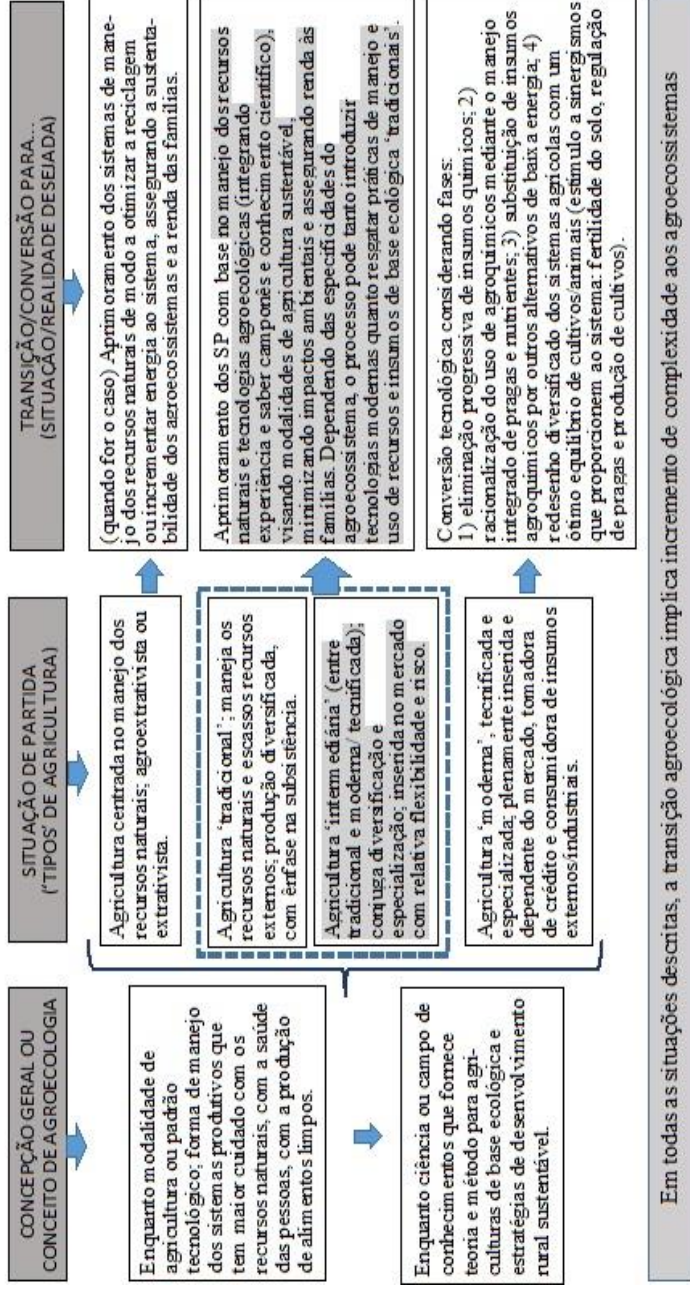
A presença desta agricultura mista – intensa em tecnologia em determinados cultivos ou criações mais voltados ao mercado e diversificada e tradicional em outros componentes do sistema de produção – é ainda bastante presente no campo brasileiro. No Leste de Minas Gerais, apesar do café ser o produto comercialmente mais importante para a grande maioria dos agricultores, também na quase totalidade de estabelecimentos há uma significativa diversificação produtiva (PROJETO DOCES MATAS, 2004), tanto para o consumo quanto para comercialização. São produzidos milho, feijão, arroz, mandioca, várias espécies de hortaliças e frutas, assim como animais (bovinos para leite e carne visando a comercialização; suínos e aves mais destinados ao consumo). Em realidades como estas, características de grande parcela da agricultura familiar e tradicional, o enfoque agroecológico poderia constituir importante apoio no planejamento e implementação de mudanças ou melhorias nos manejos de parte da produção ou mesmo no redesenho dos sistemas produtivos, de modo a equacionar ciclos energéticos, custos, produtividade e até sua relação/cooperação com outros agricultores e com os mercados.

Na região Leste de Minas, principalmente em propriedades familiares de áreas muito reduzidas, como se pode ver no Gráfico 3, é possível encontrar uma agricultura que ainda mantém características tradicionais. Mesmo no cultivo do café, até poucos anos as atividades de adubação, capina e colheita eram exclusivamente manuais. A roçadeira costal a gasolina passou a ser usada para manter uma parcela da vegetação

e minimizar os efeitos da erosão do solo. A adubação dos cafezais é dependente de fertilizantes solúveis; e este parece ter sido um aspecto não bem resolvido pela transição proposta nos anos passados (OLIVEIRA, 2011).

A partir de vários autores, é possível sistematizar distintos tipos ou padrões de agricultura (considerando recursos naturais, produção e tecnologia) e respectivos desafios para a transição agroecológica. Um esquema desta sistematização consta no Quadro 1. Nele queremos chamar atenção para o tipo de agricultura que denominamos “intermediária”, que se apresenta entre tradicional e moderna/tecnificada, conjuga diversificação e especialização, é inserida no mercado com relativa flexibilidade e risco, tem reduzida capacidade de autofinanciamento, seu principal meio de produção é a força de trabalho familiar, em áreas geralmente pequenas (como se pode ver no Gráfico 3). Entendemos ser esta a caracterização aproximada da agricultura e agricultores que participaram do processo de transição agroecológica no Leste de Minas nos anos 2000. Para este ‘tipo’, entende-se que a transição deve buscar o aprimoramento dos sistemas de produção com base no manejo dos recursos naturais e tecnologias agroecológicas (integração entre experiência e saber camponês e conhecimento científico), visando modalidades de agricultura sustentável, minimizando impactos ambientais e assegurando renda às famílias. Em casos específicos, o processo de transição pode tanto introduzir tecnologias ‘modernas’ quanto resgatar práticas de manejo e uso de recursos e insumos de base ecológica ‘tradicionais’.

**Quadro 1** – Representação esquemática de contextos e processos de TA na agricultura familiar



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de várias referências, nem sempre convergentes; Caporal e Costabeber (2004), Gliessman (2009, 2010), Altieri e Nicholls (2007), Schmitt (2013).

Entre os autores da agroecologia que nos baseamos, todos reconhecem a importância do referencial agroecológico se traduzir em práticas sociais e produtivas, especialmente nos contextos das diversas agriculturas de identidades camponesas. No entanto, com diferentes ênfases, ressaltam ou pretendem que a agroecologia se configure em ciência das agriculturas e do desenvolvimento em bases sustentáveis, como referencial teórico-metodológico para os processos de transição agroecológica.

Caporal (2009) afirma que na agroecologia é central o conceito de transição agroecológica, que ele conceitua como

Um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção e de outros sistemas degradantes do meio ambiente (que podem ser mais ou menos intensivos no uso de insumos industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL, 2009, p. 19).

Costa Gomes (2006) destaca a importância da questão técnico-produtiva nos processos de TA ao afirmar que mesmo que a pesquisa em agroecologia “dependa de base epistemológica, metodológica e sociológica definida e aceita, a base tecnológica não pode ser negligenciada, pois é nesse campo que os agricultores que iniciam a transição agroambiental depositam mais expectativas e apresentam mais carência” (COSTA GOMES, 2006, p.5). Ao lembrar a importância da dimensão tecnológica, este autor não a reivindica mais importante, e sim como componente que não deve ser desprezada.

Os processos e práticas de assessoria que envolvem discussões e formação sobre organização, gestão econômica e princípios

agroecológicos não são suficientes para a superação de um modelo que foi estabelecido (e já se encontra incorporado) à base de importantes aportes materiais, financeiros e técnicos do Estado, como foi a revolução verde e, particularmente no caso em estudo, a cafeicultura convencional (monocultura e agroquímicos). A discussão sobre a necessidade e a metodologia de se desenvolver uma assistência técnica para a transição agroecológica é pertinente, de modo especial onde o incentivo à monocultura, por meio das estruturas do Estado e do mercado, vem de décadas. De acordo com o Marco Referencial em Agroecologia (EMBRAPA, 2006), a orientação e acompanhamento técnico constitui-se como importante pilar de políticas públicas para implantação do modelo agroecológico. Já na apresentação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL-MDA, 2008) é feita uma constatação de que a desestruturação da ATER pública ocorrida nos anos 1990 acabou por restringir as possibilidades de acesso dos agricultores familiares ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e às políticas públicas. A nova Política Nacional de ATER, segundo o mesmo documento, vem exatamente para suprir as necessidades da agricultura familiar. A opção pela agroecologia na nova ATER é explicitada como um de seus princípios: “Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia” (BRASIL-MDA, 2008, p. 7).

Ainda sobre a necessária atenção a como conduzir a transição agroecológica nos sistemas produtivos, Caporal (2009, p. 20) sublinha que

[...] para não haver prejuízos aos atuais níveis de produção e produtividade, é fundamental que a busca da sustentabilidade seja estabelecida mediante estratégias de transição agroecológica e esta não se resume, simplesmente, em realizar a substituição de insumos ou a diminuição do uso de agrotóxicos. A transição para agriculturas de base ecológica requer o estabelecimento de um processo capaz de implementar mudanças multilíneas e graduais nas formas de manejo e no desenho dos agroecossistemas. [...] buscar a superação de um modelo agroquímico e de monoculturas [...] por formas mais modernas e complexas de fazer agricultura, que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Mais do que mudar práticas agrícolas, trata-se de mudanças em

políticas e em enfoques econômicos e socioculturais que regem os processos de desenvolvimento.

Outro enfoque a respeito do acompanhamento aos agricultores para a promoção da agroecologia é dado por muitas ONGs que atuam em diversas regiões do país. Santos (2007), ao sistematizar um conjunto de documentos oriundos de experiências metodológicas destas ONGs, no contexto do Segundo Encontro Nacional de Agroecologia, diz que o termo ‘construção do conhecimento agroecológico’, utilizado neste meio,

Aponta para a noção de que o desafio atual das organizações de promoção da Agroecologia não é o de prestar uma assistência às famílias que adotam ou querem adotar esse modelo de produção e nem tampouco o de fazer a extensão ou difusão dos conhecimentos gerados nas instituições de pesquisa”. [*E que o mesmo*] “se refere a processos de elaboração de novos saberes sobre a Agroecologia a partir dos conhecimentos tradicionais dos agricultores e agricultoras e da sua interação com o saber técnico-acadêmico (p.21).

No mesmo artigo, Santos (2007, p. 23, *apud* GT-CCA/ANA, 2006) registra que as organizações de assessoria definem como sendo o seu papel na promoção da agroecologia “[...] dinamizar processos sociais de inovação agroecológica que permitam a vinculação entre o corpo de conhecimentos dos agricultores sobre o manejo dos seus agroecossistemas e o conhecimento científico acadêmico”. As ONGs entendem os processos locais como espaços de interatividade que vão além da agroecologia em sua dimensão técnica, mas envolvem também sua dimensão sociopolítica.

O processo preparatório ao 2º ENA permitiu às entidades refletir criticamente sobre sua própria intervenção; e um tópico aborda a questão do dilema que as ONGs enfrentavam diante das demandas dos agricultores, oriundas dos DRPs, que constitui uma ferramenta de diagnóstico e planejamento muito valorizada por tais organizações. Um dos exemplos citados refere-se à intervenção denominada “especializada”, como seria o caso do café orgânico:

A construção do conhecimento a partir dos diagnósticos da realidade levou as organizações a priorizar determinados problemas ou temas a serem trabalhados levando, muitas vezes, a uma especialização da intervenção. Passou-se, portanto, de um enfoque mais tecnológico (primeira fase)

para uma abordagem mais temática. Porém, ao se trabalhar no sentido da especialização temática (café orgânico, sistemas agroflorestais, por exemplo) há um evidente risco de se perder a dimensão sistêmica que o saber agroecológico deve ter, subvertendo os parâmetros de equidade social, diversificação produtiva, resiliência, etc. Esse risco foi identificado por várias organizações, que perceberam a necessidade de mudar seu modelo de intervenção [...]. A especialização temática em algumas experiências está diretamente ligada a uma lógica de intervenção voltada para o mercado. Em alguns casos, os grupos de agricultores envolvidos nos processos de construção do conhecimento estiveram também engajados na criação de organizações orientadas para a comercialização, a exemplo de cooperativas. Em que pese a importância dessas organizações, há o risco de que a lógica de mercado (que envolve aspectos econômicos, administrativos, financeiros, etc.) prevaleça sobre as dimensões sistêmicas da Agroecologia. [...] A intervenção do tipo temática, mesmo quando originada de processos de diagnóstico da realidade, pode dar origem a rotinas sem reflexão [...]” (SANTOS, 2007, p. 25).

A discussão sobre os modelos e metodologias de ATER ou *Construção do Conhecimento Agroecológico*, como defendido pelas ONGs, é pertinente em termos teóricos e essa questão permeia as práticas de campo na condução da transição agroecológica. Como se verá no capítulo 5, referente à discussão do caso pesquisado, os agricultores fizeram referência constante à questão tecnológica e à necessidade de assistência técnica para a conversão orgânica. Neste sentido, sem ater-nos à nomenclatura, optamos aqui e faremos a discussão considerando ser necessária uma assistência técnica qualificada e em quantidade adequada aos objetivos postos.

É compreensível que a dimensão produtiva receba importância destacada por parte dos agricultores, dado que a produção é seu meio de sustentação material; e a conversão tecnológica implica riscos à produção e à produtividade. Neste sentido, concordamos com Costa Gomes (2006) quando diz que não se pode negligenciar a base tecnológica nos processos de transição agroecológica. Assim como o seu *fazer a campo*, é importante que a *construção teórica* da agroecologia seja permanente e sempre permeável e abastecida pela realidade do campo.



A diversidade ambiental, socioeconômica e cultural onde se inserem as agriculturas brasileiras deve ser compreendida e abordada considerando este quadro de complexidade. É necessário perceber e reconhecer contextos onde a agricultura incorpora certas distinções em relação ao padrão que foi difundido como ideal da modernização agrícola, pois mesmo nestes rincões são crescentes os impactos da agricultura e do modelo de desenvolvimento hegemônico sobre o meio biofísico e as populações. Nestes contextos, a disputa por acesso a recursos como água, terra e florestas são intrínsecos ao processo de conquista da produção e da sustentabilidade. E o *fazer agroecológico* precisa enfrentar ali novos desafios, como bem lembra Schmitt (2013) em relação à transição agroecológica nos contextos de sistemas produtivos tradicionais (por camponeses e extrativistas); mesmo esses, podem carecer de redesenho em face a pressões externas ou limitações de recursos. Extrapola a questão da conversão para um debate mais amplo sobre agricultura e desenvolvimento rural.

A agroecologia apresenta-se como referencial para ‘modalidades’ de agricultura sustentável ou de base ecológica (entre elas, a orgânica, a extrativista e outras). E, dado que isso implica, além de tecnologias ambientalmente adequadas, importantes e complexas relações socioeconômicas e ético-culturais, a agroecologia tem o desafio de articular dimensões que intervêm nos modos de pensar, discutir e construir o desenvolvimento. Gliessman (2009, p. 610) faz referência às “relações entre agroecologia e mudanças no contexto social da agricultura”, e elenca uma série de critérios que esta agricultura é capaz de atender: a) redução drástica/baixa dependência de insumos externos, valorizando o uso de recursos renováveis localmente acessíveis; b) incorporação do conhecimento e da cultura da população local, dado que o manejo agroecológico é baseado no conhecimento prático do agroecossistema em associação com o conhecimento científico; c) o manejo agroecológico exige e aponta para o produtor uma visão de longo prazo, contrabalançando os anseios de lucros imediatos, o que permite a sustentabilidade do agroecossistema, com a manutenção da capacidade produtiva e da renda; d) preservação da diversidade biológica, social e cultural; e) produção de mercadorias para o abastecimento das populações locais/regionais e para a exportação, se for o caso.

Assim, a questão da conversão tecnológica nos sistemas produtivos locais e especialmente sobre a produção e produtividade do café relacionada às expectativas das famílias agricultoras será analisada, dado que a mudança nos padrões produtivos do café e sua consequente condição de atrair melhor preço no mercado era um dos fundamentos da

proposta. Para fazer este exercício, parte-se do exposto no capítulo 3, que recorre a um percurso histórico da agricultura e especificamente do café na região, procedendo ao resgate e análise das trajetórias tecnológicas que marcaram o contexto e influenciaram a transição agroecológica.

## **2.2.2 As mudanças vão além do sistema produtivo**

Partindo-se de um quadro geral de renda e condições materiais relativamente limitadas entre as populações rurais, particularmente no conjunto da chamada agricultura familiar e camponesa, que dispõe de escassos meios de produção (terra e capital, neste caso), pode-se deduzir que uma dimensão importante para a mudança para sistemas de produção em bases agroecológicas é a melhoria da renda e, conseqüentemente, da qualidade de vida. Além da renda, a melhoria das condições de saúde é outro objetivo almejado por agricultores que fazem a transição para formatos produtivos em bases ecológicas. E é plenamente legítimo que as famílias agricultoras busquem e alcancem melhorias em suas condições de vida através da produção em bases agroecológicas. Entretanto, mudanças pressupõem dificuldades e riscos. Sair de um modelo já consolidado, apoiado por pacotes tecnológicos, fornecedores de insumos (vendedores que se deslocam até as propriedades, como ocorre nas regiões cafeeiras de Minas Gerais), um mercado estabelecido, mesmo com todas as suas mazelas, requer iniciativa e implica certas dificuldades. Tais circunstâncias geralmente inviabilizam saídas ou mudanças individuais e isoladas. A organização social, como se verá adiante, possibilita o intercâmbio de experiências e ideias, fortalecendo os grupos sociais que iniciam a transição agroecológica (COSTABEBER; MOYANO, 2000).

A maioria dos autores (entre outros, ALTIERI, 1999; GLIESSMAN, 2009, 2010; EMBRAPA, 2006) reconhece, e alguns enfatizam, que mudanças de sistemas produtivos convencionais para agroecológicos não decorrem exclusivamente dos manejos, ou seja, do que é necessário proceder no interior das unidades produtivas. É preciso observar e 'lidar' com os desafios 'da porteira para fora da propriedade'. Segundo estes autores, aspectos relativos ao contexto sócio-organizativo dos agricultores, de possibilidades de mercado e de políticas públicas interferem e devem ser considerados nas ações que visam à transição agroecológica e ao desenvolvimento rural sustentável. As mudanças (trajetórias) tecnológicas ocorrem em um ambiente social, econômico e cultural que influencia tais trajetórias e é influenciado por elas. Ou seja, há influência recíproca entre o contexto multidimensional (social,

ambiental, econômico, cultural, histórico) e os processos de mudança, no caso em estudo, os padrões técnico-produtivos.

[...] quando se faz referência à Agroecologia está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias “puras”, pois incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. Com isso, fica evidente, enfatize-se, que o complexo processo de transição agroecológica não dispensa o progresso técnico e a incorporação dos avanços do conhecimento científico (CAPORAL, 2009, p. 18).

No *Marco Referencial em Agroecologia* (EMBRAPA, 2006), um conjunto de técnicos de vários centros de pesquisa elaboraram um documento para servir de guia a pesquisas e desenvolvimento de tecnologias da empresa. Além de referenciar-se nos passos descritos por Gliessman e em conceitos de Altieri para orientar a transição “interna ao sistema produtivo agropecuário”, os autores propõem também a “transição externa ao sistema produtivo”, visando extrapolar o corte exclusivamente tecnológico, pois “a transição agroecológica só poderá alcançar sua plenitude quando outras condições, externas à unidade de produção, forem estabelecidas” (EMBRAPA, 2006, p.29).

Para a transição externa do sistema produtivo, a publicação da Embrapa (2006) elenca necessidades e políticas que serviriam para alavancar o processo, como um “conjunto de condições mais amplas a ser construído [...], tais como [...] a organização dos mercados e infraestruturas, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico” (Idem, p. 29). Na parte final desta revisão de literatura, o item “Características de processos socialmente inovadores” aborda aspectos da necessária articulação da produção agroecológica e orgânica aos mercados consumidores.

O *Marco Referencial*, portanto, alinha-se com o que defendem Caporal e Costabeber (2004) enquanto visão e conceito de agroecologia e, conseqüentemente, enquanto estratégias para a transição agroecológica. Esta também é a perspectiva apontada por Sevilla Guzmán (2002). Assim, se concordamos que a agroecologia não se restringe a um formato tecnológico/agrícola (ou a um “estilo” de agricultura, como já mencionado), o processo de sua efetivação na realidade rural/agrária

brasileira abrange a relação com a natureza, a produção, o mercado, o território, as políticas, a sociedade. Fica evidente, portanto, um desafio multidimensional (técnico, social e político) e de grande complexidade teórica e metodológica.

No entanto, caracterizar e analisar a campo este conjunto de dimensões e suas intrincadas articulações requer, possivelmente, mais do que uma pesquisa de mestrado. Em virtude disso, nos aspectos técnico-produtivos propomos um recorte de objetivos e descritores principais, assim delimitados:

- Se ocorreu um processo de mudanças graduais nos sistemas produtivos, considerando otimização, substituição, redesenho dos SP<sup>5</sup> (os três níveis sugeridos). Neste aspecto, para minimizar o risco de perdas econômicas aos agricultores, poderia ter havido um processo igualmente gradual, porém agregando-se ano a ano uma porção a mais da área em conversão (por telhões de café, por exemplo). As possibilidades de acesso ou a preparação de insumos orgânicos também deve ser observado. E convém ponderar ainda sobre a questão posta por Schmitt (2013) sobre a adequação ou não (ou adequação parcial) dos três níveis em contextos camponeses menos intensivos em tecnologia.
- Além disso, se as estratégias procuraram combinar as mudanças na produção com o mercado (alimentar), a sociedade e políticas públicas, ou seja, mudanças que extrapolam o sistema produtivo.
- E finalmente, se o processo considerou questões metodológicas, mediante estratégias de acompanhamento técnico ou com pesquisa-ação participativa, como sugerida por Sevilla Guzmán (2002). Para o caso em estudo, se poderia trabalhar com a noção de ***processo de conhecimento e ação em cooperação entre agricultores e mediadores sociais***. Assim, o “local de geração do novo” referido por Sevilla Guzmán (2002) seria mais próximo da realidade e do mundo dos agricultores. Ao mesmo tempo, combinando o saber local e o científico (SANTOS, 2007), ou seja, reconhecendo e colaborando para os saberes

---

5 Redesenho do sistema de produção, para Altieri, é a reestruturação do conjunto da unidade produtiva (UP) ou do agroecossistema, entendido como o conjunto das partes que integram uma UP e suas interações (recursos naturais, tecnologias, cultivos e criações, trabalho). Não ficam claras, no entanto, as estratégias utilizadas nos casos em que a progressão da conversão se dá no espaço (por partes menores ou determinados cultivos da UP e vai ampliando progressivamente) e não no tempo/intensidade.

híbridos (GUIVANT, 1997) necessários às realidades e processos heterogêneos e complexos.

### 2.3 INOVAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO RURAL: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A TA

A agroecologia é muitas vezes associada a resgate de conhecimentos, cultura camponesa, experiências produtivas abandonadas ou marginalizadas com a introdução dos pacotes da revolução verde. Altieri (1999) refere-se a esta ‘fonte de inspiração e ensinamentos agroecológicos’ com muita ênfase. Ao mesmo tempo, diz que necessitamos combinar elementos do conhecimento tradicional e do conhecimento científico moderno em busca da sustentabilidade. A criatividade dos agricultores na experimentação e adaptação, seja de tecnologias, seja de formas de organização social, é vista por muitos autores como um trunfo para o desenvolvimento endógeno<sup>6</sup>.

Neumeier (2012) traz o conceito de *inovações sociais* (IS) entendido a partir de uma perspectiva de desenvolvimento rural, indicando que ações e estruturas inovadoras, criativas, são constitutivas e fundamentais em casos de desenvolvimento rural bem-sucedido ou sustentável. Por outro lado, a falta de *inovações sociais* muitas vezes acarreta fortes restrições à vitalidade e um maior desenvolvimento das comunidades rurais.

O autor trabalha com uma noção de IS que incorpora a mudança social e organizacional (soluções; melhorias na qualidade de vida), mas avança para a ‘mudança ou concertação de objetivos comuns de um grupo social’, o que caracteriza um processo de desenvolvimento, portanto, não restrito a mudanças setoriais. Exemplifica que os processos de desenvolvimento endógenos e que se diferenciam de estratégias meramente intervencionistas são fortemente dependentes de mobilizar um público. Aqui é possível estabelecer uma relação com o conceito “ampliado” de agroecologia, que a define tanto como orientadora de princípios para a produção em bases ecológicas quanto como ciência ou campo de conhecimentos que fornece teoria e método para agriculturas

---

<sup>6</sup> Muitos autores abordam as potencialidades e as características que sobressaem nos processos endógenos de desenvolvimento. Em Neumeier (2012), o potencial endógeno é enfatizado como meio para fortalecer a identidade regional e como requisito para o sucesso do desenvolvimento. No entanto, é feita a ponderação de que o sucesso destes processos é fortemente dependente da possibilidade de mobilizar um público e de pessoas com perfil de liderança e inovação, mas que, ao mesmo tempo, mantenham a estabilidade necessária ao processo.

de base ecológica e estratégias de desenvolvimento sustentável. Tem estreita relação também com as estratégias de metodologias participativas, que não somente mobilizam como visam ações adequadas à realidade, definidas e assumidas pelos agricultores.

Neumeier ressalta a necessidade de equilíbrio entre criatividade (inovação) em termos de novas ideias e visões em ação para as mudanças e uma atenção para que se mantenha a “estabilidade necessária” (construir estruturas sustentáveis). E sugere uma abordagem sociológica acerca das IS que, além da mudança social em geral (melhorias que atendam os interesses comuns de um grupo ou sociedade), acentua a mudança nos objetivos comuns de um grupo específico de pessoas. IS são vistas, assim, como a geração e implementação de novas ideias sobre como as pessoas devem organizar a suas atividades e interações sociais para atender a um ou mais objetivos comuns, melhorando as **ações**, a **organização** e o **saber** de um grupo de pessoas.

### 2.3.1 Características de processos socialmente inovadores

Apesar de reconhecer as dificuldades em perceber e analisar as inovações sociais em um processo de desenvolvimento, Neumeier (2012) apresenta determinadas características que contribuem para isso. Segundo ele, as IS são caracterizadas centralmente por: a) ação coletiva e colaborativa, b) partir de uma problematização e impulso inicial; c) apresentar mudança de atitude, comportamento, percepções; d) organizar-se enquanto ‘ator-rede’; e) demonstrar ‘evolução’ em relação à situação anterior; e f) além de mudanças e melhorias materiais, apresenta benefícios imateriais (qualitativos), como a concertação de objetivos de um grupo social. Exemplifica esta última característica citada com casos estudados nos quais se percebeu mudanças de perspectiva e práticas em aspectos ambientais, de produção e consumo, etc.

Tais características podem constituir processos de transição agroecológica e reconfiguração econômica e socioambiental. É o que se buscará identificar e analisar na experiência do Leste de Minas.

Podem ser identificadas as seguintes fases no processo de inovação conceituado por Neumeier (2012): a) **problematização** (desencadeada por um impulso inicial, um ator ou um pequeno grupo inicial de atores decide mudar o seu comportamento e atitudes; pode ter influência externa), b) **manifestação de interesse** (outros atores se informam e se interessam sobre a mudança de comportamento e atitudes, veem algum tipo de vantagem para na adoção das novas formas de comportamento ou atitudes e decidem imitar ou adotá-las, que seria um efeito irradiador) e c)

***delimitação e coordenação*** (negociação de novo comportamento e atitudes com ator-rede mais desenvolvido..., processos de aprendizagem co-evolutivos e dinâmicos).

No caso da mudança dos modos de produção (de convencional para agroecológico) e na criação de formas de organização social tanto para facilitar as colaborações entre agricultores na produção como na comercialização (visando a exportação), o processo de mudanças é caracterizado por inovações sociais. As soluções e metodologias não se oferecem prontas. Como diz Neumeier [...], “a aprendizagem coletiva, de coordenação e de comunicação entre diferentes processos e atores em equipes, redes de atores e outros meios de cooperação são fatores importantes para o sucesso do desenvolvimento regional endógeno” (NEUMEIER, 2012, p. 59).

Considerando que as inovações sociais qualificam os processos de desenvolvimento, então é necessário dar destaque à análise das inovações sociais em pesquisa de desenvolvimento rural. Porém, “inovações sociais são difíceis de definir, identificar e medir” (p. 63), o que torna necessário estabelecer metodologias apropriadas de pesquisa. Neumeier aponta a perspectiva orientada ao ator como sugestão metodológica para a compreensão e avaliação dos processos de inovação social no desenvolvimento rural.

É oportuno retomar aqui também a questão da agroecologia, de forma a articular as dimensões de nossa pesquisa e focos de análise. Schmitt (2013) diz que “as abordagens agroecológicas sobre a transição [...] agregam a essa discussão um conjunto de reflexões acerca da ligação existente entre as formas produtivas e de organização social características da agricultura familiar e camponesa e o manejo ecológico dos agroecossistemas (SCHMITT, 2013, p. 191). Assim, temos a possibilidade de encontrar encadeamentos teóricos entre agricultura familiar, perspectiva orientada ao ator, organização social, agroecologia e inovações sociais.

Costabeber e Moyano (2000) abordam a transição agroecológica destacando um processo de três dimensões combinadas: econômica, ambiental e social, “a fim de estabelecer-se um quadro teórico para a compreensão das razões e atitudes dos atores sociais que se envolvem em processos de câmbio tecnológico e em formas associativas dirigidas a construção e experimentação de estilos de agricultura com base ecológica” (p. 44). Estes autores entendem a ecologização e a ação coletiva como processos complementares para se alcançar um contexto de sustentabilidade, ao que denominam de “perspectiva multidimensional”, conforme explicitado no Quadro 2.

**Quadro 2** – Fundamentos básicos da transição agroecológica e da ação social coletiva desde a perspectiva multidimensional

<b><i>Dimensões e Processos</i></b>	<b><i>Ecologização</i></b>	<b><i>Ação coletiva</i></b>
<b>Econômica</b> <i>Luta contra a estagnação e a marginalização econômica</i>	Incorporação e intensificação tecnológica via implementação de estilos alternativos de produção poupadores de capital.	Estratégias para incrementar e diversificar as rendas agrárias via organização da produção e conquista de novos mercados.
<b>Social</b> <i>Luta contra a exclusão social e a perda da qualidade de vida</i>	Incremento da qualidade de vida mediante a produção de alimentos saudáveis e a melhora das condições de trabalho e de saúde.	Estratégias para a inclusão social e direito a participação cidadã na construção de alternativas orientadas às necessidades locais.
<b>Ambiental</b> <i>Luta contra a degradação ambiental e a perda da capacidade produtiva do agroecossistema</i>	Recuperação da capacidade produtiva dos agroecossistemas através da adoção de métodos e técnicas mais prudentes ecologicamente.	Estratégias para o intercâmbio de experiências e geração de conhecimentos aplicados ao aperfeiçoamento do processo produtivo.

Fonte: Costabeber e Moyano (2000).

Na busca de mudanças nas estratégias tecnológicas e produtivas, a *dispersão* dos agricultores tende a ser substituída pela *agrupação*, sendo esta uma estratégia para apoiar atividades e ações fundamentais e nem sempre alcançáveis pela atuação individualizada. Porém, a seguir as ações coletivas passam a determinar as estratégias: “se transforma, assim, de "consequência" a "motor" do processo de transição agroecológica, dependendo de seu êxito o alcance de resultados econômicos, sociais e ambientais que assegurem a continuidade do processo de mudança” (p. 48).

Em termos socioeconômicos, identificaram nos seus estudos a importância da criatividade nos arranjos organizativos em processos e experiências agroecológicas. Argumentam que

A elaboração e colocação em prática de estratégias coletivas dirigidas ao incremento da renda agrária –via a organização da produção e conquista de mercados alternativos, por exemplo – constituiriam o fundamento principal da luta dos agricultores para superar a estagnação e a marginalização econômica a que estariam submetidos (p. 46).

Os autores concluem que



A interação entre os processos de ecologização e de ação social coletiva expressaria a busca e o desejo de construção de uma alternativa tecnológica e organizacional capaz de superar a mencionada crise socioambiental que afeta e põe em risco a continuidade da reprodução socioeconômica daqueles segmentos da agricultura familiar que não querem, ou já não podem seguir ou ingressar no processo de modernização agrária segundo o padrão convencional de intensificação tecnológica (p 48).

Em artigo sobre a Rede Ecovida de Agroecologia, Rover (2011) desataca nas práticas dos membros desta Rede as dinâmicas de inovação na organização social e no mercado. Segundo este autor, a Rede Ecovida, inserida no sistema hegemônico, utiliza os instrumentos por este disponibilizados, porém, “busca produzir a fala nova, da institucionalidade nova, de arranjos instrumentais que permitirão inserir cunhas nas brechas do sistema, alargando as possibilidades de sua transformação através de processos heterogêneos” (p. 62).

Reconhecendo que a relação com os mercados (disponíveis ou construídos) permeia a dinâmica de organização e funcionamento da agricultura familiar, influenciando na sua reprodução social, Perez-Cassarino (2012) afirma ser importante que os grupos de produção em bases agroecológicas tenham uma abordagem diferenciada também em relação ao mercado. Ao se colocar como ator central nos processos relativos ao mercado, a agricultura familiar se fortalece e incide efetivamente em uma proposta alternativa de desenvolvimento rural. O autor pesquisou as estratégias desenvolvidas por grupos vinculados à Rede Ecovida; e concluiu que estes vêm criando experiências inovadoras no campo da comercialização, ou seja, atuam na construção social de mercados.

Em Santa Catarina, um grupo de pesquisa que estuda as possibilidades e inovações organizacionais da agricultura familiar para intervir no sistema agroalimentar identificou o surgimento de “redes alternativas de comercialização a partir de valores associados à agricultura familiar: orgânicos, artesanais, tradicionais, *fair trade* e sustentabilidade, o que pode se tornar uma vantagem estratégica para os agricultores familiares” (MIOR *et al.*, 2014, p. 80). Observou-se um grande número e variedade de iniciativas inovadoras de produção, industrialização e comercialização, as quais representam, em diferentes medidas e de distintas maneiras, respostas à crise estrutural da agricultura, à estratégia de internacionalização (à base da especialização e exclusão

dos pequenos agricultores) pelas empresas integradoras e, ainda, como alternativas ao modelo tradicional das grandes cooperativas.

A partir desse conjunto de iniciativas organizacionais, os autores observam a

Capacidade de agência dos agricultores familiares, suas organizações e de outros atores locais para reconfigurar, recombinar, produzir “novidades”, fazer conexões, buscar maior autonomia, agregar valor econômico, articular aprendizagens, construir redes, enfim, praticar ações de desenvolvimento rural de forma alternativa ao padrão hegemônico vigente (Idem, p. 97).

Seja aproveitando e distendendo brechas ou criando novidades dentro do mercado capitalista, são inúmeras as questões, contradições e desafios que envolvem a participação da agricultura familiar neste campo. A despeito da variedade de canais que os grupos de produção agroecológica e orgânica já acessam, Schmitt e Tygel (2009) argumentam que não é suficiente ter acesso a determinados canais de comercialização:

Mais do que isso, é preciso construir estratégias de mercado compatíveis com as características da produção agroecológica, em sua diversidade, sazonalidade e capacidade de agregação em termos de volume de produção.

[...] A redução da dependência em relação ao mercado de insumos, decorrente dos métodos de manejo empregados, precisa caminhar passo a passo com um esforço de construção de mercados cujas características permitam potencializar a incorporação de princípios ecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas e à estrutura e funcionamento dos circuitos de distribuição dessa produção. O desenvolvimento de mercados locais e regionais, de forma a ampliar a capacidade de gestão e de controle social por parte dos agricultores e dos consumidores sobre os processos de comercialização, surge, aqui, como um elemento importante. Esse debate acerca da localização dos circuitos de produção e consumo incorpora, além disso, uma série de questionamentos em relação aos custos energéticos e ambientais associados aos circuitos globais de produção e consumo de alimentos (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 122).

Schmitt e Tygel (2009) discorrem sobre as aproximações entre as experiências de produção e comercialização de produtos agroecológicos e as práticas das experiências de economia solidária. Pode-se afirmar que o desejo e as tentativas de promover formatos alternativos e solidários de mercado acompanham os grupos e práticas em torno da agroecologia e produção orgânica. Mundialmente, o denominado *Fair Trade* tem se apresentado e atuado como uma alternativa de comércio que leva em conta um conjunto de critérios, entre eles as relações de trabalho na produção, a sustentabilidade e preços justos.

Portanto, a partir das noções oferecidas por Neumeier (2012), teorizando experiências de países europeus, e reflexões de diversos autores a partir de estudos de caso no Brasil, pretende-se analisar a experiência de transição para o café orgânico no Leste de Minas Gerais em suas iniciativas e dinâmicas de organização social e econômica. Dentre estas, serão analisadas as tentativas de comercialização do café orgânico naquele período e referente àquele processo.

Diante da normal dispersão das famílias agricultoras, cada qual num contexto particular de produção e viabilização de sua unidade produtiva (COSTABEBER; MOYANO, 2000), do complexo mercado do café (concentrado e competitivo), acrescido das dificuldades da certificação para o mercado externo e da própria exportação do produto, é de se esperar que tenham havido estratégias e ações organizadas na tentativa de enfrentar tais desafios.

O conceito de inovações sociais será apropriado para observar se e como ocorreram iniciativas inovadoras, principalmente em relação às dinâmicas organizativas e iniciativas socioeconômicas dos atores que aderiram à agroecologia no Leste de Minas Gerais.

## 2.4 SÍNTESE DO REFERENCIAL TEÓRICO: PERFIL DESEJÁVEL DE TA E MODELO DE ANÁLISE DA PESQUISA

A revisão bibliográfica nos traz abordagens e conceitos centrais considerados adequados para problematizar e analisar a experiência-foco da pesquisa. A partir da discussão teórica, construímos uma síntese, que podemos denominar “perfil desejável” de transição agroecológica (Quadro 3), com base no qual vamos referenciar as discussões e análises da experiência.

**Quadro 3** – Perfil ‘desejável’ de transição agroecológica construído a partir da discussão teórica

Processos sociotécnicos	Dinâmicas organizativas
<p>• <b>Modelo tecnológico e conversão produtiva:</b> processo de mudanças adequado ao contexto socioambiental (agroecossistema), mediante uma transição gradual, em fases progressivas: otimização no uso dos insumos industriais, substituição destes por insumos orgânicos, redesenho do sistema de produção. Para uma mudança brusca, cortando de imediato todos os insumos industriais, seriam necessários recursos para suportar um período (possivelmente algumas safras) com menor produção e renda. A conversão também pode ocorrer crescentemente por área ou setor da UP; nesses casos, quando o objetivo é a certificação orgânica, é preciso levar em conta as normas, como o isolamento das áreas. É necessário considerar a diversificação da produção, de fontes de alimentação e renda e a conservação da agrobiodiversidade (ALTIERI; NICHOLLS, 2007; GLIESSMAN, 2009, 2010; SCHMITT, 2013).</p> <p>• <b>Conhecimentos, experiências e ATER:</b> propõe-se um processo de trocas de experiências e conhecimentos entre agricultores, assim como entre o conhecimento empírico (saber popular) e o científico (ALTIERI, 1999; CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Os saberes híbridos são necessários às realidades e processos heterogêneos e complexos (GUIVANT, 1997). As experimentações técnicas nas unidades produtivas dos agricultores são importantes meios para a geração, a partir da realidade local e aportes do conhecimento agrônomo, de conhecimentos social e ambientalmente adaptados (FREIRE, 1983; GUZMÁN, 2002; SANTOS, 2007; CANUTO; URCHEI, 2016).</p>	<p>• <b>Iniciativas e dinâmicas organizativas inovadoras:</b> é sugerido que tanto as dimensões sócio-políticas quanto socioeconômicas e de mercado sejam enfrentadas de forma organizada e criativa. Além de melhorar as condições de mercado dos produtores, estas iniciativas permitem “uma conexão mais direta entre aqueles que cultivam os alimentos e aqueles que os consomem, com um objetivo de restabelecer uma cultura de sustentabilidade que leva em conta as interações entre todos os componentes do sistema alimentar” (GLIESSMAN, 2009, 2010; EMBRAPA, 2006; ROVER; LAMPA, 2013).</p> <p>• <b>Redes de articulação, formação, comunicação e apoio:</b> as relações da agricultura e dos agricultores com a sociedade e com os mercados são cada vez mais diversificadas e intensas. Nos processos e experiências de transição agroecológica, que envolve inovações sociotécnicas e organizativas, isso é ainda mais evidente. Então, estratégias de redes, articulações e ações em cooperação (intra e extra local) tornam-se importantes para intercâmbios de conhecimentos, ‘pontes’ com órgãos governamentais e não-governamentais, acesso a políticas públicas, criação de instituições e práticas inovadoras (NEUMEIER, 2012; ROVER, 2011; ROVER; LAMPA, 2013; CANUTO; URCHEI, 2016).</p>

<p>• <b>Diagnóstico e planejamento participativos:</b> um processo sócio-técnico demanda que o conhecimento da realidade, a consciência da necessidade de mudanças e o planejamento e coordenação das ações sejam fruto de uma construção conjunta entre agricultores e mediadores sociais, com destaque para o protagonismo dos agricultores. E que o processo seja crescentemente apropriado pelos agricultores e comunidades rurais, de forma a gerar autonomia e superar os planejamentos externos que levam pouco ou nada em consideração as intrincadas relações dos atores locais (LONG, 2007; GUZMÁN, 2002; SANTOS, 2007; WEID, 1997).</p>	<p>• <b>Mudanças objetivas e subjetivas:</b> como impulsionadora de um novo paradigma de desenvolvimento e produção, a agroecologia deve combinar mudanças materiais (na produção, comercialização, manutenção dos recursos naturais, novas institucionalidades [legislações, políticas, associações, cooperativas...]) com a criação de novas subjetividades, ou seja, que o processo possibilite aos agricultores e mediadores sociais refletir, elaborar e gerar novas relações, valores, conhecimentos e comportamentos diante do outro, do mundo e da natureza. Trata-se da dimensão imaterial referida por Neumeier (2012).</p>
--	---

\* *Em relação ao ritmo da conversão tecnológica, é recomendado um processo gradual desde a otimização do uso de insumos até o redesenho do agroecossistema (ou outras formas de mudanças progressivas, por área ou setor de produção) e desaconselhada uma ruptura brusca e radical por se considerar que, em contextos onde prevalece um padrão tecnológico moderno e não havendo subsídios financeiros para suportar eventuais quedas de produtividade no período de transição, é economicamente mais seguro para as famílias por evitar ou minimizar prejuízos.*

O ‘perfil desejável’ de TA construído na revisão teórica e que orientará nossa discussão com a experiência ocorrida no Leste de Minas, portanto, fundamenta-se em uma concepção teórica de que a transição agroecológica constitui-se como um **processo** (combinação de fatores, relações, conhecimentos, metodologias, ações. etc.) de caráter **multidimensional** (compreende dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais, etc.). Tal ‘perfil desejável’ de TA (processos e dimensões) estruturamos a partir de duas categorias, processos e dinâmicas **sociotécnicas** e **organizativas**, as quais são desmembradas em seis componentes (Quadro 3).

Como a pesquisa trata de transição agroecológica e de conversão orgânica, é conveniente mencionar e definir aqui as diferenças existentes entre ambas. Desde que se criaram legislações para regular a produção e comércio de produtos orgânicos, passaram a ser criadas também normas, prazos e modos de fiscalização para esta conversão e garantir o seu cumprimento. Então se criou um aparato institucional que incluiu as certificadoras. Este processo de mudança tecnológica da produção

convencional para orgânica pode ser denominado conversão tecnológica ou conversão orgânica ou ainda conversão da produção. Ele pode ou não estar inserido em um processo mais amplo de discussão e mudanças sociotécnicas, político-organizativas e de mercado. Neste caso, a conversão orgânica comporia uma dimensão dentro de um processo de transição agroecológica como a definimos a partir de nossa fundamentação teórica expressa no Quadro 3. Mas a conversão orgânica pode ser tratada de forma restrita, sem serem relacionados sistematicamente elementos sociais, políticos, econômicos, ambientais e ético-culturais mais abrangentes. A conversão orgânica com este recorte não deixa de ser importante em aspectos como alternativa tecnológica e econômica para os agricultores, assim como para reduzir impactos ambientais e gerar produtos limpos para os consumidores. Porém, é preciso distingui-la da transição agroecológica enquanto um processo mais complexo do ponto de vista socioambiental, político e econômico, por isso mesmo é relacionada com o debate sobre desenvolvimento e não restrita à produção. É fundamental que fique claro, ainda assim, que para um produto ser comercializado como orgânico, a partir das legislações e certificações que os abarcam, é preciso que este cumpra as normas de produção e processamento orgânico e seja certificado por órgão credenciado para isso. Um processo de transição agroecológica, portanto, não pode ser confundido com um processo de conversão orgânica, mas ele pode comportar, em sua complexidade, também a conversão orgânica.

A conversão tecnológica/orgânica, portanto, é parte do nosso ‘perfil de transição’ e, no Quadro 3, os elementos que a constituem encontram-se principalmente no tópico que se refere ao **“modelo tecnológico e conversão produtiva”**. Assim, quando nos referirmos a “conversão orgânica do café” estaremos abordando particularmente a mudança tecnológica na produção do café (de convencional para orgânico) e quando mencionamos “transição agroecológica” nos referimos ao processo sociotécnico e às dinâmicas organizativas em seu conjunto.

Em linhas gerais, mesmo comportando algumas distinções internas, o processo de transição agroecológica com base no café orgânico empreendido no Leste de Minas pretendia a conversão orgânica inserida em um contexto de transformações mais abrangentes. Porém havia contradições internas e, portanto, não se pode afirmar que esta visão era unânime e homogênea. Houve expectativas ora ou para alguns focadas na produção e comercialização do café orgânico com sobre-preço; ora e para outros, visando um processo sociotécnico e político-organizativo de desenvolvimento a partir da agricultura familiar. Estas distinções, a priori,

e diferenças de entendimento, fizeram parte da transição agroecológica a partir do café no Leste de Minas.

Com base na discussão teórica e questões que dela emergiram sobre a experiência e possibilidades de investigação a campo, construiu-se um esquema analítico que parte de duas abordagens referenciais (perspectiva orientada ao ator e transição agroecológica), toma os conceitos centrais de *agência humana* e *inovações sociais* no desenvolvimento para, aproximando-se à realidade empírica, analisá-la pelos recortes (categorias analíticas) referentes aos *processos e ações sociotécnicas* e *dinâmicas organizativas*, conforme ilustrado esquematicamente no Quadro 4.

**Quadro 4** – Esquema analítico da pesquisa

ABORDA-GENS	CONCEI-TOS	CAT. DE ANÁLISE	DIMENSÕES (DESCRITORES)
Perspectiva orientada ao ator  ↓ Transição agroecológica	<i>Agência humana</i>	<b>Processos sócio-técnicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo contextualizado e coerente com o agroecossistema (conversão tecnológica gradual, no tempo e/ou espaço)</li> <li>• Trocas de experiência e experimentação nas UPs</li> <li>• Diagnóstico, planejamento e coordenação participativa das ações</li> </ul>
	Inovações sociais	<b>Dinâmicas organizativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativas e dinâmicas organizativas autônomas (organização socioeconômica; inovações...)</li> <li>• Redes de apoio mútuo (interno/externo; assessoria)</li> <li>• Mudanças objetivas e subjetivas (materiais e imateriais/comportamentais)</li> </ul>

Em preparação aos instrumentos de investigação a campo, no “Quadro-base” que compõe o Apêndice 1, o Esquema analítico do Quadro 4 é desdobrado e detalhado de modo a definir e a permitir a visualização dos indicadores a serem verificados e, a partir das categorias analíticas que o compõe, os correspondentes roteiros de perguntas para as entrevistas, os quais compõem os Apêndices 2 e 3.





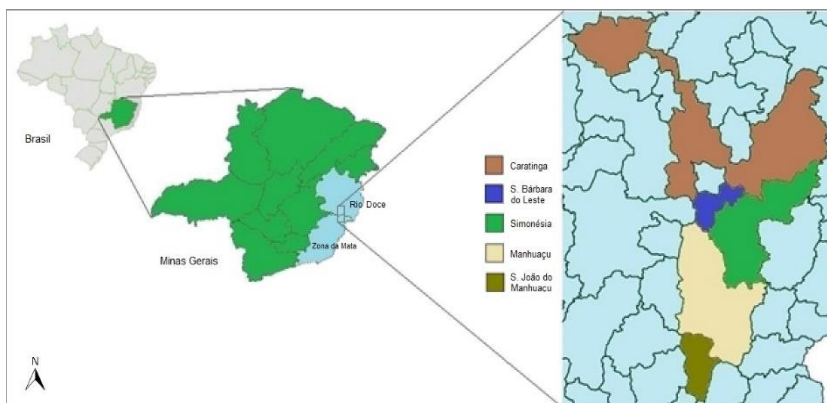
### 3 CONTEXTO E COMPONENTES EMPÍRICOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta a região e o contexto social, organizativo e produtivo da agricultura familiar no qual se processou a experiência de transição agroecológica com base na produção e comercialização de café orgânico da qual trata esta dissertação. Além disso, descreve as ações, as características centrais e alguns desdobramentos da experiência pesquisada.

#### 3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO E DA AGRICULTURA NA REGIÃO LESTE DE MINAS GERAIS

O espaço territorial onde se situam os municípios e agricultores pesquisados não corresponde a uma divisão regional oficial, mesmo porque as regionalizações têm sido reformuladas de acordo com necessidades administrativas e distintas motivações no correr do tempo (DINIZ; BATELLA, 2005). A referência à região Leste de Minas Gerais justifica-se pelo uso corriqueiro e pelo fato de se tratar de uma porção situada entre duas mesorregiões administrativas do estado, Zona da Mata e Rio Doce (Figura 1), apresentando características naturais, sociais e agrícolas de ambas as regiões. Assim, utilizaremos a expressão ‘Região Leste de Minas Gerais’ para designar o espaço geográfico da pesquisa empírica, com foco em cinco municípios: Manhuaçu, Caratinga, Simonésia, Santa Bárbara do Leste e São João do Manhuaçu.

**Figura 1** – Localização dos municípios da região Leste de Minas Gerais nos quais incide a pesquisa



Fonte: Adaptado pelo autor a partir da base de mapas do IBGE (2017).

Para contextualizar a região, serão destacadas algumas características naturais e históricas do processo de ocupação a partir da colonização portuguesa. Em relação ao relevo, devido à característica montanhosa, a paisagem da região foi estudada e definida como “mares de morros” (AB’SÁBER, 2007).

De acordo com a teoria dos Domínios de Natureza proposta por Aziz Ab’Sáber (2003), a porção sudeste do território brasileiro integra os “Domínios de Mares de Morros Florestados do Brasil Tropical Atlântico”, cujos elementos climáticos, florísticos e topográficos, ecologicamente integrados, produzem paisagens caracterizadas pela ocorrência da Mata Atlântica associada a variadas feições de relevo, como morros costeiros, paredões escarpados, formações do tipo “meia-laranja” e planaltos interiores (VIEITES *et al.*, 2014, p. 263).

Particularmente na região estudada, a altitude varia entre 500 e 1700 metros, aproximadamente. A densa floresta atlântica e a abundância de águas destacavam a condição natural da serra do mar.

No tocante à ocupação, é interessante resgatar elementos do enfoque dos “Sertões do Leste”, como foi denominada a região em face do “desconhecido” que as matas e os morros pouco explorados pelos portugueses representava em períodos remotos.

O termo sertão associado aos Sertões do Leste refere-se, de imediato, ao domínio climato-botânico da floresta tropical que ocorre nas Serras do Mar e da Mantiqueira, áreas relativamente próximas ao litoral. Ao mesmo tempo, também carrega a concepção que o associa às áreas inóspitas, inexploradas e/ou subexploradas economicamente, não permeadas pelo conhecimento eurocêntrico e, portanto, passíveis de intervenções colonizatórias. Ou seja, um conjunto de ideias (VIEITES *et al.*, 2014, p. 260).

Estes autores consideram, ainda, que “Uma vez que a natureza dos sertões impunha limites à conquista, constituíam-se os mesmos em um contraponto às áreas nas quais se consolidava a ocupação, como em trechos do litoral e em alguns pontos no interior” (VIEITES *et al.*, 2014, p. 261). Durante o período colonial, quando a ocupação territorial mineira se deu com base na exploração do ouro, houve um longo período em que a serra do mar era tratada como um obstáculo à ocupação e exploração

econômica. O litoral era já razoavelmente habitado e, ao transpor a serra, passou-se à economia da mineração, partindo da sede da colônia (Rio de Janeiro) mais para o interior da província de Minas Gerais. O acesso através do rio Doce, a partir do Espírito Santo, teria sido pouco utilizado naquele período.

A floresta foi o principal limitador do ritmo da conquista empreendida pelos colonizadores, segundo Vieites *et al.* (2014, p. 269): “O adensamento da mata nessa área permitiu uma sobrevida aos povos indígenas, que do litoral se afastaram em busca de refúgio, fazendo desses sertões um de seus últimos redutos antes do devassamento da região, a partir do ciclo do ouro até o apogeu do café”.

A região compunha, então, uma porção territorial inicialmente negligenciada pelo interesse da metrópole. Vieites *et al.* (2014, p. 265) dizem que “ao longo dos Setecentos, os sertões do Paraíba do Sul e do rio Doce continuavam praticamente indevassados”, porém controlados:

Toda esta área tornou-se “proibida” por decreto régio, devido à criação de registros por todo o Caminho Novo. Esta medida objetivava impedir o surgimento de rotas clandestinas que, ao se desviarem dos registros, evadiam-se do pagamento do tributo – o quinto. Assim, a Coroa Portuguesa atuou no sentido de retardar, durante todo o século XVIII, a ocupação dos Sertões do Leste (LAMEGO, 1963, *apud* VIEITES *et al.*, 2014, p. 265-266).

Em função da baixa ocupação durante o período colonial, há escasso registro sobre esta região acerca dos primeiros três séculos desde a chegada dos portugueses. Num plano geral, havia centros populacionais em torno das regiões de mineração do ouro e diamantes, realizado por trabalho escravo. Entre estas regiões e o Rio de Janeiro e mesmo Vitória, um vasto e em grande parte ‘desconhecido território’ (por parte dos portugueses) era habitado por populações indígenas.

No entanto, Mattos (2016) pondera que a literatura não apresenta um consenso sobre o período inicial de ocupação dos colonos à região da Mata. Segundo este autor, os estudos que atribuem ao século XIX o início da ocupação, omitem dos registros a entrada tímida e lenta, porém não desprezível, ocorrida no decorrer do século XVIII; e que a não percepção da gradativa presença, relações e conflitos dessas populações as torna “invisíveis” para a maioria das referências. O autor argumenta que “não considerar no processo de ocupação da Mata feito pelos colonos, a convivência e miscigenação entre eles e índios, negros e camponeses

pobres, é omitir as raízes da população que ao longo do século XVIII estava se formando na Mata” (MATTOS, 2016, p.286).

Havia muita dificuldade na época para os colonos conseguirem manter-se em áreas mais interiores da Mata onde ainda não havia condições propícias ao estabelecimento de atividades agropecuárias. Isso porque a Coroa não se esforçou naquele momento para estabelecer uma empreitada de exploração e ocupação efetiva daquelas áreas com a abertura de caminhos e criação de condições materiais que impulsionasse a ocupação. Ao contrário disso, o interesse maior era manter aquela área isolada atuando como uma barreira natural aos possíveis descaminhos do ouro (MATTOS, 2016, p.287).

Vieites *et al.* (2014) identificam três aspectos que atribuem uma unidade à região denominada “Sertões do Leste”: a) uma uniformidade natural, já que o domínio de Mar de Morros proposta por Ab’Sáber se justapõe aos Sertões do Leste; b) uma uniformidade institucional, quando os sertões adquirem identidade jurídico-política como o espaço que separa a produção aurífera do planalto da administração colonial litorânea e é instituída a proibição da ocupação daquele território; e c) quando os sertões tornam-se o próprio *locus* da produção, com a atividade cafeeira, e não mais mera rota de acesso à região aurífera, adquirindo uma uniformidade econômico-produtiva.

O aumento populacional nas matas progressivamente desbravadas, a fertilidade natural dos solos e a proximidade de consumidores (povoamentos no entorno da mineração e outros) propiciou o surgimento de uma agropecuária mercantilizada, enquanto que os camponeses priorizaram a produção de subsistência. A maior parte das primeiras roças foi criada por posseiros e algumas eram sesmarias doadas pela Coroa, conformando-se assim como exceção à política proibitiva de ocupação. “Dessa forma, a Mata como zona de passagem logo foi se configurando também como área de produção de alimentos para abastecimento da região das minas e dos tropeiros que trafegavam pelo caminho” (MATTOS, 2016, p.289-290).

Carneiro (2008) questiona o pouco ou nenhum destaque dado pela maioria dos estudos tradicionais em relação a uma agricultura camponesa provedora de alimentos. Lembra que a economia agrária brasileira deu centralidade à grande exploração rural, enquanto à pequena exploração coube um “papel acessório” rotulada de “agricultura de subsistência nas franjas das sesmarias, com prejuízo do abastecimento dos centros urbanos” (CARNEIRO, 2008, p.166).

Todavia, em Minas Gerais, desde o século XVIII, no entorno dos distritos, dos caminhos para as minas e nas áreas de fronteira, surgiu um campesinato que se ocupou na produção de gêneros alimentícios, formado pelos ‘marginalizados’ ou ‘desclassificados’ na hierarquia da sociedade mineradora como os quilombolas, os indígenas aldeados, os agregados, os homens pobres livres, posseiros ou proprietários, e, inclusive, os escravos (CARNEIRO, 2008, p. 166).

O povoamento do campo e a emergente agricultura que abastecia as vilas seria presente nas proximidades destas e no trajeto do Caminho Novo (do ouro). Deslocando-se mais para o leste, paira ainda a incerteza quanto a uma ocupação significativa durante o século XVIII, pois o tráfego era intenso no caminho do ouro, entre a capitania e a capital da colônia (a sudeste da região aurífera); e não para o leste, no sentido do Espírito Santo, onde se encontram atualmente Manhuaçu e Caratinga, como referências de nosso estudo sobre o café. Entretanto, Carneiro (2008, p.241) discorda em relação a este território ser desabitado e improdutivo no referido período, relacionando três fatores que, segundo ele, teriam contribuído para se cunhar uma “imagem equivocada do leste da capitania: presença de indígenas pouco afeitos à civilização, ausência de sedes distritais de grande importância populacional e inexistência de distritos erigidos à condição de vilas”.

Além de considerar uma ocupação mais antiga, Carneiro (2008) observa, no contexto atual do espaço agrário regional, o predomínio do minifúndio, ao contrário da abundância de terras devolutas que se encontrava três séculos atrás. Esta constatação coincide com os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE<sup>7</sup>. Atualmente, o quadro “sinaliza para a proliferação da propriedade excessivamente pequena, pois nas microrregiões de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu, as taxas de moradores por domicílio rural ainda são elevadas, próximas às das microrregiões mineiras com os maiores percentuais” (p. 64). E as razões para o fracionamento das áreas se devem a uma “política de colonização via atração da população livre” (e menos por migrantes estrangeiros) e pela característica de “ruralização” ainda presente na região (p. 62). Este autor considera que o pequeno agricultor logra persistir apesar da área restrita desempenhando em parte de seu tempo “trabalhos acessórios, como arrendatário ou parceiro em outro estabelecimento rural, ou se ocupa em

---

7 A respeito das dimensões das áreas das propriedades rurais em períodos mais recentes, especificamente nos municípios de estudo, ver Gráfico 3.

atividades não-agrícolas” (p. 64). Pondera ainda que o predomínio do minifúndio em escala crescente representa “um obstáculo à introdução de novas técnicas na agricultura, visto que o tamanho das propriedades torna-se incompatível com a rentabilidade do trabalho mecanizado” (p. 64).

Franco (2007) se refere à decadência da mineração como o fator central que levou a um rearranjo na estrutura de produção: “Agora sem o comércio certo, a agricultura de subsistência se torna uma atividade praticada por contingentes de escravos em grandes propriedades e por ex-parceiros agrícolas tendo então como objetivo o sustento familiar e, para isso, se espalham atrás de terras agricultáveis em paragens mais distantes e inexploradas” (FRANCO, 2007, p. 11). Para esta autora, que pesquisou a sustentabilidade de sistemas agroflorestais de um grupo de famílias que participou do processo do café orgânico, ainda persiste uma tradição da cultura caipira em comunidades rurais da região.

A respeito das técnicas de uso da terra e manejo agrícola, Carneiro (2008) diz que

No período colonial e imperial, a atividade agropecuária era baseada na contínua derrubada e queima da vegetação. Ao contrário da utilização de sistemas mais intensivos ou de instrumentos agrícolas elaborados, era a constante incorporação de terras virgens o elemento central da manutenção dos níveis de produção/produktividade. [...]. Na estação seca, com auxílio do machado e da foice, as porções de matas em que se desejam cultivar eram abatidas (“roçadas”) [...]. A fertilidade dos solos advinha das cinzas produzidas após a queima dos restos de galhos e troncos secos (“coivaras”). No início da estação chuvosa, efetuava-se a semeadura entre os tocos e troncos queimados, formando a roça. Os cuidados se resumiam às capinas, uma ou duas, utilizando-se da enxada. Após duas colheitas, o terreno era deixado em pousio entre cinco ou sete anos. Às matas virgens sucediam, então, as capoeiras, e um novo ciclo agrícola se repetia em outra área de floresta (CARNEIRO, 2008, p. 148).

Assim, dadas as condições de fronteira aberta e população pouco numerosa, não era provável que a agricultura experimentasse transformações técnicas e intensificação no sistema de cultivo. Isso veio a ocorrer a partir do século XIX, com a expansão da cafeicultura. No entanto, parece claro que mesmo antes da chegada do café havia

populações e uma agricultura produtora de alimentos entranhados nos ‘Sertões do Leste’, constituindo naquela vasta região um *locus* de produção e vida, ainda que à margem das informações oficiais. Com isso, a expansão da cafeicultura não teria se dado em um ‘vazio demográfico’, mas sim em um ambiente e contexto onde já havia agrupamentos humanos e agricultura; uma agricultura tradicional ou, utilizando a expressão de Dayrell e Souza (2006), *agricultura sertaneja*, “constituindo-se enquanto sociedade e território que não se visibiliza a um primeiro olhar, mas que garante a possibilidade de sobrevivência e de reprodução social” (p. 16).

### 3.2 ASPECTOS GERAIS DA PRODUÇÃO E MERCADO DO CAFÉ NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

O café chegou ao Brasil no século XVIII e, por volta de cem anos depois, em 1830, já era o principal produto de exportação (MAPA, 2015). Foi introduzido no país a partir do Pará, trazido da Guiana Francesa pelo sargento-mor Francisco de Mello Palheta, em 1727. Expandindo-se a partir do norte e nordeste em pequenas plantações, em 1774 foi levado ao Rio de Janeiro, onde ganhou maior escala, e então, espalhando-se pela Serra do Mar, alcançou, em 1825, o Vale do Paraíba e os estados de São Paulo e Minas Gerais, onde encontrou condições climáticas favoráveis (CUNHA, 2006).

O café pertence ao gênero *Coffea* da família *Rubiaceae*. O café arábica (*Coffea arabica*), o mais cultivado no Brasil, é considerado como sendo café de maior qualidade, com aromas e sabores mais intensos, agregando valor ao produto. Por esse motivo, é o mais procurado no mercado internacional (LOPES, s/d). É uma espécie originária das florestas subtropicais da região serrana da Etiópia e se adequa ao clima tropical de altitude (RICCI; NEVES, 2004).

Em países como a Colômbia, a produção tradicional do café praticada nas pequenas propriedades “recria as condições originais de crescimento da planta em sistemas agroflorestais diversificados. Estas são as bases do cultivo orgânico do café que pode, entretanto, variar dependendo se o cultivo é mais ou menos intensivo” (RICCI; NEVES, 2014, p. 13-14).

O consumo de cafés **especiais**, como o café orgânico, *gourmet*, sombreados e socialmente justos, também está aumentando. Os preços destes cafés são mais atraentes para os produtores, como consequência de suas características de produção, qualidade e menor oferta (MAPA, 2015; BSCA, s/d; CHAGAS *et al.*, 2009).

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café, embora estes percentuais venham caindo em função de um maior número de países aumentarem seus plantios e participação na exportação. De responsável por cerca de 80% das exportações mundiais no início do século XX, na década de 1950 este percentual havia caído para cerca de 40%. Nos anos 60 eram 36%, na década de 1980 chegou a 25% e nos anos 1990 ficou em torno de 23% (CUNHA, 2006, *apud* BACHA, 1998). Segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2014 a safra brasileira “alcançou 45,34 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, em 15 Estados, com destaque para Minas Gerais, que respondeu por 49,93% da produção nacional” (MAPA, 2015).

Filetto (2000, *apud* BACHA, 1988), atribui a expansão da cafeicultura em Minas Gerais, a partir de 1969, a três causas:

- 1) crédito subsidiado para plantio, por intermédio do Plano de Revigoração e Recuperação do Cafezais (PRRC);
- 2) melhoria dos preços reais do café em relação à pecuária (sua atividade alternativa);
- 3) aumento da produtividade da cultura, causado por inovações tecnológicas (FILETTO, 2000, p. 90, *apud* BACHA, 1988).

As mudanças no cenário mineiro do café, a partir da segunda metade dos anos 60, coincidem com o período de forte investimento do Estado brasileiro na modernização da agricultura. Da mesma forma, coincidem as estratégias e instrumentos utilizados: crédito subsidiado, inovações tecnológicas, monocultura, fomento e assistência técnica (no caso da cafeicultura, através do IBC) e maior inserção nos mercados (no caso do café, especialmente, seguindo a ênfase no mercado externo).

Mas a dinâmica histórica deste setor é intensa. Cunha (2006) considera que desde a década de 1980 a cafeicultura brasileira passou distintas fases; e a mais recente é marcada pela crise do Instituto Brasileiro do Café (IBC), cuja estrutura passou a ser desmantelada em 1986. “Em março de 1990 o IBC foi extinto e a cafeicultura entrou em nova fase, caracterizada pela ausência do Estado nas atividades de controle de produção, industrialização e exportação” (CUNHA, 2006, p. 24).

Através de um estudo de espacialização da cafeicultura no estado de Minas Gerais, entre os anos de 1990 e 2008, Souza *et al.* (2012) argumentam que a densidade demonstrada através dos mapas aponta os municípios onde a cafeicultura tem papel essencial na economia e cultura da região. Segundo este estudo, o Sul de Minas e a Zona da Mata (incluindo o Leste) são as regiões de maiores dependências da economia



do café, em razão da topografia muito acidentada das regiões que dificulta o plantio e manejo de outras culturas (SOUZA *et al.*, 2012).

Nas últimas décadas, com o objetivo de aumentar a produtividade do café, principalmente em pequenas e médias propriedades, foi incentivado o adensamento de plantas. De acordo com Souza *et al.* (2012, *apud* BACHA, 1998), “desde 1993, os plantios vêm sendo conduzidos com nova tecnologia, especialmente em regiões acidentadas, onde emprega-se sistemas semiadensados, adensados ou superadensados (com 5.000, 7.500 ou 10.000 plantas de café por hectare), com o objetivo de aumentar a produtividade, principalmente em pequenas e médias propriedades” (p. 130). O maior adensamento ocorre em regiões em que a mecanização é de difícil acesso, por reduzir a necessidade de mão de obra nos tratamentos culturais. Afirmam ainda que a produtividade das lavouras adensadas chega a 40 sacas por hectare, média bem superior à média regional que é de 15 sacas/hectare.

Em pesquisa na qual estuda alternativas para a substituição da adubação química solúvel para os cafezais, Ferreira diz que

A produção orgânica tem se tornado uma alternativa econômica importante para as regiões de tradição cafeeira, sobretudo para a agricultura familiar, ao promover uma menor dependência de insumos externos, maior adequação à sua realidade local e melhor remuneração para o produto (FERREIRA, 2005, p.6).

Porém, Ferreira (2005, p.7) questiona a falta de incentivos durante a fase de conversão, “tida como um período crítico para o produtor quando ainda não recebe um preço diferenciado pela produção, somada a sua maior aversão ao risco proveniente da adoção de mudanças tecnológicas”. O autor considera também o mercado orgânico, especialmente o de exportação, como outro fator limitante, exigindo um bom planejamento para o gerenciamento dos processos de colheita, pós-colheita e beneficiamento do café.

A partir do início do século passado, com o Convênio de Taubaté celebrado em 1906, o Estado passou a ter o monopólio e exercer forte intervenção nos negócios do café, de maneira a proteger os produtores das oscilações de preços. Com uma política de preços acima da média do mercado, permitiu grandes lucros aos produtores (PONCIANO *et al.*, 2009). Já na década de 1980, com as políticas neoliberais, o Governo Federal desregulamentou o setor, o que acabou incluindo a própria extinção do IBC, que era o braço operacional das políticas do Governo.

Desde então, o preço do café não é controlado pelo Governo, nem por qualquer instituição local, mas determinado pelo mercado mundial das *commodities*, o que impõe aos pequenos cafeicultores, isoladamente, uma dependência do mercado sem poder de negociação.

Com a extinção do IBC e conseqüente redução da intervenção governamental no setor, notadamente na comercialização (MAPA, 2017), a organização em cooperativas ganhou importância como instrumento dos pequenos produtores para acessar o mercado. No Brasil, o cooperativismo da agricultura familiar ou cooperativismo solidário (XAVIER, 2016) vem crescendo e se afirmando em várias áreas, entre elas a comercialização. Em relação ao café, a comercialização através de cooperativa pode ser vantajosa aos agricultores para reduzir ou evitar intermediários (as corretoras) e obter melhores condições de negociação com o aumento da escala de oferta do produto. No Leste de Minas também ocorrem outras estratégias de mercado local/regional em pequena escala, principalmente se a oferta for do produto industrializado (torrado, moído e empacotado), como mostra a Figura 6. Algumas famílias individualmente e poucas iniciativas coletivas de processamento e venda em feiras livres e nos mercados e mercearias locais verificam-se na região de estudo.

Entre os anos de 2000 e 2010, que abrangem o período estudado, o preço do café esteve baixo em comparação com os anos anteriores (RUFINO *et al.*, 2011). O produto ultrapassou R\$ 800,00 à saca em 1997 e em 2002 atingiu o valor mínimo no período, sendo, por alguns meses, cotado próximo dos R\$ 200,00 (Gráfico 1). Considere-se que tais preços foram deflacionados, pois em termos nominais, em alguns períodos de 2002 o café chegou a estar cotado próximo a R\$ 100,00.

**Gráfico 1** – Preços mensais deflacionados do café no Brasil (set/1996 a mar/2011)



Fonte: CEPEA (2011, *apud* RUFINO *et al.*, 2011).

A crise de preços foi tão acentuada, que durante três anos (2001-2003) em raros momentos ultrapassou os 60 dólares à saca, chegando a atingir o patamar mínimo de 31 dólares em julho de 2002 (Gráfico 2). Enquanto que nos anos de 1997 a 1999 havia atingido média pouco acima de 145 dólares a saca. A partir de 2004 iniciou uma recuperação lenta dos preços, porém somente em 2011 e 2014 os valores estiveram realmente altos (em maio de 2011 a saca chegou a atingir US\$ 350, cotado no Brasil a R\$ 550,00 à saca do café convencional).

**Gráfico 2** – Preços mensais do café praticados no Brasil, em dólares (2001 a 2003)



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de CEPEA (2017).

Por outro lado, entre os agricultores que ingressaram no processo de conversão no período dos preços baixos, a possibilidade de venda no mercado orgânico gerou uma grande expectativa em relação aos preços, como se percebe em algumas falas de entrevistados:

A diferença de preço na época era bastante grande, né, porque o café convencional tava sendo vendido em torno aí de R\$ 150,00 a saca, e o café orgânico o que foi colocado pra gente, o que a gente conseguiu naquele momento chegava aí em torno de R\$ 540,00. Então era um diferencial de preço muito bom (Entrevista AG-08).

A saca do café convencional teve até menos de R\$ 120,00 na época; e o café orgânico eu lembro o preço: 160 dólares, que dava R\$ 500,00 ou mais (Entrevista AG-21).

Estudo realizado pelo Instituto Agrônômico de Campinas, entre 2005 e 2006, concluiu que a diferença de preço em favor do café orgânico em comparação com o convencional é maior em períodos de baixa valorização no mercado convencional de café, como ocorreu na primeira década dos 2000. Porém, à medida que o preço do café convencional aumenta, o diferencial de preço entre o convencional e o orgânico é reduzido, desestimulando alguns produtores (PEREIRA *et al.*, 2006).

Nossa pesquisa concentra-se na tentativa de produção e comercialização de café orgânico no Leste de Minas Gerais no período entre os anos 2000 e 2006, quando um conjunto de ações e organizações articuladas levou adiante o projeto. Como os preços de mercado do café convencional estiveram relativamente baixos naquele período, e os preços anunciados para o café orgânico equivaliam a algo em torno de 300% o valor do convencional, fica evidenciado nas falas uma expectativa de que a venda de café orgânico seria extremamente vantajosa. As informações obtidas dão conta de que o café produzido pelos agricultores participantes do projeto não chegou a ser comercializado como orgânico no período referido (por fatores preliminarmente abordados no final deste capítulo e que serão aprofundados na sequência da pesquisa). Ao não se concretizarem as vendas nas primeiras safras (durante a conversão e logo que obtiveram a certificação), é possível que a frustração econômica tenha trazido desmotivação e contribuído para a desarticulação do processo regional em torno da produção orgânica do café. No entanto, mesmo que as vendas do café em transição ou certificado como orgânico tenham ocorrido no mercado convencional, a condição de preços médios baixos naquele período pode ter sido um agravante a mais para os agricultores e para a experiência de TA do café no leste mineiro.

Recentemente, no ano de 2013, a cidade de Simonésia, um dos municípios pesquisados, foi sede de um seminário regional, no qual agricultores e lideranças da agricultura familiar, além de representantes governamentais, debateram alternativas para os baixos preços do café (REDE, 2014a). Naquele ano, a saca de 60 kg de café arábica havia atingido, em média, R\$ 190,00, o que em alguns casos não cobria os custos e inviabilizava a produção. Tal situação e a mobilização dos agricultores ilustra o sobe-e-desce da produção e preços do café, o que representa instabilidade aos agricultores, especialmente àqueles que dependem fortemente da renda direta do café. O tema do evento, estampado em um banner ao fundo do palco, trazia um questionamento que, ao mesmo tempo, apontava um caminho para a agricultura familiar em relação à dependência do mercado do café: “*Refêns da Monocultura ou de Mãos Dadas na Diversificação?*” (REDE, 2014a, p. 4).

**Figura 2** – Recorte de reportagem sobre Seminário da Agricultura Familiar



Cerca de 550 agricultoras, agricultores e organizações parceiras se reuniram no **II Seminário da Agricultura Familiar de Minas Gerais** para analisar a crise enfrentada na região cafeicultora de Minas no ano de 2013.

O tema do evento deu o tom das discussões: *"Reféns da Monocultura ou de Mãos Dadas na Diversificação?"*. Na safra colhida este ano, o

Fonte: REDE (2014a)

Entre as saídas debatidas no encontro, além da intervenção do Governo Federal para melhorar as condições de comercialização do café, o grupo refletiu sobre a **necessidade de diversificar a produção e a renda na agricultura familiar**. A conclusão é que ainda falta estrutura, apoio e crédito adequado para os agricultores e agricultoras viverem da agricultura familiar, sem depender somente do café.

Segundo a Federação dos Trabalhadores(as) da Agricultura Familiar de Minas Gerais (FETRAF-MG), que divulgou um manifesto resumindo os temas debatidos, o Estado brasileiro continua deficiente, exigindo do pequeno produtor uma série de procedimentos que dificultam o acesso aos recursos e políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa

### 3.3 ATERRISSANDO NOS MUNICÍPIOS DA PESQUISA

As cidades-polo da região Leste de Minas Gerais que interessam ao nosso estudo são Manhuaçu e Caratinga – que também dão nome a microrregiões, segundo algumas divisões administrativas. O conjunto de municípios de incidência da pesquisa se completa com São João do Manhuaçu e Santa Bárbara do Leste (ambos emancipados em 1992, desmembrando-se, respectivamente, de Manhuaçu e de Caratinga) e Simonésia, que se desmembrou de Manhuaçu em 1943 – antes, com o nome de São Simão, Simonésia havia sido a primeira sede do município de Rio Manhuaçu (atual Manhuaçu), entre 1877 e 1881, quando voltou à condição de distrito até sua emancipação.

A região tem um histórico de desbravamento e colonização vinculado com a agricultura (levando-se em conta a menor incidência de ouro), porém com diferenças entre a parte pertencente à mesorregião da Zona da Mata (mais ao sul) e a parte que corresponde à região do Rio

Doce (Caratinga, mais ao norte). Provavelmente, as primeiras incursões desbravadoras a chegarem às terras da atual Caratinga tenham ocorrido a partir da foz do rio Doce, no final do século XVI, comandadas por Sebastião Fernandes Tourinho. O rio Doce era habitado pelos índios Botocudos, tidos como hostis e que acabaram sendo gradativamente exterminados pelos colonizadores. Nas proximidades do rio Caratinga (que mais tarde deu nome ao município), habitavam os índios Aimorés, que se submeteram aos colonizadores. A denominação do lugar se deu em função de um cará branco de uso entre os indígenas, que o chamavam ‘caratinga’ (REDE, s/d).

Por sua vez, o processo de colonização e transformação do território no entorno do rio Manhuaçu, segundo documentos referentes à história destes municípios, esteve relacionado à mineração, às fazendas de café e a uma agricultura produtora de alimentos:

A ocupação e o povoamento da Zona da Mata, onde está Manhuaçu, tem muita relação com os povos indígenas, mas o desenvolvimento do café, sua principal riqueza, aconteceu com grande destaque durante o Ciclo do Ouro, no Brasil Colônia. Enquanto as regiões de Ouro Preto, São João Del Rei, Mariana e Congonhas se baseavam na extração mineral, a Zona da Mata se dedicava aos produtos agrícolas, justamente para suprir a demanda dos mineradores (ACHE TUDO E REGIÃO, s/d).

A partir do sul, os primeiros grupos de sertanistas que chegaram às partes dos rios Pomba, Muriaé e Manhuaçu tinham como objetivo a captura dos índios para trabalharem como escravos nas fazendas da capitania do Rio de Janeiro, além de buscas de riquezas minerais e medicinais e, posteriormente, com a intenção de criar fazendas férteis na região (PROGRAMA MÃO AMIGA, 2013).

Manhuaçu é originado da palavra indígena *mayguaçu*, que significa *rio grande*, em referência ao rio que corta o município, numa designação dada pelos índios Puris<sup>8</sup>, os primeiros habitantes do local. No início do século XIX, o desbravador Domingos Fernandes de Lana, autorizado pela curadoria dos índios, estabelece com os índios Puris o comércio da poaia ou ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*), uma planta

---

8 Segundo o site oficial da prefeitura de São João do Manhuaçu, em seção que reporta o histórico do município, “Os habitantes nativos da região eram os índios tupis, batizados pelos colonizadores por puris e cúrias” (PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU, s/d).

medicinal muito valorizada na época (PROGRAMA MÃO AMIGA, 2013). Igualmente em Caratinga, esta planta foi responsável por atrair as primeiras atividades comerciais, nos anos 1840 (REDE, s/d).

O declínio do Ciclo do Ouro intensificou o processo de ocupação da Zona da Mata e, a partir dos anos 1830, a agropecuária começou a desdobrar-se para o interior do estado e o café foi se expandindo. Manhuaçu foi influenciada e, já nesse período, adotou o produto como sua principal cultura. Entre 1822 e 1880, a região viu seu número de habitantes saltar de 20 para 430 mil pessoas, grande parte vinda da região aurífera (PROGRAMA MÃO AMIGA, 2013).

Entre 1860 e 1874, Manhuaçu recebeu imigrantes alemães, suíços e franceses vindos dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, de acordo com o *Diagnóstico Municipal de Manhuaçu* (SEBRAE, 1996).

#### 3.4 A DIFUSÃO DA MONOCULTURA DO CAFÉ, A INTENSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E SEUS EFEITOS NA REGIÃO

Entre os anos de 1880 e 1930, o café ganhou força em Minas Gerais e, nesse período, desenvolveu-se intensamente na região Leste do estado, consolidando-se como principal produto e fonte de renda. Alguns fatores foram decisivos para a rápida expansão cafeeira: a fácil obtenção de terras adequadas ao cultivo; a abundância de escravos, dispensados da mineração; e os altos preços do café no mercado externo. Porém, a população e o desenvolvimento da economia da região sofriam as dificuldades de acesso, mesmo durante a expansão cafeeira (o obstáculo do transporte aumentava os custos do café). Em Manhuaçu, a primeira estrada de ferro, Leopoldina Railway, é inaugurada em 1915. Em Caratinga, a extensão da Leopoldina chega em 1930 (PROGRAMA MÃO AMIGA, 2013; FILHO, 2013). Na década de 1940 a região é cortada para BR 116, conhecida como rodovia Rio-Bahia, ampliando as possibilidades de comunicação e transporte.

Depois de experimentar um crescimento rápido com o café, a região, demasiadamente dependente desta *commodity*, sofreu os efeitos de duas grandes crises externas na primeira metade do século XX. A primeira foi a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, que afetou diretamente os mercados de café, fazendo os preços caírem. No Brasil, o Governo Federal autorizou a queima de milhões de sacas do estoque de café e foram erradicados milhões de pés de café, a fim de reduzir a produção e oferta para segurar a queda nos preços. A II Guerra Mundial (1940-45) e suas consequências generalizadas na economia mundial foi o segundo destes momentos de crise para os produtores de café no Brasil.

Ortega (2010, p. 239) diz que “A crise mundial no início dos anos 30 daquele século, entretanto, provocou uma queda na demanda e nos preços do café, levando a uma “crise da cafeicultura”, que se agravou ainda mais com a Segunda Guerra Mundial”.

Ambos os eventos refletiram na produção regional de café e um dos indicadores foi a redução do número de produtores, área plantada e produção global. Nos anos seguintes à Segunda Guerra, o Brasil teve safras reduzidas. O período do pós-guerra foi influenciado mundialmente por políticas, recursos e ações voltadas à modernização, a qual se disseminou amplamente nos processos produtivos, na indústria e na agricultura, tornando-se praticamente uma ‘ideologia’. Neste contexto, as agriculturas mundo afora passaram a ser impactadas por planos e ações governamentais (nacionais e multilaterais) de modernização tecnológica, denominada “revolução verde”.

A cadeia produtiva cafeeira em todo o Brasil foi fortemente influenciada por este processo e os anos seguintes foram de retomada gradativa na atividade. Em 1952 o Governo Federal criou o Instituto Brasileiro do Café (IBC)<sup>9</sup>, que tinha uma ampla gama de incidência sobre a *commodity*, desde assistência técnica até o controle dos estoques, das políticas e preços. Capitaneado pelo IBC, foi colocado em curso um plano de modernização da cafeicultura, denominado Plano de Revigoreamento da Lavoura Cafeeira (PRLC).

Entre os municípios referidos nesta pesquisa, o IBC instalou e manteve escritórios em Caratinga, em Manhuaçu e em Simonésia, a partir dos quais implementou ações na região. No livro *Simonésia: Minha Terra e Minha Gente*, Abreu (1999) relata a inauguração do escritório local do IBC, ocorrido em 28 de outubro de 1976. Na mesma publicação, estampa foto de atividade de campo em que a legenda descreve como “Curso de Conservação do Solo e demarcação de lavoura de café, um dos grupos recebendo orientação prática de marcação de nível. Houve 68 participantes, professores e técnicos do IBC. Em 02 de agosto de 1971” (ABREU, 1999, p. 209).

O PRLC foi largamente implementado na região, logrando a almejada renovação dos cafezais e a intensificação tecnológica do processo produtivo. O PRLC consistia na substituição de lavouras velhas e variedades antigas por novos plantios, com variedades padronizadas,

---

9 O Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi uma Autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, que definia as políticas, mercado e gerenciava os estoques de café no Brasil entre os anos 1952 e 1989, quando foi extinto.



selecionadas para produzir “a pleno sol” e mediante técnicas modernas (maior adensamento e resposta à adubação química solúvel).

Nas últimas décadas, a tendência à especialização na produção de café se acentuou ainda mais, tanto nas pequenas quanto médias e grandes propriedades. Segundo estudo realizado pelo INAES, em 1996 as propriedades da Zona da Mata utilizavam em média 18% da sua área total com a cafeicultura. Já em 2010, o mesmo estudo aponta que a cultura do café alcançou, em média, 75% da área total dos imóveis entre os pequenos cafeicultores<sup>10</sup>, configurando o predomínio da cultura nas unidades produtivas, com prejuízos à diversidade da atividade agropecuária e colocando em risco a preservação ambiental (VILELA; RUFINO, 2010).

### 3.5 AGRICULTURA FAMILIAR, DINÂMICA SÓCIO-ORGANIZATIVA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO LESTE DE MINAS GERAIS

O processo de transição para a agroecologia, objeto desta pesquisa, está integrado ao debate do desenvolvimento rural em contexto caracterizado pela agricultura familiar e às estratégias e ações que visam alcançá-lo. A partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil passou a representar um importante campo de estudos e pesquisas que contribuíram para que ela fosse, aos poucos, reconhecida socialmente e também como potencial beneficiária de políticas públicas.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), o Brasil tem 4.367.902 de estabelecimentos rurais que se enquadram como familiares (84% dos mais de cinco milhões de estabelecimentos). A agricultura familiar se destaca também por ser a que produz grande parte

---

10 A pesquisa incide nas regiões Sul de Minas e Zona da Mata, e nela o INAES utilizou três estratos de propriedades, denominando grandes, médios e pequenos cafeicultores: grandes: possuem mais de 50 hectares de lavoura de café; administração da propriedade pode ser feita pelos membros da família proprietária ou de forma terceirizada; a família não se envolve nas operações braçais de manejo da lavoura e, apenas eventualmente, executam atividades especializadas, como a operação de máquinas e equipamentos; médios: possuem mais de 20 e até 50 hectares de lavoura de café; a administração é familiar e, eventualmente, podem se envolver na execução das operações de manejo da lavoura, principalmente na execução de tarefas mais especializadas, como o manejo de máquinas e equipamentos; pequenos: possuem entre 3 e 20 hectares de lavoura de café; os membros da família realizam a maior parte do trabalho, ou seja, não tem empregados contratados em tempo integral e não depende de mão de obra eventual para a maioria das atividades (as exceções são os picos de demanda de trabalho que ocorrem na colheita e, eventualmente, na capina e adubação do cafezal) (VILELA; RUFINO, 2010).

dos alimentos consumidos pela população brasileira (PORTAL BRASIL/MDA, 2015) e por comportar em seu universo uma grande heterogeneidade de situações em relação a formatos produtivos, graus de inserção no mercado, padrões tecnológicos, dinâmicas organizativas, formação cultural e relações socioambientais, etc. Por suas características, a agricultura familiar é frequentemente citada como tendo condições favoráveis à adoção da agroecologia (CAPORAL, 2009; SCHMITT, 2013).

O meio rural da região Leste de Minas Gerais é caracterizado pela predominância de agricultura familiar. A Tabela 1 traz o tamanho médio dos estabelecimentos rurais, evidenciando a área reduzida da maioria das unidades familiares e os percentuais da população rural de alguns municípios da região). A rica biodiversidade e a fartura de águas e nascentes, características do bioma Mata Atlântica, também se destacam. Porém, todo este ambiente natural vem sendo impactado pela agricultura e pecuária intensivas: “Com o avanço dos cafezais e das pastagens na região, enormes vazios verdes vão-se ampliando entre Simonésia e Caratinga, favorecendo a fragmentação dos remanescentes florestais e a diminuição de suas áreas” (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS-a, s/d).

**Tabela 1** – Área média dos estabelecimentos agropecuários, população total e percentual da população rural em municípios do Leste de Minas Gerais

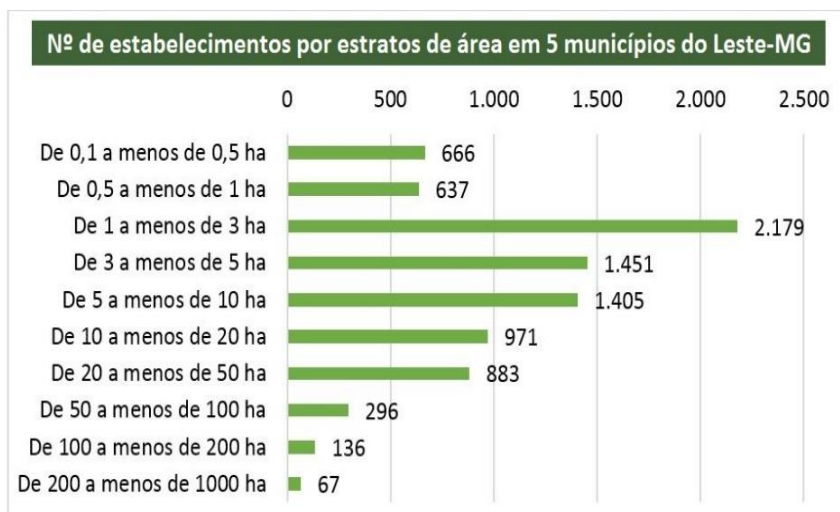
Município	Simo- nésia	S. João do Manhuaçu	S. Bárbara do Leste	Manhu- açu	Cara- tinga
Área média dos estabelecimentos agropecuários (ha)*	11,5	11,2	9,70	13,61	24,16
População total**	18.298	10.245	7.682	79.574	85.239
População rural (%)**	61,22	53,10	48,27	18,52	17,32

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006\*; Censo Demográfico 2010\*\*.

Para uma melhor compreensão da distribuição da terra na região de estudo e sua potencial produção, o Gráfico 3 traz uma estratificação a partir de dados agrupados do Censo Agropecuário 2006, do IBGE. De imediato, o que chama atenção na verificação dos tamanhos dos imóveis rurais da região é o significativo percentual de unidades (40,06%) no estrato de 0,1 até menos que 3 hectares. Mesmo considerando que a atividade cafeeira das regiões montanhosas de Minas é realizada predominantemente em pequenas propriedades, esta proporção de

tamanho de área representa uma importante limitação a qualquer atividade agropecuária. Tomando-se um estrato bem mais alargado, de 3 a menos de 50 ha encontram-se 4.710 estabelecimentos, que representam 54,19% do total. Esta é a faixa mais provável de agricultores familiares que, além do café, conseguem diversificar minimamente a produção, seja para consumo ou venda. Considerando esta faixa ampliada, percebemos uma aproximação com a delimitação utilizada no estudo *Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais* (VILELA; RUFINO, 2010), que definem, para fins de análise, como pequenos cafeicultores aqueles que possuem entre 3 e 20 ha de lavoura de café.

**Gráfico 3** – Tamanhos dos estabelecimentos rurais na região de estudo



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

A população da região de incidência da pesquisa se encontra em uma faixa intermediária de desenvolvimento humano. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de cada município, calculado a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, do IBGE, corresponde aos seguintes valores: Caratinga = 0,706 (logo dentro da faixa de “alto” IDH); Manhuaçu = 0,689; São João do Manhuaçu = 0,650; Simonésia = 0,632; Santa Bárbara do Leste = 0,616 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

**Figura 3** – Imagens da região Leste de Minas e da produção de café



a) Vista geral do meio rural da região Leste de Minas Gerais



b) Café em sistema Agroflorestal

c) Grãos maduros do café

A região apresenta uma significativa capacidade de organização social na agricultura familiar. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) têm atuação destacada, alguns vinculados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e outros à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEMG), e participam de articulações regionais como a Rede Agroecológica do Leste de Minas (REDE, 2015a).

Destacam-se também mobilizações e eventos para discutir políticas e ações para a agricultura familiar e a agroecologia, tais como o I Encontro Regional da Agricultura Familiar: construindo a agroecologia e celebrando a cultura popular no Leste de Minas Gerais, ocorrido em 2007 (REDE, 2007a) e o II Seminário da Agricultura Familiar de Minas Gerais, realizado em 2013 na cidade de Simonésia (REDE, 2014a), no qual 550 agricultores e lideranças sindicais debateram alternativas para a crise do preço do café, entre as quais teve destaque a diversificação da produção em bases agroecológicas.

As mulheres agricultoras têm uma dinâmica de encontros e mobilizações, através do Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MULHERES E AGROECOLOGIA EM REDE, 2015). Localmente, são várias organizações de mulheres agricultoras: Associação das Mulheres Rurais de Caratinga (AMURC), que teve atuação importante na década de 90; Associação das Mulheres Rurais do Córrego dos Ferreiras (Amurcofe), em Santa Bárbara do Leste, Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Simonésia (CMMTRS), entre outras. A CMMTRS é uma organização de mulheres agricultoras que se articula a partir do STR e, com apoio jurídico da Agrifas, entre os anos de 2005 e 2008 executou o projeto “Agroecologia e Gênero: envolvendo as mulheres do campo para um desenvolvimento territorial no Leste de Minas”, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), que abrangeu Simonésia e São João do Manhuaçu. Por meio deste projeto, foram realizadas nos dois municípios atividades de geração de renda, comercialização, agroecologia, formação política e organizativa (TRINDADE, 2008).

Desde os anos 1990, o associativismo vem sendo incentivado por várias frentes de sensibilização, educação e apoio ao meio rural. Um forte impulso foi dado pelo trabalho de base da igreja católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Vários dos trabalhos de organização de grupos, produção agroecológica e comercialização que ocorrem atualmente na região resultam daquele processo iniciado pelos grupos de igreja (Entrevistas AG-01, AG-02, AG-05, AG-11, MS-03). Em geral, mencionaram dois espaços de participação: os *grupos de reflexão* (que envolvem toda a família em reuniões para refletir sobre temas nas comunidades) e os *grupos de jovens*, com formato similar a outros que ocorrem em todo o Brasil.

Neste processo, foram criadas dezenas de associações de agricultores, geralmente integrando membros e sendo identificadas de acordo com as comunidades rurais que as criaram. Também surgiram

associações agregando membros e funções que extrapolam os limites das comunidades rurais. Como exemplos, em Caratinga foi criada, em 1991, a Organização do Povo que Luta (OPL); em São João do Manhuaçu fundou-se, em 1997, a Associação dos Produtores Rurais e dos Agricultores Familiares de São João do Manhuaçu (Asproraf); em Santa Bárbara do Leste foi fundada, em 2001, a Associação Comunitária do Córrego dos Ferreiras e Adjacências; em Simonésia surgiu, em 2002, a Associação dos Agricultores Familiares do Município de Simonésia (Agrifas); e em Manhuaçu, em 2003, foi criada a Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos de Manhuaçu e Região (Agrifom).

O cooperativismo está presente com iniciativas tanto nas áreas do crédito (CRESOL, 2013) quanto da produção e comercialização (COORPOL, s/d). A Cooprol foi criada em 2006, com caráter regional e como resultado do esforço de famílias das associações OPL e Agrifom, que entenderam ser necessário ter uma cooperativa para viabilizar a comercialização do café, principalmente (SABINO e CUNHA, 2011). Nos primeiros anos de atividades, a Cooprol concentrou esforços na comercialização do café de seus associados, principalmente nos mercados *orgânico* e *Fair Trade*. Recentemente, além do café, a cooperativa intensificou o apoio aos agricultores familiares nas iniciativas de produção e comercialização de produtos diversificados com ênfase aos mercados institucionais, principalmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Manhuaçu. Mas as iniciativas em empreendimentos cooperativos são relativamente escassas se comparadas com outras regiões do próprio estado de Minas Gerais (FILETTO, 2000). Tal deficiência pode ter acentuado as dificuldades na comercialização do café orgânico, como se verá nos resultados e discussões da experiência.

Em termos gerais, tais organizações, sejam de representação política, como os sindicatos, ou de interesse socioeconômico, como as associações e cooperativas, tiveram relação ou resultaram em alguma medida do processo transição agroecológica e do café orgânico (como se verá no capítulo 4).

### **3.5.1 Presença e intervenção de entidades de assessoria e mediadores sociais**

Há também atuação de ONGs ambientalistas, como a *Conservation International* (CI) que gerencia a Estação Biológica da Caratinga, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) onde são realizadas diversas pesquisas sobre a biodiversidade da Mata Atlântica; e a

Fundação Biodiversitas<sup>11</sup>, que mantém no município de Simonésia a RPPN Mata do Sossego, cujo principal objetivo é a conservação do maior primata das Américas, o Muriqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*), ameaçado de extinção (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS-a, s/d).

Alguns projetos destas entidades e também de ONGs de assessoria à agricultura familiar<sup>12</sup> fundamentam-se na perspectiva da formação e consolidação de um corredor ecológico entre as duas RPPNs, denominado “Corredor Ecológico Sossego-Caratinga”, visando facilitar o trânsito tanto do Muriqui quanto das demais espécies endêmicas e que se refugiam nestas áreas ainda florestadas<sup>13</sup>. Um grande volume das atividades das organizações de assessoria e também de associações de agricultores vem ocorrendo, desde os anos 1990, na tentativa de aumentar e ligar os fragmentos florestais situados entre estas reservas, o que demandou um trabalho intenso junto às propriedades familiares desta área.

A partir da RPPN Mata do Sossego, na primeira década deste século, principalmente, a atuação da equipe técnica da Fundação Biodiversitas alocada em Simonésia teve papel relevante nas comunidades do entorno da reserva, tanto no município de Simonésia quanto em Manhuaçu. Buscando integração com as comunidades para a parceria nos propósitos de conservação de espécies, a equipe executou projetos e realizou trabalhos em educação ambiental e manejos sustentáveis com a agricultura familiar. Dentre estes, destaca-se o projeto “Conservação e Manejo dos Recursos Naturais na Mata Atlântica de Minas Gerais”, denominado e conhecido na região como Projeto Doce Matas, que além da RPPN Mata do Sossego, abrangeu o Parque Estadual do rio Doce e o Parque Estadual do Caparaó. Tal projeto transcorreu entre 1995 e 2005 e proporcionou um conjunto de ações visando a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável a partir de uma

---

11 “A Fundação Biodiversitas é uma organização não-governamental, de caráter técnico-científico, que tem como objetivo a proteção do meio ambiente e a conservação da diversidade biológica brasileira” (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014).

12 A exemplo do projeto *Agroecologia e Sustentabilidade: Integrando a conservação ambiental e o Desenvolvimento Territorial no Leste de Minas Gerais*, que teve como área de atuação os cinco municípios-foco desta pesquisa (Caratinga, Santa Bárbara do Leste, Simonésia, Manhuaçu e São João do Manhuaçu) e cujo objetivo geral era “Contribuir com a conservação da biodiversidade do bioma Mata Atlântica na região Leste de Minas Gerais, através do fortalecimento da gestão territorial com enfoque agroecológico”, executado entre 2006 e 2009 (REDE, 2005).

13 O Corredor Ecológico Sossego-Caratinga foi criado em 2014, pelo Decreto Estadual nº 397/2014 e é fruto de uma parceria entre o IEF e a Fundação Biodiversitas. É a primeira área do tipo em Minas Gerais reconhecida oficialmente (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, 2015).

abordagem participativa (FERREIRA NETO, 2005). Com frequência, os agricultores que participaram do processo do café orgânico citam o Projeto Doces Matas, dado que muitas atividades de intercâmbio, capacitação e práticas de conversão estiverem vinculadas ao referido projeto. Além do Doces Matas, destacam-se outros dois projetos executados pela Fundação Biodiversitas na região e que foram financiados pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa Projetos Demonstrativos (PDA): “Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação dos Remanescentes de Mata Atlântica no Entorno da RPPN Mata do Sossego-Simonésia, MG” (entre os anos 2001 e 2004) e “Corredor ecológico Simonésia-Caratinga: fortalecendo a gestão participativa integrada na região”, executado entre 2005 e 2008 (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS-b, s/d)). No conteúdo deste segundo projeto apresentado, são citadas conquistas alcançadas com as ações do primeiro, entre elas, articulações em diversas esferas para comercialização coletiva do café, agregando valor ao mesmo, crescimento do interesse dos agricultores/as quanto ao manejo agroecológico, e articulação junto à Articulação Mineira de Agroecologia para implementação de uma proposta diferenciada de assistência técnica e extensão rural (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2005).

As entidades de assessoria em agroecologia e desenvolvimento junto à agricultura familiar estão presentes através da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas – REDE, que tem escritório regional em Simonésia, e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), que interage com grupos e temas de trabalho na região. A REDE é uma organização de assessoria com atuação regional diretamente voltada para a agricultura familiar e a transição agroecológica. Fundada oficialmente em 1989, em Belo Horizonte, compõe a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e, desde o surgimento da Rede do Projeto Tecnologias Alternativas (Rede PTA), nos anos 1980, faz parte deste conjunto de organizações articuladas nacionalmente – entre 1986 e 1989, antes de instituir personalidade jurídica, exerceu o papel de articuladora de iniciativas em tecnologias alternativas no estado de Minas Gerais.

O trabalho da REDE na região Leste teve início em 1996, junto à OPL, em Caratinga. Desde então, desenvolveu diversos projetos na área da produção, da formação e da organização associativa de grupos (formais e informais). Entre os projetos desenvolvidos em parceria entre a REDE e a OPL, um deles, denominado “Viabilização Econômica de Sistemas de Produção de Café em Bases Agroecológicas no Entorno da Estação Biológica de Caratinga”, entre os anos de 2002 e 2004, priorizou ações



visando a sustentabilidade na produção do café (REDE, 2002; FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE, 2013).

Considerando os projetos e linhas de atuação da Fundação Biodiversitas/Projeto Doces Matas em Simonésia e entorno e da REDE em Caratinga, nos últimos anos da década de 1990 e primeiros anos da década dos 2000, é possível perceber no diagnóstico da realidade rural e nas atividades planejadas por estas entidades a preocupação com a sustentabilidade ambiental, com a renda e qualidade de vida das famílias agricultoras. Nas ações do Projeto Doces Matas evidencia-se a promoção de cafés sombreados, em sistemas agroflorestais; já nos projetos da REDE junto à OPL busca-se a produção de café em bases agroecológicas.

Uma outra característica que se destaca na Rede de Intercâmbio são as ações de articulação, fomentando as dinâmicas de redes, tanto entre as experiências e grupos (local e regionalmente), quanto em nível estadual e nacional. Nos anos recentes, facilitada pela regionalização de sua atuação ocorrida a partir de 2006, a REDE contribuiu diretamente e vem participando da coordenação da Rede Agroecológica do Leste de Minas (REDE, 2015a).

A partir de 2008, duas Escolas Família Agrícola foram criadas: a Arefama (que atende ao ensino médio técnico profissionalizante) e a Arefacs (para o ensino fundamental). Ambas trabalham com enfoque na agroecologia e tem na pedagogia da alternância a condição para receber os filhos de agricultores familiares sem que estes necessitem distanciar-se por muito tempo da casa dos pais e sigam integrados à comunidade, aliando conhecimento teórico-técnico e prático.

A significativa proporção de população rural (Tabela 1)<sup>14</sup>, as oscilações de preços do café em determinados anos (associada à monocultura, mercado concentrado e forte dependência da renda da cafeicultura) e a atuação de entidades, pastorais e movimentos sociais e sindicais, principalmente os STRs, propiciaram, a partir dos anos 1990, o surgimento de iniciativas de busca e promoção de alternativas tanto nos sistemas de produção quanto de organização econômica e comercialização. A organização em associações de agricultores familiares e a sensibilização e promoção de práticas visando a transição agroecológica e produção orgânica passaram a compor o rol de alternativas propostas e, em alguns casos, tornaram-se prioridade das ações de movimentos sociais, entidades sindicais e de assessoria (ONGs). Neste cenário, o processo e as iniciativas produtivas e de comercialização

---

14 Manhuaçu e Caratinga são cidades-polo regionais, concentram serviços e empregos e, por consequência, uma maior proporção de população urbana.

do café orgânico nos anos 2000 fizeram parte das estratégias, projetos e ações voltadas para a agroecologia e produção orgânica no Leste de Minas Gerais desde os anos 1990.

#### **4 A CONSTRUÇÃO DE UMA DINÂMICA REGIONAL VISANDO A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E MELHORIAS SOCIOECONÔMICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO LESTE DE MINAS GERAIS**

Neste capítulo encontram-se os resultados e as discussões a respeito do processo de transição para o café orgânico ocorrido no Leste de Minas Gerais nos primeiros anos deste século. Considerando a revisão teórica realizada no capítulo 2 e o contexto descrito no capítulo 3, as discussões foram desenvolvidas levando-se em conta duas categorias de análise: *processos sociotécnicos* e *dinâmicas organizativas*. No processo de análise, cada categoria analítica foi desdobrada em alguns componentes de forma a podermos alcançar certos fundamentos das questões, conforme apresentados no “Perfil desejável” de transição agroecológica (Quadro 3) e no Esquema analítico da pesquisa (Quadro 4).

No Leste de Minas, em princípio, aparece um conjunto de questões relacionadas, seja de ordem produtiva, seja da organização social e econômica, que interferiram na trajetória da transição agroecológica do café e dificultaram que o projeto fosse melhor sucedido. São mencionados problemas na adubação dos cafezais e o comprometimento dos índices de produtividade que os produtores alcançavam anteriormente; problemas com a certificação, seja pelos custos, seja porque a certificadora contratada acabou encerrando suas atividades e os agricultores ficaram sem alternativa naquele momento (FRANCO, 2007; Entrevista AG-01) e dificuldades para conseguir exportar o produto devido às limitações de estrutura de gestão e logística, qualidade e volume do café colhido, “que não era suficiente para fechar um contêiner” (Entrevista AG-01; OLIVEIRA, 2011), além do que, a certificadora contratada não era credenciada para o mercado internacional.

Em termos organizativos, os agricultores familiares da região demonstram várias frentes de iniciativas, desde grupos informais até cooperativas de crédito. Porém, a experiência do café orgânico expôs uma fragilidade no campo da organização socioeconômica para a comercialização, o que acrescentou dificuldades ao processo. Portanto, houve, no conjunto da obra, um significativo descompasso entre as expectativas criadas e as condições objetivas para alcançá-las, como se verá detalhadamente neste capítulo.

#### 4.1 ANTECEDENTES IMEDIATOS E O DESENVOLVER DA TA DO CAFÉ NO LESTE DE MINAS GERAIS

A partir de documentos das organizações sociais (STRs, associações e cooperativa) e de apoio (órgãos públicos e ONGs), reiterados por vários entrevistados, compreende-se que a segunda metade dos anos 1980 foi marcada por ações de conscientização, formação crítica (política) e organização social em busca de mudanças na realidade vivida pelas famílias agricultoras e dos impactos ambientais gerados pelo modelo agrícola convencional. Destacaram-se naquele período os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que localmente se expressam nos *grupos de reflexão* e nos *grupos de jovens* (Entrevistas AG-01, AG-02, AG-05, AG-11, MS-03).

Em Simonésia, foi através destes espaços de discussão e mobilização que um grupo de novas lideranças se formou e iniciou sua participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)<sup>15</sup>, levando para lá as ideias e desafios de promover ações políticas e práticas junto às comunidades rurais em busca de mudanças socioambientais. O sindicato, criado em 1980, já na metade daquela década começava a incorporar as lutas por direitos sociais (como a reivindicação do direito à aposentadoria para a mulher agricultora) e políticas agrícolas (como crédito rural, garantia de preços, seguro agrícola, etc.). Tais demandas estavam em sintonia com as pautas de reivindicações do movimento sindical em nível nacional. Algumas dessas reivindicações foram asseguradas como direitos sociais na Constituição de 1988, cujo processo constituinte mobilizou fortemente as organizações sociais do campo.

Em relação ao processo produtivo da agricultura familiar, em meados dos anos 1990 começavam a chamar atenção das lideranças os casos de agricultores apresentando problemas de saúde devido ao uso de agrotóxicos nas lavouras de café (Entrevista MS-01; REDE, 2007b). No entanto, tais casos não eram registrados nos laudos médicos como efeitos dos agrotóxicos. O grupo passou a se interessar por buscar informações de realidades agrícolas em outras regiões do estado e do país, assim como se informar e estudar alternativas para uma agricultura sem venenos (Entrevista MS-01). A partir de cursos de capacitação e visitas a experiências de uso de tecnologias alternativas na agricultura e em

---

15 Atualmente, por estar vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), passou a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Simonésia (SINTRAF).

parceria com a Fundação Biodiversitas e o projeto Doces Matas<sup>16</sup>, deram início a um processo de experimentações junto a algumas propriedades de Simonésia.

Famílias de comunidades próximas à RPPN Mata do Sossego promoveram mudanças radicais nas formas de conduzir seus sistemas de produção, através de “uma experiência de introdução de espécies da flora nativa, cana e frutas nas entrelinhas de cafezais já estabelecidos, convertendo-o em um sistema agroflorestal, incentivados pela igreja católica e pela Fundação Biodiversitas” (FRANCO, 2007, p. VII).

No conjunto das propriedades participantes foram realizados experimentos com adubação verde nas entrelinhas do café, inclusão de árvores no sistema, além de controle de pragas e doenças com caldas e biofertilizantes. Algumas etapas deste processo foram planejadas, monitoradas e avaliadas coletivamente entre um grupo de famílias da comunidade do Sossego e técnicos da Biodiversitas/Projeto Doces Matas, proporcionando um aprendizado coletivo a partir das experiências. Também foram realizadas visitas a experiências de outras regiões para trocas de conhecimentos, etc. O STR e a Biodiversitas, através da parceria no Projeto Doces Matas, mobilizavam as famílias e outras entidades para este conjunto de ações e sistematizações com vistas a práticas agrícolas sustentáveis (PROJETO DOCES MATAS, 2004).

Inicialmente com projeto Doces Matas houve as experimentações de práticas entre os agricultores do entorno da RPPN Mata do sossego, tais como caldas naturais, adubação verde, sistemas agroflorestais; com o desenvolver das atividades foram realizadas trocas de experiências, implantação de áreas experimentais e monitoramento participativo (Entrevista MS-08).

A mesma dinâmica organizativa se desenvolvia em outros municípios e comunidades rurais, com a criação de associações de pequenos produtores, as quais procuravam tratar de várias questões e objetivos: o problema do êxodo rural, a necessidade de saneamento, o uso de plantas medicinais, a comercialização, etc. Neste período foi criada no distrito de São João do Jacutinga, em Caratinga, a Organização do Povo que Luta (OPL), composta inicialmente por 68 associados de várias comunidades. Os trabalhos da OPL nos primeiros anos foram de auto-organização, conquista de uma área para instalar a sede, desenvolver

---

16 O Projeto Doces Matas era mantido e coordenado por um conjunto de instituições: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Fundação Biodiversitas e a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).

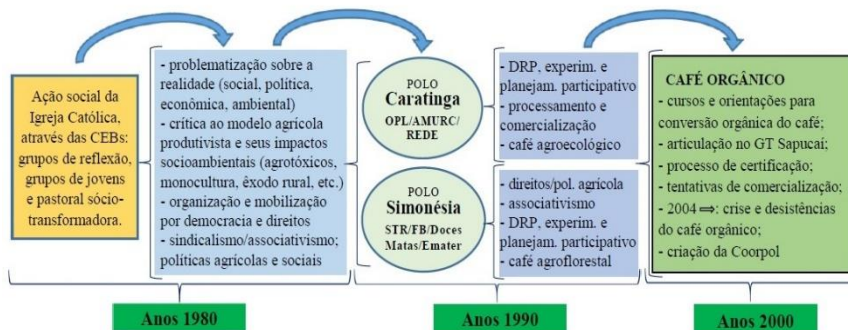
atividades de formação e experimentações agrícolas. Além da atuação da OPL, a sensibilização para a busca de alternativas à agricultura convencional teve importante contribuição da Associação de Mulheres Rurais de Caratinga (AMURC). Um seminário promovido pela AMURC em Caratinga, no ano de 1995, o qual tratou sobre agrotóxicos, meio ambiente e saúde humana, foi citado como um marco na conscientização sobre esta problemática e serviu na aproximação institucional entre OPL e REDE.

Em 1996, a REDE e a OPL começaram a desenvolver parceria em projetos e ações. Um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) foi realizado e a partir dele elaborou-se um planejamento de ações conjuntas. A REDE mantinha um/a profissional das ciências agrárias em Caratinga, atuando de forma orgânica à OPL. Juntas, estas entidades executaram vários projetos e desenvolveram ações como a construção de um desidratador de frutas, uma agroindústria de açúcar mascavo, resgate e experimentações com sementes crioulas (de milho, principalmente), sistemas agroflorestais com base no café, etc. (REDE, 2015a). Como lembrou uma profissional que atuou em Caratinga através da REDE, tratava-se de “um Programa de Desenvolvimento Rural com vários projetos, tais como: café orgânico, resgate de sementes crioulas, juventude, apicultura, dentre outros (Entrevista MS-11).

Assim, foram se constituindo dois polos com variadas iniciativas, mas que em comum promoveram experimentações de manejo sustentável na cafeicultura. Um que englobava Simonésia (que por abrigar a RPPN Mata do Sossego tem a presença da Fundação Biodiversitas e do Projeto Doces Matas), Manhuaçu e Santa Bárbara que vizinham com Simonésia e a RPPN, e também São João do Manhuaçu que se articula com Simonésia a partir da identidade sindical. O outro polo situava-se no distrito de São João do Jacutinga, em Caratinga, cujo ator organizado é a OPL, tendo também a proximidade de uma RPPN (Feliciano Miguel Abdala, que abriga a Estação Biológica de Caratinga) e passando a ter parceria com a REDE a partir de 1996.

Com referência neste processo e diversidade de organizações e iniciativas, é possível sistematizar o esquema ilustrado na Figura 4.

**Figura 4** – Esquema histórico-processual da experiência do café orgânico no Leste de Minas Gerais



Fonte: Autor, a partir das informações de campo (2017).

Esses dois polos de organizações e ações por melhorias na produção, renda e meio ambiente, nos primeiros anos deste século passaram a se articular para discutir e implementar o projeto do café orgânico, mesmo que as concepções e estratégias não tivessem concordância plena entre as várias organizações (de agricultores ou de assessoria) que interagiam neste espaço e tema. Conforme relata um entrevistado:

O nosso trabalho envolvia só de Simonésia, depois é que Santa Bárbara foi surgindo, também de Manhuaçu, algumas famílias a gente começou a trabalhar que é ali de próximo de Sacramento. Caratinga foi um outro estágio, que eles já tinha... Somou parceria nisso aí, parece que na época eles não trabalhavam muito com café, tinha mais negócio de horta... Chegou a um determinado ponto e a gente se encontrou, inclusive foi desse contato que a gente teve, das reuniões junto com a OPL, como a REDE tinha todo um trabalho com a OPL, que a gente acabou discutindo e a REDE acabou ampliando o projeto que viesse aqui pra Simonésia (Entrevista MS-01).

No polo em torno de Simonésia, o trabalho junto aos agricultores para orientar a conversão dos cafezais e a certificação orgânica contava com a liberação de um dirigente sindical (agricultor com formação técnica), juntamente com as equipes da Fundação Biodiversitas/Projeto Doces Matas. As ações até então tinham uma ênfase na questão ambiental (dado o caráter da Biodiversitas e do Doces Matas), mas com a

perspectiva do café orgânico as ações passaram a ser direcionadas também à conversão dos cafezais e um enfoque econômico.

O trabalho fazia uso de metodologias participativas, com reuniões para levantar e discutir os problemas, planejar soluções, atividades e avaliações. Eram realizados intercâmbios com experiências de produção de café em bases agroecológicas e também sobre comercialização.

Havia um contexto gerador comum e também motivações concretas entre as famílias para aderirem ao projeto. De imediato, eram relatadas preocupações ambientais e de saúde, especialmente relacionadas ao uso de agrotóxicos. Algumas falas dão ênfase às preocupações com a saúde e a questão ambiental:

Por volta de 96, 98, houve uma propagação agressiva mesmo de agrotóxicos pra cultura do café. Independente se a lavoura tava precisando ou não daquele agrotóxico, mas a apresentação do baysiston e de outros produtos da Bayer naquele momento ali seria o que salvaria mesmo a produção dos agricultores. Os agricultores familiares, principalmente, estavam embarcando nessa, não só pelo fato de endividar, mas como também a questão de estar agredindo a terra, a lavoura, de repente sem necessidade. Surgiu algumas situações aí que foi se agravando mais, com morte comprovada devido ao uso de organofosforados, então a gente se sentiu na obrigação de estar aprofundando mais isso aí. A ideia foi amadurecendo e aí surgiu a possibilidade de... “e aí, e se a gente trabalhasse uma produção do café orgânico?” (Entrevista MS-01).

Começou mais na época da Doces Matas, foi agrupando outras entidades, o sindicato, e veio continuando. Eles diziam que como iria faltar água e as lavouras estava produzindo sem sombra, que seria melhor, então assim foi uma experiência que a gente iria fazer pra ver se dava certo (Entrevista AG-01).

A gente se aproximou porque a OPL já trabalhava na linha da agroecologia e a gente queria trabalhar sem o uso de agrotóxico, e então as ideias eram parecidas. Era uma onda que vinha crescendo, a questão da produção orgânica, então a gente aderiu à ideia de produzir café orgânico (Entrevista AG-05).



Fazer um produto de qualidade, produto sem veneno, é isso que empolgou mais o pessoal. Porque, você tendo um produto assim... Mas só que pra ter uma produção orgânica de qualquer produto que seja, tem um processo muito, muito, muito longo. E a gente não sabia disso (Entrevista AG-07).

Outras declarações destacam a busca de melhorar a renda agrícola, tanto pela expectativa de redução dos custos de produção (com a eliminação de agroquímicos), quanto, principalmente, pela expectativa de maior preço pelo produto orgânico:

Aí já começa vir uma outra situação, que é “ah tá, eu vi lá no Globo Rural lá que uma saca de café, o cara vendeu uma saca de café por R\$ 800,00”. Na época a saca de café era de R\$ 100, R\$ 200,00 aqui. Então, mesmo sendo alertado que não era bem assim, que era diferente, teve agricultor que entrou acreditando nessa possibilidade e que acabou sendo frustrante (Entrevista MS-01).

A gente participava do grupo que articulava todas as entidades envolvidas, que era o GT Sapucaí. Aí com isso tinha a empolgação do povo que sempre incentivava: a gente vai produzir café orgânico, a gente vai vender ele num preço melhor e tal. Então essa animação impulsionava os produtores daqui (Entrevista AG-05).

Foi apresentado um processo rentável, visando dinheiro, né? A pessoa foi naquele negócio assim, porque foi uma propaganda muito grande em cima daquilo ali, que o café era muito mais caro e tal. Mas a questão da consciência... [...] O café orgânico tinha muito mais preço, e era uma coisa nova e o pessoal empolgaram, né (Entrevista MS-03).

Nas reuniões que aconteciam no grupo sempre surgia aquela demanda da comercialização de um café diferenciado e era o momento em que o café estava ruim de preço. Então se o café tava ruim de preço, o pessoal tava buscando alternativa de ter um café diferenciado pra comercializar de uma forma diferenciada também (Entrevista AG-08).

Talvez seja um erro que não foi uma motivação bem-vinda, foi uma falta de dinheiro pra comprar adubo. Mas foi assim: foi numa situação muito

difícil de produção de café e de mercado de café. 2000/2001 a gente vivia uma crise muito forte de café, e ele não compensava o adubo que tava pondo nele. E naquela época surgiu que o orgânico era uma possibilidade de produção e de comércio, uma melhor condição de comércio naquele momento (Entrevista AG-09).

Há também falas que atribuem a investida no processo de conversão orgânica do café à possibilidade de atender tanto a objetivos econômicos quanto ambientais e culturais:

Eu acho que na época foi mais mesmo se livrar dos pesticidas, dos inseticidas, dos agrotóxicos; e também a gente buscar um mercado..., que tinha previsão de ter um mercado que pagava melhor este tipo de café, né? (Entrevista AG-06).

Além do pessoal pensar em diminuir o veneno, também pensava que o orgânico ia dar um preço na hora de vender o café. Então o pessoal pensava que ia melhorar a renda, né? (Entrevista AG-10).

Teve pessoas que entrou simplesmente interessadas na questão do café mesmo, comercializar o café, mas também tinha outras pessoas que tinham aquela questão ambiental, que tinha o pensamento de trabalhar de uma forma diferente, da questão ambiental. E acabamos né somando as coisas e trabalhando junto as duas coisas, a questão de agregar valor ao café, de produzir um café diferente, e também tá preservando as áreas (Entrevista AG-08).

Foram vários motivos, eu classifico motivos econômicos, porque agricultura familiar, com a renda limitada, também motivos culturais, porque a gente vem de famílias tradicionais rurais, que lidam com a terra e que sempre manteve aqueles manejos de plantas e de produção (Entrevista AG-04).

O número de agricultores que participaram do projeto é impreciso, em virtude de não haver um registro e tampouco publicação que relate estes dados. Deve-se considerar também que, geralmente, há por parte dos agricultores um interesse mais amplo nas reuniões e capacitações iniciais e um afinamento dos que seguem interessados e efetivamente dão andamento às mudanças em seus sistemas de produção. Isso se deve à insegurança, que é ingrediente comum nos processos inovadores. Com

estas ressalvas, procuramos fazer uma estimativa a partir de entrevistas na fase exploratória (a tentar verificar nas demais etapas do trabalho de campo), somando agricultores envolvidos nos dois polos do projeto (Caratinga e Simonésia), pela qual deduz-se que em torno de 180 famílias participaram em atividades iniciais de sensibilização; e a maioria destas promoveram mudanças parciais em seus sistemas de produção, porém muitas delas em outros aspectos da produção ou conservação ambiental que não a produção cafeeira. Por este levantamento, as famílias que chegaram a iniciar a transição do café (por uma ou duas safras) seriam em torno de 100; e as que permaneceram mais tempo, avançaram no processo de transição e chegaram a ter, ainda que por uma safra, sua produção certificada, foram aproximadamente 70 famílias nos municípios referidos pela pesquisa.

#### **4.1.1 Dificuldades, frustrações e desarticulação do processo regional do café orgânico**

Apesar de ter logrado nos primeiros anos uma considerável mobilização, adesão de agricultores e iniciativas concretas de conversão dos cafezais e até mesmo nos sistemas de produção, o processo do café orgânico enfrentou dificuldades e entrou em crise. Das aproximadamente 180 famílias que se envolveram inicialmente em atividades de informação, trocas de experiências, capacitações e experimentações, estima-se pelos relatos que em torno de 70 chegaram a obter a certificação, já nos anos de 2003 e 2004 (Figura 5).

Nos anos anteriores ao processo do café orgânico, as estratégias de trabalho das organizações de assessoria e ATER e das famílias agricultoras visando a transição agroecológica vinham sendo conduzidas com base no enfoque de ‘construir juntos’ e ‘gradativamente’ as mudanças, respeitando o ritmo e as condições da agricultura familiar. Isso propiciou um acúmulo de experiências de manejo e conhecimentos que, com a oportunidade do mercado do café orgânico, foram postos à prova.

Em geral, a transição para sistemas produtivos em bases agroecológicas ou orgânicas, sejam partindo de sistemas de produção diversificados e complexos ou de monoculturas, demandam novos conhecimentos e tecnologias (pode-se também buscar o resgate ou revalorização de práticas produtivas e de manejo parcial ou totalmente abandonadas). A revisão teórica sobre a transição agroecológica, no capítulo 2, apresenta as principais abordagens em torno desta questão. Em termos gerais, pode-se considerar que a assistência técnica, a disponibilidade ou acesso a conhecimentos e tecnologias, as normas da

produção orgânica, a certificação e o mercado são aspectos e desafios geralmente presentes nos processos de transição agroecológica ou orgânica. Alguns desses aspectos, como a certificação e o mercado, são ainda mais desafiadores quando o objetivo é a produção para exportação. A ocorrência/atendimento ou não de tais demandas e como teriam se desenvolvido serão trazidas e discutidas adiante, neste capítulo.



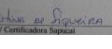
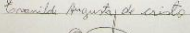
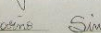
Também foi buscada e analisada a dinâmica sócio-organizativa que antecedeu e acompanhou o processo do café orgânico do Leste de Minas, de modo especial nas metodologias de trabalho e formação, na cooperação para acesso ou abertura de espaços e melhores oportunidades de comercialização, na criação de força organizada para reivindicações políticas, sociais ou econômicas. São recorrentes as experiências e estudos que associam organização social e agroecologia (COSTABEBER e MOYANO, 2000; ITO *et al.*, 2004; ROVER, 2011; PEREZ-CASSARINO, 2012; ALLESIO; ROVER, 2014; MIOR *et al.*, 2014; REDE, 2015a), ressaltando a necessidade e os efeitos da colaboração recíproca entre estas duas dimensões nos processos de desenvolvimento e inovação na agricultura familiar.

As entrevistas revelaram que o processo de transição para o café orgânico e comercialização do produto comportou, com maior ou menor prioridade e qualidade, planejamentos e ações de assistência técnica, intercâmbios de experiências, cursos de capacitação, oficinas e mutirões sobre tecnologias e manejos orgânicos (foram utilizadas caldas e biofertilizantes, arborização dos cafezais, adubações verdes, compostagem, homeopatia, etc.), visitas de inspeção e recomendações para adequação às normas de certificação orgânica, compras coletivas de insumos (principalmente adubos orgânicos e minerais permitidos), reuniões para planejamento e organização da comercialização, iniciativas de associativismo, articulações com experiências similares de outras regiões (através do GT Sapucaí) e outras.

Entre os anos 2002 e 2004, as ações em torno da produção e certificação orgânica mobilizaram fortemente as entidades e agricultores. A título de ilustração, dos poucos documentos que conseguimos acesso, um deles, datado de julho de 2002, trata das recomendações enviadas pela Comissão de Certificação a um agricultor que iniciava a conversão sob inspeção da Certificadora Sapucaí. Outros dois documentos, datados de maio e de agosto de 2004, constituem contratos firmados entre a certificadora e os agricultores (um de Caratinga e outro de Simonésia). Um deles declara que certificadora e agricultor “encontram-se em comum acordo quanto a **certificação orgânica para café**” (Figura 5a); o outro confirma o acordo “quanto a **certificação orgânica para café e milho**”

(Figura 5b). Os certificados registram também as responsabilidades das partes, os direitos dos produtores e prazos de validade dos contratos, ambos por um ano.

**Figura 5 – Certificados para café orgânico obtidos por produtores do Leste-MG**

 <p style="text-align: center;"><b>CONTRATO CERTIFICAÇÃO UNIDADE PRODUTORA</b></p>	 <p style="text-align: center;"><b>CONTRATO CERTIFICAÇÃO UNIDADE PRODUTORA</b></p>
<p><b>1. Contratantes:</b> Certificadora de Produtos Orgânicos Sapucaí, ora denominada SAPUCAÍ, com sede a Rua Pedro Lucio de Andrade 165, Jardim Olímpico, Pouso Alegre/MG, CNPJ: 05.363.265/0001-07, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representada por sua coordenadora, Debora Cristina de Siqueira, e João Batista da Silva (produtor rural), RG n.º M-4.955.094, CPF n.º 738.232.256-53, do imóvel rural denominado Sítio Corrego São Vicente, registrado na INCRA sob a n.º _____, localizado no município de Caratinga – MG, do qual é arrendatário, encontram-se em comum acordo quanto a <b>certificação orgânica para café.</b></p>	<p><b>1. Contratantes:</b> Certificadora de Produtos Orgânicos Sapucaí, ora denominada SAPUCAÍ, com sede a Rua Pedro Lucio de Andrade 165, Jardim Olímpico, Pouso Alegre/MG, CNPJ: 05.363.265/0001-07, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representada por sua coordenadora, Valéria de Cassia Oliveira Correa, e José Paulo de Cristo (produtor rural), RG n.º M-2.034.056, CPF n.º 594.719.866-68, do imóvel rural denominado Sítio São Vicente, registrado na INCRA sob a n.º _____, localizado no município de São Gonçalo – MG, do qual é parceiro, encontram-se em comum acordo quanto a <b>certificação orgânica para café e milho.</b></p>
<p><b>2. Responsabilidades da unidade produtora</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprir todas as Normas de Produção que fazem parte integrante deste Contrato;</li> <li>• Estar ciente de que se descumprir este Contrato, estará sujeito às penalidades determinadas pela Comissão de Ética da SAPUCAÍ;</li> <li>• Pagar todas as taxas determinadas pela SAPUCAÍ.</li> </ul>	<p><b>2. Responsabilidades da unidade produtora</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprir todas as Normas de Produção que fazem parte integrante deste Contrato;</li> <li>• Estar ciente de que se descumprir este Contrato, estará sujeito às penalidades determinadas pela Comissão de Ética da SAPUCAÍ;</li> <li>• Pagar todas as taxas determinadas pela SAPUCAÍ.</li> </ul>
<p><b>3. Direitos da unidade produtora</b> Desde que respeitadas as Normas de Produção, são direitos das unidades produtoras certificadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Comercializar o produto como orgânico;</li> <li>b) Participar dos canais de comercialização da SAPUCAÍ;</li> <li>c) Usar o Selo Orgânico da SAPUCAÍ nos seus produtos certificados.</li> </ol>	<p><b>3. Direitos da unidade produtora</b> Desde que respeitadas as Normas de Produção, são direitos das unidades produtoras certificadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Comercializar o produto como orgânico;</li> <li>b) Participar dos canais de comercialização da SAPUCAÍ;</li> <li>c) Usar o Selo Orgânico da SAPUCAÍ nos seus produtos certificados.</li> </ol>
<p><b>4. Responsabilidades da SAPUCAÍ</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer cumprir todas as Normas de Produção que fazem parte integrante deste Contrato;</li> <li>• Manter em funcionamento as Comissões de Certificação e de Ética da SAPUCAÍ.</li> </ul>	<p><b>4. Responsabilidades da SAPUCAÍ</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer cumprir todas as Normas de Produção que fazem parte integrante deste Contrato;</li> <li>• Manter em funcionamento as Comissões de Certificação e de Ética da SAPUCAÍ.</li> </ul>
<p><b>5. Prazo de validade deste contrato</b> Este contrato é válido por um ano, a partir da data da liberação do contrato – 26/05/04. A renovação deste contrato dependerá de nova inspeção.</p>	<p><b>5. Prazo de validade deste contrato</b> Este contrato é válido por um ano, a partir da data da visita de inspeção – 27/08/2004. A renovação deste contrato dependerá de nova inspeção.</p>
<p style="text-align: center;">           Assinatura (do) produtor(es)       </p> <p style="text-align: center;">           IV Certificadora Sapucaí       </p> <p style="text-align: center;">           Local e data       </p>	<p style="text-align: center;">           Assinatura (da) produtor(es)       </p> <p style="text-align: center;">           Assinatura (do) produtor(es)       </p> <p style="text-align: center;">           IV Certificadora Sapucaí       </p> <p style="text-align: center;">           Local e data       </p>

No entanto, ao mesmo tempo em que um conjunto de produtores alcançou a certificação (no ano de 2004), segundo a maioria dos depoimentos, aumentaram as dificuldades para permanecer no processo. Entre os problemas relatados, constam: queda acentuada na produtividade, casos de baixa qualidade do produto, indisponibilidade ou altos custos dos insumos orgânicos, dificuldades em adequar-se às normas de certificação, restrições e necessidades de retorno financeiro de curto prazo, dificuldades e inviabilização da comercialização. Assim, foi se configurando um conjunto de problemas que levou a maioria das famílias a desistir e abandonar o projeto.

A comercialização no mercado orgânico requer a certificação de uma empresa ou associação credenciada para tal (para o caso de exportação, somente a certificação de terceira parte, feita por empresa de auditoria em produção orgânica, é aceita). Para esse fim, as organizações que lideravam o projeto procuraram entidades aptas e que, ao mesmo

tempo, cobrassem valores condizentes com as condições dos agricultores familiares. Acabaram firmando acordo com uma certificadora do Sul de Minas Gerais denominada Certificadora de Produtos Orgânicos Sapucaí, cuja criação resultou de grupos de produtores e técnicos interessados em promover a agricultura orgânica. A Certificadora Sapucaí passou a ter personalidade jurídica própria em 2002, desvinculando-se do Centro de Assessoria Sapucaí, que, por ter como função a difusão e assessoria em agroecologia e produção orgânica, não poderia desempenhar também a certificação, “devido ao questionamento de que a assessoria pudesse certificar seu próprio trabalho” (Entrevista MS-10).

Nos primeiros anos da década de 2000, o Brasil não contava com a legislação que tem atualmente para regular a produção, certificação e comercialização de produtos orgânicos<sup>17</sup>, o que só veio ocorrer de forma ordenada a partir de 2007<sup>18</sup>. A discussão entre entidades do campo da agroecologia e agricultura orgânica e os órgãos do governo federal vinculados a estas questões transcorria enquanto as experiências produtivas se desenvolviam sem contar com normas legais. Para a exportação, mais do que ter uma legislação nacional, é necessário que esta tenha equivalência ou acordos de flexibilidade junto às legislações dos países ou conjunto de países com os quais se pretende promover o comércio de produtos orgânicos. Além disso, geralmente é exigido o credenciamento da certificadora junto à IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements), que é a federação internacional que congrega os diversos movimentos relacionados com a agricultura orgânica (ORGANICSNET, s/d). A Certificadora Sapucaí, recém criada, não contava com tal credenciamento e, portanto, não era habilitada para o comércio externo.

Os mercados europeu, norte-americano e japonês são os mais consolidados e eram os potenciais consumidores do café orgânico que se vinha buscando produzir.

Como os cafés orgânicos, em geral, são exportados, e o selo da Sapucaí não permitia a exportação do

---

17 As primeiras normativas, baseadas em padrões internacionais de certificação por auditoria, foram publicadas em 1998 e 1999, porém sofreram rejeição por agricultores e organizações ligados à agroecologia, principalmente do sul do país, por não se considerarem incluídos nos regulamentos apresentados (LEITE, 2013).

18 A produção orgânica passou a ter amparo legal em 2003, através da Lei 10.831/03 (BRASIL, 2003). Essa lei define as normas para a produção e para a acreditação dos produtos orgânicos na fase de comercialização. Porém, o detalhamento e regulamentação da lei só ocorreu em 2007, por meio do Decreto 6.323 de 2007 (BRASIL, 2007).

café como orgânico, uma das perspectivas da certificadora era fomentar que a comercialização dos cafés fosse melhor, desse mais resultados aos produtores, que o café convencional (Entrevista MS-10).

Ademais, ainda na primeira safra em que obtiveram a certificação (tratando-se do grupo que, todavia, permanecia no processo), a Certificadora Sapucaí encerrou as atividades, resultado de problemas financeiros que a associação vinha enfrentando (como se viu, os contratos de certificação tinham validade de um ano). “Nesta época, a Certificadora estudava possibilidades de conseguir para os cafeicultores alguma equivalência de certificação com os processos internacionais, para que os cafés pudessem ser exportados como orgânicos” (Entrevista MS-10). Uma das tentativas que vinha sendo realizada era junto à BCS Oko-Garantie<sup>19</sup>. Mesmo com o esforço de pessoas da então Sapucaí para “passar” o processo para outra certificadora, isso não ocorreu como planejado e o grupo de agricultores do Leste de Minas no café orgânico minguiu. Conforme sentenciou um agricultor: “Eu lembro de uma reunião maior que fizemos com mais gente junto, em Vila de Fátima, que é no Manhuaçu, e o pessoal já veio com a choradeira que o trem tinha dado errado” (Entrevista AG-10).

As tentativas de venda da produção obtida naqueles anos foram também difíceis. Enquanto estava em conversão, a produção, geralmente reduzida, foi comercializada no mercado convencional, do modo como faziam anteriormente. Ao obterem o certificado orgânico, ainda assim não tiveram sucesso na venda para este mercado.

Com base em estudo de caso com dados referentes a três famílias, Oliveira (2011), que é professor no ensino médio e agricultor (tendo a própria família participado do projeto), analisa particularmente a tentativa de transição no município de Simonésia. Segundo ele,

Tentou-se durante a primeira década do século XXI a implantação da agricultura orgânica e de sistemas agroflorestais no município de Simonésia(MG), no qual 72 famílias de pequenos cafeicultores foram

---

19 *BCS Oko-Garantie* é uma certificadora orgânica, de origem alemã, com reconhecimento para os mercados nacional e internacional. Sua sede no Brasil localiza-se em Florianópolis, SC. Segundo o site da empresa no Brasil, “a Kiwa BCS Brasil é um organismo de certificação independente, estabelecido no Brasil desde o ano de 2003, com destaque na certificação de produtos orgânicos voltados à exportação, tais como café, mel, frutas tropicais, entre outros” (KIWA/OKO-GARANTIE BCS, s/d).

convencidos a trocar total ou parcialmente a cafeicultura convencional pela cafeicultura orgânica (OLIVEIRA, 2011, p. 2).

Oliveira (2011) refere-se à experiência como “o fracasso da cafeicultura orgânica em Simonésia”; e atribui à queda de produtividade e falta de recursos por parte dos agricultores para custear a certificação e o escoamento da produção, como as principais causas do referido fracasso. Entretanto, este mesmo autor destaca benefícios ambientais nas propriedades estudadas, como melhoria das condições de solo, qualidade da água e aumento da biodiversidade, com a maior presença de fauna silvestre (OLIVEIRA, 2011).

Por sua vez, Franco (2007) analisa a sustentabilidade econômica de sistemas agroflorestais baseados no café em cinco unidades produtivas de Simonésia e diz que

O grupo de agricultores familiares analisado ingressou no sistema de agroflorestas e passou por um período de três anos buscando a certificação como agricultor orgânico. Para tanto, o grupo foi assistido por uma certificadora que veio a falir e consequentemente deixou o grupo sem assessoria no momento da primeira comercialização da produção. O grupo desacreditado desta possibilidade retorna a adubação química de suas lavouras na busca de uma melhora da produtividade (FRANCO, 2007, p. 64-65).

Entre os motivos para o café orgânico não ter alcançado o que se esperava na transição agroecológica, um entrevistado afirma que “o principal problema foi a deficiente adubação dos cafezais”, que ele acredita ser “o maior gargalo para uma produção orgânica que alcance produtividade aceitável, que assegure uma boa renda aos produtores” (Entrevista MS-02). O mesmo problema aparece na pesquisa realizada por Franco (2007), que relata que o grupo retorna à adubação química de suas lavouras na busca de uma melhora da produtividade (FRANCO, 2007, p. 65).

Em relação ao desafio da adubação orgânica, especificamente, o trecho de um depoimento indica que o principal limitador é o “fornecimento de nitrogênio nas doses adequadas para o potencial produtivo do cafeeiro – custo, mão de obra para a distribuição dos adubos orgânicos nas áreas não mecanizáveis (grandes volumes)” (Entrevista MS-07).



No entanto, as expectativas dos agricultores eram de alcançar benefícios com a utilização de adubações orgânicas; pelo menos, reduzir custos:

Talvez seja um erro que não foi uma motivação bem-vinda, foi uma falta de dinheiro pra comprar adubo. Mas foi assim: foi numa situação muito difícil de produção de café e de mercado de café. 2000/2001 a gente vivia uma crise muito forte de café, e ele não compensava o adubo que tava pondo nele. E naquela época surgiu que o orgânico era uma possibilidade de produção e de comércio, uma melhor condição de comércio naquele momento (Entrevista AG-09).

Como se verá adiante, a produtividade do café durante a conversão para a produção orgânica e quando já certificado como tal foi um limitador mencionado pela quase totalidade dos agricultores entrevistados.

O período entre os anos de 2001 e 2004 foi quando houve maior concentração de ações, perspectivas e famílias envolvidas no processo de articulação regional focado no café orgânico. Com as dificuldades e frustração de expectativas, alguns anos depois (2005/2006) a maioria das famílias foi desistindo e retornando à produção convencional. A maioria dos entrevistados relata que o retorno em geral ocorreu no uso de adubação química solúvel, e que raras famílias, em momentos pontuais, recorreram às pulverizações com agrotóxicos. Muitos entrevistados disseram que não tinham como prática o uso de agrotóxicos nem mesmo antes da tentativa do café orgânico; e nenhum admitiu utilizar agrotóxicos em sua produção depois da experiência do café orgânico. Caldas e biofertilizantes seguiram sendo utilizadas por muitos agricultores, alguns mantiveram e seguiram manejando as árvores no meio das lavouras de café (FRANCO, 2007).

Na organização social, as associações de caráter municipal e a cooperativa criada durante o processo do café orgânico (Coorpol) enfrentaram dificuldades com o retrocesso do projeto, mas em geral se mantiveram e algumas se consolidaram. As organizações representativas dos agricultores, as ONGs e em alguns casos a ATER pública seguiram desenvolvendo projetos e ações visando a sustentabilidade ambiental e produtiva, criando ou acessando espaços de mercado para os produtos diversificados da agricultura familiar (PAA, PNAE, incipientes feiras locais) e promovendo ações de melhoria da qualidade ambiental e de vida das famílias rurais, mediante proteção de nascentes, implementação de

fossas sépticas, recuperação de áreas degradadas, etc. Agroindústrias associativas de pequeno porte vêm sendo instaladas e permitindo a colocação de novos produtos no mercado e agregação de valor, como são os casos dos doces de frutas fabricados pela Associação Boa Esperança, em São João do Manhuaçu, e do café e panificados produzidos pela ACEAS, em Manhuaçu (REDE, 2014a; REDE 2015c).

Nos anos recentes, a agricultura familiar da região apresenta um contexto de experiências inovadoras se firmando gradativamente em torno da diversificação da produção (orgânica ou em transição) e da renda, e acessando políticas públicas como as dos mercados institucionais para comercializar esta produção diversa (REDE, 2014c; 2015c). Algumas experiências de feiras livres organizadas pelos agricultores também ocorrem em Simonésia, Caratinga – esta com produtos orgânicos, acreditados pela modalidade OCS (REDE, 2014b; REDE 2015b) e uma em Manhuaçu divulgada como SAT<sup>20</sup>, porém sem a certificação do órgão responsável (até fevereiro de 2017).

Um grupo reduzido de famílias (em torno de 10), a maioria de Manhuaçu, persistiu no café orgânico mesmo depois que o projeto regional se desarticulou. Esse grupo, através da Agrifom e da Cooprol, buscou outra certificadora e conseguiu comercializar café orgânico por algumas safras. Conforme declarou um agricultor: “[...] foi buscar a certificação junto a BCS, que posteriormente foi transferida para a Cooprol e teve certificação para os mercados americano, canadense, europeu e japonês [...] foi por onde a cooperativa conseguiu por três anos consecutivos escoar a produção (Entrevista AG-11).

Esta comercialização ocorreu nos anos de 2008 a 2010, quando os custos com a certificação e comercialização em pequena escala (por serem poucos produtores envolvidos) inviabilizaram economicamente o processo. Some-se a isso que os preços do café orgânico estavam desvalorizados naquele período (Entrevista AG-11). Segundo dados fornecidos pela Cooprol, os preços alcançados naquelas três safras para o

---

20 *SAT – Sem Agrotóxico* é uma modalidade de produção certificada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, em parceria com a Emater/MG e a Epamig, destinada a produtos de origem vegetal e aplicável a sistemas isentos de agrotóxicos em qualquer fase, porém não é exigida a eliminação da adubação química solúvel. São observadas normas como condições de trabalho, saneamento ambiental, etc. As normas, procedimentos e padrões específicos são definidos em lei estadual, visando atender aos consumidores e agregar valor aos produtos (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA, s/d). A assistência técnica e orientações aos produtores para adequação ao SAT é disponibilizada pela Emater-MG, através do Programa Certifica Minas.

café orgânico comercializado tiveram um ágio, em relação ao convencional, de 11% em 2008 e de 10% em 2009 e 2010. Tais preços efetivamente alcançados poucos anos depois da desarticulação do processo regional do café orgânico (2005/2006) colocam dúvidas em relação às promessas de preços duas ou três vezes maiores que os agricultores tinham expectativa de receber pelo café orgânico quando entraram no processo de conversão, conforme várias manifestações durante as entrevistas.

O ágio de 10 e 11% pelo café orgânico comercializado no mercado internacional pela Coopol nas safras entre 2008 e 2010 contrasta fortemente com a expectativa de ágio entre 200 e 300% difundida poucos anos antes. Isso evidencia uma fragilidade técnica e metodológica dos mediadores sociais e de liderança social e política durante a ‘fase de entusiasmo’ do café orgânico. As instituições de assessoria não demonstraram experiência e capacidade para lidar com as complexas questões de mercado, assim como falharam na comunicação com os agricultores, deixando margem para expectativas desmedidas que mais tarde se tornaram frustração e retrocesso no processo de transição agroecológica.

Num panorama geral sobre a produção de café na região, prevalece o modelo convencional, mas é possível encontrar uma variedade de experiências com distintos manejos, como o sistema SAT e o café em sistema agroflorestal. Alguns desses são processados nas pequenas propriedades e colocados no mercado local sob o rótulo genérico de “produto da agricultura familiar” (Figura 6). Há também cafés orientados ao mercado *Fair Trade*, que têm certificação da FLO<sup>21</sup> e são comercializados pela Coopol. Muitos dos agricultores que conduzem estas lavouras fizeram parte do projeto do café orgânico, porém a partir das dificuldades encontradas naquele processo (de produção e de comercialização à época), voltaram a utilizar adubação química solúvel.

---

21 FLO – *Fairtrade Labeling Organization* é sediada na Alemanha e, através da FLOCERT, certifica organizações envolvidas em toda a cadeia do comércio justo, da produção à comercialização, de diversos produtos ao redor do mundo (FAIRTRADE COMÉRCIO JUSTO, s/d).

**Figura 6** – Alguns cafés produzidos e processados por agricultores familiares do Leste de Minas



Em seu Projeto Trienal 2008-2010, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE, 2007c, p. 14) descreve uma realidade dinâmica e diversa no âmbito regional:

Percebe-se uma heterogeneidade de situações, mas em geral prevalece uma estrutura de pequenas propriedades e produção familiar, com grande ênfase na cafeicultura. Despontam problemas como a monocultura, o uso generalizado de adubação química solúvel e de agrotóxicos, gradativa perda de biodiversidade, especialmente no uso e conservação das sementes de variedades antigas (crioulas) e redução da diversidade e qualidade alimentar das famílias. Também impactam a região, em termos ambientais, econômicos e “ideológicos”, a mineração e o incentivo ao plantio de monoculturas, com ênfase no eucalipto.

Assim, dez anos após a tentativa, crise e desarticulação do processo regional do café orgânico no Leste de Minas Gerais, o contexto apresenta uma variada gama de situações, contradições e perspectivas, em que o

modelo e as tecnologias produtivistas se intensificam (mediante a disseminação de sementes transgênicas, aumento do uso de agroquímicos, introdução da cultura do eucalipto nas crises de preço do café, etc.) e, em paralelo (ou em contraposição), as iniciativas de transição agroecológica e organização socioeconômica entre os agricultores familiares buscam seu espaço, ampliação e consolidação. É neste cenário que se realizou a pesquisa.

#### 4.2 PROCESSOS SOCIOTÉCNICOS E AS MUDANÇAS TÉCNICO-PRODUTIVAS

Aqui serão trazidas as discussões acerca dos processos e ações sociotécnicas a partir da sistematização e reflexão sobre conversão da produção (do café convencional para orgânico), como se processou o conhecimento e a assistência técnica, de que forma foi tratada a questão dos insumos e outros aportes e, finalmente, quais foram os resultados produtivos e ambientais alcançados, na perspectiva dos atores envolvidos (agricultores e mediadores sociais).

Conforme apresentado e debatido no capítulo teórico, a transição agroecológica no que se refere ao sistema produtivo tem o aporte de pesquisas em diferentes linhas, porém a maioria concorda a respeito da conversão tecnológica, partindo de sistemas intensivos em tecnologias, seguir certos estágios de mudança, compatibilizando segurança técnico-produtiva e econômica. Neste sentido, muitas pesquisas apresentam e sugerem estágios progressivos, desde a otimização do uso dos insumos agroquímicos que vinham sendo utilizados, passando por sua substituição por insumos orgânicos até chegar ao redesenho do agroecossistema (GLIESSMAN, 2009, 2010; ALTIERI; NICHOLLS, 2007; SCHMITT, 2013), fase esta que teria maior diversidade e sustentabilidade. A transição serviria para um rearranjo profundo do agroecossistema (técnico-produtivo e ambiental) e, igualmente, para uma transformação da visão e das práticas de manejo do agricultor.

Paralelamente, conforme situamos o debate anterior, há desafios a respeito da transição em agroecossistemas mistos, ou seja, em que se complementam uma cultura principal (em monocultura) e subsistemas de produção relativamente diversificados de cultivos e criações. Este é, aproximadamente, o quadro encontrado na região, mesmo que a cafeicultura seja a principal fonte de renda para a maioria das famílias.

Os relatos de campo nos levaram a distinguir duas situações: uma, de parcela dos agricultores que aderiram ao café orgânico e já vinham participando de trabalhos e fazendo experimentações de tecnologias

alternativas, ou seja, já tinham um início de mudança em seus sistemas produtivos. Outra, de agricultores que foram convidados a entrar no projeto do café orgânico e que vinham de uma produção convencional, sem experiência anterior em manejos visando a sustentabilidade (Quadro 5).

**Quadro 5** – Perfil das famílias quanto à organização social e sistemas de produção

<b>Histórico da família em organizações sociais (OS)</b>	<b>Histórico do sistema de produção (SP)</b>
Famílias participantes de espaços de organização social (OS), como STR ou associação, e integrantes de grupos de experimentação em tecnologias e manejos agroecológicos.	Propriedades com SP com maior grau de sustentabilidade, pelo histórico de manejos, por melhores condições da área (solo, clima) ou por terem iniciado a TA anteriormente à tentativa do café orgânico.
Famílias participantes de OS, como STR ou associação, mas sem iniciativas em tecnologias e manejos agroecológicos.	Propriedades com SP convencional e com recursos produtivos (solo, biodiversidade) desgastados, seja em decorrência dos manejos ou por menor aptidão da área; não vinham de processo anterior de melhorias no SP.
Famílias que não participavam de OS e não vinham implementando mudanças nos SP.	

Fonte: Autor, a partir das informações de campo (2017).

O grupo de famílias que já vinha de uma caminhada organizativa, de experimentações agroecológicas e, ao mesmo tempo, detinha melhores condições de produção, demonstrou menores impactos negativos. Outros dois grupos, participantes e não participantes de organizações sociais, que não compunham grupos de experimentação e detinham recursos produtivos desgastados, tiveram efeitos negativos mais ressaltados. O Quadro 8, adiante, complementa o Quadro 5, detalhando e permitindo compreender melhor as distinções entre estes dois grupos em relação ao modo de conduzir a conversão tecnológica, resultados produtivos e interpretação do processo.

#### **4.2.1 Conversão tecnológica, manejos e insumos empregados**

Na dimensão da conversão técnico-produtiva do café convencional para orgânico, a primeira questão que se ressalta da incursão de campo refere-se ao ritmo das mudanças empregadas. Ao se optar pelo café orgânico certificado, todos relatam que houve uma ruptura imediata do

uso de insumos químicos – os relatos referem-se enfaticamente à retirada do NPK, pois em geral, mesmo antes da conversão orgânica, a maioria não utilizava agrotóxicos sistematicamente – e que essa retirada dos fertilizantes sintéticos independeu do estágio em que o sistema de produção se encontrasse, se em boas condições de solo e saúde das plantas para suportar o estresse da retirada dos insumos ou se em condições de alta dependência de tais insumos e, portanto, com baixa capacidade para aguardar os aportes dos adubos orgânicos e tratamentos alternativos. Isso pode ser observado em vários depoimentos durante a fase de entrevistas, como as seguintes:

O que é que eles fizeram? Tiraram o químico de uma vez. É tipo botando comida com a colher na boca, e deixou o cara ir procurar... e sendo que a terra tava pobre; e de que jeito que ia acontecer sobreviver? (Entrevista MS-03).

Não houve uma transição, houve uma ruptura. Os cafés que vinham sendo adubados convencionalmente com NPK, foi cortada esta adubação, então houve a ruptura. E muitos agricultores não tinham recursos financeiros pra comprar composto e ao mesmo tempo não poderiam colocar o fertilizante químico. E também, além de não ter recursos financeiros, não tinham composto orgânico suficiente, que nutrisse as plantas. Foram duas razões pelo qual eu acho que o processo não foi bem-sucedido: um processo de transição muito rápido, e uma falta de experiência da equipe e dos agricultores. Como se fez uma transição muito rápida, tiraram toda a fonte de nutrição do café. Economicamente e tecnicamente não havia nenhum substituto (Entrevista AG-04).

O pessoal não tinha conhecimento de como trabalhar o café orgânico e por isso a gente sofreu bastante, porque foi tirado radicalmente o químico e não foi substituído nada. Então, aí foi baixa produção. Mas foi por falta de conhecimento técnico e que o pessoal não tinha na época essa assistência. Então, não foi muito bem-sucedido por causa disso (Entrevista AG-05).

A principal mudança era deixar de adubar a lavoura com o NPK. Cortou o NPK de vez, o que não foi muito bom, porque devia ser gradativamente. É o mesmo que desmamar o neném com três meses de idade. Então, o corte do fertilizante sintético devia

ter sido gradativamente, na medida que fosse chegando com a adubação verde, as coberturas, as podas, né? Aí tinha viabilizado mais o trabalho, mas faltou uma orientação técnica, porque tudo nessa época era novidade, né? Não existia isso aqui, na área de orgânico (Entrevista AG-06).

Também houve comentários sobre problemas enfrentados em razão de terem iniciado a conversão em toda a lavoura de café ao mesmo tempo. Por vezes, referem-se a “toda a propriedade” significando toda a área da cafeicultura da propriedade. As opiniões foram divergentes sobre isso ter sido determinado pela certificadora. Em geral, havendo isolamento entre as áreas, não deve haver obrigatoriedade de conversão em toda a propriedade. Ou seja, havendo barreiras ou distância que separem e impeçam a contaminação da produção conduzida na área orgânica (por insumos utilizados na área com produção convencional), não é uma exigência estabelecida em lei que toda a unidade produtiva seja orgânica.

Um dos problemas nossos foi que quando nós iniciou o projeto, boa parte dos produtores colocaram a propriedade toda na certificação, toda. E aí o que que aconteceu? Aí o pessoal tirou o trato todo da lavoura de uma vez, aí foi um problema, que aí de um ano pra outro a lavoura foi lá pra baixo. [...] Foi o modo de começar a conversão pro orgânico. Eu acho que isso é como uma pessoa doente, sei lá, que usa um remédio ou uma coisa qualquer, vai no médico e corta aquele remédio de uma vez: o cara vai morrer. Eu acho que você vai tirando aos poucos, se tivesse ido tirando aos poucos, feito a transição aos poucos... pra lavoura acostumar com a adubação orgânica, né? (Entrevista AG-10).

Já em relação ao corte total dos insumos não permitidos pelas normas de produção orgânica, a certificadora teria mesmo a função de orientar neste sentido, ou seja, pela suspensão do uso de produtos não permitidos para iniciar o prazo de carência da área que seria certificada. A esse respeito, um agricultor fez a seguinte observação:

Mas era também uma exigência da certificadora, né? Tinha que cortar tudo pra poder ter o prazo de carência pra ser considerado produto orgânico. Então se não tirasse tudo, você ia demorar muito mais tempo, que o prazo era contado a partir da data que tirasse todo o produto químico. [...] Esse foi um



dos problemas, porque a gente não tava preparado, a lavoura era acostumada a ser tratada lá com NPK, com sais, né?, e de repente tira tudo, quer dizer, vai faltar nutriente, né? (Entrevista AG-08).

Algumas questões podem ser discutidas em relação ao corte imediato dos insumos químicos e também quanto à inclusão parcial ou total da área de café na conversão para a certificação. Os estudos e teorias sobre a transição agroecológica, em casos de um sistema ou cultivo fortemente dependente de insumos químicos, sugere que estes sejam eliminados crescentemente (inicialmente, até sugere-se o “uso racional”) e gradativamente substituídos por insumos orgânicos e manejos que recuperem o solo e a biodiversidade (GLIESSMAN, 2009, 2010; ALTIERI; NICHOLLS, 2007). Este processo segue até a substituição completa dos insumos e a reestruturação do sistema de produção, que obviamente inclui a superação da monocultura, ou seja, o redesenho do sistema incorpora a diversificação e complexificação produtiva, ambiental e de conhecimentos e habilidades de manejo pelos agricultores.

No entanto, a conversão orgânica visando a certificação e o mercado coloca outras demandas, de acordo com as legislações e normas para a comercialização, como a eliminação completa dos insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes de alta solubilidade, entre outros requisitos) e um prazo sem o uso destes insumos como “quarentena”. Os prazos variam conforme a produção (anual, perene, etc.) e o mercado a que se destina (nacional ou internacional). Ou seja, mesmo que houvesse um contexto geral visando transformações sociotécnicas, organizativas e econômicas, no momento de realizar a venda, o café teria que ser “orgânico” e “certificado” de acordo com as normas vigentes.

O resgate de informações permitiu perceber que parte dos agricultores que aderiram à transição agroecológica com base no café vinha de uma caminhada de mudanças, e mesmo essas famílias sentiram principalmente as limitações para a nutrição dos cafezais com base em adubações verdes, compostos orgânicos ou biofertilizantes. Estas tecnologias ajudaram, mas em geral não foram suficientes para manter os níveis anteriores de produtividade. As famílias que entraram no processo sem uma preparação anterior tiveram dificuldades ainda maiores, com estranhamento sobre os novos métodos de adubação e manejo, e quedas de produtividade ainda mais acentuadas. Não se pretendeu fazer uma “classificação” entre famílias novas e famílias que vinham realizando experimentos agroecológicos, mas é possível perceber que algumas são mais enfáticas em relatar a queda da produtividade e os prejuízos com a tentativa de transição. Neste âmbito, parece ter sido insuficiente o

trabalho de apoio às famílias com assistência técnica, capacitações e acesso facilitado a insumos nas fases iniciais da conversão orgânica. Isso se verá com mais profundidade no tópico que aborda a ATER, acesso a insumos e capacitação.

A suspensão do uso de insumos químicos foi acompanhada de uma série de mudanças nos manejos e utilização de produtos e tratamentos alternativos. Uma parcela das famílias vinha, antes do café orgânico, procurando desenvolver alternativas de produção, mediante o resgate e uso de sementes crioulas, uso de adubações verdes, caldas biofertilizantes, introduzindo árvores nas lavouras, procurando cultivos, criações e geração de renda além do café. Outras se depararam com a urgência de implementar tecnologias e manejos da base ecológica de um momento para outro.

Aí surgiu a possibilidade de adubação verde, de manejo sustentável na lavoura, a produção consorciada de plantas no meio da lavoura, o uso de algum tipo de caldas, no caso usava-se o *super-magro*<sup>22</sup> (Entrevista MS-01).

E começaram a plantar de acordo com a agricultura orgânica, usando esterco da região e usando e aumentando o plantio de vegetais pra serem usados como adubo orgânico. Também tinha o sombreamento, com o plantio de árvores no meio do café (Entrevista MS-02).

Foi trabalhado com adubação verde, que a gente plantava. Com isso conseguiu plantar várias árvores, várias leguminosas no meio do café (Entrevista AG-05).

O *biogeo*<sup>23</sup> ajudava muito na questão das pragas e o *super-magro* já era mais para a nutrição, para a prevenção mesmo. E tinha ainda outras caldas que a gente fazia num momento ou outro pra combater

---

22 O *super-magro* é um biofertilizante enriquecido. “Os biofertilizantes são adubos orgânicos líquidos que passam por um processo de fermentação. (...) São usados como adubação de cobertura ou como tratamento nutricional sobre os cultivos desejados” (GUAZZELLI *et al.*, 2012, p. 07). “O *super-magro* é o biofertilizante mais difundido. É uma fórmula que iniciou sendo testada para a cultura da maçã, em Ipê, RS. Tem sido usada com sucesso também em vários outros cultivos” (p. 15).

23 O *biogeo* é um biofertilizante de base líquida que pode ser utilizado tanto como adubo foliar quanto sobre o solo. Neste caso, irá fornecer microrganismos para enriquecer a biodiversidade do solo e permitir uma aceleração na decomposição dos restos de cultura e plantas espontâneas que forem roçadas (INFORAGRO, 2010; CURSOS CPT, s/d).

da ferrugem, combate de fungos, que eram feitas na base, por exemplo, de sabão de coco com fumo, outras caldas feitas com algumas plantas (Entrevista AG-08).

Me recordo que os agricultores utilizavam várias técnicas como adubação verde, caldas, sistemas agroflorestais, sombreamento etc, mas boa parte dos associados reclamavam da queda da produção do café. Alguns informaram que, por um período excluíram totalmente os adubos químicos, mas diante da queda da produção, alguns voltaram a utilizar (Entrevista MS-09).

Percebe-se que a maioria das tecnologias que passaram a utilizar não eram práticas de manejo que porventura tivessem abandonado para dar lugar a técnicas modernas. As caldas e biofertilizantes, assim como a maioria das espécies de adubação verde, foram introduzidas nos tratamentos culturais e manejos como novidades acessadas durante os intercâmbios de experiências e com a mediação da assistência técnica. O plantio de árvores intercaladas ao café não era inteiramente novo, já que a acentuada declividade do terreno e o tamanho reduzido das propriedades favoreceram a manutenção de algumas árvores e principalmente frutíferas como a banana nas lavouras de café. O plantio de culturas anuais de subsistência e mesmo para venda, como feijão, milho, mandioca, amendoim, para alguns também já era prática relativamente utilizada. Mas o aumento da quantidade e a escolha das árvores apropriadas para o consorciamento com a cafeicultura, bem como o modo de conduzir os manejos, representou para a maioria um grau maior de inovação; e inclusive questionamentos.

Ah, era bastante coisa pra mudar, né? Você não precisava ficar lá cortando o solo, degradando, em vez de capinar e limpar tudo, você tinha que tá plantando outras coisas, adubo verde, guandu, mamona, banana... E fazer tipo uma saladinha, que hoje já tomou o nome de agroecologia, né? Numa área você não vai colher só café, você vai criar um ambiente diferente, mais sombreado, onde o que você planta além do café vai servir de adubo pra fertilizar a terra, cobertura morta... Então é muito diferente (Entrevista AG-06).

Nós usamos muita calda, agrotóxicos já não usava. Agora, outros produtores às vezes não usavam nada, ficavam só no manejo da árvore. E a árvore tem que pensar e pesquisar muito a questão do

nutriente da planta, a planta precisa de nutriente, se você não por nutriente ela não vai sair, não vai responder. Eu vejo o seguinte: a árvore tem o benefício dela, mas ela puxa também. E se você olha uma região igual essa nossa, num período seco igual tá agora, eu ainda tenho café sombreado até hoje, tenho 500 pés de café sombreado por experiência. Mas você vai ver que a árvore tá competindo hoje com o café e está puxando o café. E eu tô adubando o café ainda, esse café eu tô adubando com adubo químico e não tá sendo suficiente. Então, a árvore disputa a água do terreno, ela disputa o nutriente (Entrevista AG-09). Foi usado na época na região muito sombreamento, não arborização. Um sombreamento excessivo com às vezes espécies que não eram as indicadas e sem o controle de quantidade, qual a proporção que deveria. Por isso eu falo: naquela época foi feito muito na boa vontade, ninguém pesquisou muito... vamos fazer! Sombrear, lá na Colômbia é... vamos fazer. Mas na Colômbia a altitude é diferente. Aí aqui o pessoal usou, principalmente na região de Sacramento, que na época eu acompanhei, uma densidade muito grande de sombreamento. E já na região de Divino teve uma arborização bem mais tranquila. Lá tem até hoje o café arborizado, mas eles fizeram já baseado em estudos, o que nós não fizemos na época. Eles fizeram um pouquinho depois e já fizeram uma coisa melhorada (Entrevista MS-06).

Passados alguns anos, tanto mediadores sociais quanto agricultores trazem pontos de vista baseados em reflexão sobre o ocorrido, o que seria difícil ou até mesmo impossível logo que o processo se desarticulou e as perdas econômicas e sentimento de frustração eram recentes. Durante as entrevistas, ponderaram sobre ter ou não havido de fato uma transição, sobre a pressa em função do prazo para a certificação, sobre como poderia ter sido realizada a substituição dos insumos, etc. É interessante notar que uma possível simplificação na fase e procedimentos da transição pode ter contribuído para uma frustração de objetivos e, por consequência, da proposta como um todo. Neste âmbito, pode-se recorrer aos estudos sobre a transição agroecológica, que sugerem um processo gradativo e com riscos reduzidos ou conscientes (assumidos) por parte de técnicos e agricultores. Por mais que não se tome a orientação dos estágios ou níveis

progressivos de mudanças no sistema produtivo como “camisa de força”, é plenamente recomendável que as orientações no âmbito da conversão tecnológica sejam cautelosas e adequadas à realidade de cada sistema de produção e perfil social/familiar.

Essa passagem ela demoraria "x" tempo: acho que faltou isso, explicar isso, esse apoio técnico, que nenhum agricultor poderia fazer uma mudança... essa transição da noite pro dia. [...] Pra alguns talvez fosse mais rápida, pra outros demorasse. E usou um padrão – que todo mundo iria mudar da noite pro dia. Acho que isso aí foi o que mais fez o processo dar errado (Entrevista AG-13).

As unidades produtivas familiares não dispunham ou dispunham de limitadas fontes de nutrientes para suprir a demanda das lavouras de café. Como dizem agricultores e técnicos, a cafeicultura é exigente, principalmente em nitrogênio. Um desafio específico é o “fornecimento de nitrogênio nas doses adequadas para o potencial produtivo do cafeeiro” (Entrevista MS-07); e isso traz outras questões, como o custo dos insumos e a mão de obra para a distribuição de grandes volumes dos adubos orgânicos nas áreas não mecanizáveis (Idem entrevista MS-07). Alguns agricultores comentaram a respeito da nutrição:

Direcionado ao café, o maior problema foi e é a nutrição, porque café é uma planta bem rústica, apesar de ter incidência de algum desequilíbrio, mas o café é uma planta bem rústica (Entrevista AG-04).

E na verdade a planta ela precisa dos nutrientes, dos micronutrientes, dos macronutrientes, e se você tira o NPK, por exemplo, cê tem que colocar outro nutriente pra substituir, e não foi feito (Entrevista AG-09).

Como é que você vai fazer uma adubação num solo se você não conhece o solo? E a matéria orgânica, o que que ela tem? Foi comprado composto pra colocar, mas ninguém sabia o que era, o que ele tinha... Vamos pôr um termo de fosfato, um fosfato de araxá, pode usar, não pode... coisas assim (Entrevista MS-06).

Tudo era difícil, de ter acesso a adubação orgânica, houve produtores que trabalharam com homeopatia e adubação foliar super magro (Entrevista MS-05).

Os municípios onde se fez a pesquisa, com exceção de Caratinga, têm baixos índices de produção animal, pelo tamanho reduzido das propriedades e pela priorização destes espaços à cafeicultura. Assim, é escassa a disponibilidade de esterco animal para servir como fonte de adubação, como diz um entrevistado: “Mas só que o composto também, numa região montanhosa igual a nossa, e sem gado e sem galinha pra fazer o esterco também é uma dificuldade” (Entrevista AG-09). Para suprir essa deficiência, eram adquiridas cargas de compostos ou esterços para produzir a compostagem nas propriedades. Segundo os entrevistados, os custos de aquisição de adubos foram um problema, além das dificuldades no manuseio destes produtos:

Foi feito muito em cima da questão de deixar as árvores, da agrofloresta, de algumas caldas. Ainda fizemos uma experiência boa, que a gente fez muito composto em casa pra jogar nas lavouras, então isso foi uma experiência boa. Nós tivemos 4 anos sem jogar adubo químico e continuamos tendo uma boa produção, mas muitos produtores não jogaram esse composto. Só que o composto também, numa região montanhosa igual a nossa, e sem gado e sem galinha pra fazer o esterco é uma dificuldade. Você deixou de comprar o adubo químico pra comprar o composto, pra comprar o esterco (Entrevista AG-09).

Aí a gente deparou com a questão da adubação também, a questão do nutriente... Alguns agricultores chegou a adquirir o adubo orgânico... Mas a gente ficou muito naquela da adubação verde, das caldas e aí não foi o suficiente pra poder manter as lavouras... Aí muitas lavouras, por exemplo... o cara era pequeno proprietário, tinha uma lavourinha lá, um pedaço de lavoura pequeno, todo mundo em volta joga veneno... (Entrevista MS-01).

Como a gente não tinha a matéria orgânica né, então a gente tava trabalhando mais com feijão andu, mamona, feijão de porco... Então cê vai trabalhando mais com essa massa verde, entendeu? Porque faltava matéria orgânica. Alguns usaram o adubo orgânico mesmo, não foi todos, só alguns, era comprado e não era barato também não. Não sei agora, mas na época era caro. Pra no final não dar em nada, pra você ver... [...] Esterco de gado na época nós não tinha não. E vem aquela exigência

também, se tiver algum veneno, que o cara jogou algum veneno no pasto não pode tá usando... [...] A gente jogava aquela calda bordalesa, né? E tentamos assim... Alguns começaram a fazer composto, mas depois desanimaram, porque tava juntando muito pouco, não tava dando certo (Entrevista AG-03).

O grupo que tava trabalhando dentro do projeto Doces Matas, a gente não trazia nenhum produto de fora, a gente produzia na propriedade. Às vezes alguém que tinha lá esterco fazia um pouco de composto na propriedade pra utilizar... Era assim, pra poder fazer o *super-magro* precisava de alguns nutrientes, como sais mesmo, né. Só que a gente inseria outros produtos animais e vegetais pra tá mudando e melhorando a qualidade desse produto (Entrevista AG-08).

Para incrementar a adubação orgânica, parcela dos agricultores necessitou comprar esterco (a maioria tem poucos animais) ou resíduos industriais (casca de eucalipto, como citado em uma entrevista). Em ambos os casos, o custo era elevado (contando aquisição e transporte), existia preocupação sobre a procedência e permissão diante da legislação e demandava muita mão de obra no manejo. Também são citados compostos orgânicos adquiridos já prontos para o uso. Biofertilizantes, como o *super-magro*, também foram difundidos e utilizados, assim como o uso de adubações verdes e plantio de árvores em meio ao café (sistemas agroflorestais).

Conseguir adubo orgânico era difícil na época. Então na verdade nós usou mais foi a palha do café mesmo e adubação verde, foi só, não chegou a usar adubo orgânico. Em alguns lugares na região o pessoal comprou; compraram esterco, mas aí tinha as exigências..., você não podia usar o esterco do gado que usou remédio. Era muito difícil encontrar, a maioria do gado era vacinado, e você não podia usar o esterco do gado que era vacinado. O que ajudou muito foi as caldas. Fiz o *super-magro* muito tempo e foi uma beleza, ajudou demais! A palha do café, o *super-magro* e os adubos verdes (o feijão de porco, o material das bananeiras) foi muito usado e deu bom resultado (Entrevista AG-10).

Compramos esterco de gado fora, de lugar longe, pagamos muito carreto. Aí chega lá cê tem que

misturar o esterco com palha de café, fazer a compostagem que depende de muitos dias de serviço, e a mão de obra ainda pra jogar. Em um lugar montanhoso, como é que você joga uma quantidade grande de esterco num lugar montanhoso? (Entrevista AG-09).

A indisponibilidade e dificuldade de acesso a insumos orgânicos pode ser explicada por ser aquele período relativamente recente na produção orgânica de café. Os anos 1970 e 1980 foram de forte investimento na modernização produtiva e intensificação tecnológica da cafeicultura, por meio do trabalho do IBC mediante o Plano de Revigoramento da Lavoura Cafeeira (PRLC) e do direcionamento do crédito para tal modelo de produção. Os anos 1990 mostraram as vantagens e desvantagens de tal modelo produtivo: por um lado viu-se o aumento da produção por área; e por outro sentiram-se os efeitos negativos da monocultura, do plantio adensado e conseqüente redução da agrobiodiversidade, da erosão e casos de contaminação por agrotóxicos. Então, a década anterior ao processo do café orgânico, marcada pela retomada das organizações sociais, propiciou também uma reavaliação do modelo produtivo que serviria aos agricultores familiares. Parte deles, ao participarem de discussões e formações críticas oportunizadas pelas organizações sociais, resolveram buscar outras formas de produção e mercado. Porém, ainda eram incipientes os acúmulos tecnológicos e disponibilidade de insumos e equipamentos para as formas de produção que pretendiam implementar. Assim, no Leste de Minas as famílias que iniciaram a conversão produtiva do café contaram com poucos recursos tecnológicos para este desafio. As entidades de ATER e mediação social não foram capazes de suprir tais carências, seja por limitações de recursos financeiros e profissionais, seja por não haver pesquisas e tecnologias acessíveis ou mesmo por opção, ou seja, por considerar que o conhecimento e as tecnologias deveriam ser criados ou construídos no curso do próprio processo de transição.

Em Simonésia, um grupo de agricultores apoiados pelo projeto Doces Matas recebeu alguns materiais do projeto enquanto participava de um conjunto de atividades de experimentações técnicas. Mas no geral, o conjunto de agricultores da região não teve acesso facilitado a insumos ou equipamentos.

Cada produtor desembolsava o recurso dele pra comprar. O que era feito era um acompanhamento pra organizar compra em grupo. Mas cada produtor pagava o dele. O projeto da fundação doou as bombas na época. Mas foi só as bombas, os



insumos não. [...] A gente conseguiu fazer uma compra em grupo pra poder conseguir um preço menor. As próprias caixas pra fazer o *super-magro*, conseguimos fazer uma compra em grupo das caixas, conseguimos fazer compra em grupo dos pulverizadores, que até o pulverizador que usava, quem tinha usado com agrotóxico não podia usar o mesmo pulverizador, tinha que comprar um pulverizador novo. Era um pulverizador costal manual, nem era motorizado também não (Entrevista AG-08).

Na época nós tínhamos a associação de produtores orgânicos (Agrifom) que existe até hoje, e que buscava alguns contatos, mas tudo que vem de fora é muito caro, tudo que cê ia mexer com orgânico, o povo achava que mexer com orgânico é coisa de rico, então cobrava muito caro dos insumos. Por exemplo, tinha um produto que vinha de fora e já vinha pronto, que era muito caro. Mas também não era o caso de ficar comprando aquele monte de coisa de fora. Mas tinha os contatos, sempre tinha (Entrevista AG-09).

Não tinha muito essa facilidade que tem hoje. Porque hoje você encontra insumos orgânicos no mercado até a preço bem razoável. Mas naquela época não existia, era NPK, adubo químico ou nada. Porque também tinha a questão do esterco de gado, a cama de frango que hoje a gente usa, mas naquela época a gente não tinha o conhecimento de estar preparando ela pra pôr no café. Porque se a gente trouxesse ela bruta do jeito que tava no curral e colocasse lá ia acabar com o resto da lavoura, porque ia encher lá de fungo, de tudo quanto é doença...; a gente não tinha aquele conhecimento (Entrevista AG-06).

Não teve não, nada. Algumas sementes que conseguimos foi através do pessoal aqui, do técnico, as caldas ou micronutrientes foi tudo nós que bancamos. Não teve ajuda de nada não (Entrevista AG-10).

Não foi citado qualquer apoio financeiro direto, nem das organizações envolvidas, tampouco de políticas públicas, para o processo de transição. Em compensação, as atividades como intercâmbios, que implicavam recursos maiores, eram custeadas por projetos administrados

pelas ONGs; e não eram cobrados valores pela assistência técnica ou cursos de capacitação que eram realizados. Conforme declarou um entrevistado,

Uma família que só vive da lavoura de café, se ela cortar a adubação convencional, ela fica sem renda. Então ela tem que ter um recurso pra se manter. Isso não foi falado nas reuniões e em curso algum; e ninguém recebeu este custeio, não teve custeio nenhum... Ninguém pagou pelos cursos também; não teve custo os cursos e as assessoria para os produtores (Entrevista MS-02).

A compra e utilização de insumos orgânicos foi questionada em vários aspectos: a indisponibilidade para aquisição na região, os altos custos quando encontrados (considerando também o transporte de longas distâncias) e a exigência de um trabalho penoso para a distribuição na lavoura, dado que era material mais úmido e pesado em comparação com o adubo químico solúvel.

Pra tirar o adubo químico a gente foi comprar outro que substituíra ele. Mas eu fico pensando assim, na empolgação a gente faz as coisas sem pensar, depois no fim a gente foi ver que não fez mudanças pra melhor, porque deixou de comprar o adubo químico pra comprar um adubo lá em Ipatinga, pra vir de carro de lá, a granel, tinha que despejar aí num terreiro, quando o caminhão chegava, era difícil porque era uns caminhoneiros de fora, às vezes chegava aí e ficava alterado, por causa do lugar muito difícil [*de acesso pelas estradas rurais e região montanhosa*]. E o adubo pra manusear ele, pra adubar a lavoura era muito mais difícil, porque era a granel e pra levar tinha que pesar ele todinho e carregar (Entrevista AG-07).

Pelo esterco e pela mão-de-obra também; dá muita mão-de-obra. O adubo orgânico tinha que comprar. Porque só plantar a árvore no terreno e depois colocar esterco isso não sustenta o café, o café consome nutriente demais, consome matéria orgânica demais (Entrevista MS-02).

A maior dificuldade foi o acesso aos insumos orgânicos. Por dois motivos: o primeiro foi a dificuldade econômica, quando você encontrava esses insumos, o preço era exorbitante; e segundo, que muitas das vezes nem se tinha acesso a esses insumos. Os compostos vinham de fora; algumas

empresas que se instalaram na região e começaram a produzir pra comercializar (Entrevista AG-04).

Alguns entrevistados questionam o que eles consideram uma substituição de pacotes (do químico para o orgânico), sem um processo mais amplo e “construtivo” de mudanças.

Porque tem que ter cuidado com essa coisa de querer trocar um pacote por outro, né? Eu acho que tem que fazer a independência do agricultor; ele não ficar puxado por uma indústria ou às vezes um técnico que vai pontuar, vai receitar para ele que tem que fazer né (Entrevista AG-10).

A parte técnica teve problemas; não foi apresentado... Hoje a gente percebe isso, naquele tempo a gente entrou, todo mundo entrou de cabeça, né? Discutiu assim que era muito bom e tal, tirou o químico e aí o café... começaram a deixar a lavoura morrer no mato. Na verdade, era trocar um pacote por outro, que era tirar o químico e botar um pacote de orgânico (Entrevista MS-03).

Chegamos a trabalhar com produto comprado, que era produto de compostagem, mas só que na época a gente não tinha condições financeiras pra estar comprando esse tipo de coisa e também se caracterizava por uma troca de pacote, né? (Entrevista AG-05).

Eles reconheceram que eles tavam mudando de pacote: em vez de comprar um pacote químico, eles tavam comprando um pacote orgânico (Entrevista MS-06).

As referências teóricas sobre a transição agroecológica, em geral, abordam a substituição de insumos como um estágio no processo de mudanças. Como sugere Caporal (2009), este pode ser um meio necessário para a mudança, mas não um fim:

[...] é fundamental que a busca da sustentabilidade seja estabelecida mediante estratégias de transição agroecológica e esta não se resume, simplesmente, em realizar a substituição de insumos ou a diminuição do uso de agrotóxicos. A transição para agriculturas de base ecológica requer o estabelecimento de um processo capaz de implementar mudanças multilíneas e graduais nas formas de manejo e no desenho dos agroecossistemas (CAPORAL, 2009, p. 20).

Como se tratavam de famílias com variados graus de inserção (umas maior, outras menor) em projetos e grupos de experimentação de tecnologias alternativas, as tecnologias adotadas e os efeitos também foram parcialmente distintas. Não havia uma orientação técnica única e padronizada, já que se tratava de uma articulação regional com distintas entidades e mediadores apoiando o processo. Esse fato implica em não haver uma unidade técnica nem metodológica. Apesar disso, é possível perceber em termos gerais uma precipitação, uma “pressa” no processo de mudanças motivada pela perspectiva de melhores preços para o café orgânico certificado (Entrevista MS-08). Então, a “ruptura” (ênfaticada pelo corte imediato do NPK) para passar a contar o prazo para a certificação foi um limitador, com seus efeitos aumentados pela dificuldade de acesso a insumos orgânicos para substituir os insumos industriais.

A “pressa” (Entrevista MS-08), “imediatismo” (Entrevista AG-06) ou “adoção de um pacote orgânico” (Entrevistas AG-05 e 10; MS-03 e 06), implicou em maiores riscos, que se converteram em quedas acentuadas de produtividade e perdas econômicas. Conforme nos previne Altieri (1999, p. 66), “El problema es que existe un período de transición antes de que se logre la sustentabilidad y de ese modo, la rentabilidad en la inversión en técnicas agroecológicas puede no ocurrir inmediatamente”. Esta situação ficou claramente constatada na região; e o impacto negativo nos agricultores decorreu, além das perdas econômicas, por não terem sido suficientemente alertados ou esclarecidos preventivamente a respeito desta tendência.

#### *4.2.1.1 Processo, temporalidade e resultados da transição*

O período de transição, durante o qual ocorre a conversão tecnológica e o produto não é comercializado como orgânico para cumprir as normas de certificação (desintoxicação do solo e das plantas, etc.), acabou abalando muitas das famílias participantes. As declarações deixam a impressão de que alguns não estavam plenamente conscientes do tempo e das dificuldades da transição, vista como algo “inesperado”.

A questão da transição foi outra dificuldade que os agricultores encontraram. Por que naquele momento que a gente estaria trabalhando para fazer a certificação, você tinha aquele período de transição. Pegou muitos agricultores desprevenidos, porque “ah, eu quero entrar, eu vou estar dentro do processo”. Só que na hora de você

entrar na ruptura do adubo químico pra adubação verde ou orgânica, a gente se deu numa situação bem..., que as pessoas não estavam preparadas pra fazer essa transição, de ficar um período sem comercializar como orgânico e com a produção baixa (Entrevista MS-01).

Foi uma transição um pouco difícil, do ponto de vista técnico e do ponto de vista do manejo também. Apesar de vir de uma agricultura tradicional, era diferente você manejar com técnicas corretas, porque você vinha de uma agricultura que era, digamos assim, mais intuitiva, não era uma agricultura técnica, você fazia as coisas por intuição: cortava o mato, botava fogo, plantava. Era um convencional tradicional. Já a transição para o manejo agroecológico já dependia de você dominar e aplicar algumas técnicas. Acho que a maior dificuldade foi essa, na aplicação dessas técnicas e dos insumos... (Entrevista AG-04).

Acho que o processo de transição, da substituição de insumos químicos teve um impacto importante na produção do café. [...] mas boa parte dos associados reclamavam da queda da produção do café. Alguns informaram que, por um período excluíram totalmente os adubos químicos, mas diante da queda da produção, alguns voltaram a utilizar (Entrevista MS-09).

Alguns agricultores relatam a transição como um período de dúvidas e incertezas; e sugerem como poderia ter sido realizada a substituição dos insumos, sinalizando um aprendizado decorrente da experiência. Interessante notar que os caminhos sugeridos são coerentes com as referências teóricas relativas à transição agroecológica.

Essa mudança na época era ideia de doido, né? Sair de um ritmo de trabalho usando todos os recursos disponíveis pra buscar um recurso que nem se conhecia direito. Mas que a gente, por algum motivo, a gente achava que aquilo era viável, que daria certo, que ia funcionar, né? Mas era um período, assim, de muita dúvida, a gente tava querendo ver a coisa acontecer, né? (Entrevista AG-06).

O que aconteceu, e que eu penso que foi o pior erro que cometemos na época, de não ter sido feito uma

transição mais a longo prazo. Porque quando se faz uma transição se pensa em melhorar o solo, né? Foi feito sim a questão das adubações verdes, do plantio de algumas leguminosas no meio da lavoura pra tá melhorando o solo, a questão de sistemas agroflorestais, os SAFs que ia melhorar o solo, a questão do café sombreado, mas a adubação química foi tirada de uma vez. Então a gente tinha que ter ido colocando os nutrientes no solo e reduzindo o adubo, e na medida que a gente aumentasse a qualidade do solo, melhorasse a qualidade do solo ir reduzindo a adubação química (Entrevista AG-08).

É, isso aí foi uma das coisas que precipitou e não pensou que o agricultor poderia vender o café, chamado o café SAT, não existe? Já ouvia falar, eu tinha ouvido falar do tal do café SAT. Ele já existia, mas ele não foi trabalhado, porque só pensou no orgânico integral e não pensou naquele processo... no meio campo. Aí levou o agricultor a fazer um corte drástico, não pensou nesse período... (Entrevista AG-13).

Alguns trechos de entrevistas revelam críticas mais severas, principalmente em relação à capacitação e assessoria técnica para a produção, mas também para um conjunto de demandas que o processo envolvia:

Falta de conhecimento, falta de insumos, falta de assistência técnica específica. Falta de planejamento para produção orgânica e certificação para o mercado externo. Antes de fazer a mudança, tem que dominar o aspecto de produção com qualidade (café orgânico de baixa qualidade não tem preço diferenciado) (Entrevista AG-11).

Na verdade, foi o seguinte: foi feito sem embasamento técnico nenhum. O embasamento que eu falo, assim, vamos usar matéria orgânica, beleza; qual a quantidade? qual a qualidade dessa matéria orgânica? Não foi feita análise nem da matéria orgânica, nem do solo. Quer dizer, ficou naquele “achômetro”: ah, acho que deve pôr tantos litros, alguém falou que deve ser... Mas assim... A ansiedade de todo mundo foi muito grande pra passar, mas ninguém preocupou com esses

detalhes; análise de solo... Detalhes que são essenciais (Entrevista MS-06).

Nesta questão do processo e tempo da transição, é pertinente se considerar e refletir sobre pelo menos três aspectos: a mudança das práticas produtivas; os riscos e a insegurança; a “espera” pela produção e a venda. Para alguns, os agricultores que mais sentiram este momento seriam imediatistas ou então não estavam preparados para a transição agroecológica. É importante lembrar que a agricultura familiar tem como uma de suas estratégias de reprodução social a aversão ao risco. Então, aqui temos um componente delicado e de difícil gerenciamento nos processos sociais de mudança: inovar com estabilidade. Para Neumeier (2012), é necessário haver equilíbrio entre criatividade em termos de novas ideias e visões em ação para as mudanças e uma atenção para que se mantenha a “estabilidade necessária” (construir estruturas sustentáveis). Ou seja, o autor percebeu como uma das características dos processos de inovação social bem-sucedidos que estudou, que a criatividade, a inovação, procurava equilíbrio com a capacidade de compreensão, aceitação e manutenção do “novo” pela comunidade. Este é um elemento importante na construção de experiências exitosas e sustentáveis de transição agroecológica e desenvolvimento rural na agricultura familiar; e que difere substancialmente de tentativas de mudanças impactantes alicerçadas em “modismos” (produtos difundidos como a “salvação da lavoura” e que depois revelam-se um fracasso) ou “elefantes brancos” (como são conhecidos os investimentos grandiosos mal planejados, que logo se mostram inviáveis e ociosos).

Nos tópicos a seguir, extraídos exclusivamente de depoimentos de agricultores, são mencionados problemas tecnológicos e caminhos pelos quais poderiam ter alcançado melhores resultados, ainda que mais demorados. Vê-se nos agricultores a tendência por “mudar correndo menos riscos”. Isso pode ser reflexo de um olhar mais sedimentado em relação à frustração depois de passados vários anos, mas reflete em geral o cuidado que agricultores familiares demonstram para se aventurar em processos de mudança que incorram em riscos. Na experiência pesquisada, este cuidado parece ter sido pouco observado.

Mas o grande problema que aconteceu na época não foi tanto o não saber, foi o não querer aprender, que eu falo dos produtores, eles achavam que aquilo era um milagre, que a coisa ia assim acontecer, sem movimentar, sem trabalhar. Então, o interesse deles tava só em vender café, não tava pensando em produzir café. Porque quando você

quer fazer uma casa, primeiro você ajeita o material, né, e começa a casa da base, não começa lá do teto. E eles achou que a coisa ia ser muito fácil e na verdade produção orgânica exige mais do produtor, exige mais do seu olhar ali, ver o que que tem perto docê que serve pra substituir aquilo que tá lá longe e que custa caro, né? Hoje eu tenho essa visão, mas naquela época isso pra mim era tudo muito novo. Isso tem o que, uns 20 anos, né, quando foi começado esse trabalho... (Entrevista AG-06).

A dificuldade pra ir pro orgânico é todo o processo que tem pra chegar lá. Não tem jeito docê passar pro orgânico de hoje pra amanhã. E o convencional já tá produzindo já, então o pessoal acha mais fácil, né? Ainda mais que aconteceu esta história que foi tentar passar, ele regrediu (Entrevista AG-07).

Na época houve uma decepção nesse sentido, porque o pessoal não entendeu bem o processo, e a gente começou a entender que o orgânico fosse no sentido de largar pra lá, e não é. Nós não tivemos uma orientação técnica nesse sentido (Entrevista AG-09).

Mas pra certificar tinha que esperar o tempo, como te falei, a coisa não se dá de uma dia pro outro. Só que as pessoas queria mais rápido ainda, queria que fosse mais ágil, mais depressa. Porque, por um lado eu não tiro a razão de quem pensou assim não, porque todo mundo depende do café, uai! Tem que surgir o dinheiro mesmo, a dependência é do café, então... (Entrevista AG-07).

Outro aspecto ressaltado por alguns agricultores refere-se à qualidade do café produzido. Porém, este é um problema tanto da produção convencional quanto da orgânica. Para a comercialização, o café recebe uma classificação quanto à qualidade que interfere diretamente no preço que será pago; e essa classificação não leva em conta se é produto orgânico ou convencional. No entanto, como o café orgânico tem um mercado considerado especial, a exigência por qualidade é grande. Antes, muitos participantes do projeto vendiam sua produção para corretoras locais e estas definiam a qualidade e preço de seu produto. A partir da produção orgânica, para acessar este mercado seria necessária também uma determinada qualidade, medida por análise sensorial, de peneira e de “cata” ou defeitos (Quadro 6).



Algumas falas se referem a este aspecto como uma carência:

No aspecto qualidade deixou mais a desejar, pois alguns produtores não tinham nenhum conhecimento em qualidade; para a maioria foi construído a partir do projeto (Entrevista AG-11).

Na nossa região falar em qualidade de café, antes aqui não tinha. O pessoal vendia café era “rio zona” e não sei o que... Começou se falar e fazer uns trabalhos de qualidade foi em 95/96; aí quando chegou 2002/2003, com o café orgânico, o trabalho de qualidade ainda era muito incipiente. E eles estavam focando no comércio do orgânico, e esqueceram deste detalhe também. Não todos, mas a maioria não tinha qualidade. Só tinha o orgânico. Era um café de bebida muito ruim, mas orgânico (Entrevista MS-06).

Porque nós não temos uma produção com uma qualidade consolidada (Entrevista AG-09).

Mas muitos veem um lado positivo em relação à qualidade da bebida, alegando que a partir das capacitações, apoios técnicos e trocas de experiências que envolveram o processo de produção do café orgânico, houve um aprendizado significativo em relação ao entendimento e às práticas para a produção de café de qualidade:

Nós conseguimos fazer um café de boa qualidade, só que não tinha saída (Entrevista AG-01).

Acho que vale a pena frisar que a qualidade do café foi excelente, do ponto de vista da degustação. Agora, do ponto de vista da produção, aí que houve a queda (Entrevista AG-04).

E também a qualidade do café, que melhorou. Quando a gente chegou a ter o certificado de produto orgânico, teve vários produtores que conseguiu produzir um café “bebida mole”. Sendo que hoje, por exemplo, quando você faz aí a avaliação do café, o café é bebida dura. E já é lucro (Entrevista AG-08).

Depois desse processo do café orgânico, fizemos umas capacitações em qualidade de café e já passou a ter ‘bebida’. E os cafés da nossa região nunca ‘bebia’. Quer dizer, o comprador, atravessador de café comprava um café que dava bebida, mas ele não dizia e não pagava por isso, não era divulgado isso. E com as parcerias e os cursos, nosso pessoal

aprendeu a reconhecer o café que produzia (Entrevista MS-03).

Capacitações, discussões e orientações com o intuito de melhorar a qualidade do café foram promovidas por várias organizações; e essas atividades e materiais produzidos parecem ter alcançado efeitos satisfatórios na opinião da maioria dos agricultores. Mesmo antes da tentativa de produção orgânica do café, uma cartilha produzida pela REDE com base nos conteúdos trabalhados durante o curso “Colheita de Preparo do Café” serve como exemplo das ações para que os agricultores de Caratinga agregassem qualidade e preço ao café que produziam (SOUZA, 2002).

#### **Quadro 6 – Metodologias e critérios para determinação da qualidade do café**

A qualidade do café no Brasil é avaliada por variáveis como cor, aspecto, tipo, peneira e bebida. Para o café arábica, três fatores são considerados na avaliação para definir o preço ao produtor no momento da comercialização:

a) Por **tipo/defeitos**, mais conhecida como “**cata**”: a partir de uma amostra são encontrados e contados os grãos defeituosos para estabelecer-se um índice de cata ou defeitos. Nessa classificação são levados em conta coloração (preto, verde, esbranquiçado...), ardidos, brocados.

b) Por **peneira**: Os grãos são classificação por dimensões, com peneiras de formatos e graduações diferentes. As peneiras para grãos chatos vão de 12 a 20; e para grãos mocas (arredondados) vão de 8 a 13. Quanto maior a peneira, melhor será a classificação.

c) Por **atributos sensoriais**, mais conhecida como “**bebida**”: Trata-se da análise sensorial do café (a ser realizada por provadores treinados, através da “prova de xícara”), pela qual são avaliados o sabor e o aroma do café. Em ordem decrescente e de acordo com a tabela oficial, o café é classificado como bebida “estritamente mole”, “mole”, “apenas mole”, “dura”, “riado”, “rio” e “rio zona”.

A análise sensorial, que determinada a qualidade da bebida, é considerada a mais importante na avaliação da qualidade do café. Mas outros critérios, além dos citados acima, compõem a definição de qualidade e interferem no preço do café. Segundo a Brazil Specialty Coffee Association (BSCA, s/d), “os atributos de qualidade do café cobrem uma ampla gama de conceitos, que vão desde características físicas, como origens, variedades, cor e tamanho, até preocupações de ordem ambiental e social, como os sistemas de produção e as condições de trabalho da mão-de-obra cafeeira”.

Os cafés com certificação por origem, *gourmet*, *fair trade* e orgânico são considerados cafés *especiais*. Pela definição da BSCA, **orgânico** é o café produzido sob as regras da agricultura orgânica; deve ser cultivado exclusivamente com fertilizantes orgânicos e o controle de pragas e doenças deve ser feito biologicamente. Segundo a BSCA, o café orgânico, para ser considerado como pertencente à classe dos cafés especiais, deve possuir especificações qualitativas que agreguem valor e o fortaleçam no mercado. Já o café *fair trade* é aquele

consumido em países desenvolvidos por pessoas preocupadas com as condições socioambientais sob as quais o café é cultivado, o que inclui ser produzido por pequenos agricultores ou sistemas de produção sombreados (associado à floresta) e que favoreça a manutenção de espécies vegetais e animais.

A obtenção de cafés de qualidade está associada ao processo produtivo, à colheita e à pós-colheita. Na colheita influenciam o amadurecimento dos grãos, o trabalho de derriça (retirada dos grãos dos galhos) e como estes grãos são manuseados (os grãos deixados cair sobre o solo acabam perdendo qualidade ao misturar-se com terra, folhas, galhos; quando utilizado o pano assegura-se melhor condição de limpeza). A colheita mecanizada pode garantir ainda melhor qualidade, porém não ocorre na região da pesquisa. As etapas pós-colheita executadas na propriedade incidem fortemente na qualidade do café e muitas vezes são limitantes para os cafeicultores mais pobres, dado que envolve um conjunto de procedimentos que demandam estrutura, como terreiro de concreto, mão de obra e materiais para evitar que os grãos em processo de secagem peguem chuva, secador e armazenamento. Assim, uma lavoura pode gerar ótima produção e essa qualidade ser perdida por questões de trabalho, tecnologia e estrutura no pós-colheita. A Figura 7 ilustra algumas diferentes estruturas em propriedades familiares na região de estudo.

Fonte: O autor, a partir de SOUZA (2002); MALTA (2007); BSCA (s/d); MESQUITA *et al.* (2016).

Uma fala resume a importância dos procedimentos pós-colheita para garantir a qualidade do café:

É o processo que vem depois da lavoura, porque tirando broca, no restante o café sai da lavoura com qualidade; ele perde no percurso, no pós-colheita. No meu caso a qualidade se manteve, o problema foi a produção que caiu (Entrevista AG-21).

Alguns entrevistados dizem que deveria ter havido mais atenção em planejamentos, seja em dimensão mais abrangente (entre instituições, grupos e famílias para projetar e coordenar estratégias e ações), seja em âmbitos mais específicos (por grupos ou famílias para construir planos de conversão da produção).

Faltou planejamento para produção orgânica e certificação para o mercado externo. [...] A mudança não foi planejada, fomos encorajados muito mais por uma questão ambiental motivados pela CEBs e não houve um plano de conversão. Antes de fazer a mudança, tem que dominar o aspecto de produção com qualidade (café orgânico de baixa qualidade não tem preço diferenciado) (Entrevista AG-11).

Foi muito a toque de caixa, a Emater não estava muito preparada (ou preparada), as ONGs, a REDE

também não. O pessoal da OPL também não, o sindicato... Mas na ânsia de fazer, todo mundo improvisou e não teve um conjunto, uma reunião... sei lá, sentar todos os órgãos, sem ciúmes: “Como é que nós vamos fazer? Com que você pode contribuir?” Cada um contribuía do jeito dele, individual... A parte técnica foi a mais culpada, porque os produtores estavam agrupados e a parte técnica estava isolada. Infelizmente até hoje acontece um pouco disso (Entrevista MS-06).

**Figura 7** – Secagem do café em UPs familiares no Leste de Minas Gerais



Fonte: O autor, em agosto e setembro de 2016.

Há também opiniões de que tais planejamentos, especialmente os mais gerais, ocorreram. Este caso reflete diferenças de tempo e processos na região; o fato de alguns grupos virem de experimentações agroecológicas anteriormente, discutidas em grupos coletivos, e outras famílias não terem esta caminhada anterior. A fala a seguir refere-se ao

trabalho entre ONGs e grupos de agricultores; e menciona uma falha na comercialização como central na frustração de todo o processo:

Foi feito um processo longo para a construção de relações de confiança, com visitas de intercâmbio, reuniões, definição de estratégias e plano de ação coletivos entre OPL, REDE, CTA, Fundação Biodiversitas, STR Simonésia e grupos de agricultores orgânicos e agroecológicos, Certificadora Sapucaí e a cooperativa do sul de minas, para a comercialização. No entanto, este longo processo foi frustrado pela ação da cooperativa que furou o processo de comercialização coletiva (Entrevista MS-09).

Ainda assim, é reforçada a necessidade de planos claros e definidos participativamente:

Fazer um bom planejamento financeiro e um bom planejamento para a condução do cafezal, incluindo a adubação orgânica, aquisição de insumos externos, o levantamento de custos, estratégias para a comercialização, entre outros. Buscar a melhoria de qualidade do café, ou seja, atrelar a melhoria da qualidade ao processo de conversão (Entrevista MS-06).

Organizar um processo de transição agroecológica ou orgânica com um plano de manejo para cada situação, partindo das experiências dos agricultores/as e identificando as demandas coletivas e as demandas específicas do ponto de vista técnico. Assim seria possível propor um processo de construção do conhecimento tendo como base o conhecimento dos agricultores/as e os aportes técnicos externos necessários (Entrevista MS-09).

A questão do planejamento foi colocada por poucos, porém não deixa de ser relevante, dado que se tratava de um processo de mudanças, complexo e carregado de novidades, já que necessitava articular mudanças na produção, na comercialização, implicava certificação (esta totalmente nova para todas as famílias) e, além de tudo, uma necessária organização social e econômica que envolvia riscos de perdas, ou seja, mudanças no entendimento e nos valores que aquele conjunto de famílias e pequenos grupos dispunha até então. Novamente cabe refletir a respeito da inovação com estabilidade e sustentabilidade abordada por Neumeier (2012) e aos planejamentos participativos como ferramentas

metodológicas cruciais para construir discernimento, decisões e assumir riscos compartilhados.

Mudanças tecnológicas decorrem de continuidades (desdobrando-se de situações e condições anteriores) e descontinuidades (quando alguma crise ou um fato novo importante provocam rupturas e mudanças inesperadas), caracterizando uma trajetória tecnológica, segundo o enfoque neoschumpeteriano (ALESSIO; ROVER, 2014). E também decorrem e influenciam mudanças de entendimento a respeito da agricultura e da sociedade, ou seja, dos valores e da visão de mundo de um grupo social (NEUMEIER, 2012). Portanto, é compreensível que a transição agroecológica do café como produto de importância econômica principal para aquele grupo social tivesse relações e influências no modo de pensar e agir das comunidades rurais envolvidas. Neste sentido, a mudança nos modos de produção e comercialização do café significou muito mais que uma “substituição de pacotes técnicos”, vindo a se desdobrar em um processo de inovação que demandava participação consciente e protagonista dos agricultores para alcançar os efeitos esperados. Ao se referirem criticamente à substituição de pacotes, os entrevistados questionam um enfoque e orientação por vezes restritos à retirada dos agrotóxicos e à substituição da adubação, quando era de se esperar uma abordagem sistêmica no processo de mudanças técnico-produtivas, organizativas e de mercados.

A transição agroecológica, partindo-se de sistemas de monocultura e intensivos em tecnologias industriais, geralmente ocorre seguindo-se níveis ou estágios de mudanças (GLIESSMAN, 2009, 2010; ALTIERI; NICHOLLS, 2007). No caso da conversão tecnológica do café no Leste de Minas Gerais, estes procedimentos não foram devidamente observados na maioria das propriedades, levando a quedas muito drásticas de produtividade e perdas econômicas para as famílias agricultoras (como se verá no próximo tópico). Nas propriedades com melhores condições produtivas (de solo, principalmente), a substituição da adubação química solúvel por insumos orgânicos não afetou demasiadamente a produtividade. Porém, naquelas lavouras de café ainda fortemente dependentes de adubação sintética, a substituição imediata da adubação causou forte perda de produção. Nesses casos deveria ter sido considerada a “gradualidade” das mudanças sugeridas nos estudos sobre a transição agroecológica. A retirada imediata dos insumos não permitidos pela certificação, ao mesmo tempo em que provocou queda de produtividade possivelmente maior do que a esperada, criou entre as famílias uma expectativa (e necessidade) de curto prazo na venda com sobre-preço ao produto que conseguiram colher. Mas, como referiu Altieri (1999), o

retorno do investimento em técnicas agroecológicas não é imediato, há um período de transição até o sistema de produção atingir um melhor grau de sustentabilidade e rendimentos. Assim, enquanto a produtividade caía, mais os agricultores dependiam de preços maiores na venda, o que não ocorreu porque, nas primeiras safras ainda estavam na “quarentena” (transição) e, logo que obtiveram a certificação e poderiam vender com o sobre-preço, se depararam com os limites de uma certificação não habilitada para o mercado externo, além de equívocos nos procedimentos de venda. (O processo de certificação, especificamente, será melhor discutido adiante, no tópico 5.3.3).

Em relação aos resultados produtivos obtidos durante e após a conversão orgânica, todos falam da queda de produtividade. “[...] o processo de transição, da substituição de insumos químicos teve um impacto importante na produção do café (Entrevista MS-09). No entanto, informam dados variados, conforme a condição que a propriedade se encontrava e as condições que tiveram para investir em insumos. As famílias que vinham experimentando mudanças agroecológicas antes do café orgânico, acompanhadas técnica e metodologicamente (por equipes técnicas da REDE, da Biodiversitas ou da Emater), relatam a conversão orgânica do café como um passo a mais; e também quedas menores de produtividade. Mesmo assim, a redução teria sido entre 20 e 50% segundo os relatos. Outras famílias, que se juntaram às anteriores a partir da proposta do café orgânico, sentiram mais dificuldades para introduzir os novos manejos, insumos orgânicos e tratamentos alternativos e, principalmente, tiveram quedas ainda maiores na produtividade dos cafezais:

A questão do volume a gente sabe, a colheita caiu muito, quando tirou a adubação química... caiu muito. No meu caso, por exemplo, eu trabalhava com adubação verde, usando lá a mucuna, o feijão de porco, feijão guandu, os SAFs, então a minha produção não chegou a cair assim de uma forma tão..., caiu, mas não foi tão exagerada, mas eu perdi mais de 50% da produção no decorrer do processo. Do primeiro pro segundo ano caiu, do segundo pro terceiro caiu mais. Então foi assim: caiu uns 30% no primeiro ano, no segundo caiu uns 50% e no terceiro ano tava numa faixa aí de uns 60, 65% de perda. Mas eu já tinha um processo anterior mais diferenciado... (Entrevista AG-08).

A produtividade caiu drasticamente, porque aquelas pessoas que vinham de um convencional,

por exemplo, que às vezes não aplicava agrotóxico, mas usava NPK, a produção, sabendo que os solos, regionalmente são solos muito pobres do ponto de vista de minerais, a produção caiu drasticamente (Entrevista AG-04).

Aconteceu que as lavouras foi perdendo produtividade, foi ficando doente... e o pessoal começou a ver que o troço não tava dando certo, né? [...] No primeiro ano não perdeu tanto porque a lavoura ainda tava bem em forma e ela se manteve. Vamos calcular que ela desse lá de 300 arrobas, média de produção dela. Aí eu tirei o adubo no primeiro ano e ela ficou ainda na casa das 250 arrobas. Mas no ano seguinte ela já voltou pra menos da metade (Entrevista AG-06).

Caiu na área toda. Mas no meu caso eu não posso reclamar dessa queda, eu posso falar talvez de 30%, 20%... Mas outros chegaram a parar quase 100% da produção. A lavoura vai decaindo e se você não tiver dinheiro pra adubar, ela continua decaindo e cada vez você fica mais descapitalizado e a coisa vai complicando (Entrevista AG-09).

Na tentativa de se chegar a valores relativamente aproximados sobre a produtividade obtida, já que as famílias em geral não têm os números registrados, foi sugerida uma troca de informações durante as reuniões dos Grupos Focais. Foi ignorada a primeira safra, que ainda teria considerável influência das adubações com NPK das safras anteriores. As discussões permitiram estimar, para a segunda e terceira safras, perdas em um leque muito variado, com os extremos chegando a 90% de queda de produtividade nas propriedades que mais sofreram perdas e 20% nas lavouras que perderam menos. Mas dizem que é possível estreitar esta margem, contemplando a maioria das propriedades, para entre 30 e 80% de perdas. As explicações apresentadas para as diferenças são de que as propriedades que sofreram menos tinham um trabalho anterior de conservação e melhoramento do solo, introdução de adubações verdes e em alguns casos árvores nas entrelinhas do café e, também, a condição natural da área, ou seja, o potencial de solo, clima, insolação, etc.

Teve alguns que perderam muito, com queda de mais de 80%, outros que pela característica da área e do manejo não sentiram muito... (Entrevista MS-06).

Ah, minha queda foi numa média 70%, porque na hora que a lavoura começou a pegar o costume,



porque cê passar de uma coisa pra outra tem que acostumar né, dar aquele tempo. Aí não ouve a venda, aí a gente teve que voltar, começar tudo de novo, então foi uma média de 70% de perca. Tipo assim, se produzia 30, voltou pra uns 10. É uma perda grande (Entrevista AG-03).

Na média dos produtores e de algumas safras, creio que foi de 70%. Alguns produtores que tinham lavouras novas e que tinham solo um pouco melhor, a queda foi menor. Mas no meu caso foi de 70% (Entrevista AG-04).

A produção caiu, mas não caiu tanto. [...] Mas o pessoal dos municípios vizinhos reclamou que chegou a perder 70% de um ano pra outro. Caiu, mas caiu mesmo. Aí o pessoal desanimou de uma vez! (Entrevista AG-10).

Considerando-se algumas exceções, ficou evidente que a partir da conversão houve queda significativa na produtividade do café para a maioria dos envolvidos; e que este foi um dos fatores centrais para a desmobilização do processo regional de produção de café orgânico. Em compensação, vários falam de melhorias nas condições do solo, que indicavam possibilidades de melhorias gradativas na produção. Mas as expectativas e necessidades de renda eram urgentes e não permitiram aguardar os resultados produtivos que poderiam crescer com as melhorias do solo, segundo alguns entrevistados.

Se por um lado a produtividade das lavouras de café caiu, alguns efeitos ambientais positivos no agroecossistema são citados. Entre estes, a percepção dos agricultores quanto à melhoria no aspecto biofísico do solo (que, no entanto, ainda não se traduzia em aumento de produtividade). Citam diferenças como a redução da erosão, mudança na textura e coloração, o aumento da matéria orgânica, a presença de insetos de solo, a maior conservação de umidade. Alguns mencionam redução da necessidade de mão de obra (algumas safras depois), redução dos custos de produção e o incremento de novos produtos, conforme as seguintes falas:

Nós começou com a adubação verde e logo em seguida eu plantei bananeira no meio e aí aquele trem virou uma beleza! Tá lá daquele jeito, continuo com aquele sistema até hoje. Quem interessava mesmo entrar no orgânico e largar os químicos, que nós já usava pouco, foi aí que começou a fazer a parte de adubação verde e aqueles trem... [...] Sem dúvida diminuiu muito o

custo. Também diminuiu a mão de obra, porque onde é mais bananeira, aquilo não dá mão de obra quase nenhuma, você dá uma roçada duas vezes no ano e tá beleza. Se precisar, dá uma capinada sem mexer muito com a terra e deu (Entrevista AG-10). Mas o ganho ambiental foi bastante, porque o pessoal acrescentou... porque deixou de ser só café: começou a produzir frutas, banana, mas só que isso não era contado como renda, né? (Entrevista AG-05).

A minha lavoura não era acostumada com muito adubo, porque eu tinha pouco recurso então eu adubava pouco. E como a minha terra era uma terra nova, a fertilidade boa e tinha muita cobertura, eu continuei. E eu consegui manter essa lavoura produzindo ainda por muito tempo. Menos café, mas pelo menos com menos custo (Entrevista AG-06).

Depois que o solo já tava melhor um pouco, a gente tinha a noção disso pelas análises de solo que fazia, principalmente pra quem fazia o trabalho de adubação verde, do sistema agroflorestal, a tendência era aumentar a colheita. Nunca ia chegar no volume que era com adubação química, mas a tendência era aumentar um pouco a produção. E aí você tinha o preço que compensava, que era três vezes mais ou até mais de três vezes (Entrevista AG-08).

Houve um grande avanço na sensibilização em relação à questão de outros recursos naturais, mas não produtivos, como proteção de nascentes, matas ciliares... Foi um grande avanço nas questões ambientais. Isso se deve quase que exclusivamente àquele período (Entrevista AG-04).

Enfim, no tocante à conversão técnico-produtiva, as entrevistas evidenciaram uma mudança abrupta e drástica (“8 ou 80”, como diz um entrevistado) a partir da “empolgação” que emergiu da perspectiva de mercado e preços do café orgânico. Nas palavras de um mediador social, “Com a ‘onda’ de cafês orgânicos (preços melhores) isso fez com que a maioria dos agricultores apressassem o processo de certificação, entretanto muitos cafezais sentiram o processo de conversão e houve redução de produtividade” (Entrevista MS-08). As entrevistas também revelam que tanto mediadores quando agricultores estavam pouco

preparados e capacitados para enfrentar esses desafios em curto prazo. Também aparece a falta de alternativas consistentes para a adubação dos cafezais; e que a retirada imediata da adubação química era orientada para começar a contar o prazo para a certificação. O período de transição, durante o qual ocorreram as mudanças no modo e tecnologias de produção e as lavouras tornaram-se aptas a receber a certificação, não foi devidamente (e antecipadamente) discutido com as famílias agricultoras, que sentiram fortemente os impactos da queda da produtividade do café sem poder contar com o sobre-preço na venda. Por outro lado, a maioria dos agricultores disse perceber e valorizar os benefícios ambientais e produtivos que a conversão orgânica dos cafezais proporcionou, como a conservação do solo e da água e o incremento da biodiversidade.

A transição agroecológica, em casos como o estudado – partindo de monocultura e uso médio de tecnologias modernas/industriais, busca de certificação e melhor mercado, mediação de organizações sociais –, depende fortemente de assessoria, ainda que com todas as ressalvas quanto à intervenção externa e os projetos exógenos (LONG, 2007; SEVILLA-GUZMÁN, 2002) e com o enfoque da construção do conhecimento agroecológico (SANTOS, 2007) em lugar de métodos difusionistas de ATER. É importante que a assessoria tenha um olhar abrangente do processo, sem se abster de análises e atividades específicas, como assistência técnica, estudo e planejamento de mercado, apoio metodológico à organização socioeconômica...

Especificamente na conversão produtiva, percebeu-se que as experimentações tecnológicas nas unidades produtivas não ocorreram em todos os pequenos grupos ou famílias; e isso dificultou ainda mais o processo ao restringir as possibilidades de desenvolvimento e apropriação de conhecimentos e tecnologias em bases agroecológicas. Poucos relatos se referem a novos conhecimentos e tecnologias vindos de pesquisa científica; é feita apenas a menção de um intercâmbio na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica.

Um entrevistado coloca a necessidade da realização de pesquisas locais, para as condições de solo, clima, culturas da região:

Nessa nossa região, que temos determinada terra, então se nós vamos passar pro modelo de produção orgânica, qual o caminho que nós vamos seguir nessa região nossa? [...] Por exemplo, se eu jogar adubo químico na lavoura, o caminho comum é que ela vai produzir. Agora, no orgânico, então eu vou fazer um tratamento na produção orgânica, o produtor tem que estar ciente o que vai desencadear

isso lá na frente. Ele tem que ter certeza porque se ele tiver que pegar um crédito aqui pra segurar a produção, ele tem que ter certeza que lá na frente vai dar resultado. Porque adianta eu pegar um crédito e lá na frente vai me dar uma bomba e o negócio não produzir, como que eu vou pagar o crédito? Então, precisa de haver pesquisa neste sentido (Entrevista AG-09).

O acesso ao conhecimento científico e, principalmente, que tal conhecimento tenha relevância e adequação às necessidades da agricultura familiar e da transição agroecológica, é um problema bastante conhecido e generalizado. No caso da região Leste de Minas Gerais, deslocada geograficamente dos centros de pesquisa pública, esta dificuldade é ainda maior. A questão relativa à demanda colocada pelo entrevistado pode ser relacionada com o que defende Sevilla-Guzmán (2002) a respeito do local e método de geração do conhecimento. Este autor propõe a pesquisa-ação participativa como forma de romper a estrutura de poder sujeito-objeto da metodologia científica convencional. Porém, entende que esta perspectiva, que denomina *dialética*, pode ser construída sem abrir mão das perspectivas *distributiva* (mais usual e convencional, típica das unidades experimentais) e a *estrutural* (mais relacional e qualitativa e que se apoia em ferramentas de observação participante e grupos de discussão). Para Sevilla-Guzmán, a transição da geração de conhecimento nos centros de pesquisa, passando por pesquisas que atendam às demandas dos agricultores até que se chegue à pesquisa-ação (dialética) seria um caminho a percorrer para o “desenvolvimento de uma agricultura participativa” (2002, p. 21). Ao aproximar-se da realidade dos agricultores, a pesquisa atenderia melhor também às necessidades de conhecimentos para a agroecologia.

A geração e apropriação local de conhecimento é um grande desafio. Neste sentido, é oportuno trazer aqui a questão da pouca integração entre as entidades que atuavam no apoio aos agricultores visando a transição para o café orgânico (Entrevista MS-06) e as possibilidades de acesso a conhecimentos e mesmo experimentações participativas que poderiam ser aumentadas com uma melhor integração e colaboração interinstitucional. As redes colaborativas de perfil sociotécnico representam uma novidade em estratégias de desenvolvimento rural e agroecologia (ROVER; LAMPA, 2013); e poderiam compensar, ao menos parcialmente, as debilidades sentidas na experiência do Leste de Minas no tocante ao conhecimento. Portanto, a lacuna de pesquisas e tecnologias a partir das condições locais não deve

ser atribuída exclusivamente às políticas e centros de pesquisa, ou seja, a limitações de agentes externos, sob o risco de delegar a tais agentes ou instituições o papel exclusivo da geração de conhecimento, conformando-se, assim, à condição de meros receptores. O desenvolvimento a partir do local demanda iniciativa, criatividade e capacidade de aglutinar organizações e recursos para a produção de conhecimento, autonomia tecnológica e protagonismo. Segundo Neumeier [...], “a aprendizagem coletiva, de coordenação e de comunicação entre diferentes processos e atores em equipes, redes de atores e outros meios de cooperação são fatores importantes para o sucesso do desenvolvimento regional endógeno” (NEUMEIER, 2012, p. 59). Este autor afirma também que o sucesso destes processos é fortemente dependente da possibilidade de mobilizar um público e de pessoas com perfil de liderança e inovação, mas que, ao mesmo tempo, mantenham a estabilidade necessária ao processo.

Ao mesmo tempo, iniciativas de inovação e desenvolvimento a partir do local não implicam abrir mão de outros conhecimentos, pois realidades e processos heterogêneos e complexos necessitam “saberes híbridos” (GUIVANT, 1997). As experimentações técnicas nas propriedades dos agricultores são estratégias para a geração, a partir da realidade local e aportes do conhecimento agrônômico, de conhecimentos social e ambientalmente adaptados (SEVILLA-GUZMÁN, 2002; SANTOS, 2007), que combinam o saber popular e o conhecimento científico (ALTIERI, 1999; CAPORAL; COSTABEBER, 2004) e são desde a geração apropriadas pelos agricultores sem o desgaste da “transferência”. Além de tudo, os agricultores emergem como sujeitos do conhecimento (SEVILLA-GUSMÁN, 2002) e não apenas como receptores de tecnologias.

Os recursos financeiros limitados com que os projetos sociais trabalham podem ter dificultado um maior investimento em profissionais e estrutura para um programa robusto de experimentações. No entanto, os estrangulamentos técnicos e de produtividade, assim como as críticas à falta de alternativas tecnológicas consistentes, extraídas das entrevistas, evidenciam que este é um componente de um processo de transição que deve receber prioridade de investimento.

#### **4.2.2 Metodologias para a transição agroecológica e geração de conhecimentos**

As metodologias de intervenção na promoção ou animação de processos com vistas à transição agroecológica é tema central nas

experiências empíricas e nos estudos sobre a agroecologia e produção orgânica. Neste sentido, nossa pesquisa buscou levantar dados, analisar e compreender como ocorreu esta importante dimensão do trabalho no Leste de Minas Gerais.

Em princípio, é possível identificar dois momentos e modos de trabalho por parte das entidades (ONGs, Emater e mesmo STRs e associações dos agricultores) e seus profissionais ou mediadores sociais. O primeiro período é o que corresponde aos anos anteriores ao processo do café orgânico (anos 1990, para ter uma referência), marcado por metodologias participativas de diagnóstico e planejamento, um processo lento e crescente de construção de grupos produtivos (dinâmicas coletivas) e experimentação de tecnologias alternativas. O segundo momento se refere ao período em que o propósito do café orgânico ganhou prioridade, ou seja, a partir do ano 2000 aproximadamente, caracterizado por maior intensidade de atividades, enfoque mais objetivo no potencial de renda do café orgânico, entrada em cena da certificação orgânica e ritmo mais acelerado de mudanças nos sistemas produtivos, como foco basicamente na conversão orgânica. Antes de qualquer consideração ‘valorativa’ desta mudança de metodologia de ação, é necessário frisar que tal mudança ocorreu tanto ou talvez mais por parte do interesse das organizações dos agricultores do que por imposição das instituições de assessoria e ATER, como se pode verificar mais adiante.

#### *4.2.2.1 Metodologia de ATER e a construção do conhecimento agroecológico*

As entrevistas revelaram opiniões em alguns aspectos divergentes sobre as ações de assistência técnica durante o processo de conversão orgânica dos cafezais. Há quem diga que ela não existiu e sequer foi planejada, dado que não seria uma estratégia prioritária das instituições (ONGs, principalmente). Porém, mesmo em se tratando de criticar as contradições da “ATER” tradicional enquanto um instrumento difusionista e assistencialista que tende a tratar o conhecimento e a tecnologia como uma relação de poder do técnico em relação ao agricultor, mesmo levando-se em conta a possibilidade dessas críticas, não aparecem elementos muito ricos e consistentes sobre o processo de geração de conhecimento, experimentações, etc. em uma outra perspectiva. Digamos, na perspectiva do ator social.

Eram feitos trabalhos, cursos aos interessados, palestras de divulgação... Vinham biólogos e agrônomos de fora ligados às ONGs; eles

mostravam exemplos que deram certo e como fazer aqui. Foram dezenas de cursos, minicursos, palestras ao longo de seis anos. Aí, aqueles interessados, eles iam no terreno da pessoa explicar como fazer. Então a pessoa recebia a parte teórica nos encontros e depois eles iam no terreno da pessoa pra ensinar como é que faz. A pessoa aprendia a parte teórica nos cursos e depois aplicava na prática o que aprendeu, vez e outra assessorada pelos técnicos. Então não faziam à revelia; tinha a capacitação e depois a ida dos técnicos na propriedade pra mostrar na prática como produzir o café orgânico (Entrevista MS-02).

A assistência técnica do dia a dia ficaria por conta das organizações locais. Estas é que tinham que articular pra encontrar formas de viabilizar a exigência que seria colocada. Entra no caso aí o [fulano], que era uma pessoa que não era capacitado legalmente, mas ele era uma pessoa que tinha muita informação que daria para poder ser trabalhado. E ele trabalhou isso de forma bem... Ele era da diretoria do sindicato, mas era liberado exatamente para trabalhar em cima disso aí. Todas as formações que tinha dentro da área técnica de agricultura e as alternativas de produção que existia e que a gente tinha acesso, ele estava sendo formado pra poder estar atendendo esse público (Entrevista MS-01).

Houve um processo intenso de assessoria técnica individual e coletiva, de visitas de intercâmbio, trocas de experiências etc. (Entrevista MS-09).

A Biodiversitas foi o carro-chefe: montou as palestras, deixou o povo ciente, trouxe o pessoal de fora pra tá passando a ideia... e o povo comprou a ideia. Faziam muita reunião, foi feita demais. No sindicato, lá na reserva [na RPPN], na roça, nas comunidades, você entendeu? Fazia direto. E tinha os cursos também (Entrevista AG-03).

Tinha um técnico da REDE que visitava aqui o sítio e tal, vinha com a gente na lavoura, até falava do jeito certo de fazer; as podas, como é que cortava e tal e tal. Ela falava, mas a gente não acreditava muito naquilo, não sabia fazer. Quando eles falou comigo que pra produzir café orgânico em vez da

enxada você tinha que usar o facão, aquilo pra mim era uma loucura (Entrevista AG-06).

Sobre a assistência técnica enquanto um conjunto de atividades sistemáticas de orientação técnica realizado nas comunidades e propriedades, geralmente aparece como insuficiente ou até mesmo inexistente:

Não tinha, era muito pouco. Não dava conta, era pouca gente pra tanto coisa (Entrevista MS-03).

Eu acho que talvez faltou mais uma orientação técnica mesmo, o acompanhamento técnico nas propriedades, orientar como fazer de forma correta, isso foi mais deficiente do que o próprio recurso. O que tinha não era assim uma assistência técnica, porque o pessoal que trabalhava na Biodiversitas todos eles eram engenheiros florestais. Tinha também a Emater que era parceira no projeto, mas a gente sabe que a Emater não dá conta de acompanhar, porque no município nosso são mais de 2000 propriedades rurais e sempre teve um técnico só, então não dá conta (Entrevista AG-08).

Não tinha entidade nem assistência técnica voltada pra isso. Nada. Emater se envolveu pouco. Na época não houve um empenho, um envolvimento (Entrevista AG-09).

Houve uma assistência técnica, mas tinha poucas atividades nas propriedades. A assistência atendia mais a grupos, era mais coletiva, pouco individualizada. Tinha um grupo que realizava o trabalho, fazia cursos, palestras... e teve avanços, porém muito limitado tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista técnico. Era um projeto com muito pouco recurso financeiro pra dar uma assistência técnica, digamos, mais eficiente para o agricultor. Por outro lado, a equipe também não conseguia ter as informações necessárias para repassar aos agricultores (Entrevista AG-04).

Algumas falas se relacionam à contribuição das equipes técnicas, que seriam despreparadas para o desafio da conversão orgânica do café.

Eu acho que faltou foi técnica mesmo, garrou na parte técnica, no manejo, eu lembro. Aí eu penso: os técnicos estavam preparados pra dar orientação? As limitações... (Entrevista MS-04).



A assistência técnica não tinha aquele conhecimento de como trabalhar a forma de transição do café especificamente (Entrevista AG-05).

Nós tivemos uma orientação técnica assim, fraca. Podia ter sido mais. Tipo, uma coisa é você falar e outra é você levar o cara mostrar pra ele como é que o fulano faz, ou um vídeo, coisa assim. Porque uma coisa é você ouvir falar e outra coisa é você ver fazer. Se a gente tivesse isso aí, teria tido mais sucesso na implantação do CO (Entrevista AG-06). Faltou assistência técnica qualificada para orgânico; conhecimento técnico (Entrevista AG-11).

Em duas situações foi mencionada a contratação particular de técnicos: pelo grupo do Córrego dos Ferreiras (município de Santa Bárbara do Leste) e por um grupo da comunidade São Pedro (município de Simonésia). Estes foram casos específicos no contexto regional; e mesmo ocorrendo assistência técnica privada, os grupos se articulavam regionalmente com vistas à comercialização.

Tinha um técnico que veio e trouxe essa ideia. Ele explicava as coisas; ele até usava, fazia tratamento homeopático na lavoura. [...] Era um técnico que vinha de fora. Isso surgiu através de uma pessoa daqui, que gosta de buscar novidade, conhecer coisas fora, conheceu este técnico e pediu pra ele vir aqui um dia fazer uma palestra. Ele veio, fez uma palestra sobre o orgânico, produzir um café de qualidade, aí... [...] A gente se reunia no grupo pra ver como fazer pra comprar adubo, pra receber o técnico, porque ele não vinha de graça, a gente pagava ele. Então, foi um processo que excluiu mesmo, na verdade excluiu muita gente. Então, aí o sindicato ficou separado. Foi uma coisa que o grupo aqui aceitou e abraçou, mas não entrou muita gente. No final que a gente foi ver que não bateu na realidade. Porque quando bate na realidade, eu acho que é uma coisa que abraça todo mundo, pega um todo. Ali tava pegando poucos, né? (Entrevista AG-07).

Contratamos um técnico agrícola para auxiliar na assistência técnica (Entrevista AG-12).

As visitas e encontros de trocas de experiências, foram atividades frequentes e valorizadas pelos mediadores e, com algumas ressalvas,

também pelos agricultores. Esses intercâmbios foram mencionados exaustivamente por todos os entrevistados, permitindo deduzir-se que foram as atividades preferenciais de compartilhamento e acesso ao conhecimento e apropriação de tecnologias de base ecológica ou orgânica.

Vários agricultores foram conhecer outros espaços, foram feitos muitos intercâmbios pra que as pessoas pudessem entender melhor. Além dos intercâmbios locais, como ir visitar o pessoal da OPL, de Espera feliz e eles virem aqui, teve grupo que foi lá no sul de Minas, a gente chegou a ir lá em Seropédica, lá na universidade, saímos com um ônibus de pessoas pra fazer visitas lá em alguns proprietários e na universidade pra poder estar implementando algumas técnicas que pudessem ser viáveis na produção aqui. Então foi bem trabalhado neste sentido aí (Entrevista MS-01).

Teve intercâmbios. Eu lembro de um intercâmbio no Sul de Minas, na cidade de Poço Fundo, e um intercâmbio em São Paulo, parece que em Mococa, para conhecer um sítio que produzia café orgânico (Entrevista AG-04).

Hoje tem muito mais que antes. Eu achava que tinha que ter um intercâmbio, pra levar a gente lá (existia na época, teve alguns), mas pra levar a gente numa lavoura de alguém que já tava há tempos trabalhando naquele sistema e o cara te ensinar como faz a poda, como aduba uma lavoura, o que que você tem que fazer (Entrevista AG-06).

Olha, uma das coisas que eram feitas eram os intercâmbios; eu acho que foram feitos uns três intercâmbios, essas visitas pra conhecer os produtores de algumas regiões, do pessoal que já trabalhava com café orgânico (Entrevista AG-08).

Foi pouco desenvolvido por não ter uma assistência qualificada, acontecia uns intercâmbios com apoio de umas poucas entidades (Entrevista AG-11).

Além de viagens para outras regiões para conhecer experiências em andamento, foram realizadas trocas locais, entre grupos e famílias que participavam da tentativa de transição agroecológica. Estas atividades estavam mais integradas ao desafio de mudanças tecnológicas e de manejo baseadas no compartilhamento do conhecimento local, o que é

também conhecido metodologicamente como o processo “agricultor-agricultor”<sup>24</sup>.

Tinha também visitas nas propriedades, o pessoal fazia tipo um dia de campo naquelas propriedades onde já tinham um trabalho. Na minha propriedade mesmo foram feitas na época umas três visitas de intercâmbio, porque o grupo não era só de Simonésia, tinha pessoal de Simonésia, de Caratinga, de São João do Manhuaçu. Então esses grupos vinham pra visitar aquelas propriedades que já tinham uma atividade diferente; e que já eram diferentes antes mesmo do processo da cafeicultura orgânica, não foi mudado só naquele momento, já tinha um processo (Entrevista AG-08).

A gente fazia os dias de campo em conjunto. Por exemplo, se fazia reunião de 30 em 30 dias, fazia cada vez numa propriedade, e os outros proprietários iam pra lá pra falar, pra discutir, pra conhecer. Chegamos a ter algumas experiências com técnicos, mas não muito boas nesse sentido. Quem puxava as atividades era a Agrifom; era a nossa organização (Entrevista AG-09).

Não tinha muitas atividades, muito treinamento diretamente pra isso. Foi assim, meio “vamos deixar de pôr o adubo químico e ver o que colhe”, né? Fizemos algumas visitas, intercâmbios, mas nada que empolgasse muito a intervenção na propriedade (Entrevista AG-05).

Os intercâmbios de experiências eram feito apenas através de relatos entre os produtores (Entrevista AG-12).

---

24 A cooperação e ajuda mútua, ainda que impactadas pelo processo de modernização, são características da agricultura familiar e camponesa, na forma de trocas de trabalho (denominados mutirões, pixuruns, etc.), insumos (sementes, mudas, raças animais) e produtos, além do compartilhamento das práticas e do saber. Na América Latina, há pesquisas que buscaram sistematizar e teorizar as iniciativas de camponeses em tona a um processo historicamente construído de socialização de experiências e conhecimentos, denominado “campesino a campesino” (ALTIERI; TOLEDO, 2010), processo do qual derivou um movimento social indígena e camponês (HOLT GIMÉNEZ, 2008). No Brasil, muitas organizações que promovem a transição agroecológica definem estratégias e trabalham considerando e incentivando tais características da cultura camponesa, fomentando as trocas de experiências e conhecimentos de agricultor/a para agricultor/a.

As informações de campo evidenciam uma metodologia de trabalho fortemente apegada às trocas de experiência, com viagens fora da região e intercâmbios locais (que podem funcionar como dias de campo). As atividades geralmente eram coletivas, em grupos por vizinhança, o que dinamiza os diálogos e trocas de experiências e conhecimentos, além de fortalecer a ideia de senso coletivo, de um projeto comum em torno do café orgânico ou da agroecologia, de não estar sozinho nas dificuldades. Por outro lado, também houve declarações que sugeriam ter faltado um acompanhamento técnico no dia-a-dia, diretamente nas propriedades: [...] “tinha poucas atividades nas propriedades. A assistência, ela atendia mais a grupos. Era uma assistência mais coletiva, pouco individualizada” (Entrevista AG-04). Como já foi trazido, as entidades tinham limites de pessoal e recursos para uma assistência técnica intensa e individualizada. Mas se formos considerar o universo de aproximadamente 70 famílias que foram até a certificação e, do lado das entidades, duas ONGs, dois escritórios municipais da Emater, dois STRs e uma dezena de associações de agricultores envolvidos, além de pelo menos dois técnicos particulares contratados por grupos específicos, é possível deduzir que não era tão difícil dispor de equipes técnicas para aquela demanda.

Então, retoma-se a questão da frágil integração e complementaridade de esforços e capacidades entre as organizações de mediação social como um fator que dificultou o alcance de melhores resultados. É oportuno referir novamente ao que diz Neumeier (2012) sobre a necessidade de coordenação, comunicação, ações em equipes e redes de atores e outros meios de cooperação como fatores importantes para o sucesso de iniciativas locais de desenvolvimento e inovação.

Nos processos de transição agroecológica, a capacitação técnica e formação organizativa e de valores geralmente são valorizadas, planejadas e desenvolvidas. Tanto é que entre as ONGs, movimentos sociais e pesquisadores que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), este processo é denominado “construção do conhecimento agroecológico” (SANTOS, 2007). As metodologias e ferramentas para trabalhar a questão do conhecimento em agroecologia são muito variadas, mas genericamente, abrangem cursos, trocas de experiências, oficinas, seminários, encontros de discussão, diagnóstico, planejamento e monitoramento de ações, etc.

Alguns agricultores falaram em cursos dos quais participaram, na região e fora dela. Um depoimento mencionou que o projeto não teria dado destaque à capacitação:

A gente aprendeu muito com tudo isso... Cada reunião, cada curso que a gente fazia... Eles trouxeram até curso de fora também, pessoas capacitadas de fora pra explicar alguma coisa... A gente aprendeu muito com isso (Entrevista AG-01). Mas os cursos foram muito bons né? Foi interessante que até aí o café da nossa região nunca 'bebia'. Depois desse processo do café orgânico, fizemos umas capacitações em qualidade de café e já passou a ter 'bebida' (Entrevista MS-03).

Tinha momentos que reunia todas as entidades. Reunia muito dentro do projeto Doces Matas, que era coordenado pela Biodiversitas. E a Emater até entrou e fez um trabalho na época que foi a capacitação, os cursos de capacitação para os agricultores, então foram vários cursos de capacitação que teve (Entrevista AG-08).

Praticamente não houve capacitação (Entrevista AG-12).

Ao falar das visitas de intercâmbio, um entrevistado explica que também eram oportunidades para capacitação:

Uma delas foi até no Sul de Minas, aí também foi um curso de cafeicultura orgânica, e foi quando os agricultores conheceram lá as fazendas produtoras de café orgânico. Só que uma realidade muito diferente da nossa né, que lá eram fazendas grandes que produziam café orgânico, que já comerciavam, né, que tinha lá além da Certificadora Sapucaí também, que comercializava este café. E aqui a gente estava trabalhando com pequenos agricultores, então a gente sabia que tinha que ter muitos agricultores pra ter um volume razoável de café pra comercializar (Entrevista AG-08).

Eu até fiz um curso lá em Machado de cafeicultura orgânica. Aí começamos, pega um aqui pega outro ali, nem todos quis entrar na jogada. A promessa que nós ia ter uma venda muito boa, um lucro muito bom no café... Aí vem gente de fora pra fazer umas reuniões e tal, e tal... Então, a promessa foi muito boa (Entrevista AG-03).

Em relação à capacitação, parece ter sido mais intensa e continuada em alguns grupos, dependendo da entidade que os acompanhou, e menos intensa em outros, certamente carentes de assessoria. Os aprendizados

para obter café com melhor qualidade, principalmente nas fases pós-colheita, demonstram que os cursos realizados foram bem-sucedidos. Ainda assim, o que se pode questionar é a falta de uma proposta de formação que desse oportunidade a todos os grupos, organizada em uma iniciativa regional. Isso proporcionaria, além da capacitação, a construção de uma identidade e compromisso entre as famílias e grupos para um projeto coletivo. Mais uma vez, tal carência é fruto de uma frágil articulação regional entre o conjunto de organizações sociais e de assessoria envolvidas no processo.

As estratégias, metodologias e ações junto aos agricultores são bastante discutidas entre organizações e mediadores sociais voltados para a transição agroecológica. A tradicional assistência técnica e extensão rural (ATER) vem sendo criticada como difusionista e recebeu, nos últimos anos, uma nova abordagem, consolidada na chamada Nova PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2008), voltada para a agricultura familiar e seguindo princípios da agroecologia e metodologias participativas. Entre as ONGs que tem como missão a promoção da agroecologia é utilizada, preferencialmente, a expressão *construção do conhecimento agroecológico* (SANTOS, 2007) para enfatizar a abordagem dialógica e construtivista da ação junto aos agricultores e comunidades rurais. No processo de transição agroecológica do Leste de Minas Gerais, os entrevistados abordaram esta questão referindo-se mais à *intensidade* (suficiente ou insuficiente) ou *capacidade* (preparo ou despreparo) dos técnicos para o desafio da conversão técnico-produtiva; e relativamente pouco apareceu sobre as metodologias propriamente. Outras vezes apareceu a lacuna da comercialização como algo que os técnicos também deveriam ter dado maior contribuição.

As poucas referências ao modo como era desenvolvida a assistência técnica, somadas à cobrança de que deveria ter sido mais presente, nos permitem concluir ter sido esta uma carência importante no processo e que corroborou para o insucesso da transição agroecológica do café. A opção por estratégias de formação e organização coletiva não é contraditória com um programa de acompanhamento individual, por família ou unidade de produção, pois é ali, nos sistemas de produção que os gargalos tecnológicos se manifestam concretamente. Os intercâmbios de experiências e as capacitações em grupo são meios importantes para o aprendizado agroecológico, mas não são suficientes para resolver questões específicas de cada agroecossistema. Portanto, projetos que se propõem a mudanças socioambientais, produtivas e econômicas junto a grupos de agricultores familiares que se encontram dependentes de um

modelo tecnológico, produtivo e de mercado convencional, devem investir fortemente em assessoria técnica, individual e coletiva (mediante experimentações, oficinas técnicas, assistência nas propriedades, etc.).

#### *4.2.2.2 Ações/discussões em grupos como ferramentas de formação/capacitação*

Em Simonésia e em Caratinga, os trabalhos contaram com a realização de diagnósticos rurais participativos (DRPs), mas parece que tais processos não deixaram claras as estratégias de ação. Propostos e assessorados por diferentes ONGs, em Simonésia focaram nos aspectos ambientais, já em Caratinga deram ênfase às questões produtivas. A respeito do DRP realizado em Caratinga junto às famílias-membro da OPL, são feitas menções de que o diagnóstico, ao priorizar o café, teria menosprezado a diversidade de produtos e potenciais da agricultura familiar. Segundo estas pessoas,

O diagnóstico nosso, eu acho, como é que fala, ele foi mal orientado, acho. Porque tinha uma riqueza, tinha mais de 40 variedades, mas aí na hora o que mais apareceu em toda a propriedade era o café, mas não era que o café segurava a economia da família, o café todo mundo tinha não era nem uma lavoura, era uma moita de café. Aí focou no café; e a discussão partiu pra isso, acho que foi um dos erros. Porque não podia deixar; agricultura familiar não é só café. Eu acho que o erro foi aí: focou na moita de café. Porque se tivesse focado na agricultura familiar, o café em bases agroecológicas, já aproveitando ali o gado, que podia ser orgânico também, fazer um trabalho... [...] Já focou no café pensando no mercado; e acho que precisava, porque a OPL já tava aqui já tinha seis, sete anos e a OPL precisava de ter algo assim mais..., porque nós já tinha resgatado a cultura local... Mas aí esse diagnóstico levantou uma infinidade de coisa, né? (Entrevista MS-03).

A aposta no café orgânico acabou trazendo o foco do trabalho para apenas um produto, quando uma diversidade de possibilidades tanto de produção, quanto de circuitos curtos de comercialização poderiam ter sido enfocados no trabalho de assessoria da REDE e demais organizações (Entrevista MS-09).

Percebi que nem os agricultores valorizavam o que tinham em casa, a renda que podiam ter com outros produtos. Não enxergavam as frutas no meio do café como potencial, não eram valorizadas, só consumidas na família. Só viam o café, mas era a área do café com as frutíferas... Acho que até mesmo quem incentivava tinha uma visão meio limitada nisso. Trouxeram muita coisa boa, mas talvez nem estivessem preparados pra aquilo naquele momento (Entrevista MS-04).

Em Simonésia, o perfil conservacionista da ONG que coordenava o projeto Doces Matas é mencionado por um agricultor como uma questão que implicava certas dificuldades na conciliação de interesses entre mediadores e agricultores:

O pessoal da Biodiversitas deixava bem claro que o nosso negócio era café e o negócio deles era mata, e até onde é que veio a questão dos sistemas agroflorestais, dos SAFs, que eles tinham interesse que os agricultores reflorestassem algumas áreas, e como o produtor tava com café ali e não tava disposto a abrir mão do café para reflorestar a área, então criou-se a ideia do sistema agroflorestal, onde a pessoa tava produzido o café, mas colocando também algumas árvores dentro do café pra estar fazendo este sistema de reflorestamento. [...] O interesse deles era a questão da Mata do Sossego que tá ali próxima, eles tavam com um projeto trabalhando ali, e como eles têm até hoje a questão do Corredor Ecológico que liga a Mata do Sossego até a Feliciano Miguel lá em Caratinga, que são hoje as duas áreas de reservas grandes que tem aí, e pra poder convencer o agricultor a reflorestar, então o meio era fazer alguma coisa que chamasse atenção dos agricultores, e a coisa que chamava atenção no momento era o café orgânico, até por causa do diferencial de preço, o preço era muito elevado em consideração ao convencional na época (Entrevista AG-08).

As experimentações nas unidades produtivas familiares não foram abordadas por agricultores, mesmo que se saiba que ocorreram com certa intensidade nos anos anteriores à tentativa do café orgânico, especialmente em Simonésia, acompanhadas pelo Projeto Doces Matas, e em Caratinga, assessoradas pela Rede de Intercâmbio. Mas as



experimentações participativas foram lembradas por mediadores sociais, como a seguinte declaração:

A metodologia adotada foi a de experimentação a partir do conhecimento de outras experiências que vinham inovando e buscando a transição da produção convencional de café para um café agroecológico e orgânico. [...] REDE e técnicos do Projeto Doces Matas acompanharam e orientaram as experiências. Além das visitas à agricultores de outras regiões, haviam trocas entre os agricultores-experimentadores para análise do desenvolvimento das experiências (manejo, produção, problemas com pragas e doenças, etc.). Creio que o processo de experimentação baseado em referências existentes na região ou fora, foram fundamentais para o início da transição da produção convencional para a agroecológica. E as atividades de troca entre os agricultores-experimentadores com a mediação dos técnicos, também foi muito importante para esse processo (Entrevista MS-12). Inicialmente com projeto Doces Matas houve as experimentações de práticas entre os agricultores do entorno da RPPN Mata do sossego, tais como caldas naturais, adubação verde, sistemas agroflorestais com o desenvolver das atividades foram realizadas trocas de experiências, implantação de áreas experimentais e monitoramento participativo. [...] Houve experimentações ao longo de uns dois anos. Com a “onda” de cafés orgânicos (preços melhores) isso fez com que a maioria dos agricultores apressassem o processo de certificação, entretanto muitos cafezais sentiram o processo de conversão e houve redução de produtividade (Entrevista MS-08).

No tópico sobre a conversão produtiva, a partir de uma entrevista que levantou a necessidade de pesquisas, abordamos a importância das experimentações na geração de conhecimento e tecnologia baseadas nos agroecossistemas em transição. Porém, questionamos e analisamos a insuficiência desta metodologia no processo do café orgânico no Leste de Minas.

Um e outro depoimento relacionam a assistência técnica voltada para a conversão e as visitas de inspeção da certificadora (deixando certa dúvida em relação aos papéis).

No caso, da própria certificadora, né? Ela dava orientação técnica, ela tinha os técnicos credenciados por ela para poder dar essa assistência técnica. Eles vinham aqui de dois em dois meses ou de três em três meses mais ou menos, faziam visitas nas propriedades, e aí eles já marcavam um dia para poder fazer visita pra todo mundo, ir lá e ver como estava o manejo de cada um, e faziam as orientações. Passavam de propriedade por propriedade, duas, três, quatro propriedades por dia, ao longo do dia. A gente fazia uma programação, eles ficavam a semana toda aqui pra poder estar orientando todo mundo (Entrevista MS-01).

Só as visitas mesmo, não teve capacitação não. Começou com as visitas do técnico na propriedade... Não teve nada mais, foi um acompanhamento assim... As visitas já eram da certificação, orientava e já fazia os relatórios pra ver se encaixava pra certificação (Entrevista AG-10).

Tinha um que era da Sapucaí; tinha uma outra moça, não lembro o nome... E eles contrataram alguém de Simonésia e um até da região de São João do Jacutinga, aqui, pra fazer as, como que fala, eram as visitas, só que dava outro nome. Mas aí foi diminuindo, o pessoal também foi desanimando... [...] Depois a gente conseguiu até uma equipe de fora pra visitar as lavouras e orientar, mas quando chegava as pessoas pra olhar as lavouras, teria que tá em ordem. Como nós não tinha o benefício todo perfeito, foi perdendo a força (Entrevista AG-01).

É necessário enfatizar que o processo regional não tinha uma única instituição externa de apoio e nem as famílias compunham uma mesma organização social. Portanto, as orientações foram de diferentes entidades e certamente corresponderam a distintos formatos teórico-metodológicos. Por isso, é possível que em um município a ênfase tenha sido os cursos, em outro os intercâmbios, em um terceiro podem ter ressaltado as visitas técnicas diretamente nas propriedades. Também aparecem manifestações de que nem tudo o que é sugerido seja possível ser realizado e que, nesses casos, é feita uma adaptação para a realidade da família, como ilustra o trecho a seguir:

Tinha, tinha sim a orientação, só que às vezes você não conseguia fazer a exigência que era pedida,

porque tinha os agrônomos que vinha "ah, você tem que fazer assim, assim, assado". E às vezes muitas famílias não conseguiam seguir aquela linha né, mas pegavam uma outra mais fácil de fazer e substituíam por outras... (Entrevista AG-03).

Esse caso evidencia o fenômeno que Long (2007) denominou de *agência*, ou seja, a capacidade e iniciativa dos camponeses (ator) em adaptar, ajustar o que é proposto ou determinado de fora (neste caso, não ficou claro se da assistência técnica ou da auditoria para a certificação) às suas condições e seu juízo, e assim relativizando o efeito das determinações exógenas.

Por outro lado, inseridos no contexto de uma sociedade que privilegia a competição e o sucesso individual, como construir e alcançar os resultados pretendidos em um projeto de interesse comum de um determinado grupo social (a produção de café orgânico, no caso estudado) se cada um procede "ajustando" as ações e procedimentos ao seu juízo ou condições particulares? Sem a pretensão nem possibilidade de trazer uma resposta objetiva a este questionamento que acompanha os processos de tentativa de mudança social, cabe ponderar aqui sobre algumas possibilidades de gestão deste tipo de conflito. A primeira diz respeito à necessária flexibilidade para diferenciar o que seja espaço e procedimentos comuns de um grupo social (o que seria o público, dentro do contexto) e a margem de adaptação à realidade específica de cada família ou características do sistema de produção/unidade produtiva. A segunda consiste em assumir com convicção e implementar com rigor e qualidade metodologias participativas, desde a apreensão da(s) realidade(s) até a definição de planejamentos e decisões. Sem dúvida trata-se de um equilíbrio delicado entre valores/interesses comuns e valores/interesses individuais ou privados, que pode ser enfrentado com o esclarecimento, o refinamento das metodologias participativas e decisões transparentes e compartilhadas.

A experiência em questão tinha abrangência regional e os agricultores não eram todos vizinhos nem estavam em contato permanente (muitos nem chegaram a conhecer uns aos outros). Ao mesmo tempo, havia um grau limitado de auto-gestão e liberdade para procedimentos por se tratar de uma produção orientada para a certificação e exportação, ou seja, condicionada por normas rígidas, externas ao grupo e, inicialmente, desconhecidas. O contexto, portanto, incorporou essa contradição: as condições de produção e ritmos das experiências dos agricultores, bem como das organizações sociais da AF e de assessoria, eram variadas, heterogêneas; porém, a perspectiva da comercialização do

café como orgânico afunilou os propósitos e restringiu as ações à conversão orgânica de acordo com as orientações da certificação. Nesse contexto, as metodologias deveriam proporcionar as ferramentas fundamentais para a informação, o esclarecimento, a discussão e a definição de acordos coletivos, tanto no âmbito da conversão tecnológica (produção) quanto na organização socioeconômica e comercialização.

Os diagnósticos rurais participativos (DRPs) propostos pelas ONGs foram importantes e contribuíram para o conhecimento compartilhado da realidade e construção de compreensões e planejamentos coletivos de ações. Tais diagnósticos precederam o período do café orgânico e foram realizados particularmente em Simonésia (por meio do projeto Doces Matas) e em Caratinga (nos projetos em parceria entre REDE e OPL). Portanto, não foram todos os locais e grupos que participaram da transição orgânica que tiveram a experiência do DRP. Onde eles ocorreram, algumas falas levantaram certas limitações de tais diagnósticos. Em Caratinga teriam sido ignorados outros potenciais produtivos da agricultura familiar e “focado no café” (Entrevista MS-03). Em Simonésia, o trabalho em cooperação entre o projeto Doces Matas e as famílias das comunidades do entorno da RPPN Mata do Sossego não eliminou as diferenças de perspectiva entre agricultores (viabilizar-se na atividade agrícola, particularmente a cafeicultura) e os objetivos da entidade que coordenava o projeto, a Fundação Biodiversitas, que era a ampliação e conexão dos remanescentes florestais para formar o corredor biológico com vistas à preservação do Muriqui. Ou seja, mesmo utilizando-se a ferramenta metodológica do DRP, as diferenças de perspectiva entre as entidades e mediadores sociais e as famílias agricultoras permaneceram e interferiram no trabalho.

As menções à falta ou insuficiência de planejamentos referiram-se particularmente aos municípios onde à época as ONGs não atuavam diretamente (como no distrito de Sacramento, em Manhuaçu, base de criação da Agrifom). Porém, mesmo os questionamentos pontuais em relação a definições que não teriam levado rigorosamente em conta a realidade levantada nos diagnósticos em Simonésia e Caratinga devem ser considerados. A eficácia de metodologias como os DRPs depende também que estes sejam bem preparados e conduzidos durante a fase de “conhecimento” tanto quanto no “planejamento” que pode decorrer do diagnóstico:

Processos participativos de diagnóstico, planejamento e/ou monitoramento necessitam, além de ferramentas adequadas, de uma consistente

reflexão sobre sua concepção metodológica, a fim de apoiar a definição de objetivos, a abrangência física e temática, os sujeitos envolvidos, bem como a construção de uma estratégia eficiente de promoção da participação (FARIA; FERREIRA NETO, 2006, p. 13).

As “ferramentas de diálogo”, como o DRP, têm “forte relação com o planejamento e o envolvimento da população local, não apenas como informantes, mas especialmente como cidadãos ativos, agentes de ações coletivas, fomentadas por meio do diálogo e da reflexão” (FARIA; FERREIRA NETO, 2006, p. 11). Optar por metodologias participativas no trabalho social pressupõe compartilhar conhecimentos, interesses, pontos de vista, mas também assumir as definições construídas coletivamente mesmo quando divergentes.

#### 4.3 DINÂMICAS ORGANIZATIVAS E A TA NO LESTE DE MINAS GERAIS

Nossa pesquisa sobre a transição agroecológica com vistas à produção e comercialização de café orgânico no Leste de Minas Gerais, na primeira década deste século, tem como um de seus focos a incidência e percepção que os agricultores e mediadores sociais envolvidos naquele processo fazem da organização social e econômica como fatores de sucesso ou de limitação do processo do café orgânico. Para a análise desta dimensão da experiência, consideramos a **articulação e organização sociopolítica** como concepção e prática mais ampla de mobilização, organização e reivindicação; e a **organização socioeconômica** mais especificamente voltada para o mercado do café.

##### 4.3.1 Articulação e organização sociopolítica no Leste de Minas e a TA

A agricultura familiar da região Leste de Minas Gerais, conforme expresso na caracterização da realidade empírica, no capítulo 3, apresenta uma vitalidade e dinâmica organizativa bem destacada. Essas organizações, de um modo geral, identificam-se com ações em torno da agroecologia e, na primeira década deste século, tiveram relação com o processo do café orgânico. Neste tópico analisaremos como ocorreu esta relação e o que as dinâmicas organizativas aportaram no processo de conversão orgânica.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ou Grupos de Reflexão, como são mais conhecidos na região, deram o impulso inicial nos anos 1980 para a conscientização e formação de lideranças, as quais criaram e participaram de grupos de saúde alternativa, associativismo e movimento sindical. O espaço das pastorais, assim, proporcionou as mobilizações iniciais em torno de organizações que se envolveriam na transição para o café orgânico, além de outras iniciativas em produção em bases agroecológicas.

Em vários momentos das entrevistas foi enfatizada a importância dada às dinâmicas organizativas como ‘motores’ de todo o processo do café orgânico:

A questão da organização acompanhou este processo. Até foi neste momento que foi criada a Agrifas aqui em Simonésia, pensando na comercialização. A gente sabia que individualmente era mais difícil comercializar. Então teve uma mobilização para criação de associações nas comunidades, como em Três Barras, Sossego, Vargem Grande... [...]. E por final foi criada a Agrifas, uma associação em nível municipal (Entrevista AG-08).

Deixou de positiva a organização social. Esse é um dos legados que ficou, que a gente não perdeu de vista nunca mais. Porque? Porque tinha gente de todo lugar, de todos os córregos, de toda região aqui e a gente acaba um conhecendo mais o outro e com isso a gente vai conhecendo cada vez mais pessoas, fica mais conhecido, arranja mais amizade, qualquer lugar que cê chega cê tá em casa... Sem contar que o pessoal ajunta num lugar e troca ideia, aí um ensina um que não sabe, uma coisa com a outra e tal e tal (Entrevista AG-06).

Os técnicos davam uma contribuição boa na organização, todo mundo que veio se dedicou pra isso. O problema é que eles não tinham muita experiência de trabalho. [...] A organização, o fortalecimento da organização e a criação de outras entidades é uma herança boa que ficou desse processo todo... Taí o exemplo da Coorpol (Entrevista MS-03).

Foi uma grande evolução, houve bons processos de fomento às organizações. Algumas organizações foram criadas com esse objetivo, a cooperativa Coorpol é fruto desse processo, e várias dessas

organizações regionais, no município de Simonésia e região, foram criadas no intuito dessa fomentação da produção orgânica (Entrevista AG-04).

Houve também ponderações sobre a organização para a comercialização, antes mesmo de ter garantida a produção, ter recebido maior atenção e com isso o acompanhamento à conversão tecnológica no processo produtivo ter recebido menos atenção do que necessitava.

Eu acho que precisava ser mais coeso. Existiu por um foco que era só comercialização, e não da organização da produção, não abrangeu outras áreas que fortaleceriam o processo, entendeu? Eu acho que ele existiu, o processo da organização ele existiu, mas existiu falhas nesse processo tanto como na hora da questão de trabalhar por exemplo o orgânico (Entrevista AG-13).

A organização social, de distintos formatos e para diversas finalidades, é bastante presente e estudada no desenvolvimento rural, particularmente na agricultura familiar e nas experiências de transição agroecológica. Ação coletiva e iniciativas agroecológicas são vistas como processos complementares e interligados em busca de alternativas à crise socioambiental que ameaça a reprodução socioeconômica de agricultura familiar (COSTABEBER; MOYANO, 2000).

O processo que estudamos também tem a organização social (por meio dos sindicatos de trabalhadores rurais, pastorais da igreja, associações de mulheres, grupos produtivos informais, associações comunitárias, etc.) como os espaços de sensibilização, discussão, formação, assistência técnica, trocas de experiências... Enfim, existiram variadas configurações de agrupamentos e ações coletivas visando tanto a produção quanto a certificação e a comercialização dos produtos. Esta variedade de iniciativas organizativas fica evidenciada, no entanto, pode-se questionar a eficácia destas várias frentes de organização.

Os sindicatos de trabalhadores rurais foram importantes na difusão e mobilização das famílias para participarem do processo do café orgânico. Em dois municípios especialmente, Simonésia e São João do Manhuaçu, os STRs foram as instituições que lideraram ações, conforme declararam alguns agricultores:

O sindicato participava junto no projeto. Apesar de que, o sindicato também quando foi procurado pela Fundação na elaboração do projeto, foi apenas assinado uma carta de que era parceiro do projeto, mas não acompanhou o desenvolvimento da elaboração do projeto. Na execução teve mais

participação. [Então] quando fala do café orgânico, era mais o sindicato que puxava. Aí quando a gente vai pra questão do café sombreado, do sistema agroflorestal, a gente tinha uma entidade em Simonésia, que já não existe mais, que era a Ampromatas, que trabalhava mais a questão ambiental e tinha muito interesse nesta parte ambiental do projeto. Então foi aonde teve um incentivo muito grande na questão dos sistemas agroflorestais através da Ampromatas. Eram várias entidades (Entrevista AG-08).

Teve apoio do sindicato incentivando, chegou a fazer reunião com o grupo, aqueles que dispuseram a entrar... Já pensando em diminuir a questão do veneno, pensando nisso... Porque o pessoal naquela época já usava muito veneno. E cuidar do meio ambiente no geral, cuidar do meio ambiente num todo. Mas foi só o sindicato mesmo, não tinha outra organização. A associação da agricultura familiar (Asproraf) daqui foi criada bem depois (Entrevista AG-10).

Começou mais na época da Doces Matas, foi agrupando outras entidades, o sindicato, e veio continuando (Entrevista AG-01).

É interessante notar também uma reflexão a respeito do papel dos STRs no apoio às iniciativas produtivas dos agricultores; e uma cobrança por uma participação mais próxima das famílias em suas iniciativas concretas:

Eu acho que o movimento sindical, apesar de ter trabalhado essa questão, ele conseguiu evoluir pouco nessas questões da produção e organização produtiva, porque, até então, o papel ao qual ele foi constituído não era este. Eu acho que ele não acompanhou essa demanda do agricultor, porque havia, naquele primeiro momento em que as organizações foram criadas, principalmente o sindicato, uma demanda, que era o acesso aos direitos, e até por uma ordem também de tempo e de trabalho, o sindicato permaneceu muito nestas demandas reivindicatórias, dos direitos trabalhistas e de acesso ao crédito, e essa questão da produção acho que ela ficou um pouco aquém no movimento sindical (Entrevista AG-04).



Outras falas parecem travar uma discussão a respeito do movimento sindical e a transição agroecológica. Uma procura ressaltar mudanças que a própria organização sindical teria promovido para adaptar-se e dar conta dos novos desafios; enquanto outra pondera que talvez pudesse haver maior prioridade:

Foram várias mobilizações que foram feitas...Foram criados os próprios congressos do sindicato pra debater as necessidades dos agricultores, o que que precisava, quais eram as maiores demandas dos agricultores, pra que pudesse ser tomadas algumas providências (Entrevista AG-08).

É lógico que há uma sensibilização, principalmente do movimento sindical, em relação à agroecologia, a essas demandas todas que vem do agricultor, como produzir alimentos saudáveis e melhorar o solo, mas muito aquém das potencialidades que o movimento tem (Entrevista AG-04).

Um ponto de vista a ser considerado diz respeito a que as falhas e dificuldades na transição da produção influenciaram negativamente no fortalecimento das organizações:

O sindicato conseguiu apropriar bem disso enquanto organização, mas as associações não evoluíram. Foi criada associações nesse período, mas hoje nem existe mais infelizmente. Muitas delas estão inativas, então o processo foi falho, criou-se organizações, como a perspectiva não foi atingida aí a associação/organização também morreu. Então eu acho assim, esse processo organizativo ele não alcançou esse objetivo por causa de uma falha do processo de transição do processo convencional de produção para o processo orgânico, ele afetou um monte de outros processos organizativos que não fluíram (Entrevista AG-13).

Em três dos cinco municípios houve envolvimento de organizações de mulheres agricultoras no processo do café orgânico: em Caratinga, através da Amurc; em Santa Bárbara do Leste, com a Amurcofe; e em Simonésia, por meio da Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que mais tarde se tornaria o Departamento de Mulheres no STR. No entanto, há questionamentos em relação ao modo de condução do processo e sua relação com a participação e o protagonismo das mulheres.

As mulheres eram... assim, não eram lembradas, não era chamada a dar opinião, não era chamada a participar como agentes de uma transformação que estava se propondo. Então este é uma das falhas que eu vejo que o processo trouxe, que contribuiu para uma coisa falha. Porque foi falho o processo. Porque as mulheres eram elas que tomavam conta do café lá no terreiro... elas colhiam o café tanto quanto os homens. Pra dar uma qualidade do café ficava na responsabilidade delas... mas na hora da comercialização as mulheres não foi... (Entrevista AG-13).

As mulheres já não queriam ir em reunião (da associação) mais, porque só falava de café, elas não mexia com café e não queria saber de café também não, né? Porque também enjoava, aquilo não andava pra frente, só discutia, choramingava e o trem não andava (Entrevista MS-03).

Isso enfraqueceu todo o processo. Eu vejo que todo o processo de organização, quando não tem homens e mulheres, o trabalho com o gênero e geração, ele fica falho. E a gente percebe isso claramente hoje, analisando todo o processo você vê que foi um desafio que não foi vencido (Entrevista AG-13).

Entre as organizações sociais da agricultura familiar, aparecem com destaque os sindicatos de trabalhadores rurais e as associações, em torno dos quais as famílias se mobilizaram para o processo do café orgânico. Os sindicatos geralmente não dispõem de equipes técnicas e estrutura para dar suporte a projetos produtivos, no entanto o STR de Simonésia investiu na formação de um membro de sua diretoria e o liberou para acompanhar as famílias. Ainda assim, houve uma manifestação de expectativa por uma “evolução” na atuação do STR: “Eu acho que o movimento sindical, apesar de ter trabalhado essa questão, ele conseguiu evoluir pouco nessas questões da produção e organização produtiva, porque, até então, o papel ao qual ele foi constituído não era este” (Entrevista AG-04).

Já as associações, geralmente legalizadas e compostas por famílias de uma mesma comunidade rural ou entre comunidades próximas, têm como características a reunião e mobilização de pessoas, a participação direta, a proximidade de interesses. Esta modalidade de organização de base é bastante presente na região e contribuiu claramente no processo do café orgânico.

Por outro lado, percebe-se no processo do café orgânico pouco reconhecimento e valorização do potencial organizativo das mulheres. Havia associações de mulheres rurais, porém estas “[...] não eram lembradas, não era chamada a dar opinião, não era chamada a participar como agentes de uma transformação que estava se propondo” (Entrevista AG-13). Na OPL, no período em que a discussão do café orgânico praticamente tomou a pauta das reuniões da associação, as mulheres perderam o estímulo para participar.

Em alguns locais, associações de agricultores familiares com caráter tanto político quanto de facilitador de iniciativas econômico-produtivas tiveram participação direta na mobilização de famílias e nas discussões. Entre estas, destacam-se a OPL e a Agrifom, conforme os depoimentos:

Somos membros da OPL já há muitos anos; entramos pra associação nesse processo da parceria com a REDE e discussão da produção do café... Eu acho que se não tivesse na organização, sem participar de nada, eu era mais um a estar contribuindo com o êxodo rural, acho que nem na roça eu tava mais. [...] A criação da OPL foi com essa preocupação, de ter uma associação, uma ferramenta pra estar reivindicando direitos e apoiando o pessoal a ficar na roça (Entrevista AG-05).

Essa região é até boa de movimento. A cooperativa não é muito o forte da região, o pessoal tinha muito medo porque houve várias discussões de criar cooperativa na região e não deu certo. Na época com a discussão do café orgânico com a Agrifom, a gente conheceu o pessoal da OPL que chegou num consenso de formar a cooperativa, pro *Fair Trade* e também pro café orgânico. Que foi quando surgiu a Coorpol, ela ainda tinha alguns produtores orgânicos ainda. Então foi dessa experiência do café orgânico que surgiu a Coorpol, porque era sempre discutido em grupo, então a organização fazia parte (Entrevista AG-09).

A Coorpol, como cooperativa regional de agricultores familiares, foi criada por membros das associações OPL e Agrifom, diante do desafio da comercialização que enfrentavam (SABINO e CUNHA, 2011). A cooperativa é citada em várias entrevistas como a principal “herança” organizativa de todo o processo: “Atualmente a Coorpol é uma

cooperativa diferenciada na região, podendo falar com certeza que esta entidade é um fruto positivo de tudo que aconteceu” (Entrevista MS-05).

Em Simonésia, a criação da Agrifas, uma associação de caráter municipal, também resultou da necessidade da comercialização do café orgânico percebida por agricultores, que a criaram com apoio do STR: “Até foi neste momento que foi criada a Agrifas aqui em Simonésia, pensando na comercialização” (Entrevista AG-08).

Portanto, o contexto em torno do café orgânico apresentava uma diversidade de organizações da agricultura familiar, e isso foi determinante para as iniciativas de discussão da agroecologia e, especificamente, para a mobilização, organização e coordenação do processo do café orgânico. Durante a pesquisa de campo, não foi mencionada nenhuma família participante que não tivesse sido através das organizações locais. Esta constatação evidencia a influência que tiveram as dinâmicas organizativas locais no processo de transição agroecológica do café, assim como a trajetória da experiência do café repercutiu, fortalecendo ou provocando crises e rearranjos, nas organizações sociais. Assim como constataram Costabeber e Moyano (2000), a transição agroecológica e a ação coletiva são processos complementares e interligados que buscam alternativas para a agricultura familiar diante da intensificação do padrão tecnológico excludente da agricultura convencional.

No entanto, para o desafio da comercialização as associações apresentam limites legais e operacionais, que podem ser supridos por organizações cooperativas. O problema é que entre os 5 municípios e as dezenas de famílias que entraram na transição para produção e certificação de café orgânico, não havia inicialmente uma única cooperativa para viabilizar a comercialização (a Coopol foi criada em 2006). Esta questão será retomada no tópico sobre a comercialização, adiante.

As ONGs e a Emater aparecem, com ênfases de acordo com os municípios onde uma ou outra tivesse maior presença, como as instituições de assessoria ou assistência técnica e organizativa. Em Simonésia, a Fundação Biodiversitas, através do projeto Doces Matas, teve papel destacado:

Na época que iniciou o trabalho com café orgânico foi num período do projeto Doces Matas que era administrado pela Biodiversitas e nas reuniões que aconteciam no grupo sempre surgia aquela demanda da comercialização de um café

diferenciado e era o momento em que o café estava ruim de preço (Entrevista AG-08).

[...] começou com o todo gás, mas quando o projeto acaba ele não pensou que deveria ter dado continuidade, seja no processo organizativo, pra dar essa resposta que é criada nas famílias lá. Portanto, em Simonésia há uma frustração, vocês já devem ter percebido que quando se fala de fazer um trabalho coletivo todo mundo fica assim. Foi um processo que foi cortado radicalmente (Entrevista AG-13).

REDE e técnicos do Projeto Doces Matas acompanharam e orientaram as experiências (Entrevista MS-12).

A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) naquele período atuava na região Leste de Minas Gerais em parceria com a OPL, em Caratinga (a partir de 2006 é que sua atuação passa a regionalizar-se).

Teve um projeto junto com a REDE, que na época havia um projeto em parceria OPL/REDE, financiado pelo Funbio, que previu uma máquina de beneficiamento e a comercialização do café. E com isso, era uma onda que vinha crescendo, a questão da produção orgânica, então a gente aderiu à ideia de produzir café orgânico (Entrevista AG-05).

Aí já apareceu a REDE apoiando aquele projeto e nós começamos a trabalhar. E diante desse projeto foi surgindo outros. Surgiu projeto pras mulheres, surgiu outros cursos, palestras, mais intercâmbios (Entrevista AG-06).

Trabalhei no Programa de Desenvolvimento Rural da REDE/MG durante o período de junho/98 a novembro/2000. Nesse período, a REDE desenvolveu uma série de atividades no Programa e em Caratinga, sendo uma delas, o diagnóstico das comunidades na região de São João do Jacutinga e a identificação do interesse da comunidade em realizar a conversão e a identificação dos sistemas de produção para orgânicos/agroecológicos (Entrevista MS-11).

As atividades realizadas pela REDE sempre buscaram garantir a participação ativa dos/as

agricultores/as nos processos de decisão (Entrevista MS-09).

Entre as dificuldades institucionais, é feita uma consideração a respeito da prioridade que era dada pela REDE ao trabalho rural naqueles anos:

Infelizmente não houve um trabalho mais institucionalizado. Naquela época a REDE tinha um enfoque muito maior no urbano, no projeto CEVAE: 95% da equipe se debruçava sobre ele. O Rural não foi acompanhado tão de perto pela equipe da REDE, quanto era necessário (Entrevista AG-11).

A Emater teve participação no processo do café orgânico a partir de alguns escritórios municipais, principalmente em Simonésia, Manhauçu e São João do Manhauçu. Em Caratinga, onde havia atuação da REDE em parceria com a OPL, os relatos trazem à tona divergências entre a Emater e a ONG:

Nós começamos o trabalho com assistência da Emater, depois passamos pra assistência da REDE. E aí ficamos acompanhando dois ‘inhambu’, não sabia qual deles que nós ia pegar, um pra lá, outro pra cá [risos] (Entrevista AG-19).

Tinha um pessoal da Emater que era contra o projeto, e aquele pessoal da REDE apanhou demais daquele pessoal da Emater (Entrevista AG-18).

A gente teve uma unidade demonstrativa, mas não em café orgânico, foi de plantação e produção de bananas. A Emater daqui nunca aderiu a essa ideia do café orgânico. [...] Se a Emater tivesse dado mais apoio neste sentido, talvez a gente tivesse tido mais sucesso... (Entrevista AG-05).

Essa questão da divergência da Emater com a REDE, isso aí é concorrência. O cara sentiu que tá perdendo a concorrência, ele não gosta. Mas olha, o Zé Maria, da Emater, ele sempre deu apoio. Teve um dia que ele falou: “Vocês firmam com a REDE porque a Emater vai fechar. E a Emater fechando a REDE vai continuar” [risos] (Entrevista AG-17).

Entre os municípios em que os técnicos da Emater participaram, em São João do Manhauçu houve uma atuação contínua e somente de parte da Emater. Em Manhauçu, a assistência durou até que o técnico fosse transferido.

Na época eu engajei na luta destes orgânicos. A gente já trabalhava junto com o pessoal lá... E foi até gratificante e eu aprendi muito. Hoje o pouco conhecimento que eu tenho eu adquiri muito foi nessa luta... é interessante. Mas tem colega que não arriscou... (Entrevista MS-06).

Um técnico que estava aqui em Manhuaçu começou a procurar umas coisas. Foi com a gente em reuniões, começou a ajudar e ele sempre falava “Eu não tenho conhecimento, mas eu to buscando um pouquinho pra gente ver as experiências e começar a organizar”. Como sempre, todo técnico que é bom a gente começa a gostar, começa a querer trabalhar, começa a colocar projeto no papel e aí ele foi embora (Entrevista AG-15).

Falar a verdade, tudo que acontece de apoio da Emater é pela pessoa que é simpática que se dá bem com o povo. Agora pela instituição Emater não abraça, não se envolve (Entrevista AG-07).

Em Simonésia, as atividades da Emater ocorreram na condição de parceira no projeto Doces Matas:

Tinha o acompanhamento da Emater, que era parceira no projeto, mas a gente sabe que a Emater não dá conta de acompanhar tudo, né... [...] E a Emater até entrou e fez um trabalho na época que foi a capacitação, os cursos de capacitação para os agricultores (Entrevista AG-08).

O que ajudou nós na época foi a Emater. A Emater teve um envolvimento assim nesse sentido, orientou também (Entrevista AG-07).

O trabalho da Biodiversitas ficou desconectado por exemplo com o da Emater, que é o órgão técnico que até então deveria apoiar, e que não foi uma coisa casada (Entrevista AG-13).

É oportuno discutirmos aqui a questão das opções institucionais (se coerentes ou não com o discurso da sustentabilidade, da inclusão social, do fortalecimento da agricultura familiar, etc.) e das práticas cotidianas dos mediadores sociais em relação às determinações institucionais. Tanto a Emater, quanto as ONGs, sindicatos e demais organizações sociais definem estratégias, projetos e ações conforme seus valores e interesses. Não é raro se observar o desencontro entre o que é dito publicamente e o que é efetivamente priorizado e realizado pelas organizações, lá na “ponta”, na prática social. Esse fenômeno não é exclusivo das instituições

do Estado, como a Emater, cuja orientação foi questionada em várias entrevistas. Alves (2008) estudou o Projeto Vida na Roça, no sudoeste do Paraná, e identificou conflitos e contradições entre os interesses dos agricultores e o projeto e método político da ONG que assessorava o processo. A intenção aqui é registrar que pode haver conflito de interesses entre organizações sociais e agricultores, por mais que as organizações sejam legitimadas e, até mesmo, representativas dos agricultores.

Ao mesmo tempo, as práticas dos mediadores sociais nem sempre seguem as recomendações institucionais; “para o bem e para o mal”, poderia se dizer ilustrativamente. A declaração “Na época eu engajei na luta destes orgânicos. [...] Mas tem colega que não arriscou...” deixa clara a margem de escolha e decisão que os técnicos (no caso, da Emater) tem para apoiarem ou não um processo de TA ou outras iniciativas de interesse dos agricultores familiares. Os dois lados desta possibilidade de escolha referem-se a não seguir rigorosamente as orientações, explícita ou disfarçadamente, quando a instituição define como prioridade, por exemplo, trabalhar seguindo os princípios da agroecologia ou, por outro lado, flexibilizando as orientações da instituição, apoiar os agricultores na transição agroecológica mesmo que esta não seja uma prioridade institucional.

A ocorrência destes ajustes nas práticas sociais cotidianas demonstra a capacidade de *agência* (LONG, 2007) também dos mediadores sociais em relação às determinações das estruturas e planejamentos externos. Portanto, seja pela inadequação ou pela impossibilidade de controlar as ações cotidianas, as instituições deveriam repensar profundamente seus planejamentos, implementando efetivamente processos participativos e baseados em diagnósticos da realidade e interesses dos atores sociais.

Mas as dificuldades de relacionamento e integração entre as instituições também foram mencionadas. Algumas disputas teriam limitado as possibilidades de cooperação e maior avanço nos trabalhos, conforme a declaração a seguir:

E foi criando, entre a Emater principalmente, o sindicato, os trabalhadores... tinha uma certa rinha. Hoje já vai diminuindo bem, graças a Deus... O próprio pessoal da assistência particular... Quer dizer, essas coisas que tem que quebrar entre os profissionais. O produtor está mais unido que nós. As secretarias de agricultura dos municípios ficaram muito de fora na época, praticamente nenhuma apoiou (Entrevista MS-06).



Em várias entrevistas foi citado o GT Sapucaí, que se constituiu como espaço de articulação entre agricultores, técnicos, grupos formais ou informais, ONGs em uma configuração onde se encontravam para discutir problemas, alternativas, estratégias e ações que pudessem facilitar e fortalecer o processo regional do café orgânico e da agroecologia. Esse GT envolveu os grupos do Leste de Minas Gerais e da Zona da Mata mineira, e facilitava também os contatos e negociações com os grupos do Sul de Minas ligados à produção de café orgânico, principalmente a Certificadora Sapucaí e as potenciais cooperativas ou empresas compradoras do café. Com a participação nas reuniões do GT Sapucaí, os grupos de base se informavam e discutiam sobre regras da certificação, situação e possibilidades de mercado, compartilhavam conhecimentos e experiências sobre a conversão produtiva (especialmente tecnologias e insumos), combinavam visitas de intercâmbios e outras atividades de capacitação.

A gente participava do grupo que articulava todas as entidades envolvidas, que era o GT Sapucaí (Entrevista AG-05).

E aí a gente começou a trabalhar essa questão da certificação, junto com a OPL, com a REDE e Associação Regional de Espera Feliz e Divino. E surgiu a necessidade do mercado, então a REDE acabou assumindo uma tarefa de contribuir, contratou profissional pra fazer esse contato direto com outros comércio, o *Fair Trade* mesmo que era um canal possível da economia solidária... e foi contratado aquele rapaz da Alemanha, ele veio praí e começou a fazer essa articulação. Então o pessoal de Simonésia e da OPL passou a ser um grupo (ou alguma coisa assim), a Associação regional outro grupo e o pessoal lá do Sul de Minas... Então chegamos a fazer reuniões periódicas desses grupos... do pessoal do Sul de Minas, de Espera Feliz e daqui... (Entrevista MS-01).

O GT Sapucaí foi formado para que os parceiros da Certificadora, assim como os produtores certificados pudessem conhecer a realidade da Certificadora e discutir os melhores caminhos a serem tomados, desde a situação econômico-financeira até a comercialização. O GT foi criado para dar transparência a todos os processos. [...] Começamos também a discutir no GT a possibilidade de trabalhar como a Rede Ecovida,

num sistema participativo de garantia. Este não chegou a ser efetivo, a Certificadora encerrou seus trabalhos antes (Entrevista MS-10).

Segundo uma mediadora social, “o GT Sapucaí era o espaço em que se construíram estratégias importantes para a certificação e comercialização do café”. Relata ainda que participavam do GT

Organizações de agricultores agroecológicos e orgânicos do ES e MG, todos assessorados por organizações do campo agroecológico. Este GT era formado por agricultores que estavam em processo de certificação com a Certificadora Sapucaí, do sul de MG, por meio da certificação participativa. Devido a um problema com a exportação de uma safra de café este GT foi se dissolvendo e, devido à pressão de outras certificadoras de orgânicos, a certificadora Sapucaí foi extinta (Entrevista MS-09).

Uma diversidade de instituições e formatos organizacionais, portadoras de objetivos e capacidades ora mais técnicas ora mais políticas, integrou a experiência visando a produção, certificação e comercialização de café orgânico no Leste de Minas nos anos 2000. Os levantamentos de campo evidenciam que estas organizações foram centrais na experiência. Agricultores com perfil de liderança, como são a maioria dos participantes do projeto, acentuam a organização como um ganho importante de todo o processo; talvez o mais significativo. Nas palavras de um agricultor: “Deixou de positiva a organização social” (Entrevista AG-04).

Destacaram-se as participações dos STRs, das ONGs e de associações de agricultores (as que já existiam e outras que foram criadas a partir deste processo). Em parte dos municípios e dependendo do perfil do técnico local, a Emater também contribuiu fortemente. As ONGs apoiaram e puxaram articulações e cooperação com outras experiências e regiões, seja para discutir e viabilizar questões técnicas, mas principalmente em razão da certificação e comercialização.

As organizações com perfil de assessoria técnico-metodológica, neste caso presentes através de duas ONGs e dois escritórios municipais da Emater, deram contribuição importante ao processo de transição agroecológica, mas há que se levar em conta seus diferentes perfis institucionais, projetos e metodologias de trabalho. Como revelaram as entrevistas, os técnicos da Emater que se envolveram o fizeram mais por iniciativa própria do que por orientação institucional (ainda que a instituição também não tenha colocado impedimentos a essa participação). Mas o fato de ser uma iniciativa somente do técnico traz

limitação à sua atuação, seja pela sobrecarga de trabalho, já que deverá cumprir as tarefas prioritizadas pela empresa, seja porque, com pouco respaldo institucional e de equipe, terá limitações de estrutura (recursos financeiros e materiais) e de acesso e compartilhamento de conhecimentos e metodologias. Como refere Neumeier (2012), as ações em equipes e redes de atores e outros meios de cooperação são fatores importantes para o sucesso de iniciativas locais de desenvolvimento e inovação. Nestas condições, entende-se ter havido a participação pontual de técnicos, mas não o compromisso institucional da Emater com a transição agroecológica no Leste de Minas Gerais naquele contexto.

Por parte das ONGs, já foram mencionados seus diferentes perfis: a Fundação Biodiversitas com ênfase na conservação e a REDE com o enfoque do desenvolvimento sustentável a partir da agricultura familiar. A Biodiversitas atuava principalmente em Simonésia, a partir das comunidades do entorno da RPPN Mata do Sossego (embora o pano de fundo da ação fosse o corredor biológico Simonésia-Caratinga). Mas a parceria com o STR, a Emater e a Ampromatas<sup>25</sup> ampliou seu espectro de influência e atuação. O projeto Doces Matas, coordenado pela entidade, promoveu atividades de educação ambiental e inovou com as experimentações participativas em técnicas agroecológicas (entre elas, o café agroflorestal) nas comunidades vizinhas à Mata do Sossego. Porém, o encerramento de projetos e a saída de membros de sua equipe que era alocada em Simonésia e tinha forte ligação com a agricultura familiar, levaram praticamente ao encerramento de suas atividades nas comunidades. “[...] começou com o todo gás, mas quando o projeto acaba ele não pensou que deveria ter dado continuidade, seja no processo organizativo, pra dar essa resposta que é criada nas famílias lá” (Entrevista AG-13).

Um artigo escrito à época por um coletivo de técnicos ligados da Fundação Biodiversitas/projeto Doces Matas e lideranças sociais da região e apresentado durante o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC), procura ressaltar as metodologias participativas e a integração das ações ambientais e produtivas de forma orgânica às entidades representativas dos agricultores como geradoras de protagonismo social e político. Neste artigo, a descrição de um dos

---

25 Associação dos Amigos Protetores das Matas Simonesienses (Ampromatas): Criada com apoio do Sindicato dos Produtores Rurais de Simonésia, envolvia produtores e lideranças políticas do município e tinha a questão ambiental como preocupação central, a partir de ações de sensibilização pela preservação das matas. A associação já não existe formalmente.

projetos em execução à época diz que o mesmo era “voltado para o desenvolvimento de uma agricultura com bases agroecológicas, tem a organização rural como um dos caminhos para assegurar as políticas em prol da melhoria de vida das comunidades e a preservação do meio ambiente” (ITO *et al.*, 2004, p. 40).

O processo do “aprender fazendo” valorizou e oportunizou a participação de homens, mulheres e jovens, fortalecendo as articulações entre as comunidades, organizações e instituições da região de Simonésia, tendo como foco a RPPN Mata do Sossego e seu entorno. [...] os participantes formularam ações com base no aumento de conhecimento e aprofundamento na complexidade dos aspectos ambientais, sociais e econômicos (ITO *et al.*, 2004, p. 43).

Os primeiros dez anos de atuação da REDE na região Leste de Minas (1996-2005) foram em Caratinga, como parceira e assessora nos projetos produtivos da Organização do Povo que Luta (OPL). Os projetos executados nesta parceria envolviam resgate de sementes crioulas, diversificação produtiva e da renda, implementação de módulos de processamento de produtos, experimentações com café em bases agroecológicas. Para além do trabalho junto à OPL, a REDE buscou fomentar espaços de articulação regional, com uma concepção de desenvolvimento rural e/ou territorial que demandaria a cooperação entre projetos produtivos e trocas de experiências técnicas, metodológicas e institucionais que permitissem acumular forças para disputar e acessar políticas públicas. No entanto, a experiência do café orgânico parece ter “atropelado” este processo, pois a partir das famílias da OPL que optaram pela conversão e certificação do café orgânico, a entidade envolveu-se tanto na assistência aos produtores quanto nas reuniões e discussões que ocorriam no âmbito do GT Sapucaí. Ocorre que este GT era de uma abrangência ampla (Sul e Zona da Mata/Leste de Minas, além de grupos do Espírito Santo) e focado nas questões relativas ao café orgânico, especialmente as questões da certificação e comercialização. Assim, a equipe da REDE, composta por uma ou no máximo duas pessoas na região, ficou entre uma ideia geral de articulação para o desenvolvimento territorial e o pragmatismo das demandas técnicas e operacionais cotidianas dos agricultores membros da OPL que aderiram à transição para o café orgânico. Seria improvável, com tais limites de recursos humanos, atuar satisfatoriamente nesses dois âmbitos.

Neste contexto geral das entidades de assessoria (limitações de recursos materiais e humanos, diferentes perfis, prioridades e interesses), a constituição e formação de uma articulação interinstitucional e entre grupos produtivos o Leste de Minas não foi priorizada (talvez, nestes moldes, nem experimentada) e isso fragilizou as iniciativas em torno da transição agroecológica.

Enfim, as entrevistas e as discussões nos Grupo Focais permitem observar uma clara relação entre as dinâmicas organizativas e a trajetória da transição agroecológica no Leste de Minas Gerais. Foram reiteradas falas acerca dos avanços organizativos obtidos com o processo, exemplificados na constituição das associações Agrifom e Agrifas e na criação da Coopol. Enquanto espaço de articulação, é citado o GT Sapucaí, porém não fica clara a existência de um espaço microrregional do Leste de Minas que reunisse com regularidade os atores representados no Quadro 5, por exemplo. No entanto, este âmbito de articulação e cooperação fica evidenciado nos anos seguintes, seja pela realização de encontros conjuntos ou pela tentativa de formação de uma rede regional de grupos e instituições de perfil agroecológico (REDE, 2015a). Nas falas seguintes, uma elenca uma série de objetivos alcançados na época; outra destaca uma articulação regional da qual participam atualmente:

Algumas iniciativas foram muito benéficas: a organização social, a sensibilização do agricultor, a busca por tecnologias e produtos foram muito benéficas (Entrevista AG-04).

Participamos da Rede Agroecológica do Leste de Minas e nesse espaço a gente interage com todas as outras associações que existem na região (Entrevista AG-05).

#### *4.3.1.1 Disponibilidade e acesso a políticas públicas de apoio à transição*

Em relação a políticas públicas de apoio ao processo de conversão produtiva, certificação ou comercialização, as entrevistas em geral abordaram pouco este tema. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando enfrentaram o desafio da transição agroecológica do café, as políticas públicas para a agricultura familiar e, particularmente, para a produção em bases agroecológicas, eram escassas. Um relativo apoio veio da assistência técnica, porém na comercialização, nenhum incentivo governamental foi citado, seja federal, estadual ou municipal.

Não, não teve nenhuma política pública, nenhum recurso público no momento, não. O poder público

na época não tinha participação nenhuma, nenhuma (Entrevista AG-08).

Para a produção? Não. Praticamente não tinha crédito. Não tinha nenhum tipo de política pública. Esses programas vieram 10, 12 anos depois desse período, as políticas públicas como PNAE, PAA. Até mesmo linhas de crédito direcionadas, naquele momento não existiam, do início dos anos 2000 até 2004, eram praticamente inexistentes (Entrevista AG-04).

Seria uma questão de política não só de assistência técnica, que a gente também não teve; você teria essa possibilidade e até mesmo de subsídio, coisa que nós não tivemos por parte do governo. Isso também era coisa que poderia ter vindo a contribuir. E a questão da própria cultura do povo, que é uma outra situação que acaba não se admitindo mudança de manejo, de fazer outros produtos, né, então tem essa deficiência com relação aos agricultores também (Entrevista MS-01).

Teria que ter apoio, políticas de apoio, algum tipo de subsídio. Mas acontece que isso é complicado, porque atrás dessas venda de veneno tem uma máfia muito grande que não deixa nada deslanchar. Por que é muito dinheiro que tem atrás daquilo ali. Eles vão incentivar acabar com os agrotóxicos? Nunca, meu filho! (Entrevista MS-03).

A necessidade de políticas públicas de incentivo à transição agroecológica é abordada por muitos estudos e sua disponibilidade é destacada como essencial para a consolidação e ampliação da escala das experiências (CAPORAL, 1997; FERREIRA, 2005; EMBRAPA, 2006). Programas e recursos públicos podem impulsionar um processo produtivo e de mudanças sociais em vários momentos: na pesquisa, na assistência técnica, na atuação no mercado ou então fortalecendo as associações e cooperativas da agricultura familiar, na destinação de crédito para compra de insumos orgânicos, etc.

Acho que o primeiro passo é na assistência técnica. E eu não chamaria de assistência técnica, a primeira parte seria capacitação. Depois poderia vir a questão da infraestrutura nas propriedades familiares; ela é cara e muitas famílias não têm acesso à recursos (Entrevista AG-04).

Ao mesmo tempo, é importante que as políticas busquem ponderar as perspectivas do desenvolvimento econômico, num sentido geral, com a realidade, interesses e demandas dos territórios, evitando os “determinismos” exógenos. Ou seja, que as políticas públicas considerem e se adequem à diversidade das experiências produtivas e iniciativas socioeconômicas construídas local e regionalmente a partir das trajetórias e dinâmicas organizativas e sociotécnicas dos atores locais, mais coerentes com um desenvolvimento descentralizado, participativo e sustentável. Alguns entrevistados defenderam a necessidade de recursos públicos exatamente pelas variáveis envolvidas na transição, como custeio e capital de giro no período de maiores gastos e menores receitas:

As políticas públicas são extremamente necessárias pra fomentar essa produção. O crédito, quando ele é feito de forma correta e alguns fomentos como no caso do PAA e do PNAE, são fundamentais para a produção orgânica, e, além dessas políticas públicas, precisaria muito avançar na questão da sensibilização também do consumidor em relação ao produto orgânico. Há falta de uma política pública nesse sentido. [...] Se você vai começar uma produção, principalmente de café, a lavoura vai levar 4 anos para produzir. Nesse período, o agricultor precisaria de recursos, mesmo ele tendo, dentro deste sítio, a questão da subsistência alimentar, ele precisaria de recursos para os outros gastos da família. Eu acho que um financiamento nessa linha seria bem interessante, de custeio daquela família naquele período de transição (Entrevista AG-04).

Na verdade, o que faltava era política pública mesmo. Era uma ideia sem apoio nenhum. Faltava realmente política mesmo de sustentação. Um recurso pra permitir que ele aguentasse esse gargalo, esse período, né? (Entrevista MS-04).

Os depoimentos evidenciaram a falta de apoio de políticas públicas ao processo de transição agroecológica e produção orgânica do café Leste de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, não surgiram elementos claros que referissem um plano estratégico e ações organizadas na tentativa de acessar recursos públicos naquele momento, o que pode ser um reflexo dos limites de integração político-institucional das entidades de mediação social envolvidas no processo.

### 4.3.2 Organização socioeconômica e a comercialização do café orgânico

*“Só que não produziu tão bem e a única venda que nós fez deu errado. Aí foi que o pessoal desanimou mesmo”* (Entrevista AG-10).

A expectativa criada em torno das vantagens de preço na venda do café orgânico estava vinculada à exportação; e para isso era necessário encontrar empresas ou organizações cooperativas que operassem no mercado externo. Inicialmente, as lideranças dos agricultores contavam com a comercialização do café orgânico através de empresas ou cooperativas do sul de Minas (região que já vinha produzindo e exportando café orgânico), dada a inexistência dessas estruturas regionalmente e sob seu controle. Mas as entrevistas mostraram que havia diferentes propostas e também pessoas inseguras quanto aos meios e quem deveria liderar a comercialização:

La passar pro pessoal do Sul de Minas, que tem a cooperativa, ia entrar junto com eles pra gente conseguir negociar (Entrevista AG-03).

A gente procurava, só que quando o sindicato entrou falando que ia comercializar, aí teve pessoa que a gente já não teve como acreditar muito. Eu falei com a turma: “se vocês quiserem vender eu vou vender junto, como nós somos companheiros, eu tô junto, mas se dependesse só de mim, eu não venderia, teria que ver direito”. E foi bom, se a gente vende, ia ter problema (Entrevista AG-01).

A princípio a OPL ia exportar o café, depois descobrimos que ela como associação não tinha a documentação adequada pra isso. A gente tinha necessidade de criar uma cooperativa. Então a Coopol foi uma resposta que a gente tinha que dar aos produtores de café. Porque a gente ficou na culpa, que a gente depois fomos vender o café pela Coocafé, lá em Lajinha (Entrevista MS-03).

Como já dissemos, as associações têm limitações legais para operar no mercado e não havia inicialmente uma cooperativa própria para viabilizar a comercialização (a Coopol foi criada em 2006). Mesmo assim, a expectativa em relação à venda por valores duas ou três vezes o preço do café convencional animava os agricultores. Como se viu nos gráficos 1 e 2, o café enfrentava um período de baixa de preços no



mercado convencional no início da década 2000, considerando que vinha de um período de preços elevados no final dos anos 1990. Então o mercado orgânico surgiu como “a salvação da lavoura”:

Aí já começa vir uma outra situação, que é “ah tá, eu vi lá no Globo Rural lá que uma saca de café, o cara vendeu uma saca de café por R\$ 800,00”. Na época a saca de café era de R\$ 100, R\$ 200,00 aqui. Então, mesmo sendo alertado que não era bem assim, que era diferente, teve agricultor que entrou acreditando nessa possibilidade e que acabou sendo frustrante (Entrevista MS-01).

Por mais que alguns mediadores sociais comentem e que tenham efetivamente alertado para o risco de expectativas exageradas, essa situação se criou:

Ia compensar no preço, porque a promessa que eles tinham aí de venda era muito boa. Falava muito do preço, uai! Convencional tava... tipo assim, era o dobro. Chegava a dobrar de preço. Aí a gente via que era bom né?, se você colher pouco mas ia vender pelo mesmo valor que se tivesse colhido muito né, mas aí como não deu certo... (Entrevista AG-03).

A diferença de preço na época era bastante grande, né, porque o café convencional tava sendo vendido em torno aí de R\$ 150,00 a saca, e o café orgânico o que foi colocado pra gente, o que a gente conseguiu naquele momento chegava aí em torno de R\$ 540,00. Então era um diferencial de preço muito bom (Entrevista AG-08).

A saca do café convencional teve até menos de R\$ 120,00 na época; e o café orgânico eu lembro o preço: 160 dólares, que dava R\$ 500,00 ou mais. Quando chegava na reunião e eles falavam que tava 160 dólares e algum café pode chegar a mais... Aí cê fazia a conta e pensava: sair de 120 pra R\$ 500,00, quem não empolga? A gente ficava caladinho, mas pensava, nos bate papos: “rapaz, esse negócio pode mudar sua vida” (Entrevista AG-21).

Efetivamente, os agricultores e suas entidades não conseguiram viabilizar a venda do café orgânico no período em que um maior número de agricultores participava do projeto (entre 2003-2005, quando alcançou

aproximadamente 70 certificados)<sup>26</sup>, mesmo depois de terem convertido a produção e obtido a certificação<sup>27</sup>:

Não venderam sequer um caroço de café como orgânico, um que seja. O [fulano] teve a melhor lavoura orgânica da região, ele ganhou prêmios por isso, mas não vendeu um quilo de café como orgânico (Entrevista MS-02).

Não chegou a vender. Apareceu uma procura aí, mas a procura era um pouco, vamos dizer, obscura. Aí nós tivemos medo de vender (Entrevista AG-01).

Falava no início, era só mesmo como cuidar da lavoura, depois mais pra frente passou a falar mais da comercialização, que ficou garrada na estrada, não chegou pra nós. Isso aí que foi... pessoal aqui nenhum gosta de falar muito sobre isso, né? Não é isso? Porque não deu certo... (Entrevista AG-03).

Nós nunca chegou a vender café orgânico. A gente vendeu café como convencional, mesmo que ele fosse orgânico, a gente só vendeu como convencional. Com a chegada do cooperante alemão, a gente conseguiu vender dois contêiner de café, mas como convencional (Entrevista AG-05).

Eu tenho umas notas fiscais ali, mas eu acho que nós não chegamos a vender café orgânico pra Coocafé, vendemos café pra eles, dentro do processo, mas eu acho que era um café da época de transição, que não era orgânico ainda, tava dentro

---

26 O projeto entre REDE e OPL viabilizou a vinda de um cooperante alemão (Detlef, citado em várias entrevistas), o qual tinha como função principal a busca de mercado, passando a fazer os contatos para a comercialização do café orgânico com as organizações do Sul de Minas. Porém, “tinha um produtor lá que já produzia organicamente e já vendia e que a gente iria pegar carona. Chegou a ter essas possibilidades. Só que nessa de pegar carona era muito perigoso, porque eu lembro ainda que alguns comentaram: ‘bom, fulano de tal lá ele vai fazer uma exigência muito maior pra estar indo junto com o produto dele, porque ele já tem o mercado consolidado, e aí ele pra poder pegar produto de outro produtor pra colocar junto com o dele pra poder levar, ele vai estar fazendo exigência muito maior do que a dele’, porque senão ele corria risco no mercado que ele já tinha” (Entrevista MS-01). O trabalho deste técnico também possibilitou à OPL alcançar a certificação no Fair Trade (Entrevista AG-05).

27 Alguns anos mais tarde, entre 2008 e 2010, depois de o processo regional se desarticular e restarem poucas famílias, já com outra certificadora, a comercialização orgânica foi realizada, através da Cooprol.

do processo mas não tinha o certificado de orgânico [*possivelmente essa venda tenha sido no Fair Trade, como mencionado em outras falas*] (Entrevista AG-06).

Pelas entrevistas, percebe-se que vários motivos e problemas afetaram e comprometeram a comercialização (e provavelmente tenha ocorrido uma soma de fatores): dificuldades para os contatos com a cooperativa do sul de Minas Gerais que faria a comercialização (?); falha pessoal do responsável pela articulação da comercialização com o sul de Minas; um lote de café que foi enviado e retornou porque pela classificação teria muita perda; qualidade e/ou quantidade insuficientes do café produzido perante a “exigência do mercado”; a certificadora não era credenciada para o mercado internacional...

Quando chegou na hora da gente vender o café, da gente certificar pra... aí desandou tudo. O diretor que tava acompanhando, porque sempre tem aquele guia, né, o líder..., não sei o que ele arrumou, o que aconteceu... assim, como que eu posso dizer...? Não sei como que houve um deslize e pôs tudo a perder. Não saiu a venda e aí desanimou todo mundo, ninguém quis mais, ficou todo mundo assim... Alguns ficou até com raiva mesmo, né? É tanta promessa e chega na hora da gente ter o lucro, né? Porque a cafeicultura orgânica, ela cai muito a produção. Cê passar da lavoura convencional pra orgânica a gente perde muito, se entendeu? E aí nessa perda, deixou todo mundo nervoso, né? (Entrevista AG-03).

Mas na hora de comercializar a gente não conseguiu fechar lote, fechar quantidade, porque tinha toda uma história lá de contêiner, de fechar contêiner pra poder ta encaminhando e aí a gente não conseguia... Então não concretizou nenhuma venda; aqui de Simonésia não. Se tem alguns agricultores de Simonésia que conseguiu vender não com o grupo daqui de Simonésia... com outros grupos. Parece que o grupo da OPL chegou a vender, se depois... não sei bem... Mas aqui já não tava tendo mais esta organização pro café orgânico... (Entrevista MS-01).

Primeiro foi a baixa produção, não atingir um maior volume, e segundo a qualidade, por ser muitos agricultores envolvidos, na média deu pouca qualidade. Às vezes um conseguia

qualidade, mas não dava volume pra estar vendendo, pra fechar um contêiner de café (Entrevista AG-05).

Não conseguimos vender como orgânico. Tiveram os problemas da quantidade, qualidade... O comprador queria café orgânico, mas ele queria café orgânico de qualidade. [...] Então tinha dificuldade também nesse sentido, porque não adianta você ter orgânico e não ter qualidade; e não adianta ter qualidade com pouca quantidade. O café era vendido no mercado comum, uma venda convencional, não era vendido como orgânico (Entrevista AG-09).

Algumas tentativas de comercialização esbarraram na qualidade do café, que em geral apresentava um percentual significativo de perdas por defeitos ou dimensionamento na classificação (conforme critérios descritos no Quadro 6).

Pra mim o mercado mais injusto que tem é o orgânico. Você vai produzir um café orgânico para tirar 30% de resíduo? Eles é exigente demais, paga bem, mas é exigente. No caso do café cru é quase inviável. Porque eles querem que você produza um café com peneira 15, 16 acima, sendo que você diminuiu o trato, querem qualidade e quantidade. Como é que você exporta 'um' saco de café? A não ser que você tenha o melhor café, um café de concurso, pra fazer um micro lote, mercado muito específico, tem que ter uma qualidade lá em cima pra o cara animar de vir buscar. O cara compra uma saca de café pra fazer brinde, como café *gourmet*, tipo tomar uma cachaça especial. [...] O mercado ele quer um produto de ótima qualidade com preço que cabe nas suas margens (Entrevista AG-21).

Chegou a enviar do grupo nosso aqui de São João. Deu uma carguinha no caminhão só do nosso pessoal aqui. Mas aí não deu certo e vendeu como convencional mesmo. [...] Deu errado porque o café foi e na hora de selecionar o café lá, aí quebrou demais, na hora de passar na peneira, na máquina de beneficiamento, diminuiu muito. Por exemplo, o cara que mandou lá 15, 20 sacas voltou pra 8, 9 sacas, e o que sobrou ia ter um preço muito, muito fraquinho. Então o preço que você pegava mais no orgânico não ia compensar. Um dos problemas foi

esse. E o pessoal preferiu vender como convencional, todo junto, sem classificar ele. Aí o pessoal combinou e trouxe o café de volta e vendeu como convencional aqui na região (Entrevista AG-10).

Conforme o município ou grupo de agricultores, a comercialização ou as tentativas em torno dela ocorreram de forma um tanto isolada e distinta, mostrando uma certa fragilidade organizativa nos aspectos econômicos:

Não houve um trabalho de organização socioeconômica. Uma das maiores dificuldades foi na comercialização do café orgânico. Não houve planejamento, nem organização. Cada um vendia sua produção individualmente. Não se encontrava um mercado específico para o café orgânico (Entrevista AG-12).

Eu vejo essa questão aí, que o maior desafio é do mercado. O agricultor trabalha, ele sacrifica, faz tudo tentando fazer qualidade, quando ele faz a qualidade com todo sacrifício, ele não tem o usufruto dela. É alguém que tá lá na frente que pega... Então, quem lutou, quem pelejou... Então isso aí é um desafio muito grande e dificulta a pessoa entrar no barco, quem tá de fora vê isso. Se nós não organizar em termos de mercado, o trabalho braçal falta, ele é muito pouco. O maior desafio nosso é na hora de comercializar (Entrevista AG-22).

Em toda reunião da OPL a gente discutia o que que ia fazer, pra onde a gente ia vender, que quantidade que ia ter, que na verdade tinha uns muito interessados nisso, né? Mas a gente quebrava a cabeça lá, né? Tinha também um pessoal da REDE que trabalhava aqui apoiando este projeto, não lembro bem quem tava na época, mas tinha até um escritório da REDE aqui em São João que trabalhava com a gente nesse projeto de café orgânico (Entrevista AG-06).

No rol de dificuldades para efetivar a venda do café, é preciso destacar a ausência de uma estrutura para operar no mercado. Mesmo que o contexto apresentasse uma vitalidade organizativa, havia uma considerável carência de organizações com perfil, estrutura e experiência para lidar com a comercialização. Há relatos de entrevistados mencionando dificuldades para se criar e consolidar organizações de

caráter socioeconômico, como cooperativas da agricultura familiar. Uma declaração inicia dizendo que a região “é até boa de movimento”, mas “a cooperativa não é muito o forte da região, o pessoal tinha medo de cooperativa, houve várias discussões de criar cooperativa na região e não deu certo” (Entrevista AG-09). Um mediador social considera este um problema crônico:

É um problema crônico porque é o seguinte: na região aqui o individualismo prevalece, infelizmente. Por vários motivos: de frustração de cooperativas, de associação, essas coisas... hoje o pessoal não confia muito e só tenta associar se já chega na associação perguntando "o que eu vou ganhar se me associar?", na cooperativa "o que que eu ganho?". "Ah não, vamos tentar". "Ah, se for tentar eu fico fora, deixa dar certo que eu entro". Infelizmente, você vê que a região toda aqui da Zona da Mata, no forte a região de Manhuaçu produz 5 e pouco, 6 milhões de sacas de café. Num universo aí de 20 e poucas de Minas, é representativo. E nós não temos nenhuma cooperativa séria, forte, que não seja interessada só no comércio de insumos e depois ganhar na venda do café. Mas uma cooperativa de verdade... (Entrevista MS-06).

Se a gente não organizar pra ter um sistema assim de cooperativa, assim, um grupo que é um princípio, uma base pra cooperativa, a gente não chega longe... [...] O café tem que vender e vender bem, porque você tá enfiando dinheiro nele direto, uai! Outros produtos pode tirar sem muito investimento (Entrevista AG-22).

Mas aí tem um outro agravante, que a gente não tem o hábito do trabalho coletivo. Aí já tinha que organizar um grupo e na hora de vender já tinha aquele grupo organizado pra vender, porque aí em muitos pequenos vira grande, dá pra concorrer de igual pra igual em qualquer lugar (Entrevista MS-03).

Há estudos que mostram um déficit de organizações com caráter econômico e associativo. Em Filetto (2000) pode-se observar a baixa adesão a cooperativas na Zona da Mata em comparação com outras regiões do estado. A partir de dados da FAEMG (1996) referente ao nível de associativismo na cafeicultura, Filetto mostra adesão de 8,8% ao

cooperativismo na ZM, enquanto nas outras regiões os números são bem mais expressivos: 29,3 no Jequitinhonha; 60,50 no Sul e Oeste; 70,60 no Triângulo e Alto Paranaíba.

Em relação aos aspectos da organização e gestão da produção e comercialização, é necessário um aporte técnico específico de pessoas que conheçam o processo de certificação, de organização econômica (associação, cooperativas etc.), a legislação e os processos para o acesso a mercados (Entrevista MS-09).

Ficaram destacadas as limitações de intervenção no mercado e sua influência no recuo da produção orgânica de café. Porém, o trecho de entrevista acima ajuda a discutir que não bastam estruturas para participar do mercado, são necessários também outros aportes, como conhecimentos específicos da área e capacidade de gestão e negociação tanto em relação aos compradores quanto para acordos e decisões entre os agricultores. Operar “coletivamente” no mercado é um processo complexo de administrar. E este aprendizado veio com a experiência, mas poderia ter sido menos traumático se houvesse melhor preparação, com assessorias que trouxessem informações e subsídios para as tomadas de decisão.

A condição de não ter agentes econômicos ligados às organizações dos agricultores limitou as possibilidades de acesso a mercados e comercialização, seja dos produtos agroecológicos, seja dos demais produtos da agricultura familiar.

O mercado ele quer um produto de ótima qualidade com preço que cabe nas suas margens e as bases às vezes não consegue articular pra fazer grupo. Pro café você precisa de uma grande estrutura. Quem tem uma grande estrutura? O grande. E ele tá afim de pôr o pequeno no mercado? [...] O mercado do café pra fora é um mercado demorado, demorado... E quando você junta grupo, às vezes as pessoas não estão financeiramente nas mesmas condições. Aí uma pessoa precisa de dinheiro, aí geralmente é 60/90 dias, aquilo vai amostra, volta, junta, classifica... Aí no meio um não guenta, ele precisa do dinheiro. Aí é aquilo que ele falou no início: não consegue dominar o processo (Entrevista AG-21).

Inicialmente, as lideranças da região contavam com estruturas do Sul de Minas Gerais para a finalidade da comercialização. Os agricultores, por sua vez, esperavam maior aporte das lideranças e entidades locais para viabilizar a comercialização.

Não sei, a gente que tá na roça é difícil sair pra correr atrás... A gente esperava mais das lideranças, dos técnicos, que reuniu nós naqueles cursos, que eles pudessem buscar mercado pra gente. Faltou mercado ou quem pudesse estar em tal lugar, garantir o mercado... (Entrevista AG-14).

Era o papel de articuladoras, e também da organização das famílias, na qual havia um pensamento da compra e da venda em conjunto. Então a comercialização também passaria por estas organizações. [...] As organizações, as associações antes tinha outro foco. A partir dessa demanda, dessa iniciativa da produção orgânica é que o foco passou a ser a produção agrícola. Antes as associações tinham outras ideias... Aí elas se voltaram um pouco mais para essa área da produção agrícola (Entrevista AG-04).

Uma entrevista, em específico, relata uma venda que foi frustrada depois de detalhadas as condições e fechado o negócio:

No último ano que a gente trabalhou com a produção orgânica, a gente tinha o certificado e tinha o produto, conseguimos fazer um volume bom de café, mais de 600 sacas, entre os vários grupos articulados na região (Simonésia, Caratinga, toda região que tava envolvida no projeto). Dava pra fazer uma comercialização boa [...] e o café nosso ia junto com o café da cooperativa lá do Sul de Minas, em uma única venda. E era uma venda a R\$ 540,00 a saca. Então, todo o café que o produtor teve um custo muito alto, que teve que ser panhado de forma seletiva, só o maduro, pra fazer uma qualidade do café, que tinha que ser bebida mole, tinha que ter pouca cata, tinha que ter peneira boa, então uma classificação do café de forma geral. Só que tava num processo eleitoral na época, né, e a pessoa (do nosso grupo) que tava responsável pela articulação da comercialização tava envolvida de uma certa forma, não era candidato, mas tava envolvido na política. E eu me lembro que a gente tinha o compromisso de entregar o café lá no Sul de Minas, na sede da cooperativa, no dia 30 de setembro, era o nosso compromisso feito com o pessoal. Aí na semana que antecedia o dia 30 a gente procurou o responsável pra ver como é que a gente ia entregar



o café pra lá, como ia arrumar os caminhões, e ele falou pra gente: “não, liguei pro pessoal lá e nós combinamos de entregar o café depois das eleições, depois do dia 10 de outubro”. Aí nós ficamos esperando, passou as eleições, nós fomos procurar o responsável de novo, e ele disse pra nós: “olha, nós perdemos a venda do café porque nós tinha que ter entregado no dia 30 de setembro e não entregamos”. Mas aí como, que ele tinha garantido pra gente que ia entregar o café a partir do dia 10, né, e a gente acabou tendo este prejuízo na época. Eu mesmo deixei de vender o café a R\$ 540,00 a saca, já combinado, e vendi a R\$ 150,00 depois, no mercado convencional (Entrevista AG-08).

O relato acima levanta questões sobre o quanto estavam ou não preparados para os desafios que teriam que enfrentar; entre eles a comercialização. Mas deixa evidente também que houve displicência ou mesmo irresponsabilidades de parte das lideranças e mediadores que foram determinantes para a desistência dos agricultores e desmobilização dos grupos.

Segundo um entrevistado, “Não houve organização socioeconômica. Havia uma enorme vontade para que o projeto se firmasse muito mais por uma consciência ambiental (Entrevista AG-11). Mas percebeu-se que a necessidade da comercialização do café e as dificuldades encontradas neste campo levaram as lideranças da agricultura familiar da região a criar entidades de perfil socioeconômico. Como disse um mediador social: “[...] o agricultor familiar, individualmente, tem muitas dificuldades para a sua inserção no mercado, em função do custo para a certificação e volume para a comercialização. As formas associativistas amenizariam estes gargalos” (Entrevista MS-07). A vontade e possibilidade de autonomia foi outro incentivo.

A necessidade de um maior controle social no processo de comercialização, levantou o debate sobre a constituição de uma cooperativa da agricultura familiar ou a aproximação com alguma outra cooperativa próxima que poderia ser mais influenciada. Com isso, após várias tentativas de parceria com outras cooperativas, definiu-se por criar uma cooperativa própria, dando origem à Coopol (Entrevista MS-09).

Chegamos a fazer a cooperativa também. Chegamos a organizar sim, aqui em Simonésia. Legalizou tudinho. Eu tava com o nome dela na

boca e saiu. Se eu lembrar depois eu te falo. [*Um membro da família cita a Agrifas*]. Isso, a Agrifas. Eu acho que ainda existe, eu nem tenho tomado conhecimento. Ela foi criada pra trabalhar em cima disso, da comercialização (Entrevista AG-03).

A Agrifas surgiu exatamente como instituição que viesse pra viabilizar esta questão do comércio. Mas ela não foi assim pra ver a questão 'do' café orgânico. Ela surgiu como uma alternativa de produção da agricultura familiar para um comércio local aqui que no caso seria a produção de alimentos, sem ser o café. [*Para a comercialização do café*] ia ser usado a Agrifas ou até mesmo as próprias pessoas como proprietários que estariam comercializando... (Entrevista MS-01).

Apreende-se deste conjunto de informações, declarações desencontradas e tropeços em torno da comercialização do café pelos grupos envolvidos na produção orgânica do Leste de Minas Gerais que o plano inicial era a venda conjunta com outras regiões (Sul e Zona da Mata mineira), conforme as discussões no GT Sapucaí. Mas havia também a expectativa de criar condições próprias (mesmo cientes do histórico de carência de cooperativas). Não chegam a citar tentativas e nem que houvesse alguma empresa corretora próxima ou que confiassem para esse propósito.

No meio do processo, um dos grupos (OPL) vendeu café no mercado *Fair Trade* através da cooperativa Coocafé, que conseguiu acessar tal mercado por um trabalho do cooperante alemão que veio por meio das ONGs para articular o mercado. Então, a Coocafé fez a comercialização e também se beneficiou da assessoria para credenciar-se no *Fair Trade*.

Com o envolvimento de membros de duas associações (Agrifom e OPL), conseguiram criar uma cooperativa de agricultores familiares (a Coopol), mas isso já em 2006, quando o café orgânico estava em plena crise, com minguados produtores. Este pequeno grupo conseguiu comercializar café orgânico certificado através da cooperativa por três anos seguidos, de 2008 a 2010. Atualmente (2017) a Coopol atua no mercado *Fair Trade* e também articula a comercialização nos programas institucionais PAA e PNAE de seus cooperados.

Na época a gente pensou assim: também não adianta a gente produzir um café de qualidade sem não tiver uma instituição que vai vendê-lo melhor. E foi então que fomos discutir a criação de uma

cooperativa, que hoje é a Coorpol. [...]. Nessa época entre o café orgânico até a constituição da cooperativa a gente deu uma parada, deixou o café de lado e foi fazer o processo da cooperativa. Depois que criou a cooperativa foi que a gente, na minha família, voltou a mexer com café e comercializa hoje já tem uns três anos que comercializa diretamente com a Coorpol (Entrevista AG-05).

A Coorpol passou muito aperto. Não tinha capital de giro e ninguém queria vender e esperar pra receber. Então, uma vantagem da agricultura familiar é isso aí, quer dizer, o café está ruim, mas teve as hortaliças, as quitandas, a agroindústria, elas seguraram as pontas da Coorpol, ela se manteve com o PNAE. Inclusive é a única cooperativa que foi criada já certificada no *Fair Trade*, porque quando veio a inspeção da FLO pra certificar a OPL, a gente tava com a documentação da Coorpol na junta comercial pra ser registrada. Aí vieram e já fizeram a inspeção da Coorpol em cima do histórico do OPL [...] e ela foi criada já certificada no *Fair Trade* (Entrevista MS-03).

A gente já tinha a associação OPL, que na época tava assim meio que sem expectativa, aí veio esse projeto do café orgânico e deu uma fortalecida. Aí já apareceu a REDE apoiando e nós começamos a trabalhar. E depois foi surgindo outros, o projeto pras mulheres, surgiu outros cursos, palestras, intercâmbios, a gente foi lá pro Espírito Santo, foi pro Sul de Minas, vai pra todo lado... E tem os mais recentes, mas tudo surgiu lá com o projeto do café orgânico, mantivemos organizados e conseguimos mais projetos pra gente tá caminhando até hoje. Porque se não fosse ele talvez nem tinha começado é nada (Entrevista AG-06).

O fato de não efetivar a comercialização durante o processo de conversão ou logo que receberam a certificação orgânica decepcionou a maioria dos agricultores:

Os outros voltaram pro sistema convencional devido a não condição de produzir e à questão do escoamento também. Porque, por mais que você produzisse, igual alguns chegou a produzir, mas

deparou com aquela situação de não vender o produto (Entrevista MS-01).

Foi o motivo da turma tudo desanimar: fazia um café bom, mas não tinha onde você enfiar o café. Você ia falar com um atravessador, comprador de café chamava você de bobo: "nem sei o que é isso". Foi o motivo de todo mundo desanimar... produzia um café bom, de qualidade, mas você tinha que entregar do mesmo jeito que o outro que enchia de veneno (Entrevista AG-14).

É que as pessoas não foram preparadas para um processo coletivo. Só pensa no resultado imediato e daí dane-se todo com o grupo. Infelizmente o processo do café foi isso, que trouxe de lição que muitos largou. Tinha sido vendidos contêiner x, gasta tantas sacas para encher um container. Aí o outro foi lá e tirou, os outros que tinham estavam lá esperando e ficou a ver navios (Entrevista AG-13).

Penso que a certificação, atrelada ao mercado, foram os maiores gargalos. A produção orgânica (hoje penso mais em agroecológica) em meu entendimento é uma escolha de vida, de mudança de hábitos, de ver a produção de forma mais sustentável. Isso pra mim é o grande ganho. Mas a certificação tem custo e os produtores então, na grande maioria, viam a possibilidade de agregar maior valor à sua produção. Todos queriam aumentar ou obter "lucro" com a certificação [...], entravam no processo pra vender o café mais caro. Infelizmente, por ter sido uma certificadora somente nacional, a Sapucaí não conseguiu dar esta oportunidade aos produtores. Penso que a frustração venha daí (Entrevista MS-10).

De acordo com as informações obtidas, os certificados foram alcançados, dependendo da data do início da conversão, nos anos de 2003 e 2004. A não concretização da comercialização do café orgânico, enquanto detinham a certificação, foi determinante para a desistência da maioria dos agricultores. Os poucos que persistiram, conseguiram vender através da Coorpol, nas safras 2008 a 2010, no mercado orgânico.

No começo foi um pouco difícil, pois tínhamos a produção organizada e não tínhamos os compradores. Foi muito tenso aguardar o primeiro container de café ser finalizado (a espera foi longa).

Não tínhamos capital de giro para aguardarmos a finalização da venda (Entrevista AG-11).

Como ressaltado em várias entrevistas, a viabilidade da produção orgânica de café depende de uma combinação de fatores: produção, insumos, custos, assistência técnica, normas e certificação, preços e operações no mercado – e no caso estudado, as tentativas foram direcionadas ao mercado de exportação. Com a criação da Cooprol, o pequeno grupo que seguia na produção orgânica passou a ter um operador de mercado, mas outros fatores permaneciam sem solução e controle. Com o encerramento da Sapucaí, haviam passado para outra certificadora, a BCS, que era credenciada para o mercado externo, porém tinha um custo de certificação maior.

A Agrifom se estruturou novamente e foi buscar a certificação junto a BCS, que posteriormente foi transferida para a Cooprol e teve certificação para os mercados Americano, Canadense, Europeu e Japonês, este último muito difícil de atender, mas foi por onde a cooperativa conseguiu por três anos consecutivos escoar a produção. Após, o projeto se tornou inviável pelo altíssimo custo de certificação em detrimento a baixa produtividade e pelos poucos agricultores que se sustentavam no projeto. Quando foi encerrado pela Cooprol o projeto de certificação, os preços do café orgânico estavam desvalorizados (Entrevista AG-11).

Chama atenção que desde as primeiras discussões com vistas à produção de café orgânico no Leste de Minas Gerais, as perspectivas de comercialização estiveram voltadas exclusivamente para o mercado de exportação. Esse era o entendimento generalizado, como deixa evidente a seguinte declaração: “Como os cafés orgânicos, em geral, são exportados, [...] a Certificadora estudava possibilidades de conseguir para os cafeicultores alguma equivalência de certificação com os processos internacionais, para que os cafés pudessem ser exportados como orgânicos” (Entrevista MS-10).

Evidente também que as informações sobre os preços na venda para os países desenvolvidos eram tentadoras (Gráficos 1 e 2) e que o Brasil possivelmente não tivesse um público consumidor com poder aquisitivo para fazer frente a tais valores. Em pesquisa na qual investigou a “disposição a pagar pelo café orgânico” no município de São Paulo, Cunha (2006) concluiu que os consumidores se dispunham a desembolsar entre 53% e 149% acima do preço médio de um café convencional de boa qualidade pelo café orgânico (considerando os preços do café

convencional na época). Por outro lado, podem ser feitos alguns questionamentos a este direcionamento único: primeiro, a complexidade de regramento, burocracia e custos para a exportação que, se não cumpridos, anulariam a única opção cogitada; segundo, a total incapacidade de interferir nos preços, a vinculação à cotação do dólar (e suas oscilações) e a instabilidade dos mercados globais; e terceiro, as contradições em relação aos princípios de parcela das organizações agroecológicas (as brasileiras, em geral) de priorizar os mercados locais e regionais, assim como diversificar as estratégias de comercialização (isso tudo por questões ambientais, sociais, éticas e políticas que não são objeto de discussão neste momento).

Atualmente, grandes marcas comerciais têm linhas de cafés diferenciados para o mercado consumidor brasileiro (Figura 8a). Mas queremos destacar o surgimento de várias experiências neste sentido sendo implementadas por organizações sociais, como o *Café Guaiú*, produzido por agricultores do Assentamento Campo do Meio, e o *Café Familiar da Terra*, da Cooperativa Coopfam, ambas iniciativas na região Sul do estado de Minas Gerais (Figura 8b). Os preços médios desses cafés ao consumidor ficam entre duas e duas vezes e meia o preço do café convencional, o que fica dentro da margem referida por Cunha (2006), citada acima.

Perez-Cassarino (2012) afirma ser importante que os grupos de produção em bases agroecológicas tenham uma abordagem diferenciada também em relação ao mercado. Segundo este autor, ao se colocar como ator central nos processos relativos ao mercado (o que não se verificou com o café orgânico do Leste de Minas Gerais), a agricultura familiar se fortalece e incide efetivamente em uma proposta alternativa de desenvolvimento rural.

No mesmo caminho, outro estudo identificou um processo de inovações organizacionais da agricultura familiar de Santa Catarina para intervir no sistema agroalimentar, mediante a criação de dinâmicas e redes alternativas de produção e comercialização que associam valores como ‘orgânico’, ‘artesanal’, ‘sustentável’ aos seus produtos e com isso criam estratégias de mercado favoráveis à produção oriunda dessa agricultura familiar (MIOR *et al.*, 2014). Esta pesquisa encontrou uma grande variedade de iniciativas inovadoras de produção, industrialização e comercialização, as quais representam, de distintas maneiras e dimensões, respostas à crise estrutural da agricultura, à estratégia de internacionalização (e exclusão dos pequenos agricultores) pelas empresas integradoras e, ainda, como alternativas ao modelo tradicional das grandes cooperativas. A partir desse conjunto de iniciativas, os

autores observam a *capacidade de agência* dos agricultores familiares e suas organizações para “produzir ‘novidades’, fazer conexões, buscar maior autonomia, agregar valor econômico, articular aprendizagens, construir redes, enfim, praticar ações de desenvolvimento rural de forma alternativa ao padrão hegemônico vigente” (Idem, p. 97).

**Figura 8** – Algumas marcas de café orgânico produzido e comercializado no Brasil



Figura 8a – Marcas comerciais de CO disponíveis nos grandes supermercados



Figura 8b – Marcas de CO produzido e processado por organizações sociais

É possível encontrar paralelos e elementos de discussão entre as iniciativas dos estudos citados e a experiência do Leste de Minas, a começar por constituir-se de um conjunto de grupos produtivos e iniciativas que ao mesmo tempo tinham autonomia e variados graus de cooperação entre si, ou seja, construiu-se (embora não tenha se consolidado naquele momento da trajetória regional) uma dinâmica organizativa em rede. A experiência pesquisada também apresenta (e representa para a região) características inovadoras em relação ao meio ambiente, às tecnologias, à organização social e socioeconômica. A própria entrada e seguimento no mercado *Fair Trade* teve início durante a transição agroecológica em torno da produção orgânica do café.

Por outro lado, além dos problemas produtivos já discutidos, os estrangulamentos na comercialização foram determinantes para frear o avanço da experiência. Seja para a sustentabilidade da produção, assim como para a participação no mercado, o “foco no café” visando a exportação restringiu enormemente as alternativas diante das dificuldades encontradas. As tentativas de aproveitar oportunidades (nichos de mercado, por exemplo) ou criar novidades dentro do mercado capitalista envolvem inúmeras questões, contradições e desafios para a participação de grupos de produção em bases agroecológicas neste campo. Conforme Schmitt e Tygel (2009),

[...] é preciso construir estratégias de mercado compatíveis com as características da produção agroecológica [...]. A redução da dependência em relação ao mercado de insumos, decorrente dos métodos de manejo empregados, precisa caminhar passo a passo com um esforço de construção de mercados cujas características permitam potencializar a incorporação de princípios ecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas e à estrutura e funcionamento dos circuitos de distribuição dessa produção. O desenvolvimento de mercados locais e regionais, de forma a ampliar a capacidade de gestão e de controle social por parte dos agricultores e dos consumidores sobre os processos de comercialização, surge, aqui, como um elemento importante. Esse debate acerca da localização dos circuitos de produção e consumo incorpora, além disso, uma série de questionamentos em relação aos custos energéticos e ambientais associados aos circuitos globais de produção e consumo de alimentos (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 122).



Com esta discussão não se pretende questionar toda a orientação à exportação. O próprio café é um exemplo de produto tradicionalmente consumido em todo o mundo e valorizado nos mercados importadores como o europeu, o norte-americano e o japonês. Para estes mercados, o denominado *Fair Trade* tem se apresentado e atuado como uma alternativa de comércio que leva em conta um conjunto de critérios, entre eles as relações de trabalho na produção, a sustentabilidade e preços justos (SCHMITT; TYGEL, 2009). Mas além dos mercados internacionais orgânico e *Fair Trade*, os grupos do Leste de Minas poderiam ampliar suas estratégias e abrir o leque de possibilidades no Brasil, tanto no mercado tradicional quanto nas redes alternativas de mercado que vem sendo construídas. Schmitt e Tygel (2009) entendem que os grupos e práticas em torno da agroecologia e produção orgânica carregam também o desejo e as tentativas de promover formatos alternativos e solidários de mercado.

#### **4.3.3 O processo e as dificuldades para a certificação orgânica**

*“Que se tenha consciência das dificuldades no processo de certificação e comercialização”* (Entrevista AG-12).

A comercialização de produtos orgânicos, especialmente nos mercados globais, ocorre mediada por mecanismos de certificação (RADOMSKY, 2013), ou seja, um processo que forneça credibilidade ou acreditação às qualidades do produto que está sendo vendido. Em produtos como o café orgânico para o mercado internacional, a certificação segue regulamentações e acordos que equacionam as legislações de diferentes países ou blocos de países, como é o caso da União Europeia, possibilitando regras explícitas que permitem a realização do mercado.

Na questão da certificação, não adianta você produzir qualquer produto, que se ele não for certificado, você pode produzir ele completamente orgânico que você vai vender como convencional. Então, a certificação você tem que ter ela de qualquer forma se você quer mesmo especificar se o seu produto é realmente orgânico; então você tem que ter a certificação (Entrevista AG-06).

Não bastava a pessoa não jogar mais adubo químico, calcário e nem usar agrotóxicos pra receber o título de orgânico. Ela tem que pagar uma empresa pra poder atestar que é orgânico mesmo,

pra certificar. Mas não importa se a empresa atesta ou não; a empresa tem que receber. E o selo só vale por dois anos. A cada dois anos tinha que trazer novamente a empresa pra fazer novos testes (Entrevista MS-02).

Diante deste contexto e almejando o mercado exterior, a transição para o café orgânico no Leste de Minas Gerais precisou enfrentar e agregar a questão da certificação orgânica. Com as características já mencionadas de um processo organizativo buscando avanços socioambientais, as lideranças buscaram contatos visando adotar um processo de certificação que não trouxesse mais uma grande dificuldade para as famílias agricultoras, que não fosse excludente. Em outras palavras, cuja empresa ou organização que oferecesse a certificação fosse identificada com a agricultura familiar e com os princípios da agroecologia e da economia solidária.

[...] Então tá, se vai ser certificada, vamos contratar, a certificadora tem um preço... Então encontrou a certificadora Sapucaí, ela foi criada exatamente pra poder atender esse público, certo? Então foi um grupo de técnicos que criaram ela com a intenção especificamente de ficar mais barato, porque tinha algumas outras certificadoras com preço.... Mas mesmo sendo preço mais em conta, pros agricultor tava sendo puxado (Entrevista MS-01).

Na época foi feito contato com várias certificadoras; e a gente acabou na época optando por aquela que era mais barato e que estava mais perto. Tinha algumas de São Paulo, o IBD e outras que me foge o nome agora, e tinha certificadora no Sul de Minas que era a Sapucaí, que tinha o custo de certificação mais em conta, o custo era menor, e a gente acabou optando pela Sapucaí, que tinha o certificado dela um reconhecimento internacional, não só nacional, não tão grande quanto as de São Paulo, mas tinha reconhecimento internacional (Entrevista AG-08).

A certificação, na primeira fase, foi realizada pela Certificadora Sapucaí, com sede legal em Pouso Alegre, região sul do estado de Minas Gerais. Esta certificadora teria um formato mais de organização social, pois nascera no interior de uma ONG de promoção da agricultura orgânica. Mas acabou fechando as portas no mesmo período em que os

agricultores do Leste de Minas tentavam a produção e comercialização do café orgânico e estavam a ela vinculados pelo processo de certificação.

O Centro de Assessoria Sapucaí (ONG) fundou a Certificadora Sapucaí na mesma estrutura que, em 2002, devido a legislação vigente que questionava que a assessoria pudesse certificar seu próprio trabalho, foi "separada" em outra pessoa jurídica: a Certificadora Sapucaí. Ambas funcionavam no mesmo local (Entrevista MS-10).

Era mais a certificação por grupo. E aí depois a Sapucaí fechou as portas. Mas aí a BCS aceitou a certificação da Sapucaí, porque já tinha 3 anos, sabe? Aí toda a documentação que já tinha sido feita pela Sapucaí, aí ela aceitou essa certificação, o pessoal dos orgânicos (Entrevista MS-03).

*[Foi]* Uma experiência dos movimentos sociais, onde se criou uma certificadora, e não foi uma experiência bem-sucedida. Acabou fechando bem naquele período e dificultou pra nós; foi um grande gargalo. Depois a BCS, que era uma certificadora internacional, porém com um custo bem, digamos assim, um custo alto pra a agricultura familiar, os custos dela inviabilizavam, do ponto de vista econômico, a agricultura familiar. Mas quando teve a BCS, 90% do grupo já havia desistido. Restava umas 10 famílias (Entrevista AG-04).

O processo começou até interessante, mas depois faliu e aí que acabou de... Fizemos dois anos de processo de transição até ter o certificado. Isso foi em 2002 e 2003. No finalzinho de 2003 recebemos a última visita (Entrevista AG-05).

Vinha um técnico deles, fazia uma visita, ia nas lavouras, fazia uma entrevista, olhava tudo e tal, anotava tudo... Eu não lembro tudo como era o procedimento não, porque faz tempo né, mas de tempo em tempo vinha um fiscal, dando uma olhada... (Entrevista AG-06).

Apesar do perfil institucional da Certificadora Sapucaí, que buscava uma relação mais próxima das organizações sociais, ainda assim o valor que era cobrado foi mencionado como uma dificuldade por alguns agricultores:

A certificadora tinha um custo pra você poder estar participando [...] se vai ser certificada, vamos contratar... (Entrevista MS-01).

A gente não tava acostumado... Nós não tava acostumado a pagar por este tipo de serviço. Pagava mão de obra, adubo, essas coisas assim. Então já tinha que pagar uma taxa todo ano, uma taxa que onerava um pouco (Entrevista AG-02).

Mas aí eles começaram a exigir um preço pra fazer essas visitas, que não tava dando certo. E colocaram pessoas que a gente não tinha certeza se eles eram bons profissionais pra nos acompanhar. Então como que a gente ia ficar confiando numa pessoa que a gente não tinha certeza? E às vezes eles cobravam umas coisas que nós não tinha como corresponder à altura (Entrevista AG-01).

Nós fomos bem longe na certificação na época, fomos bem longe. Mas você tinha que pagar um valor pra certificadora. E na medida que foi diminuindo o pessoal da produção orgânica, ficou muito caro, porque o preço dela é 'x' e tinha que dividir entre tantos produtores. Quando era muito, dava pouco pra cada um, mas na medida que o pessoal foi desistindo, aí ficou muito alto pros poucos que iam pagar, né? E acabou que não seguimos com a certificação (Entrevista AG-06).

Já era certificado, mas o selo não chegou lá pra nós entendeu? Mas já tava tudo arrumado, a gente já tava pagando aquelas parcelas que era devido pra certificação. Pra gente que tem pouco, era um pouco caro, tudo que depende de pagar a gente acha caro, né? A gente já tem pouco, aí do pouco tira um pouquinho... Mas era dividido o custo no grupo aqui (Entrevista AG-03).

Outros comentam sobre o método de certificação, as vistorias e casos de dificuldade de adequação às normas:

Era realizado vistorias nas propriedades anualmente e apresentado aos produtores relatórios das vistorias. Com a vistorias e orientações os produtores passaram a conhecer melhor o processo de certificação e produção (Entrevista AG-12).

[...] fez a primeira visita, passou as orientações do que o produtor tinha que modificar na propriedade, e o certificado era só dali a três anos, então o

processo era longo, né? [...] na primeira visita dava orientação e na segunda já via o que foi cumprido, e os agricultores tinham que anotar tudo que faziam. Eles vistoriavam toda propriedade mesmo, esta questão de lixo na propriedade, se encontrasse vestígio de que o agricultor tivesse usado algum produto químico, aí também desclassificava (Entrevista AG-08).

E também porque a gente não tinha criado as regras... começou a ditar regras: tem que ir ali, fazer uma barreira assim... Pra nós e pra muitos agricultores que não estava acostumado com isso, na verdade, pessoa estranha vem ditar o que eu vou fazer na minha propriedade. Então tinha essa dificuldade. A gente que já tinha um pouco de conhecimento das coisas, achava que tava mais ou menos normal. Mas... dificultou assim o cara chegar, querer impor né? “Olha, cê tem que fazer isso, isso e aquilo e na próxima visita tem que estar pronto”. Depois a certificadora também começou a ter problema e não da conta de atender a gente. Era a Sapucaí na época e não tava correspondendo às necessidades dos agricultores (Entrevista AG-02).

Eu tava fazendo dentro das regras, então não tinha esse problema, não tava escondendo nada, não tinha nada que esconder.... porque quando você vai auditar, cê tem que vasculhar tudo pra ver se acha alguma coisa. Então a gente não teve esse problema. Mas justamente a mudança de regra... sempre mudava as regras e o custo também foi aumentando (Entrevista AG-15).

O “estranhamento” em relação às visitas de auditoria nas propriedades, tanto pelo conteúdo das normas quanto pela maneira como eram externadas, ou seja, pelas exigências em relação ao prazo de seu cumprimento, foi relatado por alguns agricultores. A produção orgânica certificada, com vistas ao mercado, principalmente entre agricultores familiares, é recente no Brasil e tais novidades geralmente geram tensões em suas fases iniciais. Num contexto de agricultura familiar entre moderna e tradicional, como já caracterizamos, o fato de um “desconhecido” chegar e determinar ordens tinha grandes chances de causar estranhamento e resistência. Além de tudo, como já se discutiu, a produção local de café, apesar de importante financeiramente, apresentava deficiências de qualidade que são características de

procedimentos na colheita (ponto de colheita/maturação dos grãos, derriça sobre um pano ou no chão, etc.) e pós-colheita (secagem em terreiro de chão batido ou cimentado, impedimento ou não de circulação de animais sobre o café, quantas vezes o café é virado/mexido para facilitar uma secagem homogênea, se é protegido ou recolhido para evitar chuva, etc.). As causas subjacentes a essas práticas podem ser atribuídas à falta de informação, carência de estruturas e também a formas de organização do trabalho e tecnologias relacionadas a uma trajetória que ainda mantém características tradicionais.

Assim, para muitos a certificação representou uma grande novidade, uma ruptura de costumes, nem tanto pelos insumos que deveriam abandonar ou passar a usar, mas pelo conjunto de regras (ambientais, produtivas, de secagem, processamento e armazenamento, etc.) até procedimentos de registro e gestão que não eram habituados a fazer. Diante deste desafio, as visitas dos auditores da certificação precisariam informar as normas e necessários ajustes e prazos mediados por um diálogo que exige habilidade e a construção de relações de confiança. Como se pode deduzir dos trechos de entrevistas a seguir, houve ruídos de comunicação a respeito do ritmo de conversão da propriedade: se poderia ser por parcelas da lavoura de café, ou se teria que ser toda a área ocupada com a cafeicultura de uma única vez ou, ainda, se a propriedade toda, mesmo onde havia outros cultivos ou criações, deveria ser convertida para produção orgânica imediatamente:

Um dos problemas nossos foi que quando nós iniciou o projeto, boa parte dos produtores colocaram a propriedade toda na certificação, toda. E aí o que que aconteceu? Aí o pessoal tirou o trato todo da lavoura de uma vez, aí foi um problema, que aí de um ano pra outro a lavoura foi lá pra baixo. [...] Foi o modo de começar a conversão pro orgânico (Entrevista AG-10).

E o maior problema que tinha na certificadora era a exigência de transformar a propriedade toda em orgânica; não aceitava converter só uma parte, porque se pudesse colocar uma parte da propriedade só, a gente ia ter feito um trabalho numa parte, ia acompanhar, ver o sistema pra depois ir mudando o restante da propriedade. Mas como tinha que colocar 100% da propriedade de uma vez, isso aí acabou atingindo muito a questão da renda familiar, porque quando caiu a produção, caiu a renda toda de uma vez. E os agricultores não

tinham uma produção muito diversificada na época, era mais o café mesmo, então quando a gente chegou a ter o certificado a gente já tinha uma produção muito reduzida, chegou no terceiro ano teve o certificado pra comercializar o produto, mas aí a produção já era baixa, né? E tivemos ainda o problema da comercialização depois, que não conseguimos comercializar o produto orgânico (Entrevista AG-08).

Por mais que as normas para a produção orgânica não exijam a conversão de toda a unidade produtiva de uma única vez e nem de toda uma cultura, desde que as parcelas a serem certificadas obedeçam às regras de isolamento em relação às parcelas manejadas convencionalmente, é necessária a atenção para evitar equívocos na orientação (pelos técnicos) ou na interpretação (pelos agricultores), pois em uma conversão produtiva que implica riscos de perdas produtivas e financeiras, colocar a propriedade inteira ou a parcela a ser certificada faz diferença significativa. Situação similar se verificou em pesquisa sobre a transição do café por agricultores familiares do Paraná (PACÍFICO, 2008), onde tanto houve desentendimento sobre os procedimentos para a conversão orgânica (se de toda ou por parcelas da UP), quanto os agricultores amargaram perdas significativas na produtividade dos cafezais e prejuízos econômicos a partir dos problemas que derivaram dos equívocos na orientação da conversão.

O encerramento das atividades da Certificadora Sapucaí e a frustração nas vendas quando finalmente haviam conseguido a certificação significaram naquele momento um desfecho difícil de ser suportado pelo conjunto de famílias que haviam apostado no processo. Os caminhos escolhidos a partir de então foram variados.

E perdemos essa venda [refere-se a uma tentativa frustrada de comercialização]. E depois logo no ano seguinte a própria certificadora fecha as portas; aí pronto, né? A gente já tinha perdido a venda, já não tinha renda, já não tinha mais como migrar pra outra certificadora, que o custo da certificadora ficava muito alto e a gente já tava com a renda muito baixa, não tinha nem como pagar outra certificadora pra continuar o processo. A partir daí o grupo desarticulou, o pessoal foi voltando pro convencional, todo mundo voltando pra adubação química mesmo... E o que restou é o pessoal que hoje trabalha ainda a questão da prática da agroecologia, alguns sistemas agroflorestais, que o

pessoal pegou gosto, né, começou e viu que dá resultado, vê a mudança na qualidade do solo, a questão ambiental, a própria qualidade do café... (Entrevista AG-08).

Quando entramos no terceiro ano e a certificadora Sapucaí encerrou suas atividades, pelo alto custo para certificar para o mercado externo, foi um baque forte pois o projeto parecia estar no fim, mas a Agrifom se estruturou novamente e foi buscar a certificação junto a BCS, que posteriormente foi transferida para a Coorpol e teve certificação para os mercados Americano, Canadense, Europeu e Japonês [e] e conseguiu por três anos escoar a produção. Após, o projeto se tornou inviável pelo altíssimo custo de certificação diante da baixa produtividade e poucos agricultores que se sustentavam no projeto (Entrevista AG-11).

Aí a turma já começou a desanimar e a lavoura começou a fracassar... aí uma boa parte abandonou mesmo. Ainda teve um grupinho mais persistente, no caso eu e outros, que continuou. Mas a Sapucaí na época deu um problema e passou pra outra certificadora, só que essa outra o valor dela era muito alto. Aí outro problema que o pessoal não continuou porque o preço da certificação era muito alto. Depois apareceu a Certifica Minas, e eu e um grupo daqui já passou direto pra Certifica Minas. Só que hoje aqui do São João só tá eu... (Entrevista AG-10).

Outros comentários se referiram ao fato de a certificadora contratada não ser credenciada para o mercado internacional. É possível que a maioria não tenha dado atenção a esta questão. Porém, como o objetivo era a exportação...

Eu acredito que a certificação tenha sido um gargalo também. Mas não foi o principal gargalo, pra mim o principal gargalo foi a nutrição, porque até então eu continuei depois produzindo orgânico e vendendo como convencional, porque tinha uma produção. Foi um gargalo porque até então as certificadoras que nos certificavam eram aptas ao mercado interno, e como o café é um produto quase que exclusivamente pra exportação, no primeiro momento a gente não tinha acesso a um certificado que nos dava o direito à exportação como orgânico.



Depois, a gente faz uma outra tentativa, com uma certificadora que teria, de uma certa forma, esse certificado internacional, nos daria a condição de ter um comércio internacional, porém era muito onerosa, era cara (Entrevista AG-04).

Na época você conseguia uma certificação e aí você conseguia um mercado, mas o mercado queria outra certificação que não era aquela... (Entrevista AG-09).

Ainda assim, as normas seguiram as exigências dos países importadores, certamente visando o mercado externo. Porém, o atrelamento ao regramento visando a exportação, sem, contudo, a certificadora ser credenciada para esse mercado, traduziu-se em uma importante limitação no processo.

E a certificação era bem rigorosa, era toda baseada em legislação internacional, até o *checklist* era muito pesado, que não se adaptava à pequena propriedade do Brasil. Não tinha o modelo brasileiro de certificação ainda. A própria certificadora estava começando, não tinha muito tempo de criada (Entrevista MS-06).

Como os cafés orgânicos, em geral, são exportados e o selo da Sapucaí não permitia a exportação do café como orgânico, uma das perspectivas da Certificadora era fomentar que a comercialização dos cafés fosse melhor, desse mais resultados aos produtores, que o café convencional. [...] a Certificadora estudava possibilidades de conseguir para os cafeicultores alguma equivalência de certificação com os processos internacionais, para que os cafés pudessem ser exportados como orgânicos (Entrevista MS-10).

Ao optarem pelo café orgânico com foco na exportação, a contratação de uma certificadora não habilitada para tal revela um desconhecimento das regras internacionais. Como declarou um agricultor em relação às expectativas da produção com vistas ao mercado orgânico: “Que se tenha consciência das dificuldades no processo de certificação e comercialização” (Entrevista AG-12). Este alerta pode ser dirigido aos agricultores para que se preparem para enfrentar mais do que as mudanças tecnológicas, mas igualmente enfrentar uma série de questões além da produção e que geralmente não estavam familiarizados anteriormente. Mas serve especialmente às instituições e aos mediadores sociais, para que também se preparem para desafios técnicos, mercadológicos e

metodológicos que não podem ser menosprezados. O processo ocorrido no Leste de Minas Gerais permite se observar uma grande expectativa em relação à comercialização do café orgânico, que, todavia, não foi acompanhada de suficiente investimento e capacitação para a efetiva intervenção no mercado e para a certificação que é atrelada a ele.

#### 4.4 FRUSTRAÇÕES, APRENDIZADOS E DESDOBRAMENTOS: CONSIDERAÇÕES AVALIATIVAS SOBRE OS RESULTADOS E EFEITOS DA EXPERIÊNCIA DE TRANSIÇÃO PARA O CO

*“O erro às vezes ensina mais que um acerto”* (Entrevista MS-06)

Algumas declarações ajudam a entender o desfecho carregado de sentimentos de frustração por quem esteve diretamente envolvido no processo, seja o agricultor ou agricultora que se viu em prejuízo econômico, seja o mediador ou mediadora social que atuou na promoção da transição agroecológica a partir do café. São mencionadas dificuldades na conversão da produção e gargalos no processo de comercialização, entre outras limitações que comprometeram em alguns aspectos um melhor desempenho da experiência.

Eu acho que foi um conjunto. Porque o que aconteceu? Não teve comércio, o comércio era muito incipiente. A produção diminuiu. Mas se a produção tivesse diminuído e conseguisse comércio, mesmo com a produção mais baixa, ele conseguia. Se você não conseguisse o comércio, mas a produção não caísse tanto, você conseguia segurar. O problema é que foi os dois puxando pra baixo: não achou comércio e a produção também não ficou grandes coisas. Que dizer, as duas bandejas da balança desceram, os dois pesaram juntos pra baixo. Que se um tivesse em alta, segurava o outro. Caiu os dois juntos, não tinha nem comércio nem produção, como é que vai fazer? (Entrevista MS-06).

É o processo de transição, que do jeito que acontece com a medicação no meu organismo, acontece com a terra. Foi atropelado na hora de dar os passos... ninguém desintoxica da noite pro dia. Se eu queria desintoxicar o solo não era cortando rapidamente, eu ia matar a planta que tava acostumada com aqueles produtos. A terra também não ia desintoxicar no outro dia se eu parasse hoje de

jogar qualquer coisa que eu tivesse jogando. Então esse entendimento que houve na época contribuiu para que os agricultores não tivessem continuidade no processo, por que? O agricultor precisa sobreviver, se ele não tinha renda nenhuma mais, nem de um jeito nem doutro, como é que ele ia viver? (Entrevista AG-13).

Hoje o agricultor não pode ficar só da porteira pra dentro. Ele tem que produzir, viver aqui, mas tem que relacionar com a cidade, porque aqui não tem dinheiro, aqui tem pé de dinheiro, mas o dinheiro tá lá fora. E as bocas famintas também, então você tem que levar produto seu pra lá e trazer dinheiro pra aqui. Outra coisa que muita gente fala é que o agricultor quando ganha um dinheirinho ele quer guardar aquele dinheirinho, não quer investir. Eu acho que a gente tem que tá sempre investindo, mas com foco. Não é pegar o dinheiro e sair comprando tudo quanto é que vê. Agora, ficar da porteira pra dentro é mais tranquilo, sossegado, mas não rende muito não. Tem que ser bom de produção e bom de mercado também... e bom gestor, senão o sítio vai acabando (Entrevista AG-06).

O insucesso do projeto agroecológico se deu pela necessidade dos produtores terem de sobreviver de sua produção, e a mudança acabou abalando financeiramente a renda das famílias; a utopia não é suficiente para chegar a um objetivo (Entrevista MS-05).

[...] Sempre mudava as regras e o custo também foi aumentando e em contrapartida nós encontramos um processo de poucas pessoas, volume pequeno, ter que armazenar café muito tempo pra esperar... e mercado também na época não passou a ser aquilo que parecia. Então foi o conjunto dessas questões que foi fazendo a gente desistir do processo de certificação (Entrevista AG-15).

Outros trechos de entrevistas, destacados a seguir, dão uma mostra das percepções dos atores sociais em relação às debilidades e aprendizados deixados pela experiência, que por sua vez se desdobram em desafios e potenciais para ações transformadoras da realidade da agricultura familiar a partir da transição agroecológica:

Em relação aos aspectos da organização e gestão da produção e comercialização, é necessário um

aporte técnico específico de pessoas que conheçam o processo de certificação, de organização econômica (associação, cooperativas etc.), a legislação e os processos para o acesso a mercados (Entrevista MS-09).

Todo mundo aprendeu, o aprendizado foi fantástico! Tanto que o erro às vezes ensina mais que um acerto. Hoje qualquer um que quer mexer, sabe por onde começar, onde ele errou não vai errar de novo. Esse aprendizado foi muito grande. Outra coisa: mudou a mentalidade de muita gente. Muitos hoje são mais propensos a fazer; apesar das restrições, estão mais preparados e propensos. Se tiver um pequeno estímulo, eles fazem. A ideia da monocultura também já ficou um pouco diferente com esse pessoal e alguns vizinhos, já chega na propriedade, você vê que naquela falha onde um pé de café morreu, em vez deles plantar outra mudinha ali, eles plantam uma fruta, hoje é comum chegar na lavoura e encontrar uma laranja, mamão, banana e tal... o pessoal já está mudando (Entrevista MS-06).

Um projeto por mais ruim que ele seja executado, ainda deixa muita coisa boa. Mesmo que ele não te traga lucro financeiro, mas cê aprende muita coisa, inclusive aprende a fazer e dar errado e recomeçar de novo, o que eu acho importante, né? Se você faz alguma coisa, dá errado e você desanima com tudo, é triste. Tem que tá sempre pensando “eu vou fazer e dessa vez vai dar certo”. E cada vez que você toma um coro, se você passa naquela estrada e você toma uma coça, você não passa nela mais, você passa por cá, ó. Pra você chegar onde você quer. Se a sua meta é aquela, a chegada é a mesma, só que ali não deu certo, você volta e passa por outro caminho, pra você alcançar aquele lugar, aquele objetivo que você quer alcançar. Então você acaba aprendendo muito (Entrevista AG-06).

As entrevistas, discussões nos Grupos Focais e demais informações levantadas nos permitiram construir um balanço dos resultados do processo, que organizamos em dois planos, de acordo com a discussão teórica da TA quando se refere a mudanças no sistema de produção e para além dele, na organização, no mercado e demais dimensões. Uma sistematização desses resultados consta no Quadro 7.

**Quadro 7** – Principais resultados da TA nos sistemas de produção e na organização socioeconômica

	<b>Resultados e/ou mudanças nos sistemas de produção (da porteira para dentro)</b>	<b>Resultados e/ou mudanças para além dos sistemas de produção (da porteira para fora)</b>
<b>RESULTADOS OU DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO QUE REPRESENTAM NEGATIVIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• dificuldades para adaptação e cumprimento de determinadas normas vinculadas à certificação, como adubos de origem orgânica que poderiam ou não adquirir e usar</li> <li>• dificuldades de adaptação ao processo de certificação como um todo: destinação do lixo, registros e gestão, ‘imposição’ de alguém de fora, necessidade de pagamento</li> <li>• perda de produtividade no café (mais acentuada para uns, menos para outros)</li> <li>• algumas lavouras de café praticamente “acabadas” depois de eliminada a adubação química sem uma adequada alternativa (citam casos em que a lavoura perdeu a capacidade produtiva; houve situações de fazerem a recepa e reiniciarem a lavoura)</li> <li>• perdas econômicas acentuadas para algumas famílias, que inclusive entraram em endividamento</li> <li>• retorno à utilização de adubação química solúvel nos cafezais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• no conjunto, o problema principal em relação à certificação foi o fato de terem optado por uma mais acessível que, no entanto, não era habilitada para certificar para o mercado internacional</li> <li>• além disso, o fechamento da certificadora assim que os primeiros receberam o certificado</li> <li>• frustrações nas tentativas coletivas de comercialização e decorrentes prejuízos financeiros</li> <li>• críticas e constrangimentos sofridos por pessoas e setores da sociedade contrários à produção orgânica, principalmente após a desarticulação (alguns relatam que por anos sentiram vergonha, outros que o processo gerou um certo descrédito nas organizações)</li> <li>• perceberam fragilidades na organização com fins econômicos e relatam impressões sobre “individualismo” e “imediatismo” em relação a uma parcela dos participantes</li> <li>• insuficiência e pouco preparo da ATER, insuficiente articulação entre mediadores sociais, falta de planejamento, falta de transparência e habilidade por quem liderava o processo</li> </ul>

<b>RESULTADOS OU DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO QUE REPRESENTAM POSITIVIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incorporação ou aumento de tecnologias de base ecológica (para controlar erosão do solo, uso de adubação verde, alguns seguiram usando compostos, biofertilizantes...)</li> <li>• pequeno grupo (em torno de 10 famílias) seguiu na produção/certificação orgânica do café até 2010. Depois também esses voltaram a usar adubação sintética</li> <li>• eliminação do uso de agrotóxicos (os que usavam)</li> <li>• melhorias na qualidade do café produzido</li> <li>• diversificação da produção para reduzir dependência financeira do café</li> <li>• incorporação e manejo de árvores (nativas e frutíferas) nas lavouras de café</li> <li>• melhorias ambientais (água, solo, biodiversidade)</li> <li>• aprendizado das regras da certificação (depois de 2010, não há CO certificado, mas o aprendizado ficou e foi útil também para outros produtos e para a criação da OCS em Caratinga, por exemplo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• destacam a consciência organizativa e política e o fortalecimento e ampliação das organizações (criação da Agrifom, Cooprol, Agrifas, EFAs e outras)</li> <li>• o grupo que persistiu até 2010 conseguiu certificar e comercializar café orgânico que produziu</li> <li>• credenciamento e seguimento no <i>Fair Trade</i> (OPL e Cooprol)</li> <li>• vantagens na venda do café, mesmo convencional, devido às capacitações e disporem de mais conhecimento sobre a qualidade da “bebida”</li> <li>• Feira orgânica de Caratinga criada por grupo de agricultores que mais tarde se credencia como <i>Organismo de Controle Social</i>, modalidade de acreditação para a comercialização direta de orgânicos</li> <li>• tentativas de feiras da agricultura familiar em Simonésia, São João do Manhuaçu e em Manhuaçu</li> <li>• grupos de mulheres se organizando, criando e implementando projetos de agroecologia</li> <li>• vários projetos produtivos de grupos locais assessorados pelas ONGs (mulheres e agroecologia; Aceas, OPL) e projetos regionais em parceria entre organizações da AF e ONGs</li> <li>• influência dos grupos e experiências desses municípios em outras iniciativas na região, que levou a uma articulação regional (a Rede Agroecológica do Leste de Minas Gerais)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• compartilhamento e construção de conhecimentos através das experimentações e trocas de experiências (embora também tivessem colocado a demanda de mais experimentações nas UP)</li> </ul>	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações de campo (2017).

O Quadro 7 traz uma série de resultados obtidos durante o processo do CO e desdobramentos a partir dele, no interior das unidades produtivas e no âmbito social (organizativo e econômico). Nele aparecem inicialmente as citações de resultados negativos sentidos e percebidos pelos agricultores, cujas ênfases foram a queda de produtividade do café, as dificuldades com o processo de certificação (e sua incompatibilidade para a exportação), a não efetivação de vendas do café quando obtiveram a certificação (e conseqüente perda da oportunidade do sobre-preço) e, finalmente, com a frustração e desistência da maioria, sentiram as críticas e constrangimentos de parcela da sociedade.

Em termos gerais, as informações e interpretações obtidas no levantamento de documentos e principalmente nas entrevistas e discussões nos Grupo Focais nos levaram a concluir que houve de fato uma grande frustração em relação às expectativas imediatas de produção e comercialização do café orgânico. Isso resultou de condicionantes externas que o grupo (agricultores e mediadores sociais) não tinham controle: disponibilidade e custos dos insumos orgânicos, falta de políticas públicas que aportassem crédito para suportar os menores rendimentos durante a transição, normas de certificação, padrão de qualidade exigidas pelo mercado; além de um conjunto de limitações e contradições internas ou seja, na própria condução do processo pelos mediadores sociais e pelos agricultores: limites relativos a falhas de planejamento (tanto de produção, quanto de certificação e comercialização), à intensidade e qualidade do apoio técnico, à fragilidade institucional verificada no tocante à certificação/organização socioeconômica/comercialização do café.

Em compensação, há um conjunto de outros resultados que representam inovações em torno de iniciativas produtivas, recuperação ambiental, organização socioeconômica, comercialização nos mercados institucionais e *Fair Trade*, formulação e execução de projetos associativos que, de alguma maneira, se relacionam com o processo do CO. Com exceção da Coopol, da Agrifom e da Agrifas (as três criadas durante o processo do café orgânico) e da entrada no *Fair Trade*, que foram citados como conseqüências diretas da experiência do CO, as demais iniciativas não configuram ou não mostram relação/conseqüência direta (como desdobramento “automático” da experiência do CO), mas uma série de comentários dos entrevistados mencionaram influências daquele processo nessas iniciativas posteriores. Há relatos também de situações em que durante reuniões nos grupos produtivos e nos sindicatos algum participante se refere ao processo ocorrido e levanta desconfiança em relação às propostas que são colocadas, o que sugere um maior senso

crítico e cuidado com as decisões a partir da experiência. Também precisaram enfrentar e superar essa desconfiança por parte dos agricultores no processo de criação e consolidação da Cooprol.

Nos últimos anos, destacam-se ainda o surgimento de outras frentes de atuação organizada na região, como a discussão e criação de Escolas Família Agrícola (EFAs) com enfoque na formação agroecológica e, ainda, organizações de mulheres agricultoras que passaram a agregar às discussões e formações sobre os direitos das mulheres o debate e experiências em torno da agroecologia.

No campo do conhecimento e valores construídos, podem ser citados os aprendizados sobre manejo do solo, produção e uso de biofertilizantes, etc.; sobre as vantagens, como implementar e, também, a necessidade de aprofundar conhecimentos em sistemas agroflorestais; sobre manejo e conservação dos recursos naturais e sua relação com a produção e qualidade de vida; sobre qualidade do café; sobre o (complexo) funcionamento da certificação e do mercado; sobre as diversas formas de associativismo, sua importância, seus potenciais e dificuldades de viabilização diante das diferenças e necessidades de conciliação de interesses entre seus membros, etc. Neste conjunto de aprendizados e práticas percebe-se claramente o incremento de inovações na produção, na educação ambiental e na organização socioeconômica.

Com base nas entrevistas e discussões dos Grupos Focais, construímos o Quadro 8 como um resumo sistematizado dos **perfis** e das **percepções** dos agricultores quanto à experiência do café orgânico no Leste de Minas Gerais, **especialmente quanto à sua visão do aprendizado com o processo e as transformações que ficaram em seus sistemas produtivos**. As informações e interpretações dos participantes permitiram organizar o quadro com base em dois grupos (ou tipos) e compreender algumas distinções de expectativas e do modo de assimilar os resultados, para estes dois grupos. O primeiro grupo é formado por famílias que vinham de um histórico de participação em organizações sociais, experimentações de práticas alternativas na produção e um sistema de produção<sup>28</sup> com maior grau de sustentabilidade. Estes obtiveram menores perdas de produtividade e revelam uma percepção crítica da experiência, mas ao mesmo tempo válida em termos de aprendizado. O segundo grupo ou tipo é formado por dois subgrupos com antecedentes um pouco distintos: alguns vinham de participação em OS e

---

28 *Sistemas de produção* referem-se, neste trabalho, a uma definição geral de quais são e como estão arrançados os componentes de produção agropecuária da unidade produtiva familiar.



outros não, mas ambos sem um histórico de experimentações agroecológicas. Este grupo, sem experiência e aprendizado anterior com a transição, teve expectativas mais imediatas em resultados produtivos e de renda e, em contraste com os resultados obtidos, expressou maior sensação de frustração.

**Quadro 8** – Perfis de agricultores/sistemas produtivos, resultados da TA e percepção do processo

<b>Histórico da família em org. sociais (OS)</b>	<b>Histórico do sistema de produção (SP)</b>	<b>Como ocorreu a transição para o CO</b>	<b>Resultados produtivos</b>	<b>Percepção das famílias sobre o processo e resultados</b>
Famílias participantes de espaços de organização (OS), como STR ou associação, e integrantes de grupos de experimentação em tecnologias e manejos agroecológicos.	Propriedades com SP com maior grau de sustentabilidade, pelo histórico de manejos, por melhores condições da área (solo, clima) ou por terem iniciado a transição agroecológica anteriormente à tentativa do café orgânico.	Houve limitação em recursos financeiros, conhecimentos, assistência técnica e insumos orgânicos para facilitar o processo de transição agroecológica.  Atribuem à retirada abrupta da adubação química solúvel e dificuldades para sua substituição como as causas principais da queda de produtividade do café na conversão orgânica.	Menor queda na produtividade do café (entre 30 e 50%)	Reconhecem que a experiência não correspondeu às expectativas, mas não manifestam sensação de fracasso; valorizam o aprendizado. Algumas seguiram na produção orgânica por mais algumas safras. Atualmente todas mantêm um sistema intermediário ou em transição (SAT) no café e nos demais cultivos e criações.  Não voltaram a utilizar agrotóxicos (alguns já não usavam antes); voltaram a usar adubação química. Participam de OS, algumas com produção e comercialização de orgânicos, principalmente hortaliças.
Famílias participantes de OS, como STR ou associação, mas sem iniciativas anteriores em tecnologias e manejos agroecológicos.  Famílias que não participavam de OS e não vinham implementando mudanças nos SP.	Propriedades com SP convencional e com recursos produtivos (solo, biodiversidade) desgastados, seja em decorrência dos manejos ou por menor aptidão da área; não vinham de processo anterior de melhorias no SP.	Relatam dificuldades com a certificação e, principalmente, dificuldades na comercialização.	Maior queda na produtividade do café (entre 50 e 80%)	Relatam maior sensação de ‘fracasso’ da experiência (produção e perdas econômicas); menos propensos a ver ‘aprendizado’ na experiência do café orgânico.  Em geral, dizem não ter voltado a utilizar agrotóxicos; voltaram a adubar o café com fertilizantes solúveis.  Algumas famílias participam de organizações, outras não.

Fonte: Autor, a partir das informações de campo (2017)

De um modo geral, as informações sistematizadas no Quadro 8 nos permitem entender que a parcela de famílias que vinha participando de associações produtivas e por meio delas eram assessoradas em experimentações tecnológicas, tiveram uma compreensão acerca do processo de mudanças no sentido de que as melhorias produtivas e de renda não seriam tão maiores nem imediatas e que a elas seria necessário agregar um processo de certificação e mercado que demandaria organização, participação, discussão e decisões coletivas. No outro grupo estas necessidades e estratégias não estavam tão claras. Mesmo os que integravam organizações sociais, tinham pouca experiência em práticas de produção e comercialização alternativas e por isso esperavam um processo mais simples, com melhor retorno em curto prazo, o que não ocorreu e acentuou o sentimento de frustração.

As propriedades que informam menores perdas, ou seja, as que tinham melhores condições produtivas, relatam processo anterior de recuperação do solo, com uso de adubações verdes, introdução de árvores no sistema, controle da erosão. Porém, mesmo as que introduziram árvores na lavoura de café, alertam para o cuidado com as seguintes questões: a) uso de espécies que podem melhor combinar com o cafeeiro, assim como aceitar poda e fornecer material para obtenção de matéria orgânica; e b) ter atenção para o percentual de sombreamento, pois algumas famílias perceberam sombra em excesso e então ralearam as árvores para atingir um ‘ótimo’ de sombreamento e benefícios para a produção do café. Estas noções vieram de experiências anteriores e seguiram durante e após o processo do café orgânico, constituindo uma trajetória de conhecimentos e práticas que foram acumulando progressivamente. Isso nos indica que a teoria da transição em estágios, da otimização do uso de insumos até sua substituição e redesenho do agroecossistema, tem correspondência na realidade pesquisada, dado que as propriedades que sentiram menos e mais avançaram no café orgânico foram as que já vinham de uma transição anterior ou tinham um agroecossistema em melhores condições em termos de recursos naturais e produtivos para eliminar totalmente os insumos agroquímicos sem contabilizar perdas significativas de produtividade. Em relação a essas mesmas famílias, é possível deduzir também que sua inserção mais ativa e de liderança nas organizações influenciou em sua trajetória tecnológica, permitindo acesso a informações e experimentações, que tanto lhes trouxe melhores resultados quanto uma formação para compreender e suportar os momentos de crise, bem como ter uma percepção geral mais positiva do processo.

Mas não basta estar na organização para obter melhores resultados produtivos e percepções positivas, como se vê pelo primeiro sub-grupo dos que mais tiveram queda de produtividade. Esta parcela de famílias, ativas nas organizações e sem contar com uma trajetória de iniciativas concretas na transição agroecológica, ficou no grupo das maiores quedas de produtividade e sua percepção do processo é de grande frustração, igualando-se à parcela desse grupo que não tinha uma trajetória nas organizações e nem com experiências alternativas de produção. Ambos os perfis (tipos) tiveram as maiores perdas de produtividade e percepção de grande frustração.

Não pretendemos fazer generalizações a partir deste conjunto de agricultores entrevistados, mas é interessante notar que, no conjunto de informantes, os que participavam de organizações e tiveram resultados razoáveis se mostraram mais otimistas, enquanto os que compunham organizações mas obtiveram resultados produtivos muito ruins manifestaram uma negatividade em relação à experiência tanto quanto quem não participava das organizações. Isso pode nos apontar uma tendência interpretativa de que estar na organização é importante tanto quanto participar das experiências práticas e obter razoáveis resultados produtivos para resultar em uma visão mais positiva do processo.

Todos os agricultores entrevistados defenderam ser necessária uma assistência técnica para a transição agroecológica e referem-se com maior ênfase à fase da conversão tecnológica, isto é, a um apoio técnico (não só, mas mais presente) nas propriedades, acompanhando e auxiliando no processo de mudanças produtivas. Sobre o ‘tipo’ e intensidade da ATER, houve opiniões parcialmente diferentes: que seja mais intensa e nas propriedades; que mescle formação e acompanhamento nas propriedades; que faça acompanhamento individual e coletivo; que trabalhe com experimentações e intercâmbios, etc. Num exercício de composição e síntese dos formatos sugeridos, chega-se a uma proposta em que a ATER deve **partir da realidade** das unidades produtivas (seus meios de produção e conhecimentos dos agricultores), desenvolver **atividades individuais e coletivas**, mesclar **formação, experimentações e intercâmbios**. Esta formulação constitui uma base metodológica e de ações que dialoga diretamente com o exposto em nosso “perfil desejável de transição” (Quadro 3), especificamente com o segundo e terceiro componentes dos processos sociotécnicos, onde se propõe que o conhecimento e as ações de ATER partam de diagnósticos e planejamentos participativos, considerem as dinâmicas de trocas de experiências e saberes entre agricultores, assim como entre o conhecimento empírico e o científico na construção da agroecologia. Tal caminho metodológico deve resultar de

uma construção conjunta entre agricultores e mediadores sociais, porém apostando em um processo crescentemente apropriado e protagonizado pelos agricultores e comunidades rurais, de forma a gerar autonomia e superar os planejamentos externos que levam pouco ou nada em consideração as intrincadas relações dos atores locais (LONG, 2007; GUZMÁN, 2002; SANTOS, 2007; ALTIERI, 1999).

As manifestações sobre a ATER e o acesso à pesquisa e conhecimento foram mencionadas com muita frequência e intensidade. Por parte dos agricultores, havia uma expectativa generalizada para conhecer e acessar tecnologias para a produção orgânica. Ao entrarem no projeto, acreditavam que teriam facilitado este acesso por parte das organizações de assessoria ou da Emater; e consideram que tais serviços foram deficientes em quantidade e qualidade. Entre os mediadores sociais, apareceram opiniões divergentes acerca da assistência técnica: uma parte concorda que deve haver, mas uma parte menor não trata deste processo considerando ‘assistência técnica na produção’, mas se daria na organização das trocas de experiências entre agricultores, com os mediadores fazendo papel de formação e assessoria em organização (social, política e de mercado). Mas por mais que as concepções de ATER venham mudando em termos técnicos e metodológicos para superar o modelo difusionista em favor de metodologias construtivistas, ficou evidente que não foi a concepção metodológica que implicou nesta diferença de compreensão entre técnicos e agricultores, mas sim a pouca presença dos técnicos e a precária capacitação de alguns deles para os desafios da transição agroecológica, tanto nos aspectos da produção quanto nas questões referentes à certificação e comercialização.

Alguns salientam a necessidade de serem realizadas pesquisas técnicas na região, de modo a se obter resultados adequados aos agroecossistemas locais e, portanto, mais confiáveis (citada como exemplo a necessidade de pesquisas sobre as propriedades de compostos orgânicos a partir de matéria prima local).

A quase totalidade dos entrevistados valorizava e segue valorizando a organização na agricultura familiar como uma condição para a transição agroecológica, para a melhora de vida das famílias e para o fortalecimento do ‘segmento social agricultura familiar’. A maioria reconhece que faltam iniciativas organizativas mais no plano econômico, mas alguns não são claros se assumiriam compromisso com uma organização econômica. Os entrevistados com uma longa experiência de militância em organizações (pastorais, sindicatos, associações...) ressaltam as ‘heranças’ que decorreram da experiência e a colocam como ‘uma’ entre tantas outras experiências. Se esta não deu certo ou deu

parcialmente certo, outras deram bons resultados e continuam inspirando/acumulando novas experiências e conquistas. Isso pode ser relacionado com a dimensão de acúmulos ou mudanças imateriais, já que são marcas e valores sedimentados na formação e no imaginário destes participantes. Em geral, estes desempenham papel de líderes nas organizações sociais em que participam.

Alguns afirmaram que se o café orgânico tivesse preços sempre em torno de duas vezes o preço do convencional (ágio de 100%), valeria a pena produzir orgânico. Mas alertam que não basta ter preço, é preciso viabilizar o acesso ao mercado. A expectativa de preço em dobro, para eles, deve-se à menor produtividade. Isso remete à questão da pesquisa e da ATER como desafios a uma transição que leve a patamares semelhantes de produtividade ou outras formas de compensação, como a redução de custos. Porém, sabe-se que a expectativa de receber o dobro (ou o triplo, como chegaram a prever) pelo café orgânico é superestimada em relação às condições de consumo da imensa maioria da população. Neste contexto, mesmo o café seguindo como o principal produto para o mercado, muitos relataram que nos últimos anos diversificaram e ampliaram as fontes de renda na agricultura, com a produção e venda de alimentos no PAA, no PNAE, assim como em feiras e mercados locais. Um desses grupos, composto por dez famílias associadas à OPL, detêm desde 2013 a declaração de Organismo de Controle Social (OCS) para a comercialização de orgânicos na venda direta ao consumidor e nos mercados institucionais. Consideram esta conquista, assim como a “sobrevivência” da Coopol (uma cooperativa regional de agricultores familiares, criada em 2006 em plena crise do café orgânico), como desdobramentos ou “heranças” da articulação regional em torno do café orgânico. Este conjunto de iniciativas e avanços constituem *inovações sociais* relacionadas e desdobradas da experiência de transição do café, caracterizando também o que os agricultores e mediadores sociais chamaram de *aprendizados* e de *heranças* do processo. São aprendizados racionalizados, simbólicos e práticos ao mesmo tempo; materiais e imateriais, como referiu Neumeier (2012), pois marcam novas formas de produção, novas ações e perspectivas de ações e também novos comportamentos em relação ao meio ambiente, à produção, às organizações e ao seu lugar como atores na sociedade.

A relação entre os processos e ações sociotécnicas e as dinâmicas organizativas ficaram evidenciadas nas declarações de agricultores e mediadores sociais e foram ressaltadas nas discussões dos Grupos Focais. As sínteses expressas nos quadros 7 e 8 possibilitam perceber e compreender a interdependência e os encadeamentos entre estas

dimensões ao mostrar que as inovações sociais e tecnológicas que foram propostas e experimentadas no processo de transição agroecológica estiveram fortemente ligadas e dependentes das condições de organização que dispunham ou construíram. Em outro sentido, as trajetórias tecnológicas levaram tanto a certos questionamentos quanto à criação de novas organizações e ao fortalecimento das organizações que já existiam. As associações de produção e os STRs são claramente formas de organização que renovaram seus papéis a partir de assumirem boa parte do protagonismo na transição para o café orgânico no Leste de Minas (e em momentos também receberam críticas por sua atuação naquele processo). Algumas associações baseadas nas comunidades rurais haviam sido criadas e estavam praticamente inativas, mas com a dinâmica e os problemas do café orgânico retomaram as discussões e ações. Com base no STR de Simonésia foi criada a Agrifas para entender à demanda da comercialização, assim como as condições para a criação da primeira EFA na região (Arefama). As mulheres agricultoras de Simonésia impulsionaram organização a partir do STR e, com apoio jurídico da Agrifas, implementaram, entre 2005 e 2008, o projeto *Agroecologia e Gênero: envolvendo as mulheres do campo para um desenvolvimento territorial no Leste de Minas* (TRINDADE, 2008).

Em São João do Manhuaçu, o STR contribuiu na retomada do papel da Associação dos Produtores Rurais e dos Agricultores Familiares de São João do Manhuaçu (Asproraf), além de abrigar o início do projeto da Associação das Comunidades do Jatobá, Boa Esperança e Bom Jardim, que instalou uma pequena agroindústria para processamento de vários produtos da agricultura familiar. Também foi ativo em um projeto de recuperação de nascentes e áreas degradadas, executado pela REDE, entre 2006 e 2010.

As EFAs na região foram criadas a partir de 2008 e refletem também uma parte da sensibilização e dos efeitos da transição agroecológica. No caso das EFAs, uma das motivações para sua criação foi a necessidade de dispor localmente de espaços de formação e capacitação para a transição agroecológica.

Ao mesmo tempo, é possível perceber que a discussão e as experiências em torno da agroecologia produziram um repensar institucional. As discussões, planejamentos e projetos dos movimentos e organizações sociais da região, na última década, adotaram a agroecologia como uma proposta estratégica e permanente, evidenciando a influência dos processos e desafios para a transição agroecológica em inovações organizacionais. A criação da Coopol, o surgimento das EFAs, as organizações de mulheres em torno de experiências agroecológicas, o

fortalecimento do associativismo (associações ativas e coordenando a produção diversificada para atender aos mercados institucionais e gerar renda às famílias) representam iniciativas de inovação que compõem o cenário regional da agricultura familiar do Leste de Minas na construção da transição agroecológica através do encadeamento de dinâmicas sociotécnicas e organizativas.



## 5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui serão trazidas as conclusões e considerações finais que resultaram desta pesquisa. Com base no estudo de documentos, entrevistas e reuniões com Grupos Focais, e a confrontação desse conjunto de conteúdos com as categorias teóricas (Quadros 3 e 4), extraímos as conclusões e considerações críticas e também a sinalização de eixos para eventuais interesses em aprofundar o estudo da experiência de transição agroecológica para o café orgânico no Leste de Minas Gerais.

De início, percebemos que a falta de registro e documentação do processo (na forma de relatórios, informativos, artigos e outras publicações) resultaram numa descontinuidade para os próprios atores sociais e dificuldade adicional para a pesquisa e produção de conhecimento. Isso, associado à passagem do tempo e desgaste da memória, levou as pessoas a relatarem com muita imprecisão. Daí a importância das interpretações e representações que as pessoas construíram em sua memória, pois dados, fatos, informações objetivas são muito fragmentadas e desconstruídas. Portanto, buscar as percepções, as representações construídas e expressas pelos participantes da experiência foi o caminho percorrido para compreender e analisar aquele processo. A perspectiva do ator social, neste caso, pareceu adequada para compreender ‘por dentro’ e ‘a partir’ de quem viveu e vive (considerando os desdobramentos) a experiência da TA no Leste de Minas Gerais.

Em relação aos **atores sociais da TA**, é possível perceber que o processo regional dos agricultores familiares em torno de alternativas de produção e renda partiu de um conjunto de iniciativas relativamente autônomas (grupos em Simonésia, Caratinga, Manhauçu, Santa Bárbara do Leste e São João do Manhauçu), em torno das quais constituíram-se dois polos que na trajetória se “encontram” no processo do café orgânico: o polo de Caratinga através da associação Organização do Povo que Luta (OPL), com assessoria da REDE (ONG de perfil agroecológico); e o polo originado em Simonésia, a partir do STR e do projeto Doces Matas, coordenado pela Fundação Biodiversitas. Pela proximidade geográfica, por terem uma identidade organizativa (pastoral, sindical, associativista) e serem acompanhados por entidades de assessoria (ONGs e Emater), esses grupos conseguiram articular-se minimamente entre si e com outros espaços. Porém, identificamos uma fragilidade nessa articulação microrregional em rede (que integraria os grupos dos dois polos e os cinco municípios) e uma participação maior em um espaço amplo, o GT Sapucaí, que juntava grupos de várias regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo. Assim, entendemos que entre os grupos dos municípios

pesquisados (e outros próximos, se fosse o caso) poderia ter havido esforços para uma maior integração de conhecimentos, troca de experiências de produção e cooperação para a comercialização. Há relatos de mediadores sociais reclamando que a falta de integração e colaboração entre essas experiências próximas, principalmente entre os técnicos, limitou o acesso a conhecimentos, tecnologias e alternativas de comercialização.

Uma década depois, a maioria dos entrevistados interpreta aquela como uma experiência frustrada segundo os objetivos da época, pois mesmo no auge do projeto não houve condições de comercialização do café como orgânico (e as famílias foram abandonando o projeto). Isso teria ocorrido pelo baixo volume de café orgânico produzido, custos e inadequação da certificação e dificuldades na comercialização. Outro dado é que as tentativas de mobilização para trabalhos posteriores com agroecologia, mesmo que propostos por outras entidades, enfrentaram certa resistência, principalmente se o termo 'orgânico' fosse mencionado junto às famílias ou em comunidades que tivessem participado daquela tentativa. Outra parte das famílias, mesmo vendo frustrações na experiência, entende-a como um processo de aprendizado e que interferiu em conquistas organizativas (como a criação de uma cooperativa regional) e experiências de transição agroecológica em outros setores da produção, como frutas e hortaliças atualmente comercializadas nos programas dos mercados institucionais PAA e PNAE e em feiras locais. As iniciativas recentes de trabalhos em bases agroecológicas vêm sendo realizadas abordando a diversificação da matriz produtiva, industrialização de produtos e venda no mercado institucional e outros mercados locais. A cafeicultura persiste como o setor de maior importância econômica para a grande maioria das famílias. Na produção orgânica do café permaneceram, até 2010, em torno de 10 famílias, as quais refizeram a certificação, com venda no mercado orgânico entre 2008 e 2010. No período em que se fez a pesquisa, não havia produção certificada de café orgânico e a quase totalidade dos que participaram do processo informou ter voltado a utilizar fertilizantes solúveis, mas afirmam não fazer uso de agrotóxicos. Isso também evidencia um avanço em relação ao estágio anterior à tentativa de transição do café. Porém, para a maioria, o desafio da conversão orgânica dos cafezais retrocedeu parcialmente e não foi retomada. Alguns relataram manter lavouras de café em sistemas agroflorestais, retirando dessas áreas também outros produtos para consumo e venda.

Em relação às ações de TA nos anos recentes, não é explícita a relação com a experiência anterior no que diz respeito à abertura que as

pessoas demonstram para participar de atividades de agroecologia. Mas ficou evidente que parte da sensibilização para o cuidado com o meio ambiente, a saúde, o associativismo, vem tanto da caminhada anterior quanto do aprendizado durante a experiência do café orgânico. Há de se considerar também as ações da igreja católica, por meio de grupos de reflexão e campanhas da fraternidade, que tratam frequentemente sobre ecologia. Outra iniciativa que pode ter influenciado os agricultores a iniciarem o processo de TA nos últimos anos refere-se à abertura de duas Escolas Família Agrícola na região, em 2010 e 2014, contemplando, respectivamente, ensino fundamental e médio, ambas com orientação para a agroecologia.

Em relação ao **processo sociotécnico** – considerando centralmente o conhecimento disponível, algumas experiências em tecnologias de base ecológica que vinham sendo testadas e o acesso limitado a insumos orgânicos – as análises da trajetória tecnológica indicam que houve pouca atenção quanto à “gradualidade” das mudanças. Conforme o marco teórico da TA que nos baseamos (ALTIERI; NICHOLLS, 2007; GLIESSMAN, 2009, 2010) e que assumimos enquanto “perfil desejável de transição”, é aconselhável que o corte dos insumos industriais seja gradual no tempo e/ou no espaço para evitar maiores riscos aos agricultores – ou então que haja recursos subsidiados para dar suporte no período com menor produção e renda. A substituição dos insumos visando a produção orgânica de café em lavouras já estabelecidas é orientada também em etapas por Lima *et al.* (2003, p. 15): “a conversão deverá ser feita em etapas, eliminando de imediato o uso de agrotóxicos e substituindo gradativamente os fertilizantes químicos pelos orgânicos em doses adequadas, para reduzir o estresse nutricional e queda na produtividade da lavoura”. Conforme nos explica Altieri (1999, p.66), “[...] há um período de transição antes que se alcance a sustentabilidade e, assim, o retorno do investimento em técnicas agroecológicas pode não acontecer imediatamente”. Na experiência pesquisada, a retirada imediata dos insumos não permitidos pela certificação, ao mesmo tempo em que provocou queda de produtividade maior do que a esperada, criou entre as famílias uma expectativa (e necessidade) de curto prazo na venda com sobre-preço ao produto que conseguiram colher. Paralelamente, o esforço organizado para a comercialização foi insuficiente ou despreparado, acarretando em nenhuma efetivação de venda de café no mercado orgânico no período estudado.

Identificou-se uma escassez de estudo e discussão com referências teóricas sobre a TA para traçar as estratégias e planejamento das ações para a região durante aquele processo. Isso pode ter contribuído para que

a visão da agroecologia ficasse **restrita à produção orgânica do café**, quando o enfoque deveria ser mais amplo e ter considerado mais a complexidade da agricultura familiar da região e, portanto, a diversificação produtiva e da renda estariam mais claramente integradas nas estratégias da transição. Essa visão restrita focando na produção do café se mostrou insuficiente também no momento da comercialização, pois ao contar exclusivamente com a produção e venda do café orgânico no mercado externo, a não efetivação da venda (mesmo que fosse em quantidades menores das que vinham produzindo), inviabilizou financeiramente os agricultores. Também relacionada à necessidade de estudos e discussões para a definição das estratégias da TA, outra questão que se mostrou problemática diz respeito ao **descuido metodológico** de iniciar o processo com base na expectativa de vantagens econômicas, sem clareza das dificuldades, do tempo necessário para o retorno financeiro, e de um leque de possibilidades de mercado mais amplo que não somente a exportação. Isso representou um fator de desmobilização e frustração. Associe-se a isso a ausência, naquele processo, de políticas públicas (de crédito, ATER ou de apoio à comercialização) para apoiar a transição. Sendo uma experiência pioneira na região, também se evidenciou a inexperiência na gestão econômica para os desafios do mercado, algo ainda mais desafiador em se tratando de exportação.

Apesar desses entraves, são evidentes os aprendizados e avanços que aquele processo oportunizou. Na **dimensão sociotécnica**, várias tecnologias de base ecológica foram testadas e passaram a ser adotadas (adubações verdes, biofertilizantes, compostagem, etc.), deixaram de utilizar agrotóxicos, mudaram práticas de manejo e atenção com os recursos naturais, entre outras. Na **dimensão organizativa**, durante o período da TA do café ou em decorrência do processo, ocorreram inovações organizacionais como a criação de uma cooperativa regional de agricultores familiares, duas associações municipais e uma regional, além do fortalecimento das organizações já existentes. Também se destaca a entrada no mercado *Fair Trade* e mais recentemente o credenciamento de um grupo de produtores orgânicos membros da OPL como uma OCS (Organização de Controle Social) para a comercialização direta de orgânicos. A criação de Escolas Família Agrícola (EFAs) com enfoque agroecológico, destinadas aos jovens rurais, e a organizações de mulheres em projetos de agroecologia, também são considerados efeitos indiretos daquele processo de TA.

Com isso, percebemos que as dinâmicas **sociotécnicas** e **organizativas** operaram de forma interdependente e por vezes complementar na experiência, permitindo concluir-se que as estratégias

de TA e desenvolvimento sustentável na agricultura familiar são estreitamente relacionadas com as realidades e potencialidades (tecnológicas, produtivas, organizativas e econômicas) dos territórios e seus agroecossistemas. Os antecedentes e o processo do café orgânico são caracterizados por iniciativas organizadas e de grupos e associações de produção, motivados direta ou indiretamente pelos STRs, com participação e assessoria técnica de ONGs e/ou técnicos da Emater, realizando uma diversidade de experiências com tecnologias alternativas e organizativas com vistas à comercialização. Este conjunto de iniciativas demonstra uma vitalidade organizativa e proativa em torno da transição agroecológica que se assemelha a outras experiências em várias regiões e estudos (ROVER, 2011; MIOR *et al.*, 2014; COSTABEBER e MOYANO, 2000; DAYRELL e SOUZA, 2006; SCHMITT e PETERSEN, 2009) e apresentam características de processos socialmente inovadores, conforme descreve Neumeier (2012): ação coletiva e colaborativa; mudança de atitude, comportamento, percepções; organizar-se enquanto ator-rede; demonstrar evolução em relação à situação anterior; além de mudanças materiais, traz benefícios imateriais, como a construção coletiva de objetivos. Neste sentido, apesar das contradições percebidas no processo do café orgânico, o seu desdobramento permitiu alguns níveis de mudança material, social e organizacional e também avanços para a ‘concertação de objetivos comuns de um grupo social’ que podem ser relacionadas à noção de **desenvolvimento endógeno** trazida por Neumeier (2012), ou seja, como resultado de processos caracterizados por inovações sociais e tecnológicas que não se restringem a mudanças específicas ou setoriais.

Mesmo identificando muitos avanços organizativos, os depoimentos sobre debilidades técnicas e organizativas relatadas nos levaram a entender que faltou um espaço e dinâmica que integrasse os grupos de agricultores e mediadores sociais dos cinco municípios, intensificando as trocas de experiências, informações, conhecimentos, insumos; e afinando estratégias para a produção, certificação e comercialização que poderiam ter proporcionado avanços ao processo de TA a partir do café orgânico. Desta forma, uma instância coletiva poderia ter solucionado demandas práticas e contribuído em discussões e decisões estratégicas, como a certificação e o mercado, que se mostraram deficientes na medida em que a certificadora escolhida não era habilitada para o mercado externo e, na comercialização, os contatos com entidades do Sul de Minas se mostraram insuficientes para viabilizar o mercado. Mesmo que as lideranças das organizações participassem do GT Sapucaí, esse espaço pareceu insuficiente e “distanciado” da realidade, pois devido

à abrangência (reunia representantes de diferentes regiões de Minas e do Espírito Santo), não conseguia contemplar a participação e os problemas concretos da maioria dos agricultores, além de ser ligado à certificadora, ou seja, poderia haver um condicionamento das discussões. Em uma dinâmica mais próxima aos grupos envolvidos, poderiam ter discutido e construído estratégias alternativas aos estrangulamentos encontrados, como a prospecção para venda do café no mercado interno, mas nenhuma declaração neste sentido foi verificada.

Identificamos no tripé produção/certificação/comercialização as questões concretas e cotidianas dos desafios da TA, mas que demandam um complexo processo de interações e construções sócio-organizativas, teóricas e políticas para fundamentar e assegurar condições para a sua efetivação. O espaço microrregional para a discussão da TA teria potencial para avançar e se constituir numa articulação territorial em torno da agroecologia que integrasse os debates teóricos, práticos e políticos da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável. Essa tentativa se verificou nos anos seguintes, porém a não existência desse espaço no período crítico do café orgânico fragilizou o processo e contribuiu para a desarticulação regional naquele momento.

Em relação à hipótese (a) de terem sido implementadas estratégias focadas numa visão restrita de TA, desconsiderando a heterogeneidade da agricultura familiar e seus contextos socioambientais e econômico-produtivos, verificamos em grande medida a confirmação do que era esperado. Essa restrição é possível ser percebida em vários aspectos: na produção, ao focar em um único produto, quando poderia aproveitar o potencial da agricultura familiar diversificada e trabalhar com uma gama de produtos e aumentar a segurança alimentar das famílias, as possibilidades de comercialização e a sustentabilidade do agroecossistema; no mercado, pois além de focar em um só produto, vislumbrou exclusivamente a certificação e exportação, desprezou as possibilidades do mercado interno (assim como poderia ter apostado proporcionalmente nos mercados locais e regionais) e concentrou as expectativas em vantagens econômicas de curto prazo; e no enfoque da agroecologia na medida em que um princípio básico dos sistemas produtivos sustentáveis é a agrobiodiversidade e que o processo de transição agroecológica vem associado a mudanças e melhorias crescentes na recuperação do potencial produtivo do agroecossistema. Ou seja, tais aspectos se mostraram consideravelmente distintos em relação ao processo sociotécnico que compõe o “perfil desejável de TA” elaborado na discussão teórica, fundamentalmente no que se refere ao modelo tecnológico. As referências teóricas ali sistematizadas a partir

de vários autores (ALTIERI; NICHOLLS, 2007; GLIESSMAN, 2009, 2010; SCHMITT, 2013), sugerem que se considere a diversificação da produção, de fontes de alimentação e renda e a conservação da agrobiodiversidade nos processos de transição para a agroecologia.

Em compensação, a dimensão organizativa, mesmo com as limitações em iniciativas socioeconômicas com resultados efetivos à época, ainda assim foi melhor trabalhada e que no decorrer do tempo trouxe efeitos interessantes aos agricultores, sendo mencionada como uma herança positiva de todo o processo de TA. Neste mesmo sentido, as metodologias de ATER, tanto na dimensão sociotécnica quanto organizativa, se mostraram em boa medida adequadas, pois promoveram a participação e a construção de conhecimentos técnicos, ambientais e organizativos.

Não se confirmou plenamente a hipótese (b) de uma diferença de interpretação entre agricultores e mediadores sociais em relação ao processo. No entanto, verificou-se opiniões parcialmente distintas relativas à assistência técnica, uma vez que os agricultores consideram muito necessária e mais presente no cotidiano da produção, e alguns mediadores sociais dão menor ênfase a uma ATER intensiva e diretamente nas propriedades. Por mais que as concepções de ATER venham mudando em termos teóricos, técnicos e metodológicos para superar o modelo difusionista em favor de metodologias construtivistas, ficou evidente que não foi a concepção metodológica (baseada em ações coletivas, como trocas de experiências, reuniões de discussão, etc.) que implicou em diferença de compreensão entre técnicos e agricultores, mas sim a pouca presença e capacitação das equipes técnicas para os desafios da transição agroecológica, tanto nos aspectos da **produção** quanto nas questões referentes à **organização, certificação e comercialização**. Por outro lado, é necessário ponderar sobre o reduzido tamanho das equipes e as dificuldades de planejamentos de ATER em longo prazo pelas entidades de assessoria, dadas as descontinuidades dos projetos e recursos, especialmente no caso das ONGs.

As análises indicaram que o processo de TA demanda um formato de ATER que tenha como **partida a realidade** das unidades produtivas e das famílias agricultoras (seus meios de produção, conhecimentos, expectativas) e que sejam planejadas e desenvolvidas **atividades individuais e coletivas**, integrando **capacitações, experimentações e intercâmbios**. Esta formulação constitui uma proposta metodológica que se encontra fundamentada na discussão teórica da pesquisa e compõe o nosso “perfil desejável de transição”, sob o guarda-chuva dos processos sociotécnicos, especificamente nos componentes que sugerem que o

conhecimento e as ações de ATER partam de diagnósticos e planejamentos participativos que envolvam a capacidade de *agência* dos agricultores e trabalhem sobre a problemática encontrada na realidade. Partir da realidade é reconhecer e conhecer as especificidades e potencialidades dos agroecossistemas (natureza, cultivos e criações, conhecimentos, tecnologias, trabalho, projetos familiares) e suas interações com sociedade (comercialização/consumo, legislações, instituições, políticas, conhecimentos, etc.). É da capacidade de compreender e gerir estas interações que decorrem as possibilidades (maiores/menores) de sustentabilidade dos agroecossistemas. Portanto, se os processos sociotécnicos da agroecologia assentam-se nos estudos e diagnósticos de agroecossistemas e sua relação com o mundo externo (fatores que se encontram da porteira para fora das UPs), essa relação deve constituir a base de planejamento para as estratégias e ações da ATER em processos de transição agroecológica.

Em relação a uma avaliação geral do processo, identificamos uma percepção amadurecida e ponderada por parte dos agricultores, que registram a frustração produtiva e financeira da época, mas ressaltam os desdobramentos positivos devidos aos aprendizados que os erros e acertos proporcionaram. Em geral, dizem que a participação e discussão em espaços coletivos (oportunizada pela organização) contribuiu decisivamente para não desanimarem/desistirem da agroecologia, repensarem as estratégias e retomar a caminhada depois da frustração e desarticulação em torno do café orgânico.

Dito de outro modo, a pesquisa da TA no Leste de Minas Gerais a partir da conversão orgânica do café, considerando seu processo e resultados na perspectiva dos atores sociais, nos permitiu construir a seguinte síntese conclusiva:

- 1) As estratégias, metodologias e ações se mostraram, em grande medida, ineficientes e ineficazes em relação às expectativas e objetivos aos quais se propuseram, ou seja: produção, certificação e comercialização de café orgânico e aumento da renda dos agricultores. As causas desses resultados foram: i) insuficiente conhecimento e ATER disponível ou viabilizada no processo; ii) indisponibilidade e insuficiente acesso a tecnologias e insumos orgânicos; iii) inadequado perfil institucional/legal da certificadora contratada; iv) inexistência de estruturas socioeconômicas e/ou inexperiência para a atuação no mercado (comercialização). E há uma causa subjacente a essas citadas, que foi a adoção de um enfoque restrito à conversão orgânica do café. Mesmo prevalecendo esta



ordem de problemas, foram valorizadas as capacitações e as metodologias participativas da ATER, destacadamente os resultados das trocas de experiências.

- 2) Por outro lado, o processo de TA, como um todo, envolveu: i) dificuldades e oportunidades externas; ii) limites e capacidades internas (técnica, financeira, estrutural); e iii) conflitos, criação e reinvenção das organizações sociais. As OS resultantes do processo se expressam na seguintes áreas: i) socioeconômica (associações assumindo papel na produção, iniciativas no processamento de café e outros produtos, criação da Coopol, entrada no *Fair Trade*, novos projetos de TA em parcerias OS/ONGs, etc.); ii) política (mobilização e organização das mulheres e aprendizado para acessar políticas públicas na sequência daquele contexto); e iii) de conhecimento (discussão e criação das EFAs visando uma educação contextualizada aos jovens da AF seguindo a pedagogia da alternância para formação de técnicos em agropecuária com orientação à agroecologia).

Dessas três áreas de avanços, a mais clara e diretamente vinculada ao processo do café orgânico é a que trata das iniciativas socioeconômicas. As demais têm relação com aquele processo, mas decorrem também de uma série de outras demandas e influências. Portanto, são nas dinâmicas organizativas que encontramos os principais saldos positivos da experiência, seja como resposta aos limites e equívocos teórico-metodológicos e estratégicos da ação, seja como resultado dos conhecimentos e aprendizados construídos nas dificuldades e nos desafios enfrentados na tentativa de transição agroecológica. Apesar das fragilidades e insuficiências na definição das estratégias, o saldo a médio prazo foi positivo, pois criou novas condições e oportunidades para a TA no Leste de Minas Gerais a partir das organizações sociais e das características dos agroecossistemas locais.

Buscar elementos do processo pela perspectiva do ator social e sua capacidade de *agência* nos colocou o desafio de ouvir mais e muitos, e então organizar e colocar essas perspectivas em diálogo entre si e com as teorias escolhidas. As reuniões em Grupos Focais foram fundamentais para a discussão entre os atores e a elaboração de compreensões comuns e também a emergência de interpretações diferentes a respeito de aspectos do processo. Percebemos que a oportunidade de discutir coletivamente as questões que apresentamos para os GF significou para eles a oportunidade, depois de muitos anos, para apontar pontos críticos e principalmente compartilhar os aprendizados e os avanços que percebiam como heranças daquele processo. Identificaram nesses momentos os

passos e conquistas dos últimos dez anos e relacionaram muitos desses avanços à tentativa, crise e aprendizado que viveram naquele período, mas que não eram verbalizados em discussões como sendo decorrências também daquele processo, por uma espécie de “pacto de silêncio” que as frustrações e constrangimentos haviam deixado. Com isso entendemos que trabalhar a partir da compreensão do ator social, individual e coletivo, além de proporcionar o compartilhamento de informações e opiniões para o objetivo da pesquisa, permitiu momentos de debates, reconsiderações e construções de novos entendimentos e perspectivas dos atores sobre o processo vivido e seus desdobramentos. Em outras palavras, todos concordavam ou tinham opiniões parecidas a respeito dos problemas, mas nem todos relacionavam projetos, acontecimentos e efeitos posteriores, em geral tidos como positivities, ao processo do café orgânico. As discussões nos Grupos Focais, assim, deram elementos para nossas análises e foram além, influenciando reelaboração e construção de conhecimento acerca da trajetória agroecológica pelos próprios atores sociais.

Uma consideração teórico-metodológica que se pode abstrair da pesquisa realizada e extrapolar para outras realidades é a necessidade de articular ou confrontar ‘política’ e ‘técnica’ na construção da agroecologia. O estudo da experiência a partir do ator social fortaleceu o enfoque da necessária integração entre estas duas dimensões. Ao distanciar-se o discurso político da agroecologia (como bandeira e como retórica) da realidade da agricultura e dos agricultores (dos problemas intrínsecos à produção, comercialização) tende-se a uma agroecologia pouco permeável à realidade e outra agroecologia (técnico-prática) que pode ser descontextualizada e sem ancoragem enquanto proposta sócio-política, ou seja, desarticulada de um projeto de desenvolvimento. A sociologia do desenvolvimento, especialmente pela perspectiva orientada ao ator, oferece abordagens e elementos para aproximar e manter em diálogo e construção permanente estas duas dimensões, como um campo, uma arena onde se encontram e retroalimentam a “agroecologia política” e a “agroecologia técnico-produtiva”.

## 5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, trazemos algumas sugestões às organizações sociais e entidades de assessoria que atuam na região Leste de Minas Gerais que acreditamos que possam contribuir para o avanço da TA e fortalecimento da agricultura familiar. Também apontamos alguns tópicos que poderiam desdobrar-se em futuras pesquisas na região.

### Sugestões para as organizações sociais:

- a) Nos parece importante o fortalecimento e ampliação do espaço e dinâmica microrregional entre os grupos produtivos, as organizações representativas da AF e as de assessoria que vem se constituindo/consolidando nos anos recentes, no qual seja possível compartilhar as dificuldades, construir alternativas e soluções conjuntamente, clarear as estratégias e somar esforços em ações visando a TA e o fortalecimento da AF. Trata-se de um espaço (mas podem ser espaços) mais ligado ao território, projetos, problemas e potenciais de trocas de experiências e cooperação entre os grupos/agricultores e as organizações/mediadores sociais;
- b) Neste mesmo espaço e em outros momentos específicos, que os mediadores sociais que compõem as equipes das entidades de assessoria tenham a oportunidade de um estreitamento das relações, discutindo as diferenças e os potenciais de cooperação, como trocas de experiências e conhecimento, planejamento de projetos e ações colaborativas, facilitando a superação dos problemas técnicos, metodológicos e de produção ou acesso ao conhecimento levantados nesta pesquisa;
- c) Que os processos e projetos regionais de TA, propostos pelas organizações da AF e/ou entidades de assessoria, procurem uma abordagem que compreenda e tenha como partida as características socioambientais, organizativas e econômicas da agricultura familiar, aproveitando suas potencialidades e construindo as experiências e conhecimentos agroecológicos de forma participativa e sustentável;
- d) Que as iniciativas de organização socioeconômica e comercialização locais e regionais (nos mercados institucionais, feiras e outros circuitos) sejam fortalecidas e ampliadas, de modo que o café vendido no *Fair Trade* e/ou havendo uma retomada do café orgânico componham um *mix* de produtos de base ecológica que ampliem seu alcance no abastecimento alimentar da população e garantam uma renda diversificada para a agricultura familiar, reduzindo a dependência financeira do café e unicamente do mercado de exportação. Não se trata de abrir mão do mercado externo, mas de não ter este como o único canal de venda do café orgânico ou *Fair Trade*.

### Sugestões de pesquisa e sistematização:

- a) Iniciamos sugerindo às organizações sociais e entidades de assessoria uma maior atenção com os registros e sistematização dos projetos e

ações desenvolvidos na região, cuja carência percebemos durante a realização desta pesquisa. Tivemos acesso a materiais produzidos pelas ONGs, ainda que poucos relativos ao processo do café. Mas sentimos bastante a falta de registros por parte do movimento sindical, das associações e da Emater (municipais e Regional Manhuaçu) no desenvolvimento da pesquisa. Entendemos que a falta de registros não só limita informações para pesquisas futuras quanto dificulta às próprias organizações sociais na divulgação de suas ações e resultados, na avaliação e reflexão dos processos em andamento e nos planejamentos para futuros projetos e ações;

- b) Na dimensão sociotécnica, ficaram evidentes as carências e demandas tanto de pesquisas científicas quanto de experimentações para a TA. Uma demanda específica refere-se ao manejo e adubação do solo para a cafeicultura, mas pode-se abrir o leque para outras tecnologias e setores da produção agropecuária de modo a buscar agroecossistemas sustentáveis (agrofloresta, integração animal/vegetal, processamento de produtos nas UPs ou em associações, etc.). Neste sentido, abrem-se possibilidades para pesquisas científicas de caráter acadêmico, assim como experimentações tecnológicas que possam ser desenhadas e desenvolvidas em parcerias interinstitucionais. Entre as instituições de ensino/pesquisa/extensão que podem se envolver nesses projetos, citamos as universidades de Caratinga e Manhuaçu, as ONGs, a Emater, as EFAs e os institutos federais regionalmente próximos. Além das organizações representativas, os grupos produtivos podem contribuir na definição das demandas, no acompanhamento das pesquisas e no desenvolvimento de experimentos visando inovações sociais e tecnológicas para a AF da região.
- c) Finalmente (e como desdobramento do item anterior), emergiram lacunas de conhecimento e demandas de pesquisa tanto das potencialidades de mercado para os produtos da região (contemplando o café e outros tantos) como de estratégias para as associações e a cooperativa regional Coopol nos mercados disponíveis ou na construção de mercados. A Feira Orgânica de Caratinga e as feiras da agricultura familiar em outros municípios poderiam ser fortalecidas com estudos de demanda dos consumidores e potencialidades dos mercados locais. Essas pesquisas também poderiam contar com colaborações interinstitucionais como as citadas no item anterior, assim como inspirar temas para pesquisadores de mestrado e doutorado.

Através dos resultados da pesquisa apresentados nesta dissertação, acreditamos ter cumprido satisfatoriamente o objetivo de resgatar,

registrar e *analisar o processo de transição agroecológica do café no contexto da agricultura familiar do Leste de Minas Gerais a partir da percepção dos atores sociais*. Além disso, deixamos algumas contribuições às organizações da agricultura familiar do Leste de Minas e organizações de assessoria em suas discussões sobre estratégias para a transição agroecológica, bem como apontamentos de potenciais pesquisas que poderiam aprofundar aspectos da experiência pesquisada e outras áreas do conhecimento que envolvem o desenvolvimento da agricultura familiar e a transição agroecológica.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. M. de. **Simonésia: Minha Terra e Minha Gente**. 2ª Ed., 1999.
- AB'SÁBER, A. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- ACHE TUDO E REGIÃO. História de Manhuaçu-MG. S/d. Disponível em: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/mg/manhuacu/historia.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2016.
- ALESSIO, B. C.; ROVER, O. J. O desenvolvimento regional como processo de encadeamento de dinâmicas organizativas e trajetórias tecnológicas: o caso da região oeste catarinense. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 19, nº 3, p. 113-129, set./dez. 2014.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. La revolución agroecológica de América Latina: Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. *In: El Otro Derecho* (no. 42 dic 2010): Bogotá: ILSA, 2010.
- ALTIERI, M. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- ALTIERI, M; NICHOLLS, C. I. Conversión agroecológica de sistemas convencionales de producción: teorías, estrategias y evaluación. *In: Ecosistemas – Revista Científica y Técnica de Ecología Y Medio Ambiente*, v. 16, n. 1, Enero, 2007, p. 3-12.
- ALVES, A. F. Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC (Tese de Doutorado). Florianópolis, 2008.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>>. Acesso em 07 mar. 2017.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 6.323**, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. V. 186º da Independência e 119º da República. 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 10.831**, 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. v. 182º da Independência e 115º da República. 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: MDA, 2008.

BRAZIL SPECIALTY COFFEE ASSOCIATION – BSCA [Associação Brasileira de Cafés Especiais]. Disponível em: <<http://bsca.com.br/cafes-especiais.php>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

BULHÕES, F. M.; DAL SOGLIO, F. K. A Agroecologia e a Perspectiva Orientada ao Ator na análise do processo de construção do conhecimento e da inovação. *Rev. Bras. de Agroecologia*, vol. 4, nº 2, 2009.

CANUTO, J. C.; URCHEI, M. A. Comunicação para a transição agroecológica: desafios e avanços institucionais. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, mar. 2016.

CAPORAL, F. R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Brasília: MDA/SAF, 2009. 35p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, L. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CARNEIRO, P. A. S. Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Belo Horizonte: UFMG, 2008. Dissertação de Mestrado. 278f. il.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **O café orgânico da Agricultura Familiar da Zona da Mata de Minas Gerais**. Nossa Roça (informativo). Dezembro, 2003.

Disponível em

<[www.ctazm.org.br/arquivos\\_internos/publicacoes/3OcafeorganicodeAgriculturaFamiliarDaZonadaMatadeMG.pdf](http://www.ctazm.org.br/arquivos_internos/publicacoes/3OcafeorganicodeAgriculturaFamiliarDaZonadaMatadeMG.pdf)>. Acesso em 28 abr. 2016.

CEPEA. **Preços Agropecuários** (Série de Preços). Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/caffe.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2017.



CHAGAS, Í. S. P.; CONSENTINE, T. F.; JÚNIOR, L. G. C.; SILVA, E. C.; SCOTT, F. A. **Avaliação do mercado de cafés especiais.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Universidade Federal de Lavras, Lavras: 2009.

COORPOL. **Nossa história.** S/d. Disponível em <<http://www.coorpol.com.br/quem-somos/nossa-historia/>>. Acesso em 11 mar. 2016.

COSTA GOMES, J. C. As muitas dimensões da pesquisa em Agroecologia. *In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.* Rio de Janeiro: AS-PTA, v. 3, nº 4, p.4-5. Dezembro, 2006.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.* Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 43-49, 2000.

CRESOL. **Cresol Simonésia em Minas Gerais inaugura sua nova sede.** 2013. Disponível em: <[www.cresol.com.br/site/galindividual.php?id=265](http://www.cresol.com.br/site/galindividual.php?id=265)>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CUNHA, C. F. DA. Disposição a Pagar pelo café orgânico: um estudo no município de São Paulo. Dissertação de Mestrado/EALQ-USP. Piracicaba. 2006. 166p.

CUPANI, A. **Filosofia da Ciência.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

CURSOS CPT – CENTRO DE PRODUÇÕES TÉCNICAS. Biofertilizante por Compostagem Líquida Contínua (Biogeo) - produção e utilização. S/d. Disponível em <<https://www.cpt.com.br/cursos-agricultura-organica/artigos/biofertilizante-por-compostagem-liquida-continua-biogeo-producao-e-utilizacao>>. Acesso em 24 abr. 2017.

DAYRELL, C. A.; SOUZA, S. M. Redes Sócio-técnicas e Agricultura Sertaneja: novos enfoques em programa de ATER. Montes Claros-MG. 2006. 43p.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. *In: Sociedade & Natureza.* Uberlândia: 17 (33): 59-77, dez. 2005.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia.** Brasília-DF: Embrapa, 2006. 70p.

FAIRTRADE COMÉRCIO JUSTO. **O que é fairtrade**. Disponível em: <<http://www.it2web.com/sites/fairtrade/oquee.asp>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

FARIA, A. A. C.; FERREIRA NETO, P. S. **Ferramentas de diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA; IEB, 2006. 76p.: il.

FERREIRA NETO, P. S. Projeto Doces Matas nas Comunidades do Entorno da RPPN Mata do Sossego em Simonésia-MG. Relatório de Avaliação, Belo Horizonte: 2005.

FERREIRA, J. M. L. Indicadores de qualidade do solo e de sustentabilidade em cafeeiros arborizados. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2005. 90 f.

FILETTO, F. Trajetória histórica do café na Região Sul de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Lavras: UFLA, 2000. 133p.

FILHO, N. S. **História de Caratinga**. Poder Executivo de Caratinga – Portal do município, 2013. Disponível em <[http://www.caratinga.mg.gov.br/Materia\\_especifica/6528/Historia-](http://www.caratinga.mg.gov.br/Materia_especifica/6528/Historia-)>. Acesso em 16 ago. 2016.

FRANCO, M. A. S. **Sustentabilidade Econômica dos Sistemas Agroflorestais na Agricultura Familiar no Córrego dos Eliotas, Simonésia-MG**. Dissertação de Mestrado Profissional. Centro Universitário de Caratinga-UNEC. Caratinga: UNEC, 2007.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. **Corredor ecológico Simonésia-Caratinga: fortalecendo a gestão participativa integrada na região** (projeto). 2005.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS-a. **RPPN Mata do Sossego**, MG. S/d. Disponível em: <<http://www.biodiversitas.org.br/sossego/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS-b. **Projetos da Fundação Biodiversitas na RPPN Mata do Sossego e entorno**. S/d. Disponível

em: <<http://www.biodiversitas.org.br/sossego/sossegoProjetos.asp>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (FUNBIO). Projeto Sistema de Produção de Café em Bases Agroecológicas no Entorno da Estação Biológica de Caratinga. Relatório de Monitoramento. Rio de Janeiro: 2003.

\_\_\_\_\_. Viabilização econômica de sistemas de produção de café em bases agroecológicas no entorno da Estação Biológica de Caratinga (MG). 2013. Disponível em: <<http://www.funbio.org.br/viabilizacao-economica-de-sistemas-de-producao-de-cafe-em-bases-agroecologicas-no-entorno-da-estacao-biologica-de-caratinga-mg/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009. 658p.; il.

\_\_\_\_\_. The Framework for Conversion. *In: The Conversion to Sustainable Agriculture: Principles, Processes and Practices*. GLIESSMAN S. R.; ROSEMEYER M. (Orgs). Boca Raton: CRC Press, 2010.

GUZZELLI, M. J. B.; RUPP, L. C. D., VENTURINI, L. **Biofertilizantes**. Programa de Fortalecimento da Viticultura Familiar da Serra Gaúcha – Publicação Técnica I. 2012.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *In: Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.14, n.3, p.411-446, 1997.

HOLT GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino: Voces de Latinoamérica – Movimiento Campesino para la Agricultura Sustentable**. Managua: SIMAS, 2008. 294 p.: il.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010 - Cidades**. Disponível em: <[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=\\_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Mapas**. Disponível em:

<<http://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

INFORAGRO. Biogeo. 2010. Disponível em

<<https://inforagro.wordpress.com/2010/10/27/biogeo/>>. Acesso em 24 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Programa de Diversificação Econômica da Região Leste do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBC/GERCA, 1967.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Corredor Ecológico Sossego-Caratinga organiza comitê gestor**. Portal Meio Ambiente.MG. 2015. Disponível em:

<<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1939-corredor-ecologico-sossego-caratinga-organiza-comite-gestor>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. **Sem Agrotóxico – SAT**. S/d. Disponível em:

<<http://www.ima.mg.gov.br/certificacao/produtos-sem-agrotoxico-sat>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

ITO, M.; BOTELHO, A. C. B.; FRANCO F.; NONATO, H.; FLORES, J.; RAPOSO, M.; NATAL, F. A.; SALVIANO, M. **Fortalecimento do protagonismo e participação de grupos comunitários e organizações locais na conservação do remanescente de mata atlântica na RPPN Mata do Sossego e seu entorno, Simonésia, Minas Gerais, Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação-CBUC, 4, 2004. Anais.

KIWA/OKO-GARANTIE BCS. Garantia orgânica. S/d. Disponível em: <<http://www.bcsbrasil.com/>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

KRUEL, A. J. Contribuições da Abordagem Orientada ao Ator às Pesquisas em Representações Sociais: reflexões a partir do estudo dos compromissos dos gestores públicos municipais. XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2010.

LEITE, R. M. Dez anos de Regulamentação da Agricultura Orgânica, experiência de Sistema Participativo de Garantia, Avanços, Desafios e Oportunidades da Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. Jaguariúna: 2013.

- LIMA, P. C. DE; MOURA, W. DE M.; LISBOA, J. M. DE M. **Produção de Café Orgânico**. EPAMIG/CTA-ZM. Viçosa: 2003. il.
- LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: COLSAN/CIESAS, 2007.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. *Sociologie Ruralis*, v. XXIX, 1989, p.226-249.
- LOPES, A. C. DE P. **O Mercado Cafeeiro no Brasil: um estudo sobre a influência de políticas governamentais nos produtores e exportadores de café da região da Alta Mogiana**. UniFacef Centro Universitário de Franca. Franca: s/d.
- MALTA, M. R. Produtividade e qualidade do café de lavouras em conversão para o sistema de produção orgânico. Tese (Doutorado). Lavras: UFLA, 2007. 133 p.: il.
- MAPA. (Culturas) **Café**. 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe>>. Acesso em: 28 abr. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Café no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em: 31 mai. 2017.
- MATTOS, R. F. **Geografia histórica da ocupação territorial da Zona Da Mata Mineira ao longo do século XVIII e primórdios do XIX**. In: *Revista de Geografia – PPGEIO - UFJF. Juiz de Fora*, v.6, n.3, p.283-291: 2016.
- MESQUITA, C. M. DE; REZENDE, J. E. DE; CARVALHO, J. S.; FABRI JÚNIOR, M. A.; MORAES, N. C.; DIAS, P. T.; CARVALHO, R. M. DE; ARAÚJO, W. G. DE. **Manual do café: colheita e preparo** (*Coffea arábica L.*). Belo Horizonte: EMATER-MG, 2016. 52 p.: il.
- MINAYO, M. C. DE S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva* 17(3): 621-626, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>>. Acesso em: 31 mai. 2016.
- \_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14a. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MIOR, L. C.; FERRARI, D. L.; MARCONDES, T.; REITER, J. M. W.; MONDARDO, M. **Redes, agroindústrias familiares e novos mercados em Santa Catarina**. p. 73-100. *In: Inovações na Agricultura Familiar – As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. ESTEVAM, D. O; MIOR, L. C. (Orgs). Florianópolis: Editora Insular, 2014. 296 p.

MORGAN, D. L. *Focus Groups as Qualitative Research*. London: Sage Publications, 1997.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MULHERES E AGROECOLOGIA EM REDE. Articulação de Mulheres do Campo de Minas Gerais entrega documento à SEDA e SEDH. 2015. Disponível em: <[http://mulheresagroecologia.blogspot.com.br/2015\\_06\\_01\\_archive.html](http://mulheresagroecologia.blogspot.com.br/2015_06_01_archive.html)>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MUSSOI, E. M. Política de Extensión Rural Agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición en las instituciones oficiales. 2011. Post Doctorado en Extensión Agroecológica (Relatório de Pesquisa). Córdoba (Espanha) y Florianópolis (Brasil), 2011.

NEUMEIER, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? – Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. **Sociologia Ruralis**, Vol 52, Nº 1, January 2012.

OLIVEIRA, C. A. O fracasso da cafeicultura orgânica no município de Simonésia-MG. Trabalho apresentado em evento de divulgação científica. Simonésia: 2011.

ORGANICSNET. Manual de Certificação de Produtos Orgânicos. S/d. Disponível em: <<http://www.organicsnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ORTEGA, A. C. Linhas Estratégicas Sugeridas para o Desenvolvimento Sustentável da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais. *In: VILELA, P.S.; RUFINO, J. L. dos. Caracterização da Cafeicultura de*

**Montanha de Minas Gerais.** Estudos INAES. Cadeias Produtivas. Café – Vol. I. Belo Horizonte: INAES, 2010. 300 p.: il. Capítulo VIII, p. 237-288).

PACÍFICO, D. A. Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica: o Projeto Café de Lorreville PR. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS. Porto Alegre: 2008. 156f.: il.

PEREIRA, S. P.; BARTHOLO, G. F.; GUIMARÃES, P.T.G. **Cafés especiais: iniciativas brasileiras e tendências de consumo.** Belo Horizonte: Epamig, 2004. 80 p. (EPAMIG. Série documentos, 41).

PEREIRA, S. P.; BLISKA, F. M. M.; GIOMO, G. S.; ROCHA, A. B. O. Situação atual da certificação de café no Brasil. 2006. Disponível em: <[http://www.cafepoint.com.br/situacao-atual-da-certificacao-de-cafe-nobrasil\\_noticia\\_31688\\_32\\_88\\_.aspx](http://www.cafepoint.com.br/situacao-atual-da-certificacao-de-cafe-nobrasil_noticia_31688_32_88_.aspx)>. Acesso em: 07 mar. 2017.

PEREZ-CASSARINO, J. A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2012.

PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M. DE; NEY, M. G. Ajustamentos na cadeia agroindustrial do café brasileiro após a desregulamentação. Revista IDEAS, v. 3, n. 2, p. 256-287, jul./dez. 2009.

PORTAL BRASIL/MDA. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em 24 abr. 2017.

PORTAL MEIO AMBIENTE.MG. Projeto incentivará a conexão entre fragmentos de Mata Atlântica no Leste Minas. 2015. Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1924-projeto-incentivara-a-conexao-entre-fragmentos-de-mata-atlantica-no-leste-mineiro->>. Acesso em 29 ago. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU. **História da Cidade.** S/d. Disponível em <<http://www.saojoaodomanhuacu.mg.gov.br/2014-01-08-11-23-11/historia-do-municipio.html>>. Acesso em 19 ago. 2016.

PROGRAMA MÃO AMIGA. **Conheça a história de Manhuaçu-MG.** 2013. Disponível em: <<http://www.programamaoamiga.com.br/2013/11/conheca-a-historia-de-manhuacu-mg/>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

PROJETO DOCES MATAS. **Monitoramento Participativo de Práticas Agroecológicas: Simonésia - Minas Gerais.** Projeto Doces Matas, Belo Horizonte: 2004. 32p.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1988.

RADOMSKY, G. F. W. **Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores.** In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.* Curitiba: Kairós, 2013. 393 p.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (2007a). *Agroecologia e Cultura Popular no I Encontro da Agricultura Familiar. Fartura Mineira – Experiências Agroecológicas no Leste de Minas Gerais.* Belo Horizonte: maio de 2007.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (2007b). *Diagnóstico Inicial Projeto PDA 126 – MA: Agroecologia e Sustentabilidade: integrando a conservação ambiental e o Desenvolvimento Territorial no Leste de Minas Gerais.* Belo Horizonte: 2007.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (2007c). **Plano Trienal 2008-2010.** Belo Horizonte: novembro de 2007.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (2014a). *Para superar o modelo da monocultura - Agricultores familiares divulgam manifesto em resposta à “crise do preço do café”.* Informativo Agroecologia no Leste de Minas, edição 1, ano 1, p. 4. Janeiro, 2014.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (2014b). *Agricultores de Caratinga conquistam reconhecimento para a venda direta de orgânicos.* Informativo Agroecologia no Leste de Minas, edição 2, ano 1, p. 4. Maio, 2014.



REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (2014c). A coragem de acreditar. Informativo Agroecologia no Leste de Minas, edição 2, ano 1, p. 2-3. Maio, 2014.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (2015a). Agroecologia no Leste de Minas: 20 anos de parcerias e ações pelo fortalecimento da agricultura familiar. *In: Agroecologia no Leste de Minas*. Belo Horizonte/Simonésia, Edição Especial, p. 4-9. Dezembro de 2015.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (2015b). Grupo de produtores orgânicos colhe resultados de 12 anos de trabalho com barraca na Feira de Caratinga. *In: Agroecologia no Leste de Minas*. Belo Horizonte/Simonésia, Edição Especial, p. 18-19. Dezembro de 2015.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (2015c). Organizadas em grupos produtivos, mulheres investem em beneficiamento de produtos da agricultura familiar. *In: Agroecologia no Leste de Minas*. Belo Horizonte/Simonésia, Edição Especial, p. 20-23. Dezembro de 2015.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. Agroecologia e Sustentabilidade: Integrando a conservação ambiental e o Desenvolvimento Territorial no Leste de Minas Gerais (Projeto PDA-MA). Belo Horizonte: 2005.

\_\_\_\_\_. Projeto de Recuperação de Áreas degradadas, nascentes e mananciais do entrono da microbacia do ribeirão Jacutinga - Bacia do rio Manhuaçu – Caratinga-MG. Belo Horizonte: s/d.

\_\_\_\_\_. Projeto Viabilização Econômica de Sistemas de Produção de Café em Bases Agroecológicas no Entorno da Estação Biológica de Caratinga. Relatório de andamento físico-financeiro junho a setembro 2002 e Planejamento do POA 2003. Belo Horizonte: 2002.

RICCI, M. S. F.; NEVES, M. C.P. **Cultivo do Café Orgânico**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2004. 95 p. (Embrapa Agrobiologia. Sistemas de Produção, 2).

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 56-63, jan/abr 2011.

ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecológica de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jun. de 2013.

RUFINO, J. L. S.; SOUSA, L. O. de; FERREIRA, M. D. P. Evolução e perspectivas do preço de café. *In*: Espaço do Produtor – CEAD/UFV. Viçosa, 2011. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=26&acao=exibir>>. Acesso em: 22 out. 2015.

SABINO, C. R.; CUNHA, D. M. Os cooperados da Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta – Coopol: contextos e desafios. *In*: Revista de Ciências Centro Univrsitário de Caratinga – Vol 2 – Nº 1. Janeiro/abril 2011. Caratinga: UNEC, 2011.

SANTOS, A. D. DOS. **Construção do conhecimento agroecológico: síntese de dez experiências desenvolvidas por organizações vinculadas à Articulação Nacional da Agroecologia**. *In*: Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades. Caderno do Segundo Encontro Nacional de Agroecologia. Articulação Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: 2007. 284p.

SCHIO, C. Aprendendo para a conservação: um modelo conceitual para o Centro de Aprendizagem Socioambiental no Município de Garopaba, SC. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Florianópolis: UFSC, 2015. 120 p.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SCHMITT, C. J. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira. *In*: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.177-203.

SCHMITT, C. J.; PETERSEN, P. F. Transição Agroecológica: Revisitando o Conceito a Partir das Experiências Desenvolvidas por Camponeses e Agricultores Familiares no Semi Árido Brasileiro e em Ambientes de Agricultura Modernizada no Sul do Brasil. *Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2.*

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 105-127. 2009. 168 p.: il.

SEVILLA GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *In*: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1: 18-28, jan/mar, 2002.

SOUZA, CLÁUDIA DE. **Café: Qualidade vale a pena**. Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Belo Horizonte: 2000. 20 p.: il.

SOUZA, V. C. O.; VIEIRA, T. G. C.; VOLPATO, M. M. L.; ALVES, H. M. R. Espacialização e dinâmica da cafeicultura mineira entre 1990 e 2008, utilizando técnicas de geoprocessamento. *In*: Coffee Science, Lavras, v. 7, n. 2, p. 122-134, maio/ago. 2012.

TRINDADE, T. S. **Agroecologia e Gênero: Mulheres do Leste de Minas em ação pela igualdade de gênero e promoção do desenvolvimento sustentável na Agricultura familiar**. AGRIFAS/CMMTRS. Simonésia: 2008.

VIEITES, E. G.; VIEITES, R. G.; FREITAS, I. A. DE. Sertões do Leste: A construção de uma região geográfica. *Geo UERJ*. Rio de Janeiro - Ano 16, nº. 25, v. 1, 2014, pp.257-275. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

VILELA, P.S.; RUFINO, J. L. DOS. **Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais**. Estudos INAES. Cadeias Produtivas. Café – Vol. I. Belo Horizonte: INAES, 2010. 300 p.: il.

VON DER WEID, J. M. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 40 p.

XAVIER, M. L. B. **O Programa de Aquisição de Alimentos nas Cooperativas Catarinenses**. Florianópolis: Insular, 2016. 172 p.



## APÊNDICES

### Apêndice 1

#### QUADRO-BASE PARA OS INSTRUMENTOS DE CAMPO

Observar o quê?	Em quem?
<p><b>Aspectos gerais do contexto empírico:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Caracterização regional, agrícola e socioambiental da região de estudo;</li> <li>- Quantas, onde e quais são as famílias envolvidas no processo;</li> <li>- Quais foram as organizações e mediadores sociais (lideranças/entidades e técnicos) que incentivaram/apoiaram o processo;</li> <li>- O que levou as famílias a aderirem à proposta de TA, que expectativas tinham;</li> </ul> <p><b>Em relação ao processo sociotécnico:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O que e como ocorreu no processo de produção (conversão tecnológica);</li> <li>- Que tipos de estratégias, atividades e apoio foram realizadas; particularmente, se houve um processo continuado de ATER e trocas de experiências entre agricultores;</li> <li>- Como eram realizadas as reuniões, idas a campo/UPs e demais atividades;</li> <li>- Quais os resultados do processo de conversão, como se desdobrou, teve continuidade;</li> </ul> <p><b>Em relação às dinâmicas organizativas/socioeconômicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Se houve e como ocorreu o processo de certificação;</li> <li>- O que e como ocorreu no processo de organização socioeconômica;</li> <li>- Como ocorreu, particularmente, a comercialização;</li> <li>- Que avaliação agricultores e MS fazem daquele processo e que desdobramentos identificam relacionados a ele.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados do IBGE;</li> <li>- Registros de ONGs, órgãos oficiais de extensão, prefeituras (caso existam);</li> <li>- Entrevistas com agricultores/as;</li> <li>- Entrevistas com mediadores sociais (lideranças de STRs, cooperativas, extensionistas rurais);</li> <li>- Outros (fotografias, jornais, cartilhas, relatórios, registros técnicos, dados de produção, notas fiscais, etc.).</li> </ul>
	Como? (instrumentos de campo)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Roteiro semiestruturado de entrevista (foram realizadas quatro entrevistas-teste durante a fase exploratória e, no intervalo até a segunda fase, o roteiro foi revisado, sofrendo pequenas alterações).</li> <li>- Roteiro de orientação para as reuniões dos Grupos Focais.</li> </ul>

*A partir do Perfil “desejável” (Quadro 3), do Esquema analítico (Quadro 4) e do Quadro-base (acima), foram elaborados os Roteiros de entrevistas, os quais constam nos apêndices 2, 3 e 4.*

## Apêndice 2

### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM AGRICULTORES FAMILIARES

Identificação (nome completo/cônjuge, onde reside, filhos ou pais se moram juntos).

1. Quais foram os motivos que levaram você ou sua família a participar do projeto do café orgânico?
2. Como foi feita a conversão da produção para orgânica? De uma vez ou aos poucos? De toda a lavoura ou em partes?
3. Como foi feita a substituição dos insumos (agrotóxicos e adubos químicos)? Tiveram acesso a tecnologias e insumos orgânicos? Se sim, quais? De onde vieram? Através de quem?
4. Como era realizado o trabalho das lideranças e técnicos junto às famílias? (Que meios e instrumentos eram utilizados no trabalho? Quais deram melhor resultado e quais não se mostraram tão eficientes?)
5. Houve assistência técnica para a produção de orgânicos? Se houve, como era realizada?
6. Houve outros tipos de apoio externo (sementes, mudas, equipamentos ou recursos (crédito) para compra de insumos?) Houve alguma política pública de apoio? S\_\_ N\_\_
7. Como foi a produção (produtividade e qualidade) do café a partir da conversão?
8. As atividades de campo eram realizadas apenas por família ou havia ações em grupo?
9. Houve atividades de formação e capacitação (cursos, seminários, etc.)? S\_\_ N\_\_
10. Houve atividades de organização social? (Se houve, como eram, que tipo de organização era incentivada? Eram incentivadas e apoiadas iniciativas de associativismo e cooperativismo?)
11. Houve atividades de troca de experiência e articulação com outros grupos de agroecologia ou café orgânico? (Se houve, quais foram as principais, em que momentos ocorreram e qual a frequência/intensidade?)
12. Você faz parte de uma ou mais organizações da agricultura familiar (cooperativa, associação, grupo, STR)? Qual? Por quê? Como teve conhecimento dessa organização e como começou a participar?

13. Participar da organização influenciou a mudanças na produção do café? Depois que entrou na organização modificou suas técnicas de trabalho na agricultura? Quais mudanças? Por quê? Enfrentou dificuldades?
14. Teve certificação? Como foi isso no projeto (método, custos)? Chegou a obter o selo? S\_\_ N\_\_
15. Alguma parte da produção chegou a ser certificada e comercializada como orgânica? (Se houve, como ocorreu a discussão sobre certificação?)
16. Houve planejamento e organização da comercialização? S\_\_ N\_\_  
Como ocorreu?
17. Como está a produção orgânica ou agroecológica hoje na sua propriedade?
18. Na sua opinião, a produção orgânica de café está crescendo ou decrescendo no seu município ou na região? C\_\_ D\_\_
19. A quais fatores atribui este (de)crescimento?
20. O que considera que o projeto deixou, quais são os desdobramentos positivos e negativos? (Aprendizados gerais, práticas agrícolas, comercialização, métodos de trabalho, etc.)?
21. A partir do projeto do café, houve outras mudanças na sua propriedade ou na comunidade? (Você percebe mudanças no modo de pensar e de agir das pessoas a partir do projeto?)
22. Houve avanços com o projeto? Se houve, quais foram? A que atribui os avanços?  
Houve dificuldades? Se houve, quais foram? A que atribui as dificuldades?
23. Alguma outra informação ou opinião que você gostaria de colocar (expressar)? (Algo que você considera importante no projeto e que eu não perguntei?)

### Apêndice 3

#### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM MEDIADORES SOCIAIS

Identificação (nome completo, onde reside, formação, vínculo profissional)

Em que instituição/organização trabalha ou trabalhava quando ocorreu o processo de incentivo à produção de café orgânico no leste de Minas? Qual a participação da sua instituição no processo?

1. Quando e como iniciou o processo de discussão e as ações para a mudança de produção convencional de café para a produção orgânica? Quem (pessoas ou organizações) liderou o processo?
2. Como foi a proposta de conversão da produção convencional para orgânica? De uma vez ou aos poucos? De toda a lavoura ou em partes?
3. Como foi feita a substituição dos insumos (agrotóxicos e adubos químicos)? Os agricultores tiveram acesso a tecnologias e insumos orgânicos? Se sim, quais? De onde vieram? Através de quem?
4. Como era realizado o trabalho das lideranças e técnicos junto às famílias? (Que meios e instrumentos eram utilizados no trabalho? Quais deram melhor resultado e quais não se mostraram tão eficientes?)
5. Houve assistência técnica para a produção de orgânicos? Se houve, como era realizada?
6. Houve outros tipos de apoio externo (sementes, mudas, equipamentos ou recursos para compra de insumos?) Houve alguma política pública de apoio? S\_\_ N\_\_
7. Como foi a produção (produtividade e qualidade) do café a partir da conversão?
8. As atividades de campo ou eram realizadas apenas por família ou havia ações em grupo?
9. Houve atividades de formação e capacitação (cursos, seminários, etc.)? Quais as principais?
10. Houve atividades de organização social? (Se houve, como eram, que tipo de organização era incentivada? Eram incentivadas e apoiadas iniciativas de associativismo e cooperativismo?)



11. Houve atividades de troca de experiência e articulação com outros grupos ou redes de agroecologia ou café orgânico? (Se houve, em que momentos ocorreram e qual a frequência/intensidade?)
12. Resumidamente, como você descreveria (ou listaria) as estratégias de ação propostas no processo do café orgânico?
13. Alguma parte da produção chegou a ser certificada e comercializada como orgânica? (Se houve, como ocorreu a discussão sobre certificação? E até que fase alcançou?)
14. Houve planejamento e organização da comercialização? S\_\_ N\_\_  
Como foi?
15. Tens informação/como está a produção orgânica ou agroecológica hoje na região? S\_\_ N\_\_
16. Na sua opinião, a produção orgânica de café está crescendo ou decrescendo na região? C\_\_ D\_\_
17. A quais fatores atribui este (de)crescimento?
18. O que considera que o projeto deixou, quais são os desdobramentos positivos e negativos? (Aprendizados gerais, práticas agrícolas, comercialização, métodos de trabalho, etc.)?
19. A partir do projeto do café, houve outras mudanças nos modos de produção na região? (Você percebe mudanças no modo de pensar e de agir das pessoas a partir do projeto?)
20. Houve avanços com o projeto? Se houve, quais foram? A que atribui os avanços?  
Houve dificuldades? Se houve, quais foram? A que atribui as dificuldades?
21. O projeto foi difundido considerando as diferentes realidades da agricultura familiar?
22. Alguma outra informação ou opinião que você gostaria de colocar (expressar)? (Algo que você considera importante no projeto e que eu não perguntei?)

## Apêndice 4

### METODOLOGIA E QUESTÕES OS GRUPOS FOCAIS

#### **Exercício inicial individual** (para posterior compartilhamento no grupo)

- 1) Cite dois aspectos positivos ou avanços da experiência do CO
- 2) Cite duas dificuldades ou gargalos encontrados no decorrer da experiência
- 3) Cite duas limitações internas ou erros cometidos na condução da experiência

#### **Questões centrais para orientar o debate no Grupo Focal**

- 1) Como foi a mudança técnica da produção convencional para orgânica?
  - 1.1) E quais as principais dificuldades e os principais avanços na conversão da produção?
- 2) Quais foram os resultados em termos de produção/produktividade e qualidade do café?
- 3) Como era o realizado trabalho técnico (assistência técnica, capacitação, intercâmbio de experiências)?
- 4) Houve trabalho de organização socioeconômica? Se houve, como foi feito?
  - 4.1) Houve dificuldades ou avanços? Quais? Ajudou ou atrapalhou o processo?
- 5) Como era realizada a certificação orgânica? Houve dificuldades e avanços neste aspecto? Quais?
- 6) Como foi tratada a comercialização? Houve planejamento e organização da comercialização?
  - 6.1) Quais foram os principais problemas ou gargalos na comercialização?
- 7) Quais foram os desdobramentos, o que veio depois influenciado por aquela experiência? (em outras palavras, quais foram os aprendizados da experiência do café orgânico em iniciativas posteriores?)
- 8) Que sugestões vocês dariam hoje para uma família que fosse iniciar a mudança para o café orgânico?
  - 8.1) Que sugestões vocês dariam para as entidades que fossem apoiar ou assessorar o processo?
- 9) Há outras questões sobre a experiência que vocês consideram importante serem debatidas/analizadas?